



Marianne Lopes de Moraes

Licenciada em Comunicação Social com habilitação em
Relações Públicas

**Aldeia da Luz pós Alqueva: a relação
da população com a albufeira sob o
ponto de vista da água**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Gestão e Políticas Ambientais

Orientador: Doutora Mônica Maria Borges Mesquita,
Investigadora, Departamento de Ciências e Engenharia
do Ambiente da Universidade Nova de Lisboa

Co-orientador: Doutora Maria Manuela Morais,
Professora Auxiliar, Departamento de Biologia da
Universidade de Évora

Júri:

Presidente: Prof.^a Doutora Lia Maldonado Teles de Vasconcelos

Arguente: Prof.^a Doutora Maria Albertina Amantes Raposo

Vogal: Doutora Mônica Maria Borges Mesquita



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Setembro de 2019

Aldeia da Luz pós Alqueva: a relação da população com a albufeira sob o ponto de vista da água.

Copyright© Marianne Lopes de Moraes, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objectivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Mônica Mesquita, por ter aceite este estudo, por toda a sua orientação, pelas oportunidades académicas ao longo do ano e pela sua ajuda que foram além da vida na universidade.

À minha coorientadora, Professora Doutora Manuela Morais, por ter aceite este estudo e por toda a sua orientação.

À Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA) pelo programa de Residências do Museu da Luz, que sem este não seria possível desenvolver a etnografia de campo na aldeia da Luz.

À Catarina Marques, do Museu da Luz, que desde o meu primeiro contacto referente ao programa de Residências do Museu da Luz foi sempre muito atenciosa, sendo muito importante na ajuda a minha ida, no período em que estive na aldeia e pós a minha ida à Luz.

À Lia Laporta, pela orientação e ajuda em sua contribuição para o conteúdo deste estudo.

Ao Professor Doutor Rui Salgado, pela oportunidade em participar do programa Alqueva Summer School do ALOP, através do qual conheci Alqueva.

À Dr.^a Maria do Rosário Antunes Duarte, por toda a sua ajuda desde o início à conclusão deste estudo.

Aos meus pais, que são a minha motivação por suas histórias de superação na vida, as quais me inspirei nos momentos difíceis. Este mestrado dedico a vocês! Muito obrigada por toda a ajuda, incentivo, orações e amor fundamentais para mim.

Ao meu irmão, que me apoiou mesmo achando que eu estava de férias.

À minha família, pelo seu carinho e ajuda desde o início. Pelas palavras de incentivo das minhas primas e pelas orações das minhas tias.

Ao Marco (SP), pelo seu suporte desde a decisão para fazer o mestrado e pelo seu amor.

À Dr.^a Maria João Moutinho, por toda a ajuda ao longo do meu período académico.

À Dina, pela parceria durante o mestrado, por toda a sua ajuda e amizade na vida.

À residência Fraústro da Silva, minha casa aqui, que apesar de alguns contratempos foi a melhor morada que poderia ter. Às Senhoras, D. Linda, Sandra e Rute, que me ajudaram desde o início, à D. Amélia e a D. Ana, pelos abraços, carinho e risadas, e a D. Alice, pela atenção. Aos Senhores seguranças, os que passaram, e os que estão, ao Sr. António pela ajuda e risadas. E aos meus colegas de residência, que me ajudaram, incentivaram e se lembraram de mim quando fizeram um doce, mas em especial à Sara, Ezgi, Andreea e Joanita, pela sua sensibilidade em

entrar em contacto com a Divisão de Informática da FCT/UNL e requisitar um computador para mim. A essa divisão agradeço também a possibilidade de disponibilizar um computador para estudantes como eu, que não possuem um equipamento.

À biblioteca da FCT/UNL, que foi como a minha segunda casa, pois passei longos períodos aqui. Agradeço a todos os seus funcionários, que sempre foram muito gentis e me ajudaram ao longo do mestrado. Em especial à Rosário Duarte, à Isabel Pereira, pela ajuda com livro *Querem fazer um mar: ensaio sobre a barragem de Alqueva e a aldeia submersa da Luz*, que por minha solicitação a biblioteca ganhou um exemplar, à Ana Roxo, pela ajuda nos momentos finais, e representando os funcionários à Susana Santos, sempre muito atenciosa.

Aos funcionários do Museu da Luz, que foram sempre atenciosos nas minhas idas ao museu. Em especial à Catarina Marques, ao Sr. Dimas Ferro, pelo mapa, à Luísa Ralo, pelas confirmações de dados e pelo contacto com Rosário Costa, do Departamento de Informação Geográfica e Cartografia da EDIA, a qual agradeço a atenção e auxílio pelos mapas.

E um agradecimento muito especial à população da Luz, que ao longo do estudo tornou-se a principal razão deste. O meu muito obrigado a todos os participantes do questionário, que contribuíram com a recolha de dados, e aos habitantes, que me acolheram com carinho e me ajudaram na minha socialização na aldeia, bem como com as confirmações de dados após a minha ida à Luz, em especial: Catarina Marques, Sara Correia, pela entrevista e ajuda com contactos, D. Albertina, da Padaria Grilos, pelo carinho e ajuda com informações, e seu filho Duarte, pela participação; Alexina Santana, pela atenção e carinho, e seu marido Vítor e as suas filhas Catarina, pela participação e Rute Vidigal, pela entrevista e participação; à D. Clara pelas conversas; à D. Inácia Carrilho, pelo carinho e cuidado, ao seu marido Sr. Leonel e filha Sofia pelas participações; à Marta Gonçalves, pela ajuda com os contactos e informações; à Mara Coelho, pela companhia e incentivo para alguns habitantes participarem; à Rita Farias e seu irmão Zé, que aceitaram participar da foto, e a sua mãe D. Alice, pela agradável tarde com café; às professoras da escola da Luz Dulce Santos e Saudade Roxo, e ao Agrupamento de Escolas de Mourão, que possibilitaram a atividade com as crianças, e a elas, que coloriram este estudo e os meus dias na aldeia, e, ainda D. Manuela e Sr.^a Carolina pelo carinho; à D. Rosa, do minimercado, e ao seu filho Alexandre, à D. Ermelinda do café; ao Zé do Taska Bar; D. Dulce do café Batista, ao Sr. Francisco Oliveira, pela agradável conversa para o questionário na tarde de sábado no banco do Largo; ao Sr. João Correia, do grupo de Coral da Luz pelos cânticos alentejanos; ao Sr. Horácio Guerra, pelo conhecimento transmitido em nossa conversa para o questionário e por sua ajuda; aos jovens Ana Capucho, Catarina Ferreira, Nídia Suzano e Daniel Guerra, pela agradável conversa e participação.

Resumo

A barragem de Alqueva faz parte do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) idealizado em 1957 com a criação do Plano de Rega do Alentejo. Esta região, situada no sudeste de Portugal, é caracterizada pela escassez de água, baixa densidade populacional e por ser uma das mais desfavorecidas da Europa do ponto de vista económico-social. Estes foram alguns dos fatores, que justificaram a construção da barragem de Alqueva e a formação de sua albufeira, a qual possibilitaria abastecer a população local, promover a rega agrícola e o desenvolvimento do turismo, sendo esses um dos objetivos gerais do empreendimento.

Passaram-se quase meio século para que fosse concretizado o empreendimento de Alqueva. Com a construção e administração da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA), em 8 de fevereiro de 2002 ocorreu o encerramento das comportas da barragem iniciando o enchimento da albufeira de Alqueva, a partir das águas do rio Guadiana.

Para que fosse possível a formação dessa albufeira a população da aldeia da Luz precisou ser deslocada, bem como o cemitério da aldeia da Estrela. Após 17 anos da criação desse empreendimento o presente estudo objetiva perceber a relação da população da Luz com a albufeira de Alqueva sob o ponto de vista da água. Pretende-se verificar assim se os objetivos gerais do empreendimento de Alqueva foram alcançados para a aldeia da Luz.

Constatou-se a relação da população com a albufeira, através da etnografia de campo na aldeia da Luz possibilitada pelo programa de Residências do Museu da Luz. Na investigação com o grupo de estudo teve-se a percepção da população da aldeia da Luz, que não é abastecida pela albufeira de Alqueva e são poucos os habitantes que a usam para atividades de lazer. Porém, a rega na aldeia é feita com a água da albufeira.

Palavras-chave: aldeia da Luz, albufeira de Alqueva, barragem de Alqueva, impactos socioambientais, água

Abstract

The Alqueva Dam belongs to Alqueva Multipurpose Project (EFMA) conceived in 1957 with the creation of Alentejo Irrigation Plan. The Alentejo's region, situated in the southeast of Portugal, is characterized by scarcity of water, low population density and is one of Europe's most disadvantaged regions economically and socially. These were some of the factors that justified the construction of the Alqueva dam, whereby the reservoir allows water supply for the local population, promotes agriculture irrigation and tourism development as the general objectives of the project.

More than half century passed before the Alqueva project was completed. With the construction and administration of the Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA), on 8th of February 2002 occurred the closure of the gates of the dam to produce the filling Alqueva reservoir, through the Guadiana River.

To enable the formation of this reservoir, the population of the village of Luz had to be displaced, as well the cemetery of the village of Estrela. Seventeen years after the beginning of the project this present study has the objective to research the relation between the population of Luz and the water supplied by the Alqueva reservoir. Thereby it is doubtful whether the general objectives of the Alqueva project could be achieved for the village of Luz.

In detail it was observed the relation of the population with the reservoir, by means of ethnographic research in the village of Luz that was possible by the program Museu da Luz Residencies. The research of the study group provided the perception that the population of the village of Luz is in general not supplied by the Alqueva reservoir and there are just few inhabitants that use the water body for leisure activities. At least, the irrigation in the village's agriculture is done with the reservoir water.

Keywords: village of Luz, Alqueva reservoir, Alqueva dam, social and environmental impacts, water

Índice

1. Introdução.....	1
1.1. Enquadramento e justificação do tema	2
1.2. Objetivo do estudo.....	3
1.3. Organização do estudo	3
2. Cenário atual	5
2.1. A empresa e o empreendimento de Alqueva.....	5
2.1.1. Alqueva, uma nova terra de água	9
2.1.2. Alqueva, uma nova terra de oportunidades	9
2.1.3. Alqueva, uma nova terra de sucesso	11
2.2. A Luz de hoje.....	11
2.2.1. O Museu da Luz	14
3. Revisão de literatura.....	15
3.1. As águas dos rios	15
3.1.1. As civilizações antigas nas proximidades dos rios	17
3.2. Os impactos socioambientais de uma barragem	19
3.3. Serviços dos ecossistemas	25
3.3.1. Serviços dos ecossistemas de Alqueva	26
3.4. Universo Alqueva	27
3.4.1. Os impactos socioambientais de Alqueva.....	30
3.4.1.1. As aldeias ribeirinhas de Alqueva	33
Entre parênteses	39
4. Etnografia na Luz	41
4.1. Metodologia de investigação.....	42
4.2. Meu tempo de Luz.....	49
4.2.1. Etapa de exploração.....	50
4.2.2. Etapa de decisão.....	59
A. Entrevistas.....	61
B. Questionários.....	71
4.2.3. Etapa de descoberta	75
4.3. Análise de dados.....	86
4.3.1. Resultado da análise de dados	103
5. Conclusão.....	105
6. Referências bibliográficas	111
7. Anexos.....	117
Anexo A – Enquadramento das albufeiras nos concelhos do EFMA	117
Anexo B – Comparação do impacto em função do nível máximo de operação escolhido	118
Anexo C – Entrevista com a Sr. ^a Sara Maria Vidigal Correia, presidente da Junta de Freguesia de Luz	119

Anexo D – Entrevista com a Sr. ^a Rute Isabel Santana Vidigal, engenheira do ambiente da Câmara Municipal de Mourão	133
Anexo E – Questionário aplicado com a população da Luz	151
Anexo F – Citações dos participantes do questionário para o tópico V – Alqueva para a Luz.	153
Anexo G - Apresentação na escola da Luz sobre: A importância da água em nossas vidas. .	154

Índice de Figuras

Figura 2.1. Áreas ocupadas no EFMA por culturas inscritas em 2018 e 2019, respetivamente.....	10
Figura 2.2. Aldeia da Luz.....	12
Figura 2.3. Antiga aldeia e nova aldeia da Luz.....	13
Figura 2.4. Museu da Luz.....	14
Figura 3.1. Cobertura vegetal antes e depois do enchimento da albufeira de Alqueva.....	32
Figura 3.2. Mapa geográfico da região estudada com a localização da aldeia da Luz, Estrela e Alqueva.....	33
Figura 3.3. Barragem de Alqueva.....	38
Figura 4.1. Chegada à Luz.....	52
Figura 4.2. A casa do museu.....	53
Figura 4.3. Feira das Flores e dos Sabores (a) Largo de Luz; (b) casas enfeitadas de flores.....	54
Figura 4.4. Plantação de olivais na Luz. Ao fundo a aldeia da Luz e o seu reservatório de água do lado direito.....	56
Figura 4.5. Lavadouro da nova aldeia.....	57
Figura 4.6. Sr. ^a Marta Gonçalves, secretária da Junta de Freguesia de Luz.....	57
Figura 4.7. A casa do Monte dos Pássaros e a albufeira de Alqueva.....	59
Figura 4.8. Sr. ^a Sara Maria Vidigal Correia, presidente da Junta de Freguesia de Luz. Ao fundo uma matéria de jornal, de setembro de 1985, intitulada: Barragem do Alqueva vai inundar a aldeia, mas ninguém acredita.....	61
Figura 4.9. Parque de merendas de Luz.....	64
Figura 4.10. Sr. ^a Rute Isabel Santana Vidigal, engenharia do ambiente.....	67
Figura 4.11. Desenho da aldeia da Luz – camião destruindo a antiga aldeia.....	79
Figura 4.12. Desenho da aldeia da Luz – pessoas chorando.....	79
Figura 4.13. Desenho da aldeia da Luz – Museu da Luz.....	79
Figura 4.14. Desenho da aldeia da Luz – o pinheiro que sobreviveu a subida da água.....	79
Figura 4.15. Atividade de desenho com as crianças da aldeia da Luz.....	80

Figura 4.16. Visita à Aromas da Lousa (a) e (b) plantação da empresa; (c) e (d) equipamentos de tomadas de água.....	81
Figura 4.17. Sr. Francisco Simão Lopes de Oliveira, ex-presidente da Junta de Freguesia de Luz.....	82
Figura 4.18. Casas da Luz com as suas janelas fechadas.....	83
Figura 4.19. Foto das crianças da aldeia da Luz, Luz (antiga), 2000.....	84
Figura 4.20. Mara Coelho, jovem luzense.....	85
Figura 4.21. As crianças agora jovens da Luz. Rita Farias, Zé Farias e Mara Coelho (da esquerda para a direita).....	86
Figura 4.22. Sr. ^a Inácia Carrilho, funcionária da escola da Luz.....	89
Figura 4.23. Placa próxima à albufeira indicando ser zona de navegação.....	93
Figura 4.24. Passadiço e cais na Luz.....	95
Figura 4.25. Jovens da aldeia da Luz. Ana Capucho, Catarina Ferreira, Nídia Suzano e Daniel Guerra.....	95
Figura 4.26. Placa das Terras do Grande Lago Alqueva da aldeia ribeirinha de Luz tem uma das estradas de acesso a aldeia.....	96
Figura 4.27. Ruturas em uma das ruas da aldeia.....	98
Figura 4.28. Sr. ^a Carolina Pereira, cozinheira da escola da Luz.....	99
Figura A1. Enquadramento das albufeiras nos concelhos do EFMA.....	117

Índice de Tabelas

Tabela 2.1. Características das duas principais albufeiras do EFMA.....	7
Tabela 3.1. Serviços dos ecossistemas fluviais.....	26
Tabela 4.1. Categorias de análise de dados.....	87
Tabela B1. Comparação do impacto em função do nível máximo de operação escolhido...118	

Lista de abreviaturas, siglas e símbolos

ABFL – Associação de Beneficiários da Freguesia de Luz

ADA – Associação de Desenvolvimento, Acção Social e Defesa do Ambiente

ALOP – Alentejo: sistemas de Observação e Previsão

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

DQA – Diretiva Quadro da Água

EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.

EEA – European Environment Agency

EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

ES - Espírito Santo

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia

INE – Instituto Nacional de Estatística

MG – Minas Gerais

ODS – Objetivo do Desenvolvimento Sustentável

ONGA – Organizações Não Governamentais Ambientais

POAAP – Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão

SE – Serviços dos ecossistemas

cm - centímetro

ha – hectare

hm³ – hectómetro cúbico

km – quilómetro

km² – quilómetro quadrado

m – metro

m³ – metro cúbico

mW - miliwatt

1. Introdução

Este estudo foi realizado a partir de um primeiro contacto com a barragem e a albufeira de Alqueva ocorrido em junho de 2018, no âmbito do programa Alqueva Summer School organizado pela Universidade de Évora (Alentejo: sistemas de Observação e Previsão – ALOP). O programa, com duração de três dias, intercalava aulas teóricas sobre os temas das ciências atmosférica e da água, com atividades práticas, as quais incluíram trabalhos na albufeira. A componente teórica do programa foi realizada na aldeia de Alqueva, o que permitiu aos alunos para além do conhecimento científico, contactar com a população e aprender sobre a sua cultura, culinária, bem como desfrutar dos cânticos alentejanos.

Neste contexto, nasceu a curiosidade de perceber qual o impacto socioambiental que a barragem de Alqueva, ao formar o “maior lago artificial da Europa” causou para a população de Alqueva, bem como para as demais aldeias ribeirinhas. Assim o conhecimento sobre o empreendimento de Alqueva, bem como o tema para este estudo, começou a ser formado ainda naquela aldeia. Sem saber em profundidade os impactos que esse empreendimento causara às populações, a intenção inicial foi desenvolver um estudo que abordasse a relação da população de Alqueva com a albufeira de Alqueva.

Ao considerar que a albufeira foi construída com o objetivo global de promover a agricultura de regadio e simultaneamente contribuir para o abastecimento público de água da região, inicialmente pretendia-se saber: quais as práticas tradicionais de armazenamento de água praticadas na região antes da construção da barragem; e quais as alterações que a construção da barragem trouxe para as povoações afectadas.

Desta forma, a investigação para este estudo começou com as primeiras leituras sobre o empreendimento, e uma primeira reunião de orientação em julho de 2018, na qual ficou definida que a metodologia de estudo seria baseada na Etnografia Crítica. A metodologia proposta alinhava-se com o desejo de retornar à aldeia de Alqueva para conversar com a população sobre os impactos que a construção de Alqueva tinha causado. Nos meses seguintes as leituras permitiram obter um conhecimento mais profundo sobre o empreendimento de Alqueva nomeadamente sobre o processo associado à deslocação da população da aldeia da Luz, submersa com o enchimento da albufeira. Constatou-se que outra aldeia ribeirinha, a da Estrela, também sofreu um impacto negativo com a formação da albufeira.

A literatura consultada pouco falava sobre a aldeia de Alqueva. Os primeiros textos foram desenvolvidos em novembro de 2018, em que abordavam os impactos das barragens e o impacto socioambiental para três aldeias afectadas: Luz, Estrela e Alqueva, até então aldeia de estudo. Em março de 2019 estava previsto a entrada em campo na aldeia de Alqueva. Contudo, devido à impossibilidade de realizar o trabalho de campo nessa aldeia, foi necessário encontrar outra alternativa.

O programa de Residências do Museu da Luz surgiu como uma alternativa já que possibilita a estadia de investigadores e artistas numa residência para a realização de trabalhos que

valorizem a história da aldeia da Luz e “incluam pelo menos um momento de partilha com a comunidade da Luz” ^[1]. Assim, aproveitando essa oportunidade, decidiu-se focar o estudo, inicialmente previsto para a aldeia de Alqueva, na aldeia da Luz.

1.1. Enquadramento e justificação do tema

De acordo com Bogdan & Biklen (1994), a escolha de um tema pode ocorrer de forma acidental por uma oportunidade, com o despertar de uma ideia ou ainda devido a uma curiosidade, que se quer investigar. O tema deste estudo manifestou-se no primeiro contacto com a barragem, focado em saber se a água da albufeira de Alqueva serve para o abastecimento público e o desenvolvimento da agricultura do Alentejo. Adicionalmente, através das consultas bibliográficas, verificou-se que a construção da barragem e, consequente formação de sua albufeira, ocasionou impactos socioambientais na região, nomeadamente na aldeia da Luz. Tal empreendimento formou o “maior lago artificial da Europa”, que resultou no deslocamento da povoação da Luz. Esse conjunto de fatores contribuíram para a definição do tema deste estudo.

A barragem de Alqueva não esteve em debate no congresso sobre gestão e planificação dos rios transfronteiriços (...), nenhum programa de estudo feito por universidades públicas ou privadas portuguesas – que eu saiba – se dedicou ao deslocamento da população e aos efeitos da implantação da barragem no Alentejo. Foram elaborados trabalhos isolados, teses de mestrado, uma tese de doutoramento não publicada, obras ou relatórios oficiais, alguma ficção. Mas nenhuma obra de referência oferece, até hoje, um balanço crítico. (Wateau, 2014, p. 48)

Wateau (2014), fundamenta, assim, a justificação da problemática que se pretende estudar: a relação da população da Luz com a albufeira de Alqueva sob ponto de vista da água, “agente da transformação” (Saraiva, 2007, p. 445) e da transformação da paisagem. Dessa forma, a pergunta global de investigação é: qual a relação que a população da Luz tem com a albufeira, sob o ponto de vista da água? Para especificar essa relação este estudo baseou-se em três objetivos do empreendimento de Alqueva relacionados com o recurso água: abastecimento público; rega para a agricultura e o turismo, que aqui será abordado através da relação que a população da Luz estabeleceu com a albufeira. Justifica-se o tema em virtude de se querer conhecer os impactos pós Alqueva para a população da Luz. Quais são os benefícios ou não que Alqueva trouxe, passados 17 anos de sua formação, para essa população que precisou ser deslocada para que fosse constituída a imensidão de água que há no Alentejo? Uma região de Portugal “com clima seco e escassez de água” (Saraiva, 2005, p. 20).

Dessa forma, definiram-se as seguintes perguntas de investigação:

^[1] Regulamento do programa de Residências do Museu da Luz. Acedido a 28 de fevereiro, 2019. Disponível em <http://www.museudaluz.org.pt/documentos/1465310438L4gCK4in6Ft36OU2.pdf>

- 1) A água da albufeira de Alqueva é usada para o abastecimento público da aldeia da Luz?
- 2) A água da albufeira de Alqueva é usada para a rega agrícola na aldeia da Luz?
- 3) A água da albufeira de Alqueva é usada para atividades de lazer pelos habitantes da aldeia da Luz?

1.2. Objetivo do estudo

O estudo objetiva perceber a relação da população da Luz com a albufeira de Alqueva sob o ponto de vista da água. Com o intuito de alcançar o objetivo geral, nomeadamente, pretende-se:

- 1) Identificar se a água da albufeira de Alqueva é usada para o abastecimento público da Luz.
- 2) Saber se a água da albufeira de Alqueva é usada para a rega agrícola da Luz.
- 3) Verificar se a população usa a albufeira de Alqueva para o seu lazer.

1.3. Organização do estudo

O presente estudo encontra-se organizado em cinco capítulos principais e uma reflexão:

Capítulo 1 – Introdução: neste capítulo é descrito o enquadramento e a justificação do tema deste estudo, bem como o objetivo geral e os seus objetivos específicos. Apresenta-se, sucintamente, a organização dos capítulos abordados ao longo do estudo.

Capítulo 2 – Cenário atual: o presente capítulo apresenta o estado da arte com os dados mais atuais sobre os objetos centrais deste estudo: o empreendimento de Alqueva e a aldeia da Luz.

Capítulo 3 – Revisão de literatura: neste capítulo é abordada a revisão de literatura que contribuirá para a compreensão do tema central deste estudo. Dessa forma, está dividida em quatro subcapítulos – As águas dos rios, Os impactos socioambientais de uma barragem, Serviços dos ecossistemas e Universo Alqueva.

Entre parênteses: é uma breve reflexão sobre o desastre humano e ambiental ocasionado pelo rompimento da barragem de Brumadinho, no Brasil. Considerou-se importante abrir este espaço para falar do acidente por se tratar de uma barragem e o impacto socioambiental negativo que o seu rompimento causou.

Capítulo 4 – Etnografia na Luz: neste capítulo desenvolve-se a metodologia selecionada – Etnografia Crítica, que para este estudo baseia-se na abordagem da investigação qualitativa, bem como apresenta as técnicas de recolha de dados utilizadas. Adicionalmente, descreve o período etnográfico junto ao grupo de estudo, ou seja, com os habitantes da Luz, e as informações da recolha e análise dos dados dessa aldeia.

Capítulo 5 – Conclusão: neste capítulo apresenta-se um balanço da conclusão deste estudo, com uma recomendação futura, destacando os resultados da etnografia realizada na Luz.

2. Cenário atual

Este presente capítulo foca-se na abordagem do conhecimento da empresa responsável pela construção de Alqueva, assim como o próprio empreendimento contextualizando os seus principais atributos, sua localização e sua dimensão para o Sistema Global de Rega, bem como apresenta a situação atual em que se encontra a aldeia da Luz.

2.1. A empresa e o empreendimento de Alqueva

A responsável pela construção e administração do empreendimento de Alqueva é a Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA). Foi criada em 1995, através da constituição de uma sociedade anónima de capital público pertencente ao setor empresarial do Estado (EDIA, 2019a). Essa empresa também foi a responsável pela construção da nova aldeia da Luz (Saraiva, 2007). A barragem de Alqueva e a sua albufeira insere-se no conceito de fins múltiplos, compreendendo uma gestão que engloba várias finalidades de uma reserva estratégica de água. Este empreendimento denomina-se de Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), que prioriza o desenvolvimento regional do Sul de Portugal, através da água, sendo a barragem de Alqueva “a Mãe de todo o Empreendimento e na sua albufeira o instrumento que garante o futuro da região, a água” (EDIA, 2019a).

A estratégia da EDIA está baseada no desenvolvimento regional através do regadio eficiente, da produção de energia renovável, do abastecimento público de água à população, da proteção e conservação dos recursos naturais, do turismo sustentável e do fomento do investimento nestes setores de atividades na área de influência do EFMA (EDIA, 2017a). Faz parte também da gestão estratégica da EDIA, em sua política de sustentabilidade, a Gestão da Água. Dessa forma, a empresa tem no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável ^[2] (ODS) número 6 ^[3] uma de suas preocupações de atuação visando o alcance das metas desse objetivo.

A EDIA está sediada em Beja, região do Alentejo de Portugal, com abrangência de atuação em 20 concelhos dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal. A empresa tem como missão “conceber, executar, construir e explorar” o EFMA, o “maior projeto hidroagrícola de Portugal” (EDIA, 2019c) cooperando para a promoção do desenvolvimento económico e social dessa sua área de intervenção. A atuação da EDIA, como gestora, está pautada na “estratégia baseada nos eixos prioritários do aproveitamento do Empreendimento assente no recurso “Água”, bem como no monitoramento constante da qualidade da água, principalmente quanto a origem dessa

^[2] Em consonância com a importância de questões fundamentais mundiais as Organizações das Nações Unidas (ONU) criaram, em 2015, a Agenda 2030, a qual possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com prioridades (objetivos e metas) no âmbito de aspetos do desenvolvimento global que são importantes de serem implementadas por todos os países e alcançadas até ao ano de 2030. Dentre estes 17 ODS há dois relacionados com a água e as suas formas de vidas, que são respetivamente: ODS 6 e o ODS 14. O ODS 14 fala sobre: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. A EDIA deveria também inseri-lo em sua política de sustentabilidade, pois tem na Gestão da Água um de suas áreas estratégicas, visando a qualidade desta. Uma vez que também incentiva a agricultura e como mencionado é um das causas de poluição das águas pelo uso de fertilizantes.

^[3] ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

para o empreendimento como um todo. Deve-se ao facto do empreendimento estar localizado no Alentejo, Sudeste de Portugal continental, caracterizado por ser uma região seca e árida (Wateau, 2014).

Segundo a EDIA (2019a), Alqueva foi projetado para ser uma “reserva estratégica de água”. O desejo foi concretizado, pois a sua barragem formou o “maior lago artificial da Europa”. A sua albufeira tem uma extensão de 83 km e possui um reservatório de 4 150 milhões de metros cúbicos (m³) de água (Pedroso, 2009), sendo de 3 150 milhões de m³ o seu volume utilizável em exploração normal, e uma área de abrangência de 10 000 km² pelos distritos de atuação. A albufeira de Alqueva ^[4] está assim ligada a todas as albufeiras localizadas nesse território possibilitando o abastecimento dessas e garantindo com isso a distribuição da água inclusive nos períodos de seca, que podem estender-se por três anos consecutivos^[5], que conforme o empreendimento, não faltará água para a região.

De acordo com o *Relatório de Sustentabilidade* da EDIA, publicado em 2018 referente às atividades de 2017, este ano representou o terceiro ano de seca para o Sul de Portugal. Tal facto comprovou a eficiência de Alqueva em garantir água para os fins múltiplos de que é utilizada, os quais são: o abastecimento público, com um total de cinco barragens que abastecem aproximadamente 200 000 pessoas; para a agricultura, com uma área de regadio de 120 000 hectares (ha) compreendendo uma rede de canais e condutas de 5 000 km, considerando várias outras albufeiras menores para o acondicionamento e distribuição da água para os demais setores de rega (Pedroso, 2009; Veiga, Duarte & Vasconcelos, 2008), para a indústria, para a produção de energia e para o turismo.

O EFMA, “um projeto centrado na barragem de Alqueva” é composto pelas seguintes infraestruturas: Barragem de Alqueva, Central Hidroelétrica de Alqueva, Barragem de Pedrógão, Central Mini Hídrica de Pedrógão e Sistema Global de Rega (EDIA, 2017a). O EFMA tem na barragem de Alqueva a sua maior importância devido às dimensões de sua obra (Tabela 2.1.), que conta com a barragem de Pedrógão, localizada a 23 km a jusante de Alqueva, formando uma albufeira de contra embalse para recuperar a água utilizada na produção de energia elétrica (Janeiro & Melo, 2004). A Central Hidroelétrica de Alqueva possui dois grupos de geradores com potência de 260 mW cada (EDIA, 2019a), sendo a segunda produtora hidroelétrica de Portugal (Wateau, 2014). A Central Mini-Hídrica de Pedrogão possui potência instalada de 10 mW (EDIA, 2017a).

^[4] Ver Anexo A informação complementar.

^[5] Sobre a informação da garantia de água disponível para o período de seca no Relatório de Sustentabilidade de 2017 da EDIA fala-se de três anos consecutivos de seca. Já no *síte* Alqueva (www.alqueva.com.pt) fala-se de quatro anos consecutivos de seca.

Tabela 2.1*Características das duas principais albufeiras do EFMA*

	Alqueva	Pedrogão
Localização:		
Distrito	Beja / Évora	Beja
Concelho	Portel / Moura	Vidigueira / Serpa
Freguesia	Alqueva / S. João Baptista	Pedrogão / Pias
Região hidrográfica	Guadiana	Guadiana
Linha de água	Rio Guadiana	Rio Guadiana
Características da barragem:		
Altura (m)	96	49 ^[a]
Cota do coroamento (m)	154	93
Comprimento do coroamento (m)	458	450 ^[b]
Grande barragem	Classe I	Classe I
Características da albufeira:		
Nível de pleno armazenamento – cota (m)	152	84,8
Nível mínimo de exploração – cota (m)	130	79
Nível de máxima cheia – cota (m)	153	91,8
Volume total (hm ³)	4 150	106
Volume útil (hm ³)	3 150	54
Espelho de água (km ²)	250	11
Comprimento da albufeira (km)	83	23
Margens (km)	1 160	118
Área ocupada pelo plano de água (ha)	25 000	1 140
Condicionantes de utilização:		
Principais usos	Rega, Eletricidade e Abastecimento público	Rega e Eletricidade
Classificação	Protegida	Protegida
Atividades	Pesca, navegação de recreio; atividade marítimo-turística	Pesca, navegação de recreio; atividade marítimo-turística

Nota: a – No *site* da EDIA (2019a) a altura da barragem de Pedrogão é de 43 m. O valor informado na tabela refere-se a publicação EDIA (2017a) Massas de Água de Alqueva. b – O mesmo ocorre para o comprimento do coroamento que no *site* está 448 m.

Fonte: EDIA (2017a), EDIA (2019a), adaptado por Marianne Lopes de Moraes.

O Sistema Global de Rega do EFMA possui no total: 69 barragens, reservatórios e açudes, ligados entre si ao longo de 382 km, constituindo a rede primária. A ligação para os beneficiários agrícolas e 47 estações elevatórias, seis centrais mini hídricas, uma central fotovoltaica e 120 000 ha de regadio implementado, é feito através de 1 620 km de contudas que constituem a rede secundária (EDIA, 2019c).

Próximo da nova aldeia da Luz uma área de regadio com 593 ha foi afectada com origem de água da albufeira de Alqueva (EDIA, 2019a). De acordo com a EDIA (2017a) este Sistema Global de Rega está dividido em três subsistemas, conforme as origens de água: Alqueva, Pedrogão e Ardila.

A albufeira de Alqueva é a origem de água do subsistema de Alqueva, o qual compreende uma área total regada de aproximadamente de 64 500 ha. Esta albufeira desenvolve-se a partir da Estação Elevatória dos Álamos, a qual permite elevar a água para as albufeiras dos Álamos, que distribuem a água para os Aproveitamentos Hidroagrícolas da região (Monte Novo, Loureiro-Alvito, Vale do Gaio, Alvito-Pisão, Pisão, Alfundão, Ferreira e Valbom, Beringel-Beja, Cinco Reis-Trindade, Ervidel, Aljustrel e Bloco de Rega Roxo-Sado (Rio de Moinhos)).

A albufeira de Pedrógão é a origem de água do subsistema do Ardila, que abrange uma área total regada de 30 500 ha. Essa albufeira tem início na estação Elevatória de Pedrógão e possui um conjunto de 15 barragens, das quais se destacam as barragens de Amoreira, Brinches, Caliços, Pias e Serpa, e engloba Aproveitamentos Hidroagrícolas da região (Orada-Amoreira, de Brinches, de Brinches-Enxoé, de Serpa, de Caliços-Machados, de Caliços-Moura e de Pias) que estão localizados na margem esquerda do rio Guadiana nos concelhos de Moura, Beja e Serpa.

O subsistema de Pedrógão, tendo na albufeira de Pedrógão a origem da água, estende-se por uma área total de 24 500 ha. Esse subsistema tem o seu início na Estação Elevatória de Pedrógão, compreendendo um total de nove barragens, incluindo a barragem de São Pedro, três estações elevatórias, cerca de 42 km de extensão de rede primária e aduções a desenvolverem-se na região a Este de Beja, na margem direita do Guadiana. Esse subsistema também integra Aproveitamentos Hidroagrícolas (Pedrógão, São Matias, São Pedro-Baleizão e Baleizão-Quintos).

Tanto a albufeira de Alqueva, quanto a de Pedrogão, fazem parte do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão (POAAP), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 94/2006, de 4 de agosto. Este plano, segundo a publicação, estabelece o regime de proteção dos recursos e valores naturais na área de atuação, monitorando os usos e o regime de gestão conforme a utilização sustentável do território. Este também se aplica à área de intervenção constituída pelos planos de água, ilhas e zonas de proteção com a largura de 500 m contada com base no nível de pleno armazenamento das albufeiras – 152 m e 84,8 m respetivamente para as medidas na horizontal.

O empreendimento de Alqueva gerou um impacto ambiental ao criar a imensa infraestrutura, que para além de ser uma “reserva estratégica de água” é “o novo paradigma da agricultura moderna em Portugal” (EDIA, 2019c). Por se encontrar numa região “onde os solos têm elevada aptidão para esta prática agrícola, o número de horas de sol é superior à média europeia e o clima é ameno” o empreendimento possui vantagens competitivas diferenciando-o de outros a nível Europeu (EDIA, 2019c). Desta forma, o empreendimento de Alqueva apresenta-se, nas publicações *on-line* e *folders* de divulgação, como “uma nova terra de água”, “uma nova terra de oportunidades” e “uma nova terra de sucesso” (EDIA, 2019c).

2.1.1. Alqueva, uma nova terra de água

Alqueva é considerado o “maior plano de água da Europa” (Wateau, 2014, p. 41), e resulta da barragem com o mesmo nome construída a aproximadamente a 80 km da entrada do rio Guadiana em Portugal. Este rio nasce em Espanha e percorre Portugal, até desaguar no oceano Atlântico. Segundo Wateau (2014), Portugal é dependente de água 50% proveniente de Espanha. Alqueva foi criado para ser uma “reserva estratégica de água”, “tanto em relação a Espanha, quinto país com mais barragens em todo mundo, como à Europa, ao oferecer a maior albufeira” (Wateau, 2014, p. 48). Alqueva está localizada na maior e mais seca região de Portugal, o Alentejo, sendo também caracterizado pelo seu despovoamento, o qual corresponde a 5% da população total do país (Wateau, 2014).

O empreendimento é justificado pelas oportunidades que o recurso hídrico pode trazer para o Alentejo e os seus principais objetivos, de acordo com a EDIA como citado em Janeiro & Melo (2004) são: garantir uma reserva estratégica de água para o abastecimento público e industrial; alterar o modelo agrícola do Sul do país; gerar hidroeletricidade; criar potencialidades turísticas; combater a desertificação física e as alterações climáticas; intervir nos domínios do ambiente e do património; promover a criação de empregos desde a construção do empreendimento até a exploração. Com isso, pode-se identificar que os quatro primeiros objetivos estão relacionados diretamente com a água. De acordo com o *Relatório de Sustentabilidade* da EDIA, estes objetivos foram alcançados, pois a água é usada para o consumo humano e industrial, para a agricultura através da rega, para a geração de energia, para a navegação e para o lazer (Tabela 2.1).

Janeiro & Melo (2004, p.8), consideram que a “reserva estratégica de água está garantida em quantidade, embora não em qualidade”. De acordo com a EDIA (2017a), existe o programa de monitorização de qualidade da água na rede primária do EFMA, o qual tem como objetivos: recolher dados de suporte à gestão e exploração do EFMA; avaliar a adequabilidade da água captada para a rega e o caudal ecológico libertado para a jusante; assegurar o cumprimento dos diplomas legais em vigor, face às responsabilidades da EDIA e dos compromissos ambientais de sua responsabilidade. O documento consta que a avaliação da qualidade da água para rega está em conformidade com o Anexo XVI do Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de agosto, o qual avalia a qualidade das águas destinadas para a rega.

2.1.2. Alqueva, uma nova terra de oportunidades

O empreendimento de Alqueva trouxe, um “potencial produtivo” para o Alentejo, fazendo da região “um dos maiores, senão o maior, potencial agrícola de Portugal”, o que poderá promover o desenvolvimento da região, uma das mais pobres de Portugal (EDIA, 2019a). O clima mediterrânico contribui para o crescimento do setor agrícola. Porém, de acordo com Wateau (2014) a barragem de Alqueva não é para os assalariados alentejanos, “apenas os mais abastados e mais bem aconselhados proprietários portugueses puderam investir na adaptação e modernização das explorações que o regadio implica” (Wateau, 2014, p. 45). A autora ressalta que os empresários espanhóis estão a comprar terrenos a preços relativamente baratos. Para

manter esta característica de potencial produtivo é preciso que haja “agricultores e investidores que queiram desenvolver atividades agrícolas sustentáveis” (EDIA, 2018) na área abrangida pelo empreendimento.

As oportunidades que Alqueva traz situam-se nos 120 mil ha destinados para à rega. Nesse perímetro disponibilizado à rega implementam-se culturas como olivais, cereais, milho, vinha (uva de mesa e para vinho), pastagem e forragem, bem como culturas de grãos, frutícolas (damasco, citrinos, pêssago, entre outras), frutos secos (amêndoa, noqueira e aveleira) e hortícolas (tomate, melão, alho, cebola, entre outras). Entre essas culturas destaca-se o olival. Segundo os dados do *Anuário Agrícola de Alqueva* de 2018 (EDIA, 2018), o olival é a cultura que mais tem crescido nos perímetros de rega de Alqueva de forma intensiva, com o sistema de rega gota a gota e com elevada mecanização. O principal investimento estrangeiro de Alqueva é espanhol e para esta cultura (EDIA, 2018). Pode-se perceber o aumento do cultivo do olival ao comparar o ano de 2018 com o de 2019 (Figura 2.1.).

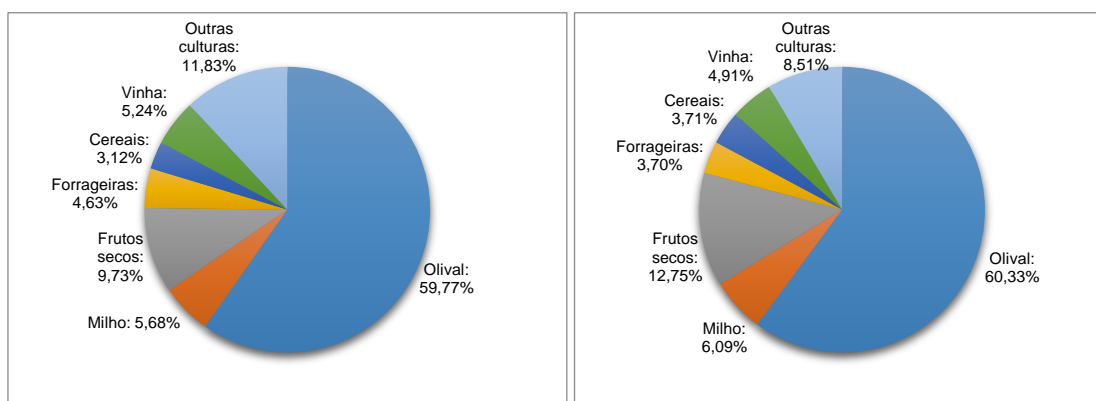


Figura 2.1. Áreas ocupadas no EFMA por culturas inscritas em 2018 e 2019, respetivamente.

Fonte: EDIA (2019a), acessado em 31 de julho de 2019. Disponível em

<http://www.alqueva.com.pt/pt/#/regadio/ocupacao-cultural/11>

Para a cultura do olival é usada em média por ano 2,500 m³ a 3,000 m³ de água para a rega. Uma outra cultura que tem sido incrementada é o amendoal (EDIA, 2019c). No ano de 2018, segundo o *Anuário Agrícola de Alqueva* (EDIA, 2018) a área ocupada por esta cultura foi de 6,994 ha, correspondendo a um aumento de 25% em relação ao ano anterior. Tal como para o olival a sua exploração é em pomar e seu sistema de rega é o gota a gota. A quantidade média de água (ano) destinada à rega é de 3,500 m³ a 5,000 m³. Segundo o Relatório de Sustentabilidade da EDIA, em 2017, as culturas ocupavam uma área de 111.874,00 ha e consumiram, 379.893.046,00 m³ de água.

Além da agricultura outra oportunidade que Alqueva visa gerar é o desenvolvimento do turismo para a região. Segundo a publicação *Alqueva, uma nova terra de oportunidades* a formação do “maior lago artificial da Europa” o Alqueva trouxe “um novo dinamismo a este espaço, acrescentando-lhe oportunidades e gerando competitividade (...) com base num turismo sustentável” (p.14). Para Carmo & Cravo (2005) as aldeias ribeirinhas de Alqueva, por se localizarem nas proximidades da zona de água representam uma aposta ao turismo e por

consequência o desenvolvimento social e económico da região. Neste sentido a Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva apresenta um roteiro turístico denominado Terras do Grande Lago Alqueva, para 18 aldeias ribeirinhas.

2.1.3. Alqueva, uma nova terra de sucesso

Alqueva é considerada “uma nova terra de sucesso”, pois oferece a garantia de água e oportunidades, principalmente agrícolas. A taxa de adesão ao empreendimento está próxima dos 80 %, considerado um valor acima da média nacional (EDIA, 2019c). De acordo com o *Anuário Agrícola de Alqueva* (EDIA, 2018), atualmente, o EFMA, está na sua primeira fase de implementação, o que corresponde aos 120 mil ha disponíveis para o regadio, finalizados há cerca de dois anos. A segunda fase do empreendimento, que prevê a construção de aproximadamente 50 mil ha, está prevista para iniciar em 2019 com provável conclusão em 2022. Este aumento corresponde a 40% da área beneficiada.

2.2. A Luz de hoje

“A Luz ouvia falar da possibilidade da barragem como uma ameaça que pairava sobre o destino da aldeia” (Saraiva, 2005, p. 26). Essa possibilidade concretizou-se com o encerramento das comportas da barragem e o enchimento da albufeira em fevereiro de 2002 (Saraiva, 2005; Wateau, 2008). Assim, segundo as autoras, durante o verão daquele ano a população mudou-se para a nova aldeia oficialmente inaugurada em 19 de novembro de 2002.

A freguesia de Luz, pertencente ao concelho de Mourão ^[6], situada na margem esquerda do rio Guadiana ^[7], distrito de Évora, Alentejo Central, quando da sua desativação, possuía 373 habitantes ^[8] e um pouco mais de 200 casas (Wateau, 2008). Atualmente, possui 279 habitantes segundo um levantamento ^[9] efetuado pela Junta de Freguesia de Luz, sendo que do total de habitantes 133 são homens, 120 são mulheres e 26 são crianças com menos de 18 anos. Constata-se assim uma redução de sua população. Existem na nova Luz (Figura 2.2) 214 casas de habitação das quais 86 não estão habitadas. Essas casas são usadas somente por altura das festas ou noutras ocasiões em que os seus donos regressam para a aldeia.

^[6] Câmara Municipal de Mourão.

^[7] Museu da Luz.

^[8] Recenseamentos da População e Habitação (censos) 2001, INE.

^[9] Este levantamento da Junta de Freguesia de Luz é um dado não oficial do censo, uma vez que o último foi realizado em 2011, em que a população era de 290 habitantes, onze a menos que a atual.



Figura 2.2. Aldeia da Luz, 13 de maio de 2019

Segundo informações do Museu da Luz, as casas obedecem a 25 tipologias, baseadas na arquitetura tradicional local com um traçado de ruas semelhante à antiga aldeia. Em termos de atividades económicas, serviços e prédios rústicos, a Luz possui: um mini mercado; uma padaria; uma queijaria; um restaurante; quatro cafés; uma loja de artesanato (que também tem a função de um mini mercado); uma escola primária; um parque infantil (como um jardim, que fica atrás da escola); um lar de idosos; um centro de saúde; um museu (o Museu da Luz); uma Junta de Freguesia; um lavadouro (o qual não funciona, por não possuir água); um pavilhão desportivo; um campo de futebol; uma praça de touros; um cais; um parque de merendas; um parque de caravanas; um cemitério e duas igrejas católicas, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, localizada no largo e a igreja de Nossa Senhora da Luz, localizada próxima do Museu da Luz e do cemitério da aldeia. De acordo com os habitantes, esta última, é uma cópia fiel da igreja da antiga aldeia que foi fundada no século XV.

O surgimento da Luz data do período Paleolítico e Neolítico ^[10]. Segundo Saraiva (2005), a aldeia da Luz, além do rio Guadiana, o qual a população da Luz mantinha uma relação de identidade, “tinha a sua imagem marcada por outros dois pontos importantes, diretamente ligados à história das suas origens e desenvolvimento: o Santuário de Nossa Senhora da Luz e o Castelo da Lousa” (p. 27). A aparição de Nossa Senhora da Luz, em cima de uma azinheira, a Santo Adriano, quando ele guardava o seu rebanho, apresentando-se como padroeira da freguesia fez edificar a igreja e devoção a Santa ^[11]. Já o castelo, localizado na margem esquerda do rio Guadiana, era uma “ruína de uma vila romana do século I a.C.” herança “de uma das primeiras ocupações sedentárias humanas neste território” (Saraiva, 2007, p. 446).

Na Figura 2.3, é possível ver o rio Guadiana, o Castelo da Lousa e a antiga aldeia da Luz bem como a nova Luz. A aldeia, que agora está a situada a 2 km da antiga, presenciou a alteração na sua paisagem territorial. Segundo informações do Museu da Luz, na aldeia foram submersos 3 134 ha, ou seja, 62% da sua área total, bem como uma parcela da rede viária, a totalidade ou parte da superfície de prédios rústicos, poços, furos e construções agrícolas assim como um fragmento considerável das “Terras da aldeia da Luz” que suportam a economia da aldeia, através da agricultura. Dessa forma, atualmente, a Luz tem 2 040 ha. Ainda segundo informações

^[10] Junta de Freguesia de Luz.

^[11] Junta de Freguesia de Luz.

do Museu da Luz, 94% do perímetro da aldeia fica em contacto com o plano de água, representando uma extensão de 100 km.



Figura 2.3. Antiga aldeia e nova aldeia da Luz.

Nota. a. rio Guadiana; b. Castelo da Lousa; c. antiga Luz; d. nova Luz.

Fonte: Museu da Luz.

Mesmo com a redução das suas terras, a Luz continua a ter na agricultura a sua principal atividade económica. De acordo com Saraiva (2005, p. 66) “a agricultura foi a atividade essencial das gentes da Luz”. Atualmente, a agricultura na Luz, caracteriza-se pela presença das culturas permanentes de olivais e vinhas, que segundo a autora possuem respetivamente 290 ha e 80 ha. Alguns dos seus habitantes possuem terras ocupadas com essas culturas. Há ainda algumas culturas temporárias como os ferragiais e as culturas arvenses – pastagem e campos de cereais – e ainda culturas de plantas aromáticas e medicinais.

A Luz faz parte das aldeias ribeirinhas das Terras do Grande Lago Alqueva, que promove o roteiro turístico do lago Alqueva. Além dela outras 17 integram: Alqueva, Amieira, Campinho, Capelis, Cheles, Estrela, Granja, Juromenha, Marmelar, Mina da Orada (Pias), Monsaraz, Monte do Trigo, Pedrógão, Póvoa de São Miguel, São Marcos do Campo, Telheiro e Villareal. Na aldeia da Luz, possui um espaço destinado às caravanas, mas não possui alojamento turístico. Há um alojamento rural somente próximo à aldeia. De acordo com o informativo de divulgação deste roteiro turístico os serviços que a Luz oferece são: cafetaria, artesanato, igreja, museu, zona de pesca, desporto náutico e cais.

2.2.1. O Museu da Luz

O Museu da Luz (Figura 2.4), inaugurado em novembro de 2003, foi construído a pedido dos habitantes da Luz pelo facto de terem sido realojados (Saraiva, 2007). Foi neste espaço de memória que surgiu a oportunidade de realizar o estudo etnográfico devido ao programa de Residências do Museu da Luz.



Figura 2.4. Museu da Luz, 14 de maio de 2019

De acordo com Saraiva (2007, p. 442) o museu “levantava o problema da sua inserção na paisagem urbana da nova Luz”, pois na antiga aldeia não havia o museu, ao mesmo tempo que é um “elemento catalisador de ajuda à inserção da população ao novo aldeamento”, pelo facto de ser construído em consequência da necessidade de realojamento da população da Luz. Segundo a autora, o projeto arquitetónico do museu data de 1998 e foi inspirado no submerso Castelo da Lousa.

Em 2018 o museu, com acervo de aproximadamente 1 200 peças, das quais estão expostas 234 (Saraiva, 2007), recebeu no total 7 461 visitantes. De acordo com a definição do Museu da Luz ele é “o espaço de interpretação de uma paisagem social, cultural e natural transformada” pela água. Para Saraiva (2007, p. 466) o Museu da Luz não deve estar “virado para o trauma do passado recente”, mas ser “um equipamento que dê a conhecer uma zona marginalizada do país aos de fora, mas que sobretudo seja um lugar onde os luzenses se sintam em casa”.

3. Revisão de literatura

A revisão de literatura está dividida em quatro subcapítulos. O primeiro subcapítulo, aborda a temática da água, focando a importância que os rios representam para o ser humano. Inicialmente, sublinha-se os primeiros registos sobre a temática. Também se evidencia a distribuição da água no planeta, e relaciona-se a relevância dos rios para a formação das civilizações antigas, pois a “água desde sempre foi mote modelador para práticas sociais nos mais variados contextos etnográficos” (Saraiva, 2005, p.16). Nessa contextualização valorizam-se as técnicas de armazenamento e suas múltiplas utilizações, “mas a água, proveniente da natureza, escapa amiúde ao controlo humano e daí a necessidade da sua domesticação” (Saraiva, 2005, p. 17). Dessa forma, o homem passa a interromper o fluxo natural dos rios construindo as barragens.

O segundo subcapítulo aborda uma breve contextualização histórica das barragens e apresentam-se os principais impactos socioambientais, recorrendo-se a dois exemplos. O primeiro em Portugal, a barragem do Baixo Sabor, e o segundo no Brasil, a barragem de Sobradinho.

No terceiro subcapítulo, contextualiza-se, de forma concisa, a importância que os ecossistemas representam para a biodiversidade e para o ser humano. Neste capítulo tenta-se ainda correlacionar com os serviços dos ecossistemas que Alqueva presta a população, sendo este um dos objetivos desse estudo.

No quarto subcapítulo, apresentam-se as razões socioeconómica e políticas que motivaram sua construção. Aborda-se ainda os impactos socioambientais de Alqueva através de um breve estudo de aldeias ribeirinhas à albufeira de Alqueva: a aldeia da Luz, a aldeia da Estrela e a aldeia de Alqueva. Pretende-se identificar quais os impactos que o “maior lago artificial da Europa” gerou para cada uma dessas aldeias.

3.1. As águas dos rios

A água tem importância vital para todas as formas de vida. Os animais, as plantas e os seres humanos dependeram e dependem dela para a sua evolução como espécies, desenvolvimento e vida. Segundo o pensamento de Tales de Mileto, filósofo grego e um dos formadores da Escola de Mileto ^[12], a água era o princípio de todas as coisas considerada “a própria substância divina, é um ser único” e por consequência “a vida de todos os seres é determinada pelo elemento água” (Silva, 2004, p. 149). Já Hipócrates (460 – 377 a.C.), em seu tratado *Ventos, águas e lugares* estabelece uma relação da saúde, entre outros fatores, com a qualidade da água referindo que o médico ao chegar a uma “cidade desconhecida deveria observar com cuidado a água utilizada por seus habitantes” (Piterman & Greco, 2005, p. 6). Seu contemporâneo, Platão (427 – 347 a.C.), considerou importante “disciplinar o uso da água” e penalizava os que provocassem algum

^[12] Escola de Mileto – Foi uma escola de pensamento, a qual “explorava os fenômenos naturais no sentido de constituir um pensamento que se fazia da observação de tais fenômenos” (Silva, 2004, p. 145).

malefício, “pois para ele, a água era a coisa mais necessária à manutenção das plantações” (Piterman & Greco, 2005, p. 7). Em consequência, ele reconheceu que a água é um elemento determinante para o desenvolvimento social, sendo analisada com cuidado e respeito. Atualmente, além do conhecimento sobre a sua importância, conhece-se a sua disponibilidade no planeta Terra.

A água distribui-se de forma desigual no planeta (Pinto-Coelho & Havens, 2015). Segundo os autores, cerca de 97% da água está nos oceanos não sendo própria para o consumo humano. Os outros 3% correspondem a água doce, distribuída da seguinte maneira: 69,5% na forma de glaciares e calotas polares, 30,1% situada no subsolo e permafrost (solos congelados das florestas boreais) e 0,4% correspondem a outras fontes. Desta parcela, 67,4% situam-se nos lagos, 31% na atmosfera e, somente 1,6% correm nos rios.

Com a reduzida representatividade de água nos rios, comparada com o todo, pode-se pensar que não têm função significativa para a manutenção de vida na Terra. Muito pelo contrário. Os rios são sistemas dinâmicos e de transporte de sólidos em suspensão, nutrientes dissolvidos, importantes para o equilíbrio da biosfera, bem como para a fertilidade dos oceanos (Pinto-Coelho & Havens, 2015). De facto os rios são “estradas da vida”, devido a “centenas de espécies de peixes, aves e mamíferos e milhares de espécies de insetos e de outros invertebrados” por os usarem “como rotas de migração e locais de reprodução ou ali vivem toda a sua vida” (Pinto-Coelho & Havens, 2015, p. 20).

Além de fundamentais para a biodiversidade, os rios são considerados importantes por proporcionarem uma série de benefícios às populações. Um exemplo de um rio que trouxe desenvolvimento humano foi o Nilo – o mais extenso do planeta Terra, esteve na base da civilização egípcia, a qual iniciou em 5 000 a.C., o seu processo de irrigação, na Mesopotâmia e no Egito.

No contexto regional da Península Ibérica, há quatro grandes rios que nascem em Espanha e percorrem Portugal até desaguardarem no oceano Atlântico (Wateau, 2014): Tejo, Douro, Guadiana e Minho. O Tejo é o mais extenso destes rios com comprimento de 1 100 km. Segundo Lima, Lima & Rodrigues (2019), os rios de Portugal têm relevância geoestratégica por influenciar a atividade económica e social, sendo importantes para os ecossistemas e desenvolvimento da população. Os autores destacam que as bacias hidrográficas do Tejo, Douro e Guadiana são as maiores do país.

A bacia hidrográfica do rio Guadiana tem a sua importância para a região do Alentejo, nomeadamente para o empreendimento de Alqueva, que se situa nesta bacia de superfície total de 66 800 km², sendo 55 220 km² (83%) em Espanha e 11 580 km² (17%) em Portugal ^[13]. A bacia hidrográfica do Guadiana é a quarta maior da Península Ibérica (depois das bacias hidrográficas do Douro, Ebro e Tejo). A nascente do rio Guadiana localiza-se nas lagoas de

^[13] Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC, 2014).

Ruidera, Ciudad Real (Espanha) a 1 700 m de altitude. O percurso do rio é de 810 km ^[14], dos quais 260 km são em Portugal e desses 110 km delimitam a fronteira, até desaguar no oceano Atlântico, junto a Vila Real de Santo António, no Algarve.

A bacia está dividida em três zonas distintas, Alto, Médio e Baixo Guadiana, tendo uma forma comprida e estreita, com sentido Norte a Sul em Portugal. Neste país, a bacia é delimitada pela bacia do Tejo, a Norte, pelo oceano Atlântico, a Sul, pela fronteira com Espanha, a Leste, e pelas bacias dos rios Tejo, Sado, Mira e Arade, a Oeste. É considerada por ter um fraco dinamismo e potencial demográfico. Em Portugal, tem uma densidade demográfica de 20 hab/km², característica do Sul do país, mais nomeadamente do Alentejo. Este valor é inferior à densidade populacional média para a totalidade da bacia de 28 hab/km².

Relativamente ao clima, a bacia hidrográfica do Guadiana em Portugal apresenta características climáticas mediterrânicas secas, com os verões quentes, com alta insolação e elevada evapotranspiração. A temperatura média anual é de 16°C. Nos meses de julho a agosto a temperatura varia entre 24°C a 28°C. Em janeiro, mês mais frio, a temperatura média varia entre 9°C a 11°C. A precipitação anual média está entre 500 e 600 mm, correspondendo a 80% do total anual, principalmente entre outubro a abril.

Muitos troços destes rios encontram-se próximos de áreas urbanas e agrícolas. Por este motivo, a interferência humana tem gerado vários impactos nestes (Pinto-Coelho & Havens, 2015), nomeadamente degradação hidromorfológica e contaminação físico-química. O uso do solo, na agricultura pode impactar a qualidade da água através de adição de adubos, pesticidas e fertilizantes, bem como pela irrigação, que dependendo do cultivo pode diminuir a disponibilidade da água a montante com consequências na sua qualidade (Feio & Teixeira, 2019). Nas zonas industriais e nas urbanas, a degradação poderá ter origem nos resíduos, principalmente provenientes da rede de esgoto não tratada.

A preocupação com estas formas de contaminação e o seu impacto na integridade dos ecossistemas esteve na base da criação da Diretiva Quadro da Água (DQA) (Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000). Esta directiva europeia determina aos estados membros a monitorização ecológica de todas as massas de água com a responsabilidade de alcançarem o bom estado ecológico e o bom estado químico (Feio, Almeida, Aguiar, Oliveira & Hughes, 2019).

3.1.1. As civilizações antigas nas proximidades dos rios

As civilizações antigas tiveram o seu desenvolvimento nas proximidades dos rios. Entre delas destacam-se: os acadianos e os sumérios na Mesopotâmia, entre os rios Tigre e o Eufrates, os egípcios no rio Nilo, os chineses nos rios Amarelo e Yangtzé, e os indianos no vale do rio Indo (Graça, Cortes, Ferreira & Feio, 2019). Cada um destes povos criou a sua própria relação com a água. Para os sumérios (5.000 – 4.000 a.C.) a água tinha uma importância de divindade,

^[14] Segundo Lima et al. (2019) o comprimento do rio Guadiana é de 829 km.

construíram “canais de irrigação, galerias, recalques, cisternas, reservatórios, poços, túneis e aquedutos” (Piterman & Greco, 2005, p. 5). Na Mesopotâmia e no Egito, destacam-se pelo sistema de drenagem que desenvolveram nas áreas pantanosas do delta do rio Nilo e dos rios Tigres e Eufrates (Pinto-Coelho & Havens, 2015). Na Índia há sinais de rede de esgotos em Nipur e sistemas de água e drenagem no Vale do Indo por volta de 3.200 a.C. (Piterman & Greco, 2005).

Os romanos foram os precursores na quantificação económica dos rios. Utilizavam um sistema de medição de consumo de água e aplicavam uma taxa de utilização. Desenvolveram ainda obras hidráulicas e de saneamento (Graça et al., 2019). A sua arquitetura (século V a.C.) foi fundamental para duas técnicas de sistemas de transporte de águas e os aquedutos (latim aqua – água e ducere - conduzir) (Piterman & Greco, 2005). Porém, há registos de que o primeiro aqueduto foi construído por Ezequiel, rei de Judá, em 700 a.C., para abastecer Jerusalém (Pinto-Coelho & Havens, 2015). Os aquedutos tinham duas funções principais: suprir de água as termas (ou banhos públicos comuns em Roma, por volta de 300 d.C.), e abastecer as cidades com as águas dos lagos em fontes artificiais (Pinto-Coelho & Havens, 2015). A cidade de Lisboa (Portugal) tem um aqueduto (o Aqueduto das Águas Livres), que foi construído de 1731 a 1799, a pedido de D. João V, rei de Portugal ^[15].

Há registos de que o primeiro sistema de abastecimento de água foi construído há 4 500 anos. Entretanto, os povos já armazenavam água, em potes de barro não cozidos, sendo que seus indícios datam de 9 000 a.C. (Pinto-Coelho & Havens, 2015). A cerâmica surgiu em 7 000 a.C. sendo importante para o armazenamento de água (Piterman & Greco, 2005 como citado em Pinto-Coelho & Havens, 2015). Além destes utensílios usados para o armazenamento de águas, as populações antigas guardavam as águas em cavidades na terra, as chamadas cisternas. Este método é usado até hoje para captação de água da chuva e posterior armazenamento.

Na Idade Média, as populações, começaram a usar os rios como meio de transporte e captação de água (Rosen, 1994 como citado em Pinto-Coelho & Havens, 2015). Este período foi expressivo para o desenvolvimento do comércio, formando pequenos povoados nas proximidades das planícies dos rios, orlas marítimas e rotas comerciais (Piterman & Greco, 2005). Tal princípio foi importante inclusive para conquistar outros territórios e povos. Nas Américas os rios proporcionaram aos colonizadores dominar as novas terras descobertas; na África o tráfico de escravos era feito pelo percurso fluvial (Pinto-Coelho & Havens, 2015).

As cidades mais antigas de Portugal também se situam nas margens de rios, que possibilitavam a navegabilidade, tais como o Douro e o Guadiana. Permitia-se assim a colonização de zonas mais afastadas no interior do país (Graça et al., 2019). Em termos de transporte ressalta-se, atualmente, por exemplo o rio Elba, que na Alemanha, é imprescindível para o escoamento de produtos até ao porto de Hamburgo – um dos mais importantes do mundo.

^[15] Museu da Água

A evolução na exploração dos rios possibilitou o desenvolvimento de outras formas de utilizar a água. Assim o homem construiu barragens. As civilizações fazem o uso de barragens ao longo dos últimos 5 mil anos, como forma de suprir a escassez natural da água, principalmente, para as atividades agrícolas originadas no Neolítico (Rodrigues, 2014). A autora adiciona que é possível encontrar registo destas obras na história antiga da China, da Mesopotâmia, da Pérsia e da Índia. O primeiro barramento de um rio para armazenar água é datado de 2 900 a.C., no Egito, construído pelo governo do faraó Menes, para abastecer a capital Memphis (Rosen, 1994; Resende & Heller, 2002 como citado em Pinto-Coelho & Havens, 2015). As barragens que se propagaram com os romanos tiveram um papel fundamental na disseminação de sua aplicação até a Idade Média a usar para a alimentação dos moinhos (Wateau, 2014).

As barragens foram criadas para regular os caudais, prevenir cheias, armazenar água, servir de abastecimento para as cidades e para os campos, criar bacias piscícolas ou, produzir eletricidade, ser explorada pelo turismo e usada para a navegação (Wateau, 2014). Verifica-se assim o seu múltiplo uso e o oferecimento de serviços importantes para a sociedade. Porém, grande parte das barragens são construídas para à produção de eletricidade (Pinto-Coelho & Havens, 2015). Atualmente, em Portugal, cerca de 40 a 50% da eletricidade consumida é proveniente de energia, com origem em hidroelétricas (Graça et al., 2019). Destas estruturas resultam as albufeiras ^[16] – grandes armazenamentos de água que adicionalmente podem ser usadas para reserva estratégica de água, abastecimento humano, animal e industrial, rega e lazer.

Para além da obra em si, é importante destacar a poluição causada pelo ser humano através de uma utilização insustentável do recurso de água nestes ecossistemas por si construídos. A construção de barragens nos rios tem influência não só na qualidade da água que se altera, como na diversidade de espécies, “toda hidrodinâmica tanto montante quanto a jusante causando aumento da erosão em alguns pontos e o assoreamento em outros” (Pinto-Coelho & Havens, 2015, p. 47), e por provocar impactos socioambientais decorrentes de sua construção.

3.2. Os impactos socioambientais de uma barragem

Segundo a Lei nº 12 334, do Brasil, de 20 de setembro de 2010 ^[17], que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), de acordo com o seu Artigo 2º barragem é “qualquer estrutura em um curso permanente ou temporário de água para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas”.

As barragens são causadoras de problemas ambientais e sociais, sendo “criticadas pelo seu impacto sobre o ambiente, o seu gigantismo ou sua desadequação social” (Wateau, 2014, p. 26). Uma barragem gera consequências nos cursos dos rios e em seus ecossistemas, bem como na

^[16] Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (MAAT), Parte da exposição da Central (Fundação EDP).

^[17] Lei nº 12 334, do Brasil, de 20 de Setembro de 2010. Acedido a 11 de abril, 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm

vida das populações que moram próximas a esses empreendimentos (Bosshard, 2014). De acordo com as estimativas, existem cerca de 52 000 grandes barragens (Wateau, 2014) com uma altura de 15 metros ou mais, e milhões de barragens menores construídas sobre os rios (Bosshard, 2014), no mundo. Acredita-se que a maioria dessas foram construídas entre os anos de 1930 a 1970, sinal de progresso e desenvolvimento económico para a época (Wateau, 2014). Aproximadamente 5 000 barragens têm uma altura de 60 metros ou mais. Estas obras fragmentaram dois terços dos grandes rios mundiais e inundaram uma área do tamanho da Espanha. Este país, por exemplo, devido ao investimento que fizeram na “cultura da água” para a rega (Wateau, 2014), é o quinto no mundo com mais barragens (são 1 196 no total – correspondendo a 3%, os outros quatro são: Japão (7%), Índia (12%), Estados Unidos (18%) e China (60%)).

Em Portugal, de acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), existem aproximadamente 250 grandes barragens, com altura superior a 15 metros ou armazenamento superior a 1 milhão de metros cúbicos. Os primeiros registos de barragens no país datam dos finais do século XIX quando iniciou a “utilização das águas fluviais como força motriz para a produção de energia hidroelétrica” (Rodrigues, 2014, p. 29). Durante essa época até à atualidade outros governos atuaram na formação de novos projetos. Foram idealizadas para fins múltiplos, como armazenamento de água, irrigação, abastecimento público e reserva estratégia de água. No Sul destinam-se sobretudo para irrigação e abastecimento público; no Norte tem maioritariamente uso na hidroelétrica.

Sob a ótica ambiental, uma barragem tem efeitos negativos (Wateau, 2014). Bosshard (2014) destaca alguns desses efeitos, que são: o aumento da evaporação, que pode ser comparado com a quantidade de água perdida de quatro Niagara Falls (queda d'água nos Estados Unidos); o bloqueio da migração de peixes, prejudicando as espécies piscatórias migratórias e provocando a diminuição das espécies de água doce (acredita-se que entre 1970 a 2008 foi de 37%); a área desmatada; a ameaça à biodiversidade, a redução da qualidade da água a jusante e a montante; a alteração no ciclo hidrológico; e, o aumento da erosão nas margens (Pinto-Coelho & Havens, 2015).

Além destes impactos ambientais as barragens causam impactos sociais. Já deslocaram cerca de 80 milhões de pessoas, sendo que 23 milhões na China. Neste país situa-se a barragem de Três Gargantas, a maior central hidroelétrica do mundo, localizada no rio Yangtzé, o maior da Ásia (Pinto-Coelho & Havens, 2015). De forma geral, os habitantes que vivem nas proximidades deste sistema são social e financeiramente menos favorecidos, sendo frequente a deslocação para outros locais com enormes consequências sociais. Por isso mesmo, tem-se desenvolvido movimentos contra a construção destas obras, tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no Brasil, e o movimento espanhol Fundación Nueva Cultura del Agua (FNCA), que atuam em defesa das populações prejudicadas. Uma barragem pode gerar também impactos culturais. Como o realocamento de monumentos: exemplo disto foi o realocamento do templo de Abu-Simbel, em 1964, por arqueólogos sob responsabilidade da Organização das

Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), em virtude da construção da barragem de Assuão no Nilo (Egito) (Pinto-Coelho & Havens, 2015).

Grande parte dos empreendimentos para a construção de barragens são feitos por governos totalitários, como de países como Rússia, China e Brasil, ou em regiões de baixa densidade populacional como no Canadá, Brasil e na Rússia (Bosshard, 2014; Pinto-Coelho & Havens, 2015). Como exemplo tem-se o massacre de mais de 440 indígenas devido à construção da barragem de Chixoy, na Guatemala, em 1982. O custo destes empreendimentos são elevados, com financiamentos (Bosshard, 2014) incorporáveis do ponto de vista socioambiental. Por outro lado, uma barragem com defeitos na sua construção pode causar desastres como o da barragem de Banqiao, na China, em 1975, que resultou num desastre humano, com cerca de 171 000 pessoas mortas.

Devido a este risco, existe uma desconfiança quanto à efetividade técnica da obra, que engloba o local de sua construção como a “insuficiente consistência da rocha para sustentar a infraestrutura ou, pior ainda, o risco sísmico catastrófico devido à pressão da massa de água sobre a falha” (Wateau, 2014, p. 31). Assim, é importante que ocorra uma vistoria regular. Bosshard (2014), defende alternativas mais seguras, com menos danos socioambientais como a utilização de energias renováveis eólica e solar. Ainda sobre os impactos provocados pelas barragens refira-se a acumulação de resíduos naturais e antrópicos, como a poluição originada pelos nitratos e pesticidas usados na agricultura próxima à bacia hidrográfica.

Um exemplo de impacto negativo ambiental é a barragem do Baixo Sabor, no Norte de Portugal. O percurso de sua conceção foi promovido por entraves entre Organizações Não Governamentais Ambientais (ONGA), que agiram em defesa do ambiente pela preservação da biodiversidade, e o público em geral, opositor destas obras, contra o governo e a empresa responsável.

O rio Sabor, situado num vale na região de Trás-os-Montes, tem 120 km de extensão, é o rio mais importante do concelho de Bragança, no Norte de Portugal. Tem a sua origem na Sierra de la Culebra (final meridional dos Montes de León) na província de Zamora (Espanha) (Sans, 2010). O rio Sabor “é um afluente da margem direita do rio Douro, com a foz na localidade de Foz do Sabor (entre as barragens de Pocinho e da Valeira)” (Sans, 2010, p. 41). A bacia do Sabor, em Portugal, tem uma área de 3 312 km² equivalente a 85% de sua área total. A construção de uma barragem no Alto do Douro, assim como a construção de Alqueva no rio Guadiana, tem suas razões estratégicas na não dependência da água procedente de Espanha (Sans, 2010). Segundo a autora citada, o armazenamento de água é de aproximadamente 396 hm³, cerca de 5% de toda a bacia, do armazenamento em Espanha (7 000 hm³).

O rio Sabor recebeu o título de último rio selvagem de Portugal (Teixeira, 2009) por encontrar-se numa área preservada com pouca interferência humana e elevada biodiversidade. O vale do Sabor, tal como acontece na região da albufeira de Alqueva, é caracterizado por ser corredor ecológico devido a uma “grande diversidade de habitats e a sua reduzida perturbação humana

é, por seu lado, responsável pela presença de uma fauna muito diversificada e singular" (Teixeira, 2009, p. 149).

Teixeira (2009) destaca as numerosas espécies de aves protegidas como: a águia de Bonelli (*Aquila fasciata*), a águia-real (*Aquila chrysaetos*), o abutre do Egito (*Neophron percnopterus*), a cegonha-preta (*Ciconia nigra*) e o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), e de mamíferos que habitam neste vale: o lobo (*Canis lupus*), o gato bravo (*Felis silvestris*), a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*) e o corço (*Capreolus capreolus*). Muitas destas espécies tanto de aves quanto de mamíferos estão ameaçadas de extinção, por isso possuem uma baixa população. A destruição de seus habitats torna-se uma perda para a biodiversidade local, proteção e redução dessas espécies. De acordo com Melo, Chainho, Fráguas, Santos & Patacho (2010), existe a preocupação quanto às espécies de peixes, que foram inventariadas oito como afetadas na área da barragem. Os autores acrescentam que é fundamental conhecer os reais danos que essa obra poderia causar nas áreas de desova dessas espécies, bem como o conhecimento, quase inexistente, das comunidades de macroinvertebrados.

O empreendimento situa-se em uma região classificada como Rede Natura 2000, por ser o habitat e servir de preservação das espécies citadas e de outras da fauna e flora (Teixeira, 2009). A região, por estas razões, é considerada uma área de Zona Especial de Conservação (ZEC), Zona de Proteção Especial (ZPE) e está incluída na Important Bird Area (IBA), BirdLife International (Sans, 2010; Teixeira, 2009). Para Melo et al. (2010, p. 8), "não foram devidamente estudados os impactos sobre o risco de extinção de algumas espécies da flora endêmica e mesmo em habitats prioritários para conservação na União Europeia".

Adicionalmente, Melo et al. (2010) avaliam o impacto social negativo que um empreendimento dessa dimensão gera para a população que vive nas proximidades, como a perda de seu bem-estar, a perturbação na agricultura local e no turismo. Segundo os autores, o turismo de um rio no seu estado natural tem valor superior ao de um turismo em uma albufeira.

Em fase anterior à construção da barragem realizou-se um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), porém os resultados não foram conclusivos relativamente aos impactos. A oposição à construção da barragem foi expressiva com a participação ativa de ONGA, público em geral e a criação da Plataforma Sabor Livre (PSL). Houve a tentativa de impedir o arranque das obras através da Comunidade Europeia, que arquivou o processo (Teixeira, 2009).

Por fim, o empreendimento foi construído. A defesa dos ambientalistas pela preservação da biodiversidade local foi um resultado de uma luta sem glória. Para Melo et al. (2010), avaliam a barragem do Sabor como um projeto que tem interesse em escala regional, mas o seu prejuízo deve ser avaliado à "escala local, nacional e europeia afetando irreversivelmente um património singular e insubstituível" (p. 1). Poderia acrescentar-se que esse dano é mundial uma vez que se fala de perda de habitats para espécies em risco de extinção. De acordo com Melo et al. (2010), "a barragem do Baixo Sabor é um crime ambiental" (p.10).

Um exemplo de um impacto social negativo foi a construção da barragem de Sobradinho, no rio São Francisco, Nordeste do Brasil. Essa região apresenta escassez de água e é economicamente desfavorecida. Havia a profecia de um líder religioso nordestino, Antônio Conselheiro, que falava “o sertão vai virar mar”. A formação de respectiva albufeira ocasionou o alagamento de uma área afetando quatro municípios (Remanso, Casanova, Sento-Sé e Pilão Arcado), e deslocando cerca de 60 000 pessoas.

A bacia hidrográfica do rio São Francisco está entre as 12 regiões hidrográficas brasileiras. Esta bacia hidrográfica possui 2 697 km e uma área de drenagem de 639 000 km². Ela compreende sete estados da federação: Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia, Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, que juntos abrangem 507 municípios e mais de 15 milhões de habitantes (Bettencourt et al., 2016). Esse rio origina-se no Sul do estado de Minas Gerais, na Serra da Canastra (Pinto-Coelho & Havens, 2015).

O rio São Francisco é considerado um dos mais importantes da América Latina (Pinto-Coelho & Havens, 2015), sendo carinhosamente conhecido como o “Velho Chico”. O rio foi via de povoamento e controle do interior do Brasil, principalmente durante o período colonial, tornando-se fundamental pela sua posição estratégica para ligar o Nordeste e Sudeste do país. (Camelo, 2005). A ocupação da região do rio São Francisco iniciou-se no século XVI através da pecuária extensiva para abastecimento de carne, couro e animais de tração, nas localidades litorais produtoras de cana-de-açúcar (Sigaud, 1986).

As populações começaram a fixar-se ao longo das margens do rio, formando as cidades. Após a independência do Brasil, o uso do rio continuou e intensificou-se, bem como o uso do solo, com alargamento das áreas de irrigação para a produção agrícola. Atualmente, no vale do rio São Francisco destaca-se a agricultura irrigada, principalmente para frutas tropicais (Pinto-Coelho & Havens, 2015). Os autores citam que a aquicultura intensiva, realizada nas fazendas de tanques-rede, expandiram-se em reservatórios ao longo deste rio.

O projeto da barragem de Sobradinho é de 1972, período da ditadura militar, com o comando do Presidente General Emílio Médici, considerado um dos mais autoritários da história do Brasil (Sigaud, 1986). A barragem está construída no Submédio São Francisco aproximadamente a 50 km da cidade de Juazeiro (Bahia). Segundo Sigaud (1986), o primeiro objetivo seria a regulação plurianual do rio para dar vazão ao funcionamento das usinas hidroelétricas à jusante, principalmente Paulo Afonso. Porém, passados dois anos do início das obras o Governo decidiu que Sobradinho deveria produzir energia elétrica. Tal alteração ocorreu devido à crise mundial do petróleo da época que tornaria inviável a construção de novas usinas térmicas.

De acordo com os dados do Congresso Nacional (1982, p.115 como citado em Sigaud, 1986, p. 11), em dezembro de 1977 houve o represamento total e em março de 1978, o Presidente Ernesto Geisel inaugurou a barragem, “quatro meses antes de o reservatório atingir 392,50 m, sua cota máxima de operação”. No entanto, desalojou cerca de 60 000 pessoas, conforme os dados oficiais da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF, 1980), empresa pública

federal responsável pela construção da barragem (Sigaud, 1986). Esta autora destaca que estes números se contrapõem aos apresentados pela Organização Sindical dos Trabalhadores Rurais, que consideram 72 000 habitantes deslocados, o correspondente a 77% da população do local, e deste total 80% dedicavam-se à agricultura (Hidroservice, 1975, p. 48 como citado em Sigaud, 1986).

A albufeira resultante da barragem tem uma área de 4 214 km², com extensão de 350 km, uma largura que varia entre 5 a 40 km, e uma capacidade de armazenamento de 34 bilhões de m³ de água (CHESF, 1980 como citado em Sigaud, 1986). Para essa formação ficaram submersos os municípios de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso, e foram parcialmente inundados os municípios de Juazeiro, Xique-Xique e Barra (Gomes, 2015; Sigaud, 1986). Gomes (2015) apresenta o relato de Moisés Borges, da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que trabalha com as comunidades prejudicadas há mais de dez anos: “Era tempo de ditadura militar no país e não era fácil lidar com a empresa (CHESF). A truculência era muito grande e há muitos relatos de violência no processo de retirada das famílias” (Gomes, 2015, 2º§).

Gomes (2015), reforça que nesses processos ocorreram uma série de violações de direitos humanos e em 2015 estava em andamento uma medida do governo de passivo social, ou seja, de pagamento pela dívida histórica e social causada a essas populações. Estas pessoas não foram beneficiadas com a construção da barragem, nem em termos de energia e tampouco de emprego, como é prometido muitas vezes diante de construções como estas. A “Usina é responsável por 15% da energia que abastece os estados do Nordeste, mas quem mora ao lado da barragem e foi afetado em sua construção até hoje está sem energia elétrica” (Gomes, 2015, 8º§). No final de 2013, o município de Sobradinho, formado pelos trabalhadores do empreendimento que moravam nessa área, receberam energia elétrica, mas outros três municípios continuavam sem eletricidade. Gomes (2015) apresenta o relato de Magnólia Silva, habitante de Santa Tereza “Fomos expulsos de nossas terras e até agora não tivemos nem o acesso à energia. Alguns receberam, mas falta a água, a terra, a escola, o acesso a saúde, estradas, muita coisa” (Gomes, 2015, 8º§).

A barragem de Sobradinho é mais um caso em que a política e o poderio empresarial têm mais força que o direito da sociedade e do ambiente.

3.3. Serviços dos ecossistemas

A água traz benefícios aos seres vivos de várias formas como: ser usada para o consumo e rega agrícola, nos rios é importante para a navegação e para o lazer. A estes conjuntos de benefícios prestados pela água e pelos ecossistemas aos seres humanos denominam-se serviços dos ecossistemas (SE) (Ferreira, Canhoto, Pascoal, & Graça, 2019). O conceito de SE teve a sua origem no final dos anos de 1970 (Gómez-Baggethun, Groot, Lomas & Montes, 2009) com o propósito de quantificar os valores sociais e os benefícios, que os ecossistemas proporcionam. Dessa forma, auxiliariam a sociedade a geri-los e tomar decisões políticas mais assertivas com relação a eles, denominando-os de serviços da natureza (Romão, 2015).

Segundo Romão (2015), a relação entre os ecossistemas e o aspeto económico foi motivada por Costanza et al. (1997) através da publicação *The value of the world's ecosystem services and natural capital*. Assim surge o conceito de Capital Natural, que determinam como o ambiente natural fornece uma série de benefícios para os seres humanos ao longo prazo (Romão, 2015). Passados mais de 40 anos, um número crescente de funções do ecossistema tem sido denominado como serviços, valorizados e incorporados na economia e no mercado financeiro (Gómez-Baggethun et al., 2009). Para que haja um entendimento comum de fácil caracterização e melhor valorização dos SE na economia, existem, atualmente, alguns sistemas de classificações internacionais. Um destes é: *Common International Classification of Ecosystem Services* (CICES).

Esta classificação foi desenvolvida a partir dos trabalhos ambientais realizados pela European Environment Agency (EEA) e no momento está na sua versão 5.1. A fim de padronizar os SE, o sistema de classificação CICES possui três categorias: Serviços de Provisão, Serviços de Regulação e Manutenção, e Serviços Culturais (CICES, 2019), como denominadas a seguir:

- **Serviços de Provisão (ou Provisionamento):** corresponde a todos os produtos nutricionais, não nutricionais e energéticos de sistemas vivos, bem como saídas abióticas ^[18], inclusive a água.
- **Serviços de Regulação e Manutenção:** considera todas as formas pelas quais os organismos vivos podem mediar ou moderar o ambiente que afeta a saúde, a segurança ou o conforto do ser humano, juntamente com os equivalentes abióticos.
- **Serviços Culturais:** são todos os *outputs* não-materiais dos ecossistemas (bióticos ^[19] e abióticos) que afetam os estados físicos e mentais das pessoas.

Desta forma, apresenta-se brevemente o SE fluvial de Alqueva.

^[18] A definição de abiótico é sem vida (a = sem; bio = vida).

^[19] A definição de biótico é a presença de vida num ecossistemas. O CICES (2019) trabalha com estes conceitos para a definição dos tipos de serviços dos ecossistemas.

3.3.1. Serviços dos ecossistemas de Alqueva

Segundo Ferreira et al. (2019), os SE fluviais são múltiplos e difíceis de valorar, pois são compartilhados com os ecossistemas terrestres. De acordo com os mesmos autores, estes SE fluvial podem ser divididos em:

Tabela 3.1

Serviços dos ecossistemas fluviais

Tipo de serviço	Exemplos
Provisionamento	Água para consumo e irrigação Biodiversidade Produtos naturais com utilidade medicinal Produção de alimento Produção de energia
Regulação e Manutenção	Biodiversidade Decomposição de matéria orgânica Dispersão de sementes Diversidade genética Manutenção de habitats Purificação da água/Tratamento de resíduos Regulação da erosão e transporte de sedimentos Regulação de perturbações hidrológicas
Cultural	Educacionais Espirituais e religiosos Estéticos Recreacionais e ecoturismo

Fonte: Ferreira et al. (2019), adaptado por Marianne Lopes de Moraes

Ao considerar os objetivos da formação do empreendimento de Alqueva e, sendo este denominado como “uma nova terra de água” para a região do Alentejo, que traria abastecimento público de água para a população, “uma terra de oportunidades” para a agricultura e para o turismo, tornando-se “uma terra de sucesso”, faz-se assim uma relação com os SE. De acordo com a Tabela 3.1, a albufeira de Alqueva deveria prestar o serviço de provisionamento (por fornecer água para o consumo e para a irrigação), e o serviço cultural (pela possibilidade de turismo e lazer para a população).

Porém, esta afirmação será validada com base no estudo etnográfico crítico, que pretende-se desenvolver na Luz, avaliando se de facto Alqueva desempenha o serviço de provisionamento em relação ao abastecimento público de água e rega agrícola, bem como o serviço cultural de lazer para os habitantes da aldeia da Luz.

3.4. Universo Alqueva

Em 2019, Alqueva, completa 17 anos do encerramento das comportas para dar origem ao enchimento de sua albufeira. Este processo ocorreu no dia 8 de fevereiro de 2002 quando a barragem foi inaugurada (Wateau, 2008). Segundo Melo (2009), esta obra é considerada uma das maiores, mais polémicas, mais emblemáticas e geradora de impactos ambientais de Portugal. De acordo com o autor “Alqueva tem sido defendido apaixonadamente por uns como um empreendimento estratégico e estruturante para o desenvolvimento do Alentejo”, bem como considerada por muitos “como um elefante branco” (Melo, 2009, p. 125).

A formação de Alqueva, que foi concretizada após quase meio século de sua concetualização, contou com interrupções e retomadas políticas até ser finalizada (Veiga et al., 2008). Segundo Pedroso (2009, p.132), “as primeiras referências ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) datam de 1957, altura em que foi criado o Plano de Rega do Alentejo”. Alqueva localiza-se numa das regiões considerada das mais pobres e periféricas da Europa (Veiga et al., 2008), representando um terço do território português com cerca de 5% da população nacional (Wateau, 2008). A autora acrescenta que a faixa etária da população é elevada, embora tenha “sido o “celeiro de Portugal” nos anos da ditadura salazarista (1933-1974) e apresentar atualmente grandes possibilidades em termo de exploração turística, permanece afastada quer de Lisboa, a capital, quer do Algarve, a grande região Sul de turismo” (Wateau, 2008, p. 2).

De acordo a publicação *Estatísticas Demográficas 2017*, edição de 2018, do Instituto Nacional de Estatística (INE), Portugal tinha 10 291 027 habitantes, em 2017, representando uma redução de sua população se comparado com os anos de marcos históricos ^[20] para o empreendimento de Alqueva. Presencia-se desde 2010 uma tendência do decréscimo populacional no país de área total de 92 225,6 km².

Tal comportamento é refletido nas demais regiões, mais precisamente no Alentejo, que apresenta taxa de crescimento negativo desde 2012. Em 2017, esse valor foi de -0,86%, a menor taxa do país, correspondendo a 711 950 residentes. O seu total de habitantes reflete a baixa densidade demográfica para a sua área de 31 604,9 km² ^[21], a maior de Portugal.

O Alentejo compreende cinco sub-regiões: Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo. O Alentejo Central tem 7 393,5 km² ^[22] e uma população residente de 156 977 habitantes, sendo a segunda com maior área e população residente dentre essas sub-regiões. A área geográfica do Alentejo Central abrange os 14 concelhos: Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa ^[23]. Pertencente a

^[20] Os anos de marcos históricos destacados são: 1950 – década do Plano de Rega do Alentejo – total de habitantes: 8 510 240; 1995 – reinício dos trabalhos de escavação em Alqueva – total de habitantes: 10 043 693; 2002 – ano de enchimento da albufeira – total de habitantes: 10 444 592; 2017 – ano base disponível para esses dados.

^[21] Área total do Alentejo. PORDATA.

^[22] Área total do Alentejo Central. PORDATA.

^[23] Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC).

Mourão está a Freguesia de Luz, objeto deste estudo. De acordo com os dados estatísticos de 2017, a sub-região do Alentejo Central está entre as sete regiões, de um total de 25 incluindo as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, com menor população. Esta publicação destaca o Alentejo por ser a região com a maior percentagem de população idosa (25,2%) do país.

De acordo com Veiga et al. (2008), a barragem e a albufeira de Alqueva, situadas na região central do Alentejo, foram desejados pelos alentejanos e pelo Governo Central desde o final da década de 50. “Durante este tempo, tornaram-se uma ideia-força na qual o desenvolvimento e reversão das condições socioeconômicas da região estariam condicionados à sua construção” (Veiga et al., 2008, p. 2). Segundo os autores este empreendimento é considerado estratégico para o desenvolvimento do Alentejo do ponto de vista de fixar sua população na região proporcionando empregos e disponibilidade de água. Assim sendo parte do imaginário coletivo dos habitantes da região, Alqueva surge como:

o mito do desenvolvimento baseado em grandes obras públicas. Mais do que qualquer outro, o Alqueva foi o mito congregador no Alentejo, apontado desde há dezenas de anos como motor do desenvolvimento de uma região das mais pobres da Europa, assolada por secas e escassez de água. (Pedroso, 2009, p. 133)

Alqueva foi considerado fator estratégico para o Governo de todos os partidos políticos, sendo defendido com mais intensidade nos períodos eleitorais de 1991, 1995 e 2002 (Veiga et al., 2008; Wateau, 2008). Os políticos portugueses alegavam a importância da barragem para a formação de uma reserva estratégica de água; mudança do modelo agrícola do Sul; reforço para a produção de energia hidroelétrica e a geração de oportunidades turísticas com a albufeira (Pedroso, 2009). O empreendimento foi aprovado pelo Governo em 1995, com a criação da EDIA, e a construção da barragem de Alqueva (Melo, 2009; Pedroso, 2009).

De acordo com Melo (2009, p.127), três razões foram determinantes para a aprovação da barragem naquela época:

- **Geoestratégia:** o baixo Guadiana é o único troço dos rios luso-espanhóis em que Espanha está a jusante de Portugal. Sem uma armazenagem significativa no Guadiana, Portugal ficaria sem condições de gerir a água desse rio;

- **Pressão social:** a opinião pública e atores sociais na região do Alentejo defendiam Alqueva ao ponto de tornar esta obra politicamente incontornável;

- **Oportunidade de financiamento:** o momento era oportuno para utilizar fundos comunitários, mais nomeadamente no início do projeto.

“Alqueva tornou-se um verdadeiro mito” (Melo, 2009 p.126), sendo consumado em 2002. Para o autor devido ao projeto do empreendimento datar dos anos cinquenta desconsidera aspetos importantes de gestão da água e de sustentabilidade, bem como o não enquadramento da DQA e a Política Agrícola Comum (PAC). Para Wateau (2008, p. 2) a funcionalidade inicial da

barragem “rega, eletricidade, abastecimento de água, espaço de lazer, etc.” foi substituída para ser a “reserva estratégica de água”, formando-se assim a “maior albufeira da Europa (com 250 km², o que representa quatro vezes a área da cidade de Lisboa)”. A autora completa que “Alqueva continua a ser associada ao velho mito da água regeneradora, como também a um certo prestígio e poder de representação para o país.” (Wateau, 2008, p. 2). Com essa afirmação Wateau (2008) quer enfatizar que:

Obviamente, não se quis impedir a criação de um produto nacional que também tinha representação fora de Portugal. O orgulho do país estava em jogo, numa relação de dependência hídrica com a vizinha Espanha, da qual Portugal recebe 50% das suas águas fluviais, mas também numa preocupação de representação e de reconhecimento para com o resto da Europa. Portugal é um país pequeno, hoje com dificuldades socioeconómicas severas, mas já foi grande - como gosta de afirmar. Nunca se esquece do seu passado glorioso de conquistador do Mundo, misturando o orgulho e as saudades. (Wateau, 2008, p. 4)

Alqueva é considerada uma obra complexa (Melo, 2009), que gerou um “processo de “alquevização” da sociedade” dito como uma “dominação ideológica sobre a população” (Veiga et al., 2008, p. 14). Segundo Melo (2009), a política extrativista da gestão da água no Guadiana, por parte dos espanhóis, forçava a essa armazenagem em Portugal. Assim “a força do mito de Alqueva, que não deu hipótese a que outras alternativas de produção de energia, retenção de água ou de desenvolvimento social fossem colocadas, tal era a ideia enraizada nas populações e nos dirigentes” (Pedroso, 2009, p. 134).

Os autores Veiga et al. (2008), Wateau (2008), Melo (2009) e Pedroso (2009), referem-se a Alqueva como um mito, que se tornou realidade com a construção da barragem, cujo empreendimento “já custou 632 milhões de euros e até terminar ainda estão previstos 1 800 milhões” (Wateau, 2008, p. 6). O valor gasto é elevado. Porém, o Alentejo continua sem ser atrativo para o turismo. De acordo com o *Anuário Estatístico de 2017* (INE, 2017), referente ao número de dormidas nos alojamentos turísticos, o Alentejo possui apenas 4% do total. O que equivale a quantidade de dormidas da Região Autónoma dos Açores, com 3% do total.

O que se pretende mostrar com os dados estatísticos tanto demográficos quanto turísticos, é que o Alentejo tem uma baixa densidade populacional, uma elevada taxa de envelhecimento e uma baixa taxa de dormidas nos alojamentos da região. Um dos objetivos do EFMA era fixar a população e promover o turismo, porém ainda não foram alcançados.

3.4.1. Os impactos socioambientais de Alqueva

A dimensão do empreendimento de Alqueva causou impactos socioambientais. No aspeto social, a formação da albufeira, “levou à deslocação de uma aldeia e de dois cemitérios, a aldeia da Luz e os cemitérios da Luz e da aldeia vizinha da Estrela” (Wateau, 2014, p. 35). No aspeto ambiental “implicou a desflorestação de 25 000 hectares de terra e o corte de mais de um milhão de árvores” (Wateau, 2014, p. 35). Porém, e tal como previsto em legislação, Alqueva foi alvo de um Estudo de Impactos Ambientais realizado em 1995 pela Sociedade de Engenharia e Inovação Ambiental (SEIA). O estudo tinha como seus principais objetivos verificar o impacto climático que Alqueva causaria na região, bem como para as comunidades biológicas nas áreas afetadas. Das conclusões destacam-se, os aspetos positivos para a agricultura e negativos no que se relaciona com o conforto humano. Outros estudos também referem impactos negativos da perspetiva ambiental. Segundo Janeiro & Melo (2004) os estudos efetuados influenciaram pouco na decisão sobre a construção da barragem.

Com o arranque do empreendimento e ciente de suas consequências Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) defendiam a minimização dos impactos negativos para o ambiente, que a construção da barragem e formação da albufeira causariam. Wateau (2008), cita o alerta pelos ecologistas portugueses e espanhóis sobre a imensidão do empreendimento que inundaria “milhares de terras e árvores” (p. 4). Desta forma, a partir de 1995, as ONGA iniciaram a defesa por uma gestão faseada a partir da cota 139 m (ONGA, 2001) através do “Movimento Cota 139 pelo Alentejo Sustentável”, formado pelo Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), Liga para a Proteção da Natureza (LPN), Associação Nacional de Conservação da Natureza (Quercus), Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens (FAPAS), Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e do Centro de Estudos da Avifauna Ibérica (CEAI) e apoiados pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (Melo, 2009).

A cota 139, impediria a inundação de 130 km² de território minimizando a desmatção (Janeiro & Melo, 2004), além dos impactos para os habitats de espécies endémicas e ameaçadas como: Lince Ibérico, Águia-real, Águia de Bonelli, Cegonha-preta, Bufo-real, Gato-bravo, Lontra, Saramugo, espécies de morcegos e plantas endémicas (Melo, 2009). Entretanto, o nível máximo de operação definido foi o de 152 m ^[24].

A desmatção e desarborização realizada era para garantir a qualidade da água, bem como proporcionar a sua utilização em circunstâncias seguras, evitando a decomposição da matéria vegetal, que seria submersa, e a eutrofização da água da albufeira (Pinto, 2003; Janeiro & Melo, 2004). Estima-se que entre 2001 e 2002 “1 300 000 árvores foram cortadas num total de 20 000 hectares a serem intervencionados, incluindo 540 000 azinheiras, 130 000 oliveiras e 30 000 sobreiros” (Pedroso, 2009, p. 133). Porém, Janeiro & Melo (2004) acrescentam que a execução dessa ação ocorreu no período de reprodução de diversas espécies, resultando num

^[24] Ver Anexo B informação complementar.

incumprimento da Directiva Aves. Para minimizar esta acção foi desenvolvido, em 2001, o Plano de Protecção, Recuperação e Valorização do Coberto Vegetal na Envolvente das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, como medida de reflorestação de azinheiras e de sobreiros (Janeiro & Melo, 2004).

Algumas oliveiras retiradas do terreno foram doadas com a condição de que os interessados se responsabilizassem por esse processo. Explica a Professora Doutora Teresa Calvão ^[25], do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente (DCEA) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade NOVA de Lisboa (UNL), que isso foi viável somente por este tipo de árvore ter uma raiz mais resistente sendo possível transplantar algumas delas. Na FCT, entre os edifícios dos Departamentos da Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, podem-se encontrar algumas dessas árvores.

Para além dos impactos na biodiversidade da região perdeu-se o património cultural. Gravuras rupestres e sítios arqueológicos encontram-se hoje submersos pela água de Alqueva. Um exemplo destes é o castelo romano de Lousa, situado nas proximidades da antiga aldeia da Luz, datado entre o século I a.C. e o século I d.C. Em 1970, o Castelo da Lousa, foi classificado como monumento nacional. Antes da sua submersão, o Castelo da Lousa foi revestido com uma 'carapaça' de sacos contendo betão e areia, como forma de salvaguarda enquanto estiver submerso ^[26].

De acordo com os mapas geográficos apresentados na Figura 3.1 pode-se perceber a perda da cobertura vegetal com o desmatamento para a formação da albufeira. O primeiro mapa é relativo ao ano de 2000 antes do enchimento da albufeira, em que se vê o curso do rio Guadiana e a cobertura vegetal. O segundo mapa, de 2018, mostra a ocupação da albufeira.

^[25] Informação passada durante uma conversa pessoal, no dia 22 de março de 2019, com a Professora Doutora Teresa Calvão sobre as árvores da região do Alqueva.

^[26] Museu da Luz

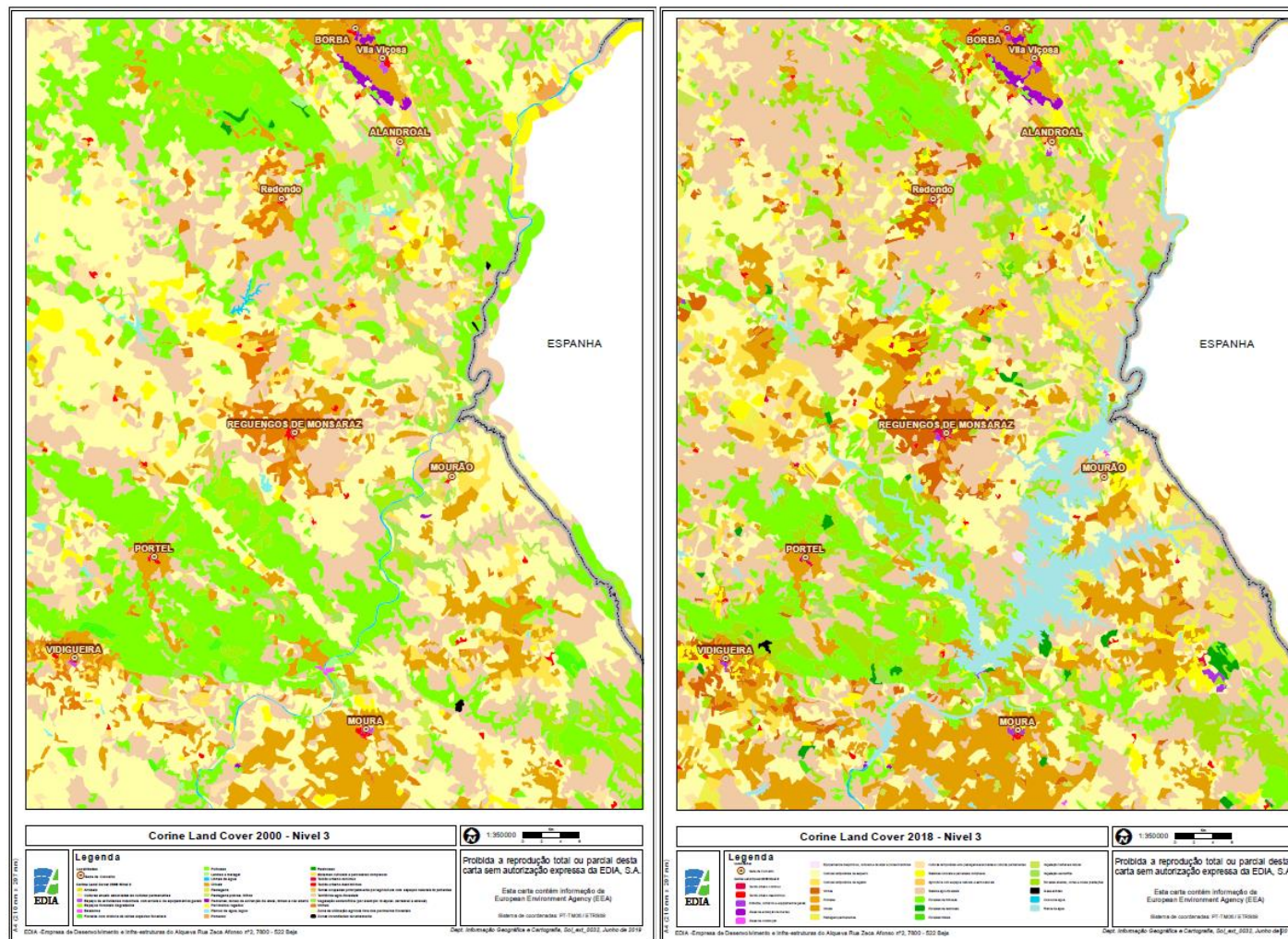


Figura 3.1. Cobertura vegetal antes e depois do enchimento da albufeira de Alqueva.

Fonte: EDIA (2019)

3.4.1.1. As aldeias ribeirinhas de Alqueva

As aldeias ribeirinhas de Alqueva, aqui, brevemente contextualizadas são: Luz, Estrela e Alqueva (Figura 3.2).

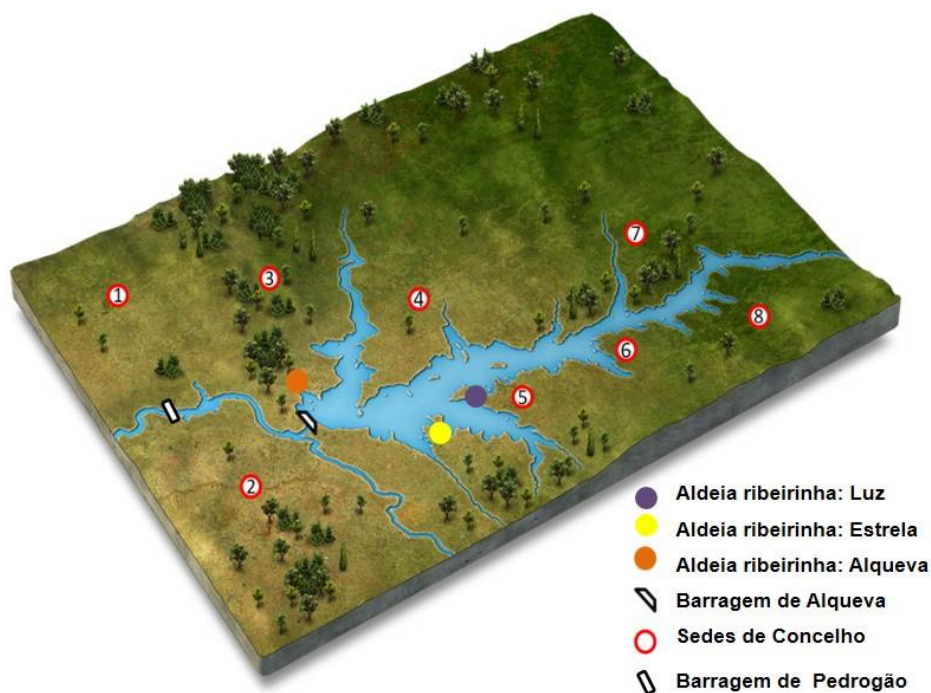


Figura 3.2. Mapa geográfico da região estudada com a localização da aldeia da Luz, Estrela e Alqueva

Nota. Sedes de Concelho: 1 – Vidigueira, 2 – Moura, 3 – Portel, 4 – Reguengos de Monsaraz, 5 – Mourão, 6 – Cheles, 7 – Alandroal e 8 – Olivença.

Fonte: Adaptado de EDIA (2019b) por Marianne Lopes de Moraes.

A aldeia da Luz é a única aldeia que foi submersa para dar lugar à albufeira criada pela construção da barragem devido a situar-se abaixo da cota 152 m (Saraiva, 2007). “Uma nova aldeia foi construída há 3 quilómetros de distância e toda a sua população mudou para esta durante o Verão de 2002” (Wateau, 2008, p. 4).

Anteriormente à formação da albufeira esta freguesia tinha 5 082 ha, divididos em: 1 508 ha correspondendo a 31% de montado de azinho; 1 388 ha, equivalente a 28% da área total com culturas arvenses de sequeiro (cereais, cevada e grãos), estando a restante área ocupada com eucaliptais, matos e incultos ^[27].

De acordo com o portal da Câmara Municipal de Mourão, Luz “é considerada a aldeia mais carismática do País, devido ao facto de ter sofrido as consequências mais diretas com a construção da barragem do Alqueva”. Saraiva (2007), afirma que a população da Luz, desde o

^[27] Museu da Luz

princípio do empreendimento, sempre ouviu falar sobre a sua deslocação. As pessoas da aldeia, e do Alentejo como um todo, sempre sonharam com a água, porém pode-se dizer que para os habitantes da aldeia da Luz, o Alqueva era motivo de medo (Martins & Matoso, 2011).

Para Wateau (2008), a formação de Alqueva, constitui o primeiro caso de participação pública nos processos decisórios na Península Ibérica. De acordo com a autora, tal prerrogativa “aparece como um dos eixos fortes da Directiva-Quadro da Água de 2000, que visa estabelecer um quadro comunitário para a protecção das águas” (Wateau, 2008, p. 2). Em 1995, iniciaram-se os encontros entre a EDIA e a população da aldeia, para explicar o processo de construção da barragem e a sua possível mudança (Wateau, 2008). Os habitantes pretendiam ficar unidos enquanto comunidade (Saraiva, 2007) podendo optarem pela, edificação de um dique, o qual evitaria a mudança, ou mesmo a construção de uma nova aldeia noutra localização (Wateau, 2008). Os habitantes da Luz decidiram pela segunda opção.

Segundo Wateau (2008), a decisão de construir uma nova aldeia proibiu reformar as casas, que seriam destruídas, ajudando no desapego afetivo da mudança para a nova aldeia. Os habitantes, reunidos pela mesma condição social, tiveram a oportunidade de escolherem o chão (marmorite ou xisto), a cor das portas e janelas das futuras casas. De acordo com Saraiva (2007, p. 442), “a edificação das novas moradias despoletou um processo de imolação social, em que se disputavam áreas de cada divisão da casa e que criou invejas e cisões no seio da comunidade”. Os arquitetos e membros da EDIA também intervieram nesse processo de construção. “Ninguém queria ficar sem aldeia, vê-la ser engolida pelas águas. Ninguém queria perder o rio, os moinhos, os montes e as oliveiras, o castelo da Lousa onde aos domingos tanta gente ia aos piqueniques” (Martins & Matoso, 2011, p. 2).

Os moradores da Luz acreditaram no projeto quando em 1999 viram as primeiras casas. Para os habitantes o sentimento de angústia por quem não queria mudar, a dor de ver a sua casa derrubada e o traslado do cemitério, assustava-os. O acompanhamento psicológico foi importante nessa acção, ocorrida em julho de 2002. Por decisão dos habitantes o “reajuntamento dos mortos deveria anteceder o dos vivos” (Saraiva, 2007, p. 456). Feito isto foi a vez da população se mudar entre setembro de 2002 a março de 2003 (Saraiva, 2007).

“A água é capaz de engolir muito passado” (Martins & Matoso, 2011, p. 2). Por esta razão o processo foi conflituoso. A população certamente preferia não passar pelo decurso de deslocamento ou ver a sua casa ser destruída e posteriormente a aldeia ser alagada. Provavelmente, muitos recorreram a Nossa Senhora da Luz, Santa Padroeira da aldeia, e torceram para que as obras parassem, pois a água engoliu não somente a aldeia, mas “os montados de zimbro e de sobre, os caminhos dos caçadores, os vales escarpados, essas rochas bonitas que aqui havia e que encarniçavam nos dias de sol” (Martins & Matoso, 2011, p. 2).

A mão-de-obra contratada, pela EDIA para construir a nova aldeia e derrubarem a antiga, era de trabalhadores das ex-colónias portuguesas, como do Brasil, Guiné, emigrantes do leste europeu como Ucrânia, Moldávia e Romênia, e do Paquistão (Martins & Matoso, 2011), que receberam

salários baixos. “Por razões ecológicas dizia a EDIA, mas também por razões psicológicas lembra-nos a história dos dramas associados às barragens, não se deixou nada por baixo da água que possa aparecer de novo com as oscilações da albufeira” (Wateau, 2008, p. 3 e 4).

A participação pública neste processo foi importante. A nova aldeia estava com casas mais modernas, mais bem estruturada, com um novo projeto para a agricultura e a possibilidade de desenvolver o turismo local. Esses pontos são essenciais quando se fala de um processo de deslocamento de uma população para dar espaço a um empreendimento. O que se quis destacar aqui é que para dar lugar a um empreendimento público os habitantes devem ser consultados, envolvidos e acima de tudo respeitar seus sentimentos e emoções, pois saber que as suas casas serão destruídas não deve ser visto como algo natural pelos empresários. Retirar os habitantes de um lugar não é uma decisão que está no papel de um empreendimento e sim impactará na vida dessas pessoas. Frequentemente os prejudicados não são os beneficiados. Da antiga aldeia da Luz fica a recordação no coração de cada um que viveu esse processo e a sua memória preservada no Museu da Luz construído na nova aldeia.

A aldeia da Estrela não foi totalmente submersa pelas águas de Alqueva, mas nem por isso deixou de sofrer um impacto negativo. Assim como a da Luz teve o seu cemitério trasladado. A aldeia da Estrela, localizada na margem esquerda do rio Guadiana, faz parte da Freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura, distrito de Beja, Baixo Alentejo. Com o aumento do nível das águas “o monte onde se encontra situada a Aldeia da Estrela assume hoje os contornos de uma pequena península nas margens da enorme lagoa” (Rosa, Dias & Vieira, 2015, p. 21). Devido a isso, a aldeia da Estrela teve uma perda dos seus terrenos aráveis destinados à agricultura – importante meio de subsistência da população.

Rosa et al. (2015), destacam que a construção da barragem de Alqueva teve, para a aldeia da Estrela, duas implicações: o alagamento das terras cultivadas e a proximidade com a água, o que para alguns habitantes, resultou num encolhimento dos seus rendimentos económicos e no despovoamento, principalmente de jovens, devido a uma diminuição de postos de trabalho. Muitos procuraram oportunidades na indústria, deslocando-se para centros urbanos noutras regiões do país ou emigrando, para França, Suíça e Alemanha. De acordo com Rosa et al. (2015) e o censo de 2001, na época da formação de Alqueva, a população da Estrela tinha 119 pessoas e caracterizava-se por ser envelhecida. O último recenseamento de 2011, e seguindo a tendência, presenciada desde a década de 60, de diminuição, esta aldeia tem apenas 83 habitantes ^[28]. Há registos de que muitos dos que emigraram, agora reformados, regressaram à aldeia mantendo a faixa etária elevada.

Assim como para a povoação da Luz, os habitantes da aldeia da Estrela também mantêm na memória aquilo que a água de Alqueva encobre, como disse um entrevistado de Rosa et al. (2015): “Nós que nascemos aqui, que tivemos aqui a nossa infância é como disse...todas as pedrinhas do Guadiana, os recantos, aquelas rochas, aquilo ainda está na nossa memória” (p.

^[28] Câmara Municipal de Moura.

67). Este sentimento pode ser considerado coletivo, pois muitos moradores vivem das recordações de como era a terra. Outra sensação comum foi a falta de união que tiveram na época. De acordo com Rosa et al. (2015) com base em recolhas efetuadas, “nós poderíamos ter sido mais unidos e, se calhar, tínhamos beneficiado alguma coisa em relação à expropriação das terras, porque... fizemos questão de não dizer de facto nada ao vizinho do lado” (p. 68).

Os habitantes tinham esperanças de prosperidade proveniente do desenvolvimento turístico pela proximidade com a água. Um entrevistado de Rosa et al. (2015) menciona: “O futuro desta aldeia passa exatamente pelo turismo. Tem de ser, porque não temos outra solução. Esta pequena península tem tudo para ser um polo de atração ao turismo, se forem criadas as condições” (p. 68). Para que isso acontecesse era importante que fossem criadas infraestruturas na aldeia, que faz parte do roteiro turístico das Terras do Grande Lago Alqueva. Segundo Wateau (2014), há na freguesia passeios de barcos, porém devido à falta de uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR) os efluentes são despejados diretamente na albufeira fazendo com que os turistas desembarquem próximos a esses esgotos.

A água que poderia desenvolver a aldeia trouxe a sensação de encurralamento, visto que agora há apenas uma via de acesso. “De facto, antes do alagamento da terra havia outros caminhos, hoje submersos, de acesso à Estrela: “Ficámos aqui enlatados. Só temos aquela saída para a Póvoa”” (Rosa et al., 2015, p.73). Um outro objetivo de Alqueva era o abastecimento público de água à população. Os autores constataram que são raros os habitantes que utilizam a água da albufeira, pois “não é própria para beber, nem tão-pouco é utilizada para cozinhar ou na higiene pessoal”, entretanto serve “para a rega de terrenos e quintais, mas raros são os habitantes que a utilizam para matar a sede ao gado” (Rosa et al., 2015, p. 74). Os habitantes frisam que o próprio esgoto da aldeia vai parar à albufeira. A construção de uma ETAR traria uma resposta a esta necessidade com repercussões importantes para a degradação da qualidade da água na albufeira.

Há alguma coisa mais nojenta que as descargas todas de um povo para dentro da albufeira do Alqueva? Então não querem que as pessoas que tem gado o levem a beber a água por causa da poluição, e isto é o quê?, pergunto eu. Será que os senhores não vêem isto? Só vêem aquele que tem um animal, uma vaca, uma ovelha? Isso faz mal à água, os animais beberem... mas as pessoas tinham furos, tinham poços, agora não tem nada e os animais têm que beber em algum lado. (Depoimento de um entrevistado citado em Rosa et al., 2015, p. 74)

Conclui-se que os habitantes da aldeia da Estrela, agora mais isolada, tiveram uma perda física de suas terras agrícola e dos lugares que frequentavam antes da subida da água. Resta-lhes a esperança e a devoção à padroeira da aldeia, Nossa Senhora da Estrela, que talvez tenha sido muito invocada durante a fase da construção da barragem.

A aldeia de Alqueva não sofreu impactos sociais como as duas aldeias ribeirinhas citadas, mas deu o nome à barragem. Esta aldeia faz parte do concelho de Portel, que integra a união das Freguesias Amieira e Alqueva, distrito de Évora, Alentejo Central, e localiza-se na margem direita do Guadiana, aproximadamente a 9 km da barragem de Alqueva. De acordo com o censo de 2011, tem 329 habitantes, sendo composta por 118 pessoas com 65 anos ou mais de idade. Segundo o censo de 2001, um ano antes do fechamento das comportas, a aldeia tinha 449 pessoas. Um dos objetivos do empreendimento era fixar a população no Alentejo. Porém, como evidenciado, não ocorreu para as três aldeias estudadas, que tiveram diminuição do número de habitantes, por mudaram-se para centros urbanos do país ou emigraram em busca de emprego.

A aldeia de Alqueva tem a agricultura como principal atividade económica e complementarmente, a criação de gado, a serralharia civil e o comércio ^[29]. Próximo desta aldeia está o maior criador de avestruzes do país ^[30]. A aldeia de Alqueva faz parte do roteiro turístico das Terras do Grande Lago Alqueva, tendo como um de seus pontos de interesse a igreja matriz de São Lourenço, a capela de Santo António e o Outeiro dos Castelos, local onde foi construída a barragem e sua região ao redor ^[31]. No mês de outubro há a festa na aldeia em honra aos santos mencionados e ao Santíssimo Sacramento ^[32].

Nos últimos anos a aldeia evoluiu, para receber alguns turistas e pessoas que trabalham na região. Neste sentido a escola primária, desativada a mais de seis anos, foi transformada num hostel, gerido pela Associação de Desenvolvimento, Acção Social e Defesa do Ambiente (ADA). O alojamento foi pensado para suprir a falta de acomodação na região. Segundo a ADA a zona nas proximidades da albufeira é carente desses serviços. A aldeia de Alqueva, talvez, atraia mais turistas, especialmente nos fins de semanas, por oferecer passeios de barcos. De acordo com o censo de 2011 a população presente ^[33] era de 694 habitantes – 365 pessoas a mais que a população residente. Verifica-se assim um fluxo maior de pessoas de passagem pela aldeia.

Na aldeia de Alqueva ocorreu o programa Alqueva Summer School, em que uma das aulas foi a do Professor Alexandre Araújo, do Departamento de Geociências da Universidade de Évora, que falou sobre a falha sísmica existente no local em que a barragem está construída. Já no tempo da construção da barragem, alguns estudos comprovavam a existência de uma falha sísmica no local onde está implementada a barragem. O Professor Alexandre Araújo, um dos responsáveis pelo estudo, afirma que a falha sísmica está em atividade, sendo que o espaço entre dois sismos ocorre num intervalo de 10 mil anos, porém não se sabe quando aconteceu o último. Assim de acordo com estas informações, pode ocorrer um sismo a qualquer instante.

Para esse investigador, a falha, descoberta na década de 70 por um estudo realizado pelo Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia (ICAT), no início do empreendimento, pode destruir a

^[29] Câmara Municipal de Portel.

^[30] Roteiro do Alqueva.

^[31] Roteiro do Alqueva.

^[32] Roteiro do Alqueva.

^[33] Aquela que estava na localidade no momento do levantamento, mas não residente do local.

barragem se houver um tremor de terras de seis graus na escala Richter. Como resultado dessa ação haveria um deslocamento da superfície terrestre entre 20 a 30 cm por uma extensão de sete quilômetros, impactando assim a barragem. A EDIA argumenta que a barragem é segura e que a falha geológica não possui atividade sísmica. Depois da descoberta na década de 70, os investigadores recomendaram que o empreendimento fosse construído 100 a 200 m para a jusante, o que evitaria a sua localização exatamente em cima da referida falha geológica. Porém, essa recomendação não foi seguida e mantiveram o projeto inicial (Figura 3.3.).



Figura 3.3. Barragem de Alqueva, 9 de Maio de 2019

Ficou o alerta e resta a esperança de que os últimos 10 mil anos não estejam próximos, pois é difícil prever quais seriam as consequências.

Entre parênteses

Quando se estava a desenvolver o conteúdo de 3.2, a 25 de janeiro de 2019, no Brasil aconteceu a tragédia de Brumadinho. Devido a esse acontecimento ter sido numa barragem, decidiu-se abrir este ponto intitulado “Entre parênteses” para falar brevemente do ocorrido. Este texto é escrito exatamente a um mês após do acidente que reporta a confirmação de 179 mortes e 131 desaparecidos ^[34].

Esta fatalidade é resultado do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho, zona metropolitana de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais (MG), no Brasil. Essa barragem tinha um volume de 12,7 milhões de m³ de rejeitos de minério de ferro. “As barragens de contenção de rejeitos da mineração são estruturas de controle ambiental construídas com o objetivo de conter os materiais resultantes do processo de beneficiamento do minério e/ou sedimentos oriundos das atividades, garantindo a qualidade da água (...)” (Thomé & Lago, 2017, p. 3). Os autores explicam que “há barragens de contenção de sedimentos, barragens de contenção de rejeitos e barragens com ambas as funções” (Thomé & Lago, 2017, p. 3). O efeito desta rutura provocou um “mar de lama”, afetando a área administrativa da empresa, onde estava o refeitório, em que os funcionários almoçavam no momento, e a comunidade da Vila Ferteco. Os danos materiais reportam-se a destruição de casas, estradas e ponte. Os imateriais materializam-se no número de feridos, centenas de mortes, mais uma centena que não foram encontradas ^[35]. A lama arrastada é um rejeito originário do beneficiamento do recurso mineral decorrente da atividade de mineração (Thomé & Lago, 2017), que chegou ao rio Paraopeba.

Esta barragem foi construída em 1976 e de acordo com a empresa a sua operação foi encerrada há aproximadamente três anos ^[36]. No mesmo período em que ocorrera a tragédia de Mariana (MG) – considerada o maior desastre ambiental do Brasil, resultado do rompimento da barragem do Fundão, da mineradora Samarco, empresa do grupo da Vale ^[37]. O “mar de lama” nesse caso foi maior, pois o volume desta era de 56,6 milhões de m³ de lama de rejeitos. Destes 43,7 milhões m³ vazaram alcançando os afluentes e o próprio rio Doce, até a sua foz no estado do Espírito Santo (ES). O resultado foi a destruição dos distritos próximos, tais como o distrito de Bento Rodrigues (MG), que deixou milhares de pessoas sem terem onde morar, trabalhar e sem água. Dezenas de toneladas de peixes mortos foram retirados do rio em MG e ES, que também tiveram alguns de seus municípios impactados com o rompimento da barragem. Após três anos as pessoas prejudicadas continuam sem suas próprias casas e o impacto ambiental é visível.

De acordo com Thomé & Lago (2017), a atividade mineradora gera grandes quantidades de massa e volume de materiais são extraídos e movimentados. Os autores destacam que há dois

^[34] G1 Minas. Brumadinho: um mês após tragédia da Vale, famílias das vítimas fazem manifestação na cidade.

^[35] O Estado de S. Paulo. Brumadinho: o que já se sabe sobre o rompimento da barragem da Vale.

^[36] Idem ao anterior.

^[37] G1. Há 3 anos, rompimento de barragem de Mariana causou maior desastre ambiental do país e matou 19 pessoas.

tipos principais de resíduos sólidos neste processo: os estéreis e os rejeitos. Os primeiros são os materiais escavados, resultado da extração (ou lavra) no decapeamento da mina, possui baixo valor econômico e encontram-se dispostos em pilhas. Os segundos são resíduos gerados dos processos de beneficiamento a que são submetidas as substâncias minerais. Devido a estes materiais serem prejudiciais é procedimento de segurança haver uma fiscalização regular.

“As barragens têm um prazo de duração e devem ser regularmente inspecionadas” (Wateau, 2014, p. 32). No caso de Brumadinho, em dezembro de 2018 foi realizada uma vistoria que não reportou existir problema estrutural, sendo classificada de baixo risco ^[38]. Após o acidente, os responsáveis foram presos e a empresa teve bilhões de reais em bens bloqueados, mas a perda de vida das pessoas, de suas casas e o prejuízo ambiental não podem ser recuperados. Um mês após a tragédia equipes de resgate, voluntários e parentes continuam na procura dos desaparecidos. As dificuldades aumentam e a esperança de encontrarem sobreviventes diminui. “Os impactos negativos decorrentes da mineração não podem mais ser considerados como meros efeitos colaterais inerentes à atividade. Os riscos relacionados à exploração mineral devem ser incluídos nos custos da atividade, com o objetivo de evitar a concretização de danos” (Thomé & Lago, 2017, p. 7).

O Brasil, nos três últimos anos, sofreu estas duas tragédias ocasionadas pelo rompimento de barragens. Devido a isso, dois importantes rios, o Doce, no caso de Mariana, e o Paraopeba, para Brumadinho, receberam lama de rejeitos de minério. Consequentemente, transportam nas suas águas esses resíduos que inviabilizam o abastecimento, a pesca, em razão da contaminação. No caso de Brumadinho, estima-se que a lama percorreu cerca de 250 km no rio Paraopeba, afluente do rio São Francisco, afetando o abastecimento de 16 municípios e aproximadamente 850 mil pessoas ^[39]. Estes acidentes comprovam a necessidade de “revisão de normas, procedimentos e técnicas atualmente consolidadas no que se tange à disposição final dos rejeitos da mineração”. (Thomé & Lago, 2017, p. 7).

Segundo esses autores, com base numa análise de acidentes com barragens de resíduos de mineração em diversos países, no século XX e início do século XXI, 40% dos acidentes ocorreram em construções que utilizaram o método de alçamento a montante. “Em Minas Gerais, todas as barragens de rejeitos que se romperam desde 2001 utilizavam o método de alçamento a montante” (Thomé & Lago, 2017, p.14). Tal apuração foi realizada anterior a tragédia de Brumadinho, mas poderá ser considerada dentro desta estatística. Para os autores é preciso “considerar o indivíduo parte do ambiente e a influência do ambiente como parte fundamental do indivíduo” (2017, p. 10). Se a tragédia de Mariana é tida como o maior desastre ambiental do país, sem dúvida, Brumadinho será lembrado como a maior fatalidade em vítimas humanas da mineração.

^[38] O Estado de S. Paulo. Brumadinho: o que já se sabe sobre o rompimento da barragem da Vale.

^[39] Estado de Minas. Lama da barragem de Brumadinho já afetou abastecimento de água em 16 municípios.

4. Etnografia na Luz

“É tempo de mudar de escala e de conhecer o ponto de vista dos habitantes da aldeia da Luz” (Wateau, 2014). É com a frase de Wateau (2014) que se abre este capítulo para falar do estudo etnográfico crítico na aldeia da Luz. Tal estudo objetivou a observação e a integração com a população local (Bell, 1993). O convívio com os habitantes da aldeia da Luz foi possível através do programa de Residências do Museu da Luz. Neste âmbito, foi apresentada à candidatura o teor desta investigação: um estudo sobre a relação que a população da Luz tem com a albufeira de Alqueva.

Com a candidatura ao programa de Residências do Museu da Luz aceite, o desenvolvimento de uma investigação etnográfica tornou-se possível. Assim, foram eleitas técnicas de recolha de dados de cunho etnográfico crítico (observação participante, entrevistas e questionários) que, face ao curto período de campo, trouxesse qualidade a esta investigação. Para fundamentar a entrada do campo etnográfico, foram analisados documentos que abordassem à relação dos habitantes da aldeia da Luz com a albufeira de Alqueva, sob o ponto de vista da água – tema central deste estudo. Tal relação foi, aqui, estudada através de três eixos principais: (i) o abastecimento público de água para os seus habitantes; (ii) a rega na agricultura local e (iii) o lazer para a sua população. Complementar a esses três eixos, surgiu a necessidade, após a análise documental, de se integrar outros três tópicos para serem abordados no campo etnográfico, sendo eles: (iv) o saneamento básico na aldeia da Luz; (v) o benefício da albufeira de Alqueva para a população da Luz, que denomina-se: Alqueva para a Luz e (vi) a importância da nova aldeia da Luz após a construção da albufeira de Alqueva, que denomina-se: Minha aldeia pós Alqueva.

Ressalta-se que, o tópico (iv) – saneamento básico, foi abordado pois, durante a análise documental, identificou-se um estudo sobre a aldeia da Estrela, que evidenciava a descarga direta de efluentes, na albufeira de Alqueva, do esgoto não tratado desta aldeia – o que serviu como um alerta. Adicionalmente, durante a análise documental específica sobre a aldeia da Luz, tomou-se conhecimento sobre questões profundas da rede de saneamento básico, tendo como base a entrevista da presidente da Câmara Municipal de Mourão, Dr.^a Maria Clara Safara, concedida à Rádio Campanário ^[40], um dos pontos fortes sobre esta temática. Tal facto chamou ainda mais a atenção devido a nova aldeia da Luz ser construída há 17 anos. Assim, considerou-se tratar o tema com os habitantes da aldeia da Luz tanto pela questão do saneamento básico estar relacionado com o aspeto da água, quanto pela questão da aldeia da Luz, enquanto aldeia projetada, sofrer com problemas de base ainda em seus tenros anos de vida.

^[40] Rádio Campanário. 17 anos depois, aldeia da Luz ainda com problemas de saneamento básico, aponta autarca de Mourão (c/som). Acedido a 29 de abril de 2019. Disponível em <https://www.radiocampanario.com/ultimas/regional/17-anos-depois-aldeia-da-luz-ainda-com-problemas-de-saneamento-basico-aponta-autarca-de-mourao-c-som>

O tópico (v) – Alqueva para a Luz, visa saber qual é a percepção que a população da aldeia da Luz tem no tocante ao benefício, ou não, que a albufeira de Alqueva trouxe para essa aldeia. Essa percepção será analisada sob o ponto de vista da água, reunindo os temas dos três eixos principais: (i) o abastecimento público de água para os seus habitantes, (ii) a rega na agricultura da aldeia e o (iii) lazer para essa população.

Em relação ao tópico (vi) – Minha aldeia pós Alqueva, este surge em face ao título da candidatura feita para o Museu da Luz. No formulário para concorrer ao programa de Residências do Museu da Luz era solicitado o título do projeto que seria realizado na aldeia. Neste sentido foi criado o título: Minha aldeia pós Alqueva, com o objetivo de estabelecer uma ligação do tema deste estudo com o ponto de vista dos habitantes sobre a nova aldeia.

Este capítulo está dividido em três subcapítulos. O primeiro explica e contextualiza a metodologia escolhida para este estudo. O segundo subcapítulo descreve a prática etnográfica no campo – que entende-se como um ensaio etnográfico crítico, bem como apresenta os dados recolhidos na aldeia da Luz, através das entrevistas e dos questionários aplicados. O último subcapítulo consta as análises dos resultados do ensaio etnográfico crítico.

Ressalta-se, aqui, que as categorias de análises dos dados recolhidos na aldeia foram construídas através de quatro aspetos, nomeadamente:

- os três objetivos propostos pela EDIA para a construção de Alqueva relacionados com a água: abastecimento público de água, rega agrícola e desenvolvimento do turismo, sendo abordado aqui o lazer da população da aldeia da Luz na albufeira de Alqueva;
- as condicionantes de utilização da albufeira de Alqueva, como presente na Tabela 2.1. *Características das duas principais albufeiras do EFMA*;
- duas categorias de divulgação que a EDIA faz do empreendimento de Alqueva: “Uma nova terra de água” e “Uma nova terra de oportunidades” e,
- os serviços dos ecossistemas de Alqueva: provisionamento e cultural.

4.1. Metodologia de investigação

Uma investigação possui um objetivo que se quer alcançar e para conquistá-lo, o investigador deverá eleger a metodologia que mais se adequa ao seu tipo de estudo e ao seu perfil como pessoa. Assim, a metodologia eleita para este estudo foi a Etnografia Crítica. Antes de contextualizá-la é importante referir-se sobre a investigação qualitativa que a precede.

A investigação qualitativa tem como característica o interesse em compreender e procurar representar as percepções da população de estudo (André, 2009; Bell, 1993). A investigação qualitativa, por buscar essa compreensão do grupo de estudo, quer trazer conhecimento ao público e à academia sobre a visão da sociedade estudada. O conceito de investigação

qualitativa destacou-se, em 1982, com a publicação do livro *Investigação Qualitativa em Educação* de Bogdan & Biklen (Bogdan & Biklen, 1994). Essa abordagem de investigação baseia-se na teoria da fenomenologia, que prioriza perceber o significado que os acontecimentos têm para as pessoas envolvidas no estudo, procurando entender como elas reagem e se relacionam com esses acontecimentos que as cercam (André, 2009; Bogdan & Biklen, 1994). No caso deste estudo a investigação qualitativa, tendo sua base na fenomenologia, pretende-se ter o conhecimento do ponto de vista da população da Luz com os acontecimentos que foram gerados pela construção da barragem de Alqueva. Esses acontecimentos no presente estudo são abordados através da relação da população com a albufeira sob o ponto de vista da água.

A investigação qualitativa, segundo Bogdan & Biklen (1994) e Lüdke & André (1986) pode ser destacada em cinco características:

1. **A investigação qualitativa tem no ambiente natural sua fonte direta de dados e o investigador o seu principal instrumento.** Nessa abordagem, considera-se que o investigador tenha contacto direto com o local de estudo. Deve-se deslocar para junto de seu objeto de estudo e dedicar-se um período nele, desenvolvendo assim um trabalho de campo.
2. **A investigação qualitativa é descritiva.** Os dados que são coletados no local de estudo como os depoimentos, fotografias, vídeo, desenhos e outros materiais auxiliam na compreensão do objeto de estudo. Esse conjunto de elementos são considerados importantes para o investigador.
3. **A relevância do processo é mais importante que o produto.** O investigador interessa-se pelo processo, ou seja, como determinado problema se manifesta nas atividades, relacionamentos do cotidiano da população de estudo.
4. **Na investigação qualitativa o significado tem valor fundamental.** O investigador qualitativo tem interesse em reter o ponto de vista da população estudada.
5. **A análise dos dados tende a ser um processo indutivo.** Os investigadores qualitativos não recolhem os dados objetivando a confirmação de hipóteses formuladas previamente. Segundo Bogdan & Biklen (1994) e Lüdke & André (1986) o desenvolvimento do estudo, em seu processo de análise se assemelha a um funil: inicialmente o foco é amplo e depois torna-se mais específico. O investigador vai percebendo melhor esses focos de acordo com o desenvolvimento do processo de estudo.

Dentro da investigação qualitativa destaca-se a abordagem etnográfica (Lüdke & André, 1986). Segundo Spradley (1979, como citado em André, 2009), a etnografia tem a preocupação com o significado que as ações e os acontecimentos têm para a vida das pessoas ou dos grupos estudados. Em virtude da abordagem etnográfica ser uma das linhas da investigação qualitativa, mantém-se a preocupação com os factos para e na vida das pessoas. A etnografia surge com os antropólogos para estudar em profundidade uma sociedade, uma cultura ou um grupo (André, 2009; Bell, 1993). Os antropólogos usam o estudo etnográfico para obter dados sobre hábitos,

valores, crenças, comportamentos e práticas de um grupo social e para fundamentar o relato escrito do emprego das técnicas de recolha dos dados (André, 2009).

No começo dos anos de 1970 a etnografia passou, também, a ser uma abordagem metodológica constante nas ciências sociais (Lüdke & André, 1986). As próprias autoras elegem essa abordagem para as suas investigações na área da educação escolar, por exemplo. A escolha pela abordagem etnografia em seus estudos, nas áreas das ciências sociais, é compreensível, pois em muitas dessas carreiras são estudadas, em sua base disciplinar, a antropologia, a sociologia, a filosofia e a psicologia como complementos de formação profissional académica. Um exemplo é a carreira de comunicação social, que no primeiro ano do curso os alunos estudam as disciplinas mencionadas.

A abordagem etnográfica pressupõe um contacto direto com o objeto estudado e um longo período de permanência do investigador no campo de estudo (André, 2009). Esse contacto direto, em consonância com a investigação qualitativa, permite uma melhor compreensão do grupo que se está a estudar. O mesmo acontece com o tempo de permanência no local de estudo. Esse tempo alargado, que pode ser considerado de algumas semanas, meses ou até anos (André, 2009), possibilita ao investigador compreender melhor como o grupo está constituído, sua história, seus costumes, suas tradições, sua cultura e as mudanças que determinado acontecimento causou nesse grupo, como pressupõe a fenomenologia.

Para André (2009), a investigação etnográfica tem algumas características importantes. Essas características apresentadas pela autora, resumidas abaixo, estão em linha com aquelas retratadas por Bogdan & Biklen (1994) e Lüdke & André (1986), ao falar da investigação qualitativa, uma vez que a etnografia segue essa abordagem:

1. **Uso das técnicas de observação participante, entrevista intensiva e análise de documentos.** Essas técnicas auxiliam o investigador na recolha de dados junto ao objeto de estudo.
2. **Interação constante entre o investigador e o objeto de estudo.** O investigador ao encontrar-se no local de seu objeto de estudo deve buscar ter uma relação próxima a esse. Para assim, compreender melhor a população investigada.
3. **Priorização no processo e não no resultado que será produzido.** O investigador deve-se focar no processo que envolve o momento em que está no local de estudo, através do contacto direto com as pessoas. Não se preocupando com o resultado final de sua investigação. Esse processo, o período que passa junto ao objeto de estudo, torna-se mais importante, que o resultado final.
4. **Preocupação com o significado e o ponto de vista das pessoas do grupo de estudo.** Ouvir as pessoas, captar as suas percepções relacionadas aos acontecimentos que as cercam é fundamental para a abordagem etnográfica. O que as pessoas do objeto de estudo têm a transmitir é rico material de análise para a investigação.
5. **Envolve um trabalho de campo.** O investigador deve aproximar-se dos habitantes, dos locais por eles frequentados, participar de seus eventos mantendo, assim, um contacto

próximo e prolongado com a população de estudo. O período de tempo, da permanência no campo de estudo, pode ser de algumas semanas, meses e anos. Dependerá da disponibilidade tanto do investigador, quanto dos objetivos da investigação, permitindo ao investigador ter um contacto com a sua história, sua cultura, suas tradições e até mesmo fazer parte de alguma festividade. Essa interação possibilitará um melhor conhecimento da população de estudo.

6. **Uso de dados descritivos como situações, pessoas, depoimentos, diálogos, devem ser transcritos.** As conversas e as entrevistas com as pessoas do grupo de estudo são fundamentais, pois elas sempre falam informações que são importantes para o investigador. Estar atento a esses conteúdos ajudará na composição dos dados coletados e sua posterior análise.
7. **Busca pela formulação de hipóteses, conceitos e teorias que vão sendo construídos ao longo do processo de investigação no campo de estudo.** O processo da investigação no campo não é estático. Ele deve ser visto como um processo flexível em que hipóteses, conceitos e teorias sejam formuladas no período em que está no campo.

Enquanto orgânica, a abordagem etnográfica, desde o seu surgimento, apresenta, hoje em dia, diferentes caminhos, sendo a Etnografia Crítica um deles. Segundo Thomas (1993) “critical ethnography is a style of analysis and discourse embedded within conventional ethnography. As a consequence, critical and conventional ethnographers share several fundamental characteristics” (p.3). A investigação de abordagem etnográfica crítica visa compreender as relações entre as questões investigadas com o ambiente social do objeto de estudo (Mainardes & Marcondes, 2011). De acordo com os autores, a Etnografia Crítica pretende expor situações de domínio, opressão, ideologia, buscando desenvolver investigações que fortaleçam grupos e pessoas vulneráveis a essas situações. Esse caminho da etnografia pretende investigar os grupos sociais que estão em situações a parte da sociedade, sendo grupos excluídos e desprovidos de condições sociais mais dignas.

Para Thomas (1993), a Etnografia Crítica é mais do que estudar os grupos socialmente marginalizados ou oprimidos, é trabalhar em prol da emancipação e da negação de influências repressivas que dominam tais grupos. Thomas (1993) defende que a Etnografia Crítica não deve ser apenas um meio de investigação de grupos socialmente excluídos, mas ser uma oportunidade para emancipá-los de suas exclusões sociais. Os investigadores ao usarem a abordagem da Etnografia Crítica objetivam denunciar desigualdades e consequentemente contribuir para a resolução de problemas de um grupo estudado (Mainardes & Marcondes, 2011).

Os investigadores que tem na Etnografia Crítica a metodologia para os seus estudos são coresponsáveis pelos grupos que estudam, visto que podem contribuir tanto para o conhecimento da sociedade em geral das situações vulneráveis que determinados grupos sociais experienciam, quanto para a alteração dessa condição social. Segundo Thomas (1993, p. 2) “critical ethnography is a type of reflection that examines culture, knowledge, and action. It

expands our horizons for choice and widens our experiential capacity to see, hear, and feel". De acordo com Mainardes & Marcondes (2011) a Etnografia Crítica passou a ser usada no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. A palavra crítica integrada a etnografia é devido a esse caráter político de denúncia e emancipação dos grupos marginalizados que são investigados. Dessa forma, diferencia-se da etnografia convencional, que estuda o grupo, mas sem a preocupação política de denúncia ou mesmo de busca de emancipação do grupo oprimido.

Segundo Thomas (1993), a emancipação dos grupos socialmente marginalizados refere-se ao processo de desagregação de formas constrangedoras de pensar ou agir que limitam a percepção e a ação de outras possibilidades. O etnógrafo crítico objetiva a essência e a compreensão do objeto de estudo (Mainardes & Marcondes, 2011). De acordo com Mainardes & Marcondes (2011) essa abordagem pressupõe estabelecer um relacionamento colaborativo e dialógico entre o investigador e as pessoas de seu grupo de estudo. Acredita-se, assim, que dessa forma possibilitará uma melhor percepção das situações vulneráveis que o grupo se encontra visando a sua emancipação.

Uma das técnicas de recolha de dados desenvolvidas pelos investigadores etnográficos críticos é o uso dos métodos da abordagem qualitativa como: observações participantes, entrevistas em profundidade e análise de documentos (André, 2009; Bogdan & Biklen, 1994; Mainardes & Marcondes, 2011). Segundo André (2009), a observação é chamada de participante, pois considera que o investigador tem um grau de interação completa ou parcial com a sociedade na qual atua, sendo afetado por esta e afetando a mesma. Para haver essa interação é importante que o investigador esteja alocado junto ao grupo estudado. Com essa técnica os investigadores podem partilhar as experiências do grupo de estudo compreendendo melhor as suas ações e reações (Bell, 1993) e obterem dados mais fidedignos, pois vivenciam a realidade com o grupo estudado.

Gil (2008) considera a técnica da observação participante o modo como se obtém conhecimento da população de estudo a partir de seu interior. Considera assim, que essa técnica permite ao investigador ter o real entendimento da população estudada. Essa técnica é usada, além dos antropólogos, por outros investigadores, mais especificamente das ciências sociais, que querem estudar pequenos grupos (Bell, 1993). Um exemplo de investigadores das ciências sociais que tem na observação participante uma técnica de recolha de dados são os educadores. Esse perfil de investigador usa a observação participante para estudar por exemplo o comportamento de determinado grupo escolar. Alguns investigadores das ciências ambientais começam a trilhar este caminho na busca pelo elo entre o conhecimento e a universidade através de uma investigação, que contribua para o desenvolvimento sustentável de comunidades locais, aplicando os conceitos da Etnografia Crítica (Mesquita, Neves, & Silva, 2016).

Na observação participante do tipo etnográfica, segundo Lüdke & André (1986), embora não exista um método que se possa considerar o mais indicado, um investigador crítico, em seu processo de recolha e análise de dados, deve desenvolver o seu estudo percorrendo três etapas: exploração, decisão e descoberta.

- **Etapa de exploração:** seleção e definição de problemas, escolha do local em que se realizará o estudo e o estabelecimento de contactos para a entrada etnográfica. Essa etapa também considera as primeiras observações com o intuito de ter maior conhecimento sobre o objeto de estudo, possibilitando assim uma seleção de critérios que serão investigados.
- **Etapa de decisão:** busca dos dados considerados pelo investigador como importantes para perceber o objeto estudado. Segundo Lüdke & André (1986) o desafio para o investigador crítico está em aprender a selecionar os dados que são fundamentais para responder às questões e ter acesso à informação.
- **Etapa de descoberta:** serve para explicar a realidade que está em constante observação. Inclui o desenvolvimento de conceitos durante o processo do estudo. O investigador crítico deve estar atento para as informações observadas ao longo de sua recolha de dados. Essas informações adquiridas nesse processo tem o equilíbrio entre os dados reais e eventuais explicações de carácter teórico, servindo para a compreensão do objeto de estudo.

Um dos desafios da função do observador crítico está em buscar o contacto com o grupo estudado procurando ser aceite por eles, decidir o quanto estará envolvido em suas atividades e tentar não ser identificado com nenhum grupo específico (Bell, 1993; Lüdke & André, 1986). O investigador ao ser aceite pelo grupo estudado possibilitará ter acesso facilitado às informações pretendidas que serão transmitidas de forma mais espontâneas. Caso contrário, poderá encontrar uma certa resistência, por parte do grupo, em conseguir as informações. O envolvimento nas atividades do grupo é vital, pois permite ao investigador ter um contacto mais próximo com a cultura e as tradições locais. Se o investigador decidir não estar muito envolvido nas atividades do grupo poderá não conseguir um conhecimento tão aprofundado. É importante o investigador não ser identificado por um grupo específico, pois pode causar uma certa rejeição na população estudada.

É tarefa fundamental do observador crítico observar, registar e buscar selecionar de modo mais objetivo a realidade de forma sistemática (Bell, 1993). O investigador deverá estar atento a todas as informações passíveis de serem captadas através de sua observação, pois serão dados que servirão para a análise do objeto de estudo. Para isso, o investigador deve passar um longo período de tempo com o grupo de estudo. Segundo Bell (1993), esse período longo pode representar uma dificuldade dessa abordagem. Por talvez o investigador não disponibilizar de um tempo suficiente para estar junto com a população de estudo. Para Lüdke & André (1986) uma vantagem dessa técnica é possibilitar o contacto pessoal do investigador com o grupo de estudo.

Assim como a observação, a entrevista é outro instrumento usado para a recolha de dados. A função da entrevista é aprofundar as questões, clarificar problemas e coletar as informações que o entrevistado possui (André, 2009; Lüdke & André, 1986). É interessante que a entrevista seja realizada com pessoas chaves, como representantes do grupo, que detém o conhecimento da

informação investigada, pois assim permite aprofundar temas e desfazer incertezas. Segundo Bogdan & Biklen (1994), na abordagem da investigação qualitativa, as entrevistas podem ser usadas em complementos de outras técnicas de recolha de dados como: a observação participante e a análise de documentos. A entrevista torna-se um complemento para a recolha de dados. A sua vantagem é a obtenção de conteúdo de forma imediata (Lüdke & André, 1986). Prioriza-se que a entrevista seja realizada pessoalmente. Com isso, o investigador pode também captar as reações do entrevistado, através de suas expressões. É a observação participante presente na entrevista.

A entrevista, para ser melhor conduzida pelo investigador, deve ter um roteiro de perguntas. Dessa forma, guiará o investigador pelos principais tópicos que se quer abordar. Esse roteiro deve ser composto por uma ordem de questões que vão das mais simples às mais complexas (Lüdke & André, 1986). Para Gil (2008), o investigador deve fazer poucas perguntas, que deverão ser diretas e deixem o entrevistado falar sobre os assuntos com fluidez. O investigador deve preparar esse roteiro antes da entrevista visando os objetivos que se quer alcançar com ela e na obtenção das informações pelo entrevistado. Como instrumentos para a recolha de dados deste estudo foram realizadas entrevistas, por pauta, que são perguntas estruturadas servindo de guia ao investigador (Gil, 2008). Segundo Gil (2008), a entrevista é a “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (p. 109). De acordo com o autor, a entrevista é uma forma de interação social que possibilita um contacto direto com o entrevistado, podendo criar uma empatia e gerar oportunidade de indicação com outras pessoas importantes do grupo.

Outro instrumento de recolha de dados para este estudo, e em complemento das outras técnicas, é a aplicação de questionários. Ele é considerado uma “técnica de investigação composto por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc” (Gil, 2008, p. 121). O questionário deve ser impessoal e anónimo, facto que deixa os respondentes mais confiantes, possibilitando informações realistas (Cervo & Bervian, 1983). O respondente não precisa se identificar, fazendo sentir-se mais livre para respondê-lo. Segundo Gil (2008), o questionário é definido por três tipos de questões. Os questionários formulados para este estudo continham esses três tipos de questões, que são:

- **Questões dependentes:** são questões que dependem das respostas dadas a outras questões. De acordo com a resposta que o respondente assinalar irá para a sequência dessa pergunta ou passará para a questão seguinte.
- **Questões fechadas:** os respondentes devem escolher uma, ou mais, alternativas, dentre as apresentadas em uma lista.
- **Questões abertas:** os respondentes fornecem as suas próprias respostas.

A análise documental é outra técnica de recolha de dados trazida para este estudo. Tal técnica contextualiza o fenómeno, explica as vinculações mais profundas e completam as informações coletadas através de outras fontes (André, 2009), que podem ser leis, regulamentos, normas, cartas, jornais, livros, fotografias, vídeos, arquivos escolares e outros materiais que o investigador tenha contacto (Lüdke & André, 1986). Constituem-se subsídios importantes na abordagem de investigação de dados qualitativos, pois embasam os dados coletados, sendo fundamentais no antes, durante e após o processo da abordagem etnográfica (André, 2009; Lüdke & André, 1986). O uso da análise documental foi feito desde o início deste estudo com a consulta de livros e publicações académicas sobre o tema abordado como forma de adquirir conhecimento e recolher dados.

Uma das vantagens da análise documental é seu custo ser em geral mais baixo (Lüdke & André, 1986), visto que a dificuldade de se obter apoio para o desenvolvimento de investigação científica é grande. Outra facilidade é não ser necessário o contacto direto do investigador com o grupo de estudo, uma vez que muitos documentos podem ser consultados em bibliotecas e em meios eletrónicos. O contacto do investigador com o grupo de estudo, ato impreterível na etnografia crítica, possibilita obter o conhecimento de outras fontes documentais não disponíveis em outros meios que não seja pelo contacto direto com o próprio grupo de estudo. São assim informações complementares e únicas.

Um dos desafios da etnografia crítica está relacionado ao tempo que o investigador precisa dedicar-se a este tipo de abordagem (Mainardes & Marcondes, 2011). Diante disso e, contextualizada a metodologia eleita é importante ressaltar que o presente estudo é um ensaio etnográfico crítico, uma vez que não aprofunda em plenitude os conceitos dessa abordagem como um tempo de permanência no campo de estudo, que permitisse o aperfeiçoamento das problemáticas políticas locais.

4.2. Meu tempo de Luz

De acordo com o que foi apresentado em 4.1. *Metodologia de investigação*, uma das técnicas de recolha de dados é a observação participante. As autoras Lüdke & André (1986) dizem que o investigador etnográfico poderá conduzir o seu estudo percorrendo três etapas retratadas na metodologia: **exploração, decisão e descoberta**. Essas etapas foram eleitas para contextualizar a descrição da Etnografia Crítica desenvolvida na Luz.

Em complemento a observação participante outra técnica de recolha de dados, que contribuiu para a etnografia no campo, foi a análise documental. Tratou-se, aqui, o livro *“Querem fazer um mar...”: ensaio sobre a barragem de Alqueva e a aldeia submersa da Luz*, da antropóloga Fabienne Wateau, como um documento de base para tal análise. Este livro representa não só a investigação etnográfica da referida antropóloga como uma coletânea de informações documentais minuciosa e criteriosamente trabalhada. De acordo com André (2009) e Lüdke & André (1986), a análise documental auxilia no embasamento dos dados recolhidos, sendo

importante durante todo o processo da abordagem etnográfica. Assim sendo, cabe a sua aplicação no antes, durante e após o período etnográfico no campo. Dessa forma, este livro foi fundamental na recolha de dados antes da ida para a Luz, pois permitiu um conhecimento prévio profundo sobre a população da Luz e sobre Alqueva.

Durante a permanência na Luz, o livro citado foi essencial, sendo um forte instrumento de pré-contacto tanto com a aldeia quanto com alguns dos seus habitantes. Wateau tem o conhecimento de cerca de 15 anos de estudo sobre a Luz e seus habitantes. A autora tornou-se, assim, instrumento de referência primordial para abordar os luzenses. É importante destacar que outros documentos foram consultados para a composição do conteúdo anterior a etnografia de campo, bem como no processo de permanência na Luz e no período pós a etnografia de campo.

4.2.1. Etapa de exploração

Essa etapa pressupõe as primeiras observações participantes da etnografia em campo, bem como o estabelecimento de certos critérios para o desenvolvimento dessa técnica, que são:

- **Seleção e definição de problemas:** os principais problemas que se quer abordar estão divididos em três eixos, a conhecer: se a população da Luz é abastecida com a água da albufeira de Alqueva; se a rega na agricultura da aldeia é feita com a água dessa albufeira; e se a população da Luz usa a albufeira para as suas atividades de lazer. Esses problemas divididos nesses três eixos são produtos do objetivo da construção da barragem de Alqueva. Pretende-se saber se esses objetivos foram alcançados implicando na relação que essa população tem com a albufeira sob o ponto de vista da água.
- **Escolha do local em que se realizará o estudo:** o local em que se realizará o estudo será na Luz. Pela razão da metodologia eleita ser a Etnografia Crítica pressupõe-se que haja um contacto direto e interativo com os habitantes da aldeia.
- **Estabelecimento de contactos para a entrada etnográfica:** o primeiro contacto para a entrada etnográfica foi com a Sr.^a Catarina Marques, Técnica Superior do Departamento de Gestão do Património, do Museu da Luz. Ela foi a responsável pela comunicação referente a candidatura para o programa de Residências do Museu da Luz. Com a candidatura aceite, o estabelecimento de contacto antes da etnografia de campo com a Sr.^a Catarina Marques foi fundamental para o alinhamento do período de permanência na aldeia e compreensão de como seria o trabalho desenvolvido na Luz. Essas nossas primeiras conversas pré-ida a Luz, foram todas por *e-mail* no mês de abril. Ela respondeu a todas as minhas dúvidas, que incluiu a confirmação de como chegaria na aldeia passando as indicações dos autocarros. Foi ela quem respondeu ao aceite para a candidatura e seria ela também o primeiro contacto com os habitantes e com a própria Luz.

Nessa etapa prevê a realização das primeiras observações etnográficas do estudo. De acordo com Bogdan & Biklen (1994), não se pode saber, inicialmente, o que vai encontrar no local de estudo. Assim, abaixo descreve-se como foram os primeiros dias que contaram com mais

observações – contacto direto, do que propriamente o contacto interativo com a população da Luz.

Antes de iniciar a descrição etnográfica no campo é importante explicar melhor como foi o processo que possibilitou essa ida para a Luz, através do programa de Residências do Museu da Luz. Tive conhecimento deste pelo próprio *site* do museu - <http://www.museudaluz.org.pt/> - que em uma pesquisa para conhecê-lo vi este programa. Inicialmente não me interessei, pois parecia ser direcionado para a área das artes. Porém, após uma conversa com a minha orientadora e ler novamente o regulamento vimos que seria a oportunidade para eu desenvolver a etnografia de campo como gostaria de fazer. Enviei primeiramente um *e-mail* perguntando se haveria o interesse do Museu da Luz em meu estudo. A Sr.^a Catarina Marques, respondeu-me afirmando que era do interesse da EDIA a temática que eu abordo. Dessa forma, orientou-me a preencher os documentos para a candidatura, que ocorreu no fim do mês de fevereiro.

Passados alguns dias enviei os documentos necessários para a minha candidatura, sem antes compartilhar com a minha orientadora para a sua análise e validação. Esses documentos eram: o formulário de proposta da minha candidatura, o plano de trabalho do presente estudo, a carta de motivação, um resumo do currículo, o currículo completo e uma apresentação para os avaliadores conhecerem mais sobre mim, em que insiro alguns trabalhos voluntários realizados. No dia seguinte, tive a resposta favorável para a minha residência na Luz. Fiquei feliz com a oportunidade a ser realizada em maio deste ano.

O meu período de permanência na casa que o Museu da Luz tem, para artistas e investigadores, foi de 3 de maio a 18 de maio de 2019. Inicialmente, havia colocado na proposta de candidatura para ficar até ao dia 17 de maio, porém estendi este prazo por um dia para atender a uma festa cultural relevante do local: a Procissão das Velas pela celebração de Nossa Senhora de Fátima.

Um outro motivo que me levou a ficar mais um dia está ligado ao facto de ser católica e importava-me encerrar o meu tempo que passei na Luz com essa celebração. Também carrego mais um motivo, afinal no dia após ao que cheguei à Luz iniciaria a Feira das Flores e dos Sabores (4 e 5 de maio) e, achei conveniente, já que havia iniciado com um ato cultural local, me despedir com outro ato cultural, agradecendo aos momentos e a oportunidade de ter estado na

Luz, bem como ter conhecido as maravilhosas pessoas que tive a honra de encontrar. Cheguei à Luz no dia 3 de maio, uma sexta-feira, tendo ido do Pragal (Região Metropolitana de Lisboa na margem Sul do rio Tejo) para Évora de comboio. Saí de Évora em direção à Luz às 17h15, de autocarro, e cheguei à aldeia por volta das 18h45.



Figura 4.1. Chegada à Luz, 3 de maio de 2019

Era uma tarde de sol e o céu estava azul. Eu estava alegre por ter encontrado o meu destino de estudo. Por estar num programa do Museu da Luz, de imediato dirigi-me para o museu. No caminho observei as construções das casas de paredes brancas e com os rodapés coloridos. As casas estavam fechadas. Vi uma padaria aberta e algumas pessoas lá dentro. Caminhei até ao museu sem interagir com alguém. Antes de chegar ao museu, observei a informação de Saraiva (2007) em que fala sobre a inserção do museu na paisagem da Luz junto ao cemitério e a igreja de Nossa Senhora da Luz. Próximo ao museu haviam três senhores conversando no seu parque de estacionamento. Falei boa tarde e eles me responderam.

Assim foi o meu primeiro contacto com o museu e com a albufeira de Alqueva, vista pela Luz, por essa estar próxima a ele. A arquitetura do museu, que ganhou diversos prêmios (Saraiva, 2007), com o espelho de água

da albufeira, compõem uma paisagem bonita. Ao chegar na entrada do museu, a sua porta estava aberta, entrei e encontrei uns senhores finalizando a montagem da exposição *Terra a Três*, que seria inaugurada naquele sábado. Aguardei um pouco a oportunidade de falar com alguém. Como estavam trabalhando fiquei à procura de uma senhora (referindo-me a Sr.^a Catarina Marques). O Sr. Dimas Ferro, ou Dr. Dimas no livro de Wateau, Técnico Superior do Museu da Luz, recebeu-me sabendo que eu chegaria à aldeia. Naquele momento não me lembrei de tal analogia.

Sabendo que a Sr.^a Catarina Marques não estava no museu, o Sr. Dimas Ferro telefonou imediatamente para ela e, por desencontro, soube que estava esperando-me no Largo. Eu deveria ter ficado no Largo para aguardá-la, mas quando cheguei havia somente os *stands* montados para a feira do fim-de-semana e uns senhores sentados no banco do Largo. Eu estava tão feliz que havia chegado que me dirigi para o museu. Após o Sr. Dimas Ferro combinar com a Sr.^a Catarina Marques que eu voltaria para o Largo deixei o museu, local que passaria os meus próximos dias recolhendo dados documentais para este estudo.

Voltei do museu até ao Largo, às vezes andando pela rua, às vezes pela calçada, observando novamente as casas. Não encontrei ninguém e nenhum carro passou no momento. A padaria

continuava aberta e vi que havia, ainda, algumas pessoas lá. Essa padaria é a Padaria Grilos, que até então não me recordava, mas estava abordada no livro de Wateau.

Ao encontrar e conhecer a Sr.^a Catarina Marques, a mesma levou-me para a casa onde eu moraria por duas semanas. Na casa do museu também estavam hospedadas, somente naquele fim-de-semana, uma artista inglesa, com sua amiga e, com o seu cão chamado Dom Quixote. A artista inglesa mora em Portugal há 12 anos e está a desenvolver um trabalho artístico na aldeia. A companhia delas, bem como a presença do cão, ajudaram-me a sentir mais confortável na casa grande que o museu reservava para trabalhos como os nossos.

Segundo o que a Sr.^a Catarina Marques me explicou a casa foi construída para um morador que não gostou dela e foi-lhe entregue outra. Como a EDIA foi a responsável pela construção da nova aldeia a casa ficou para essa empresa. Inicialmente, seria para guardar algum material do museu como as peças de seu acervo, porém foi deixada para o programa de Residências do Museu da Luz. A casa em si (Figura 4.2), que fica na Rua do Montinho, nº 38, era grande para eu estar hospedada sozinha, após a saída da artista inglesa naquele fim-de-semana. Havia quatro quartos, com nove camas no total, duas casas de banho, uma cozinha equipada, e um espaço que seria a sala de jantar, mas foi a minha sala de estudo e, um quintal grande, espaçoso, que poderia ser um jardim. Na parede dessa sala estavam colocados trabalhos de outros artistas e estudantes, que desenvolveram para o museu, folhetos informativos de encontros e exposições, realizados com a temática da aldeia da Luz.



Figura 4.2. A casa do museu, 15 de maio de 2019

A artista e sua amiga haviam chegado recentemente na casa do museu, que era assim conhecida. Quando os moradores me perguntavam onde eu estava a morar eles mesmos falavam que era na casa do museu, referindo-se também a cor azul da casa. Era por volta da hora do jantar. A artista e eu então decidimos ir comprar pão na Padaria Grilos. Fomos até lá, mas a porta estava fechada. Havia passado das 19 horas e o comércio fechava neste horário na aldeia. A Sr.^a Catarina Marques orientou-nos a bater na porta, mas não havia ninguém. Retornamos para a rua da casa do museu, que umas casas ao lado havia um minimercado, porém esse também estava fechado. Esse minimercado seria onde eu faria as minhas compras para preparar a minha própria comida ao longo da minha permanência na aldeia. Como eu estava muito cansada da viagem fui tomar um banho.

Ainda esta noite, a artista fez uma sopa e convidou-me para comer junto com elas. Elas colocaram a mesa da cozinha no quintal e jantamos lá. Foi um momento agradável e de troca de informações sobre o meu estudo e o trabalho que a artista está a desenvolver no programa de Residências do Museu da Luz. Elas informaram-me sobre a programação da Feira das Flores e dos Sabores que aconteceria nos dois dias seguintes e que havíamos combinado de irmos juntas. Apesar da artista e sua amiga não serem da aldeia foram importantes para mim nos dois primeiros dias de contacto com a população, pois fizeram-me companhia indo a um café e almoçando no domingo neste café. Com isso, os luzenses começaram a perceber a nossa presença na aldeia. Por ser um local em que todos se conhecem o aparecimento de pessoas de fora da aldeia chama a atenção de quem mora na Luz.

A Feira das Flores e dos Sabores iniciou no dia 4 de maio, num sábado de sol, sendo também o início da minha etnografia crítica de campo na Luz. Por ocasião da feira comecei a integrar o contexto, observando os moradores da aldeia, e eles a mim. Essa feira estava na sua 7ª edição, foi criada, segundo o que alguns moradores me contaram, pela iniciativa de um grupo de estudantes que também foram na Luz fazer um estudo. Um dos objetivos da feira, além de ser momento de convívio para os habitantes, tinha como parte de sua programação premiar a rua e as casas mais bem floridas da aldeia (Figura 4.3). Essa feira foi uma oportunidade para iniciar a aplicação da Etnografia Crítica através da técnica da observação participante crítica e começar a conversar com as pessoas. Também era importante que os moradores comessem a se familiarizarem com a minha presença na Luz. Segundo Bell (1993) e Lüdke & André (1986) um dos desafios do observador crítico é ser aceito pelo grupo de estudo.



a.



b.

Figura 4.3. Feira das Flores e dos Sabores (a) Largo de Luz; (b) casas enfeitadas de flores, 4 de maio de 2019

Concordo que ser aceita pela população era importante, afinal passaria um período na aldeia em busca de interagir com as pessoas que estariam dispostas a exporem, através do meu questionário de estudo, alguma situação de opressão que viveram devido ao processo de mudança da antiga aldeia para esta nova aldeia da Luz, em função da construção da barragem de Alqueva e formação de sua albufeira. A transmissão, pela população da Luz, de situações vulneráveis ao seu domínio são importantes para a viabilidade da Etnografia Crítica, que visa emancipar socialmente desse grupo estudado.

Confesso que estava preocupada com a aplicação do questionário, afinal sabia que a população da Luz teve o “trauma decorrente da violação de privacidade e vidas que o realojamento acarretou” (Saraiva, 2007, p. 446). Segundo a autora, era comum a presença de autocarros, vindo de várias regiões do país, para conhecerem a aldeia que seria destruída por ocasião da construção da barragem. O episódio se repetiu nos dois anos de existência da nova aldeia, como realmente alguns habitantes me relataram. Tal acontecimento está registado no vídeo *A minha aldeia já não mora mais aqui*, de Catarina Mourão, que é transmitido no Museu da Luz. Assisti ao vídeo no museu no dia 10 de maio, contribuindo para a minha análise documental, pois mostra a presença de autocarros com os turistas para conhecerem a aldeia.

De acordo com o que alguns moradores me explicaram nas conversas informais os turistas chegavam a tirar fotografias de dentro das casas dos habitantes, fazendo tornarem-se mais reservados em suas casas. No meu primeiro dia observei que as casas estavam fechadas, suas janelas e portas. Apesar de não sabermos o que vamos encontrar no local de estudo, como afirmam Bogdan & Biklen (1994), criamos em nossa mente uma imagem do que pensamos encontrar. A imagem que havia criado era que as pessoas estariam com as janelas de suas casas abertas, mas ao longo dos dias observei que estavam sempre fechadas.

Portanto, ao saber que os habitantes estavam cansados de falarem sobre o processo de mudança, pela abordagem da média e de sofrerem com a deslocação, sendo confirmado pela Sr.^a Catarina Marques, em uma das nossas trocas de *e-mail* em abril, “(...) que os mais velhos poderão já dar sinais de cansaço para conversarem novamente sobre este assunto. No entanto, encontrará certamente sempre pessoas de várias faixas etárias que mostrem ainda disponibilidade para falar” (abril 22, 2019), ficava com receio de abordá-los e não queria incomodá-los. Por isso, achei por bem nos dois dias da feira e, seguindo a técnica da etnografia crítica pela observação participante de inicialmente observar criticamente e ir apresentando-me aos poucos aos primeiros habitantes que tivesse contacto. A segunda informação dada pela Sr.^a Catarina Marques sobre que as pessoas teriam disponibilidade para falar seria confirmada quando eu iniciasse a abordagem para responderem ao questionário, assunto que será tratado na Etapa de decisão.

Outro desafio da função do observador participante crítico apontado pelas autoras Bell (1993) e Lüdke & André (1986) está em decidir o quanto ele se envolverá nas atividades do grupo de estudo. Essa informação vai ao encontro do meu perfil como investigadora uma vez que no dia 4 de maio, sendo o início da Feira das Flores e dos Sabores, logo de manhã, dirigi-me ao *stand* do Museu da Luz e ajudei na montagem de uns quadros que estariam expostos ao longo da feira. Dessa forma, iniciei o meu envolvimento com as atividades da feira, que na programação contava com uma caminhada de cinco quilómetros naquela manhã. Eu estava animada para participar, pois o percurso seria pelo entorno da aldeia, tornando-se uma oportunidade para conhecer a freguesia e algumas de suas habitantes, já que a caminhada foi somente para as mulheres.

Antes de iniciar a caminhada a presidente da Junta de Freguesia de Luz, Sara Maria Vidigal Correia, fez uma fala de abertura da feira. Havia ainda poucas pessoas neste momento, que

era por volta das 10h30 da manhã. Após a sua fala um professor de ginástica fez uma atividade de alongamento antes de iniciarmos a caminhada. Terminada esta atividade começou a caminhada de cinco quilómetros com um sol forte, que me lembrava estar no Alentejo. Eu vestia uma camisola de mangas longas para me proteger do sol, porém havia esquecido o chapéu. De início caminhei pela sombra, mas a Sr.^a Sara Correia perguntou quem precisava de um chapéu. Eu disse que sim e fiquei feliz em ter o meu primeiro contacto com a presidente da Junta de Freguesia de Luz, a qual respondeu ao meu *e-mail* sobre a realização de uma entrevista, prevista para o dia 7 de maio, terça-feira. Eu sabia quem era ela também pelo livro de Wateau, em que foi uma de suas personagens. A Sr.^a Sara Correia fez parte da associação de jovens da antiga aldeia da Luz e como o livro conta estava se candidatando a presidente da freguesia, como de facto aconteceu.

Ela trouxe-me o chapéu e o grupo de mulheres caminhou saindo por uma das ruas da aldeia, em que pude ver o reservatório de água da Luz, passando entre a plantação de oliveiras (Figura 4.4). Ali observei essas oliveiras e os canos de rega que são gota a gota. Depois chegamos pelo lavadouro, cruzamos a rua que chega ao Museu da Luz seguindo até ao fim dessa, que termina na antiga estrada que levava para a antiga aldeia. Viramos à direita em direção às Ruínas Julioa 24, registo arqueológico encontrado durante a construção da nova aldeia, viramos novamente à direita e subimos à rua que chega ao Largo. Terminando assim a caminhada no prédio da Junta de Freguesia de Luz com um bolo, frutas e alguns sumos. Os lugares desse trajeto seriam percorridos por mim ao longo do meu tempo na Luz.



Figura 4.4. Plantação de olivais na Luz. Ao fundo a aldeia da Luz e o seu reservatório de água do lado direito, 4 de maio de 2019

Ao passar pelo lavadouro – o que até então não sabia o que era, durante a caminhada, perguntei a uma senhora que estava próxima a mim, o que era aquele prédio branco. Essa senhora é a Marta Gonçalves, secretária da Junta de Freguesia de Luz há 19 anos, que me explicou ser o lavadouro da nova aldeia, porém não era usado, pois esqueceram de ligá-lo à rede de água (Figura 4.5). Por isso, as pessoas não iam nele lavar roupa. Assim tive o conhecimento do primeiro ponto de convívio rompido em decorrência da construção da barragem. Depois fiquei sabendo por algumas pessoas, que conversei e por um trecho do vídeo *A minha aldeia já não mora mais aqui*, transmitido naquela noite, que o lavadouro foi muito usado na antiga aldeia, sendo motivo de convívio social para os seus habitantes. Principalmente para as senhoras que se encontravam lá quando iam lavar as suas roupas.



Figura 4.5. Lavadouro da nova aldeia, 10 de maio de 2019

Ao iniciar essa conversa com a Sr.^a Marta Gonçalves, a primeira pessoa que conversei na aldeia, apresentei-me como sendo uma estudante que estava na Luz para um estudo sobre a relação da população com a albufeira, sob o ponto de vista da água. Expliquei qual era meu papel na aldeia e a Sr.^a Marta Gonçalves foi dando a sua opinião de que pouca coisa havia melhorado. Falou por exemplo da escola da freguesia, que corre o risco de fechar por não haver muitos estudantes. Algumas crianças da Luz estudam em Mourão e algumas crianças que moram em Mourão vem estudar na Luz. A escola da Luz é acompanhada para ver se a quantidade de alunos matriculados anualmente é suficiente para mantê-la a funcionar. A Sr.^a Marta Gonçalves acredita que se uma escola com cerca de 17 anos fechar provavelmente não voltará mais abrir. Também disse que quase não há jovens na aldeia para ter filhos. A população reduziu e está envelhecendo não havendo nascimentos. Essa informação contextualiza o que foi retratado quando se analisou a redução da quantidade de habitantes para as aldeias, contrastando com um dos objetivos de Alqueva de fixar a população na região.

Todas as vezes que conhecia uma pessoa na aldeia consultava o livro de Wateau para verificar se estava lá e saber melhor sobre ela. No caso da Sr.^a Marta Gonçalves, ela era uma das personagens do livro, o que só percebi depois de conhecê-la. Segundo Wateau (2014), a Sr.^a Marta Gonçalves ajudou a identificar os habitantes da aldeia, sendo importante para a autora em sua investigação. Manifestei o interesse em conversar com ela em outra oportunidade para que pudesse participar do preenchimento do questionário. Essa nossa conversa aconteceu no dia 8 de maio e ela (Figura 4.6) também foi importante para o meu estudo ao ajudar com alguns contactos e dados.



Figura 4.6. Sr.^a Marta Gonçalves, secretária da Junta de Freguesia de Luz, 8 de maio de 2019

Depois da caminhada, a artista inglesa e sua amiga convidaram-me para irmos a um café. Como já sabiam sobre o meu projeto disseram-me que eu deveria ir aos cafés para conversar com as pessoas, o que eu concordei, afinal este caminho já estava previsto. Ao entrarmos no café haviam somente homens, que olharam para nós. Fiquei com vergonha. Sou uma pessoa muito tímida e entrar em um café onde somente havia homens seria uma das minhas principais dificuldades no processo de desenvolvimento de um estudo etnográfico.

Em seguida fomos à casa do museu para almoçarmos. Como precisava de alguma comida para completar o arroz e o atum que levei para a aldeia, fui ao minimercado. Lá comprei feijão e ovos para o meu almoço e vi a senhora dona do minimercado. Na tarde daquele sábado, depois do almoço e de ter lido um pouco o livro de Wateau para identificar alguns personagens habitantes da Luz, fui à inauguração da exposição *Terra a Três*, no Museu da Luz, com a artista inglesa e sua amiga. Na inauguração da exposição estavam presentes a Sr.^a Augusta Cachopa, do Conselho de Administração da EDIA, o Sr. Diogo Nascimento, Diretor de Gestão do Património da EDIA, que reconheci por estar no livro de Wateau nomeado de Engenheiro Diogo, e a presidente da Câmara Municipal de Mourão, a Dr.^a Maria Clara Safara.

Na fala da Dr.^a Maria Clara Safara ela enfatizou o problema de saneamento básico que a Luz passa. Disse que pela aldeia ter 17 anos não deveria ter os problemas de ruturas na rede como tem. Em outras aldeias pertencentes ao concelho, mais antigas que a Luz, isso não acontece. Gostava de fazer uma entrevista com a presidente. Aguardei o momento para abordá-la na exposição. Enquanto isso, foi uma oportunidade para, além de conhecer a exposição inaugurada, ver as outras que estão no museu. Também fui apresentada, pela Sr.^a Catarina Marques, à Sr.^a Sara Correia – presidente da Junta de Freguesia de Luz, que antecedeu a sua entrevista, já acordada por *e-mail* antes da ida à Luz, para o dia 6 de maio. Durante a exposição, o Sr. Dimas Ferro apresentou-me para a nova funcionária do museu: a Sr.^a Maria Luísa Ralo, Técnica do Museu da Luz, a qual me apresentou a Dr.^a Maria Clara Safara.

Falei com a presidente que eu gostava de conversar com ela por ocasião de estar desenvolvendo um estudo na aldeia da Luz relacionado à água. Disse também que gostei da crítica dela sobre os problemas de saneamento básico na aldeia. Combinamos que, na semana do dia 14 de maio, concedia-me uma entrevista.

Um momento de convívio, em virtude da abertura da exposição, foi realizado no Monte dos Pássaros, única construção da antiga aldeia que sobreviveu à subida das águas ^[41] (Figura 4.7). No caminho até a este prédio localizado mais próximo da albufeira de Alqueva, ouvi uma pessoa a dizer sobre a mudança da aldeia. Esse facto está presente na vida das pessoas. Um momento de convívio pode ser de recordação para as pessoas falarem sobre a antiga e a nova Luz.

^[41] Museu da Luz



Figura 4.7. A casa do Monte dos Pássaros e a albufeira de Alqueva, 14 de maio de 2019

Na programação da feira, na noite daquele sábado, foi transmitido um trecho do vídeo *A minha aldeia já não mora aqui*, o qual assisti com alguns habitantes da aldeia. Ao longo da exibição com duração de cerca de 35 minutos, os habitantes da Luz emocionaram-se ao ver algumas pessoas da aldeia que já faleceram. Eles passaram o vídeo todo a comentar sobre as lembranças que tinham da antiga aldeia. Quando viram a imagem do lavadouro também comentaram, lembrando-me da conversa que tive com a Sr.^a Marta Gonçalves naquela manhã. Para encerrar a noite houve a atuação do grupo de música popular Talego, em que faltou luz por alguns minutos, e observei o estrelado céu da Luz.

Na manhã de domingo, dia 5 de maio, fui para o Largo ver a Feira das Flores e dos Sabores. Porém, ainda não havia muitas pessoas. A feira juntou mais participantes, no período da tarde, quando iniciou o espetáculo com os grupos de corais, como: Grupo Coral da Luz, Grupo Coral Freguesia de Monsaraz, Grupo Coral Cantadeiras do Redondo e, Grupo Cante Tradicional Alentejano “Os Almocreves” da Amieira. Foi uma boa oportunidade para conhecer mais a cultura tanto da aldeia quanto do Alentejo, já que os outros grupos eram de lugares próximos da albufeira de Alqueva. Assim, alguns cantaram cânticos de exaltação à Alqueva. Observei que para algumas populações Alqueva era vista, como algo benéfico, porém para a aldeia da Luz, por ter sido submersa em virtude da construção da barragem, tinham uma outra visão sobre a albufeira.

Ao longo dos dias conversei com várias pessoas que me ajudaram no meu tempo em que estive na Luz. O resultado desse período também estão nas próximas etapas de decisão e descoberta. Os nomes das pessoas que fizeram parte do meu ensaio etnográfico crítico são reais e estão identificados.

4.2.2. Etapa de decisão

A etapa de decisão, segundo Lüdke & André (1986), concentra-se os dados mais importantes para o investigador crítico, que deve selecioná-los de acordo com o objetivo de seu estudo. Para Cervo & Bervian (1983) a recolha de dados desempenha uma tarefa fundamental na investigação, pois envolve: a determinação da população, que neste estudo são os habitantes da Luz; a definição das técnicas de recolha desses dados, que aqui serão usadas: (a) entrevistas e (b) questionários; e a estruturação dessa recolha em si. Com isso, nesta etapa de decisão abordará a recolha de dados através da técnica de entrevista e das respostas dos questionários.

Realizaram-se quatro entrevistas, por pauta, que são perguntas estruturadas servindo como um guia, com pessoas consideradas detentoras de dados que interessam ao estudo (Gil, 2008). Os

entrevistados foram: a presidente da Câmara Municipal de Mourão, Dr.^a Maria Clara Safara com o vice-presidente da Câmara Municipal de Mourão, Sr. Manuel Francisco Godinho Carrilho, a presidente da Junta de Freguesia de Luz, Sr.^a Sara Maria Vidigal Correia e, a engenharia do ambiente da Câmara Municipal de Mourão Sr.^a Rute Isabel Santana Vidigal.

Em complemento às entrevistas foram aplicados questionários com à população da Luz. No período em que estive na aldeia foram respondidos 35 questionários pelos seus habitantes, pois “seria inviável conceber uma pesquisa com uma população inteira. Habitualmente, o que se faz é extrair desta um grupo de casos – o que se chama de amostra da população – e estudá-lo *como se se estivesse estudando a população*” (Luna, 1998, p.70). Dessa forma, esse foi o número de pessoas que participaram respondendo as questões estruturadas relacionadas à água e para o alcance dos objetivos deste estudo. Os questionários eram aplicados individualmente pelo investigador com cada um dos participantes. Após a finalização do questionário, normalmente, outras pessoas integravam a conversa mantendo o assunto sobre a mudança da aldeia. Muitas das pessoas que haviam respondido ao questionário convidavam outras para participarem de seu preenchimento como foi mencionado em 4.1. *Metodologia de investigação* pelo autor Gil (2008), o qual destaca que a interação social possibilita um contato direto podendo gerar um empatia e oportunidades de indicação com outras pessoas do grupo.

Um dos conteúdos das entrevistas e dos questionários objetivava verificar se a albufeira de Alqueva presta os dois seguintes serviços dos ecossistemas: o de provisionamento e o cultural. Os serviços de provisionamento correspondem aos produtos nutricionais, não nutricionais e energéticos de sistemas vivos, bem como saídas abióticas, inclusive a água (CICES, 2019). De acordo com Ferreira et al. (2019), e conforme a Tabela 3.1. *Serviços dos ecossistemas fluviais* um dos exemplos desse serviço, é a água destinada para o consumo e irrigação, aqui abordados quanto ao abastecimento público doméstico para a população da Luz e a rega na agricultura dessa aldeia. O serviço cultural denomina-se por ser os *outputs* não-materiais dos ecossistemas (bióticos e abióticos), que afetam os estados físicos e mentais das pessoas (CICES, 2019). Segundo um dos exemplos citados por Ferreira et al. (2019) e na Tabela 3.1. são as atividades recreacionais e o ecoturismo, que neste estudo é trabalhado o lazer para a população da Luz.

Alinhados a esses serviços dos ecossistemas de Alqueva pretende-se analisar se os objetivos de construção da barragem relacionados a água: (i) o abastecimento público de água para a população, (ii) rega para a agricultura e o (iii) turismo para a região aqui trabalhado o lazer, para a Luz foram alcançados.

A fim de conquistar os objetivos deste estudo as entrevistas estavam estruturadas por pauta, que eram perguntas que serviram de guia. O questionário formulado continha questões dependentes, fechadas e abertas. As questões estavam divididas pelos três eixos principais do estudo: (i) abastecimento; (ii) rega e (iii) lazer e os três tópicos complementares: (iv) saneamento básico; (v) Alqueva para Luz e (vi) Minha aldeia pós Alqueva.

A. Entrevistas

A1. Entrevista com a Sr.^a Sara Correia, presidente da Junta de Freguesia de Luz, 6 de maio de 2019

No dia 6 de maio, segunda-feira, realizou-se a entrevista com a presidente da Junta de Freguesia de Luz, Sr.^a Sara Maria Vidigal Correia (Figura 4.8). A entrevista inicialmente marcada por *e-mail* foi remarcada para aquela segunda-feira, em virtude da agenda da presidente. Cheguei no horário confirmado, porém a Sr.^a Sara Correia estava a resolver um compromisso e o senhor que me recebeu na receção do prédio da Junta de Freguesia de Luz pediu para retornar uma hora mais tarde. Retornei como acordado e a entrevista foi realizada. A Sr.^a Sara Correia estava com horário limitado em razão de um compromisso que precisava resolver logo após a entrevista, por conta disso a entrevista foi interrompida por um telefonema.



Figura 4.8. Sr.^a Sara Maria Vidigal Correia, presidente da Junta de Freguesia de Luz. Ao fundo uma matéria de jornal, de setembro de 1985, intitulada: Barragem do Alqueva vai inundar a aldeia, mas ninguém acredita, 6 de maio de 2019

Apesar dos contratempos, a Sr.^a Sara Correia foi atenciosa. Preocupou-se em passar as informações perguntadas, disponibilizou-se em fornecer outros dados, que a autarquia poderia ter, e indicar pessoas que considerava importantes para eu conversar. No fim da entrevista apresentei à presidente o questionário que seria aplicado com os habitantes da Luz. A Sr.^a Sara Correia aprovou as questões, que acreditou serem relevantes saber se a população tinha a percepção quanto se a água da albufeira de Alqueva é usada para o abastecimento público na aldeia, se a água da albufeira é utilizada para a rega na agricultura da Luz e se a população da aldeia usa a albufeira para atividades de lazer, bem como saber o entendimento dessa população sobre o saneamento básico.

A entrevista foi realizada através de uma pauta ^[42] – que eram perguntas estruturadas servindo de guia, mas que também ao longo da entrevista outros questionamentos foram feitos; em que abordavam algumas questões que estavam no questionário para os habitantes da Luz, além de outras questões que ponderei serem fundamentais para tratar com a presidente. Essa entrevista foi a primeira conversa que tive com uma pessoa da aldeia pela técnica de recolha de dados. Dessa forma, pela entrevista ser realizada com a presidente da Junta de Freguesia de Luz, já teria algumas das principais respostas desse estudo.

^[42] Ver Anexo C informação complementar.

A Sr.^a Sara Correia está como presidente da Junta de Freguesia de Luz há sete anos, desde outubro de 2013, exercendo o seu segundo mandato. Perguntei à presidente qual era o perfil socioeconómico dos habitantes da aldeia da Luz, pois gostava de saber a quantidade de seus habitantes e as principais atividades económicas da aldeia. A Sr.^a Sara Correia, acredita que, atualmente, existe cerca de 320 habitantes havendo uma grande redução desse número com a mudança para a nova aldeia. Com a certeza da construção da barragem passou a ser proibido construir, melhorar ou fazer reforma na Luz. Portanto, muitas pessoas que se casaram mudaram-se para Monsaraz e Mourão.

A Sr.^a Sara Correia lembrou que a crise nacional permitiu uma pequena ascendência no número de habitantes, pois alguns casais regressaram para a Luz pelo facto de ser mais barato viver na aldeia do que em uma cidade. Grande parte deles foram viver na casa dos pais ou parentes, que não precisariam pagar renda.

Quanto a principal atividade económica na Luz, a presidente afirmou ser a agricultura: “É verdade é que a barragem trouxe isso também”. A Sr.^a Sara Correia reforçou que a Luz sempre viveu da agricultura: “a diferença agora é que há mais capacidades a nível da água”. A Sr.^a Sara Correia considera que há na Luz dois ou três grandes agricultores, “apesar de toda a gente ter um bocadinho” de terra de cultivo. Um deles é um jovem agricultor luzense presidente da Associação de Beneficiários da Freguesia de Luz. A Sr.^a Sara Correia contou que houve também a vinda de grandes empresas de olival, citando como exemplo a “Oliveira da Serra, que é uma grande empresa produtora de azeite. Comprou uma grande quantidade de olival e portanto também veio aproveitar a barragem, a água”, e mencionou outro agricultor que veio de fora da Luz, o Sr. Fernando Santos da Aromas da Lousa, de plantas aromáticas e medicinais biológicas.

Sobre a questão do eixo **I – Abastecimento** se a água da albufeira abastece a aldeia, a Sr.^a Sara Correia afirmou: “não. A população é abastecida por furos d’água. Portanto por perfurações que captam água”, completando: “a água da barragem abastece a nível de agricultura”, respondendo assim a questão do eixo **II – Rega**, se a água da albufeira de Alqueva é usada para a rega agrícola da aldeia.

Para a questão do tópico **IV – Saneamento básico** sobre se havia uma ETAR na aldeia a Sr.^a Sara Correia, afirmou que sim relatando: “quer a nível do abastecimento da água, portanto quer a nível do saneamento dos esgotos nós estamos muito mal servidos. Temos muitos problemas. Os esgotos estão muito entupidos. Necessita de uma intervenção quase que de quinze em quinze dias”. Disse que há uma má construção a nível dos sistemas da água, pois os materiais não foram devidamente montados, roscados. Por ser uma aldeia de construção recente, a Luz fará 17 anos em novembro de 2019, não deveria ter este tipo de problema. Semanalmente há máquinas para desobstruir e reparar os canos que em muitas ruas estão abaixo do nível que deveriam ser construídos. Ao abordar sobre esse assunto a Sr.^a Sara Correia recomendou-me conversar com a engenharia do ambiente da Câmara Municipal de Mourão a Sr.^a Rute Isabel Santana Vidigal, que é luzense e moradora da aldeia. A Sr.^a Sara Correia ligou, no mesmo

instante, para a engenheira, que aceitou participar de uma entrevista. A Sr.^a Sara Correia ainda explicou:

“se fizer uma caminhada pela aldeia (...) vê vários buracos na calçada (...). Existe quase semanalmente uma rutura d’água que nos obriga a abrir buracos nas ruas, a fechar água à população. Portanto, temos um grande problema”.

A Sr.^a Sara Correia contou que desde 2013, até ao momento, a população passou duas vezes pelo risco de ficar sem capacidade de abastecimento à população por causa da perda de água devido às ruturas. Na primeira vez, um camião trouxe água para abastecer à população, na segunda vez uma equipa da Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL), do Grupo Águas de Portugal, foi à aldeia com aparelhos que detetam as fugas de água. Tudo isso é um custo alto para a Câmara Municipal de Mourão, a qual acarreta esses custos, pois a garantia da obra pela EDIA terminou.

Ao ser perguntada sobre a questão do eixo **III – Lazer** se a população da Luz usa a albufeira para atividades de lazer a Sr.^a Sara Correia explicou que:

“pouquinho, alguns usam, (...) há um pessoal novo que vai, vão ao cais tomar banho, alguns também vão a pesca (...). Depois há muita pouca gente que tem um barquito (...) agora não tem o impacto que teria e que a promessa que foi (...) e a capacidade que tem de nos proporcionar essas atividades de lazer e de recreio, mas o que é certo é que não tem também porque faz falta na Luz a infraestrutura ou algumas infraestruturas que convidem a população aproveite a barragem (...) se falar de uma praia que não há (...) podíamos falar eventualmente de alguns desportos (...) de qualquer restauração junto a água que justificaria por exemplo”.

Uma oportunidade que surgiu foi fazer um parque de campismo e caravanismo junto à água, mas para a Sr.^a Sara Correia: “Portugal é assim nós temos imenso potencial, mas a lei não nos permite aproveitar o potencial da barragem”. A presidente disse isso, por conta do regulamento que foi criado antes da barragem ser feita para que evitassem construções em seu entorno. Esse regulamento é o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão (POAAP), que causou restrições para o uso da albufeira. Dessa forma, as caravanas não podem ficar acampadas próxima a margem da albufeira. Elas devem ficar no local que há na aldeia próprio para elas, porém “nas zonas onde se pode construir não interessa às pessoas construir, porque é longe da água”, e as pessoas querem ficar próximas a água.

Sobre as promessas que a EDIA havia feito como uma praia fluvial a Sr.^a Sara Correia afirma:

“A EDIA tinha várias promessas a nível da aldeia da Luz. Eles dizem que nunca prometeram (*com relação a praia fluvial*) (...) ninguém aqui na Luz vai dizer o contrário.

Toda a gente os ouviu dizer que (...) haveria uma praia fluvial, que seria feita uma marina, a marina que existe em Amieira”.

A Sr.^a Sara Correia considera que “era tudo manobras para facilitar a mudança de uma população que não queria sair. Eram conversas que eles faziam para dizer que nós iríamos mudar, mas iríamos mudar para melhor. E, portanto tudo não passou de conversas”. A Sr.^a Sara Correia lembrou que a população da Luz pelo processo que passou não teria condições a nível de autarquia e a nível particular de criar essas infraestruturas. “(...) estávamos a passar por esse processo em benefício de um Alentejo e de um país”, portanto considera mais que justificável que tivessem sido construídas uma praia fluvial pela EDIA já que estavam a construir uma aldeia nova. A infraestrutura que a Sr.^a Sara Correia disse que foi possível financeiramente criar, pela Junta de Freguesia de Luz, foi um parque de merendas com alguns aparelhos para atividades físicas (Figura 4.9), na proximidade da albufeira, promovendo aos habitantes alguma possibilidade de lazer e convívio social. Porém, a Sr.^a Sara Correia lembrou que “nós somos a única aldeia ribeirinha sem um parque de merendas feito pela EDIA. Somos a única. Fizemos nós”.



Figura 4.9. Parque de merendas de Luz, 8 de maio de 2019

Quanto ao tópico **V – Alqueva para a Luz**, em que gostava de saber sobre se Alqueva trouxe benefícios sob o ponto de vista da água, a Sr.^a Sara Correia reafirmou: “não. Só para a rega, o lazer é uma coisa muito mínima”, pois os que vão tomar banho, pescar, ou quem tem um barco, é uma parcela muito pequena da população. Acrescentou dizendo que os turistas poderiam vir à aldeia da Luz para algum lazer relacionado à água, mas não há, reforçando que:

“Eu considero que o lazer não trouxe. A barragem do Alqueva para a população da Luz trouxe (...) a rega (...) ainda que não seja para toda a população, porque nem toda a população tem rega, porque no quintal não há rega agrícola, porque no quintal das pessoas não há dessa rega, né com a água da barragem. Trouxe a rega (...), essa água para as culturas e (...) trouxe essa paisagem d’água que nunca vi. A barragem do Alqueva à aldeia da Luz trouxe um pouco mais que isso”.

Ao dizer isso a Sr.^a Sara Correia relembrou o rio Guadiana muitas vezes seco: “(...) era o rio Guadiana e a paisagem era toda seca, toda amarela, castanhos (...)”. A presidente falou que no momento a aldeia não tem crises de seca, dizendo que já viu o Guadiana estar seco em que

dava para atravessá-lo a pé. “O rio Guadiana é um dos maiores rios de Portugal” e, para a Sr.^a Sara Correia a grande necessidade da barragem era mesmo por causa disso, pois passavam grandes anos de seca.

Perguntei sobre a qualidade da água da albufeira e a Sr.^a Sara Correia contou que:

“Os estudos e os parâmetros da água segundo consta são bons. A qualidade da água teoricamente está boa, ela de aspeto não tem (...) não vemos sujidade humana, não vemos óleo, isso não vemos (...), mas ficou muita coisa de baixo d’água. As comportas da barragem do Alqueva foram fechadas antes dos trabalhos ficarem feitos. As comportas da barragem são fechadas numa altura de eleições políticas em que o Governo Central cai após umas eleições autárquicas, eleições autárquicas é para freguesias e concelhos, e o primeiro-ministro, o partido dele, perdeu, teve uma grande desvantagem nas eleições e ele demitiu-se. Desse feito da demissão antes ele fechou as comportas. Foi a última coisa que ele fez. Fechar as comportas da barragem do Alqueva”.

A Sr.^a Sara Correia explicou que devido a isso entraram numa situação “contra o relógio quer a nível da aldeia da Luz, da mudança, quer a nível de desmatção, porque era suposto o terreno que a água ia apanhar ficar limpo”, mas isso não ocorreu. Segundo a Sr.^a Sara Correia: “nós andamos de barco na barragem e não sabemos muito bem o que está por baixo”, explicando que o terreno onde estavam as casas ficaram limpos, mas o que estava no entorno da aldeia está tudo debaixo d’água referindo-se principalmente aos postes de luz.

De acordo com a Sr.^a Sara Correia:

“a mesma coisa aconteceu a nível da mudança. A mudança da freguesia não ocorreu dentro do que era espectável. As comportas são fechadas e a aldeia não está pronta. A aldeia da Luz não está pronta ainda para nós nos mudarmos. (...) a solução da EDIA foi vamos dar dinheiro a população para que a população acabe de fazer aquilo que falta fazer (...)”.

A Sr.^a Sara Correia contou que a mudança iniciou em 2002, mas ela mesma só se mudou em fevereiro de 2003, um ano após o fechamento das comportas. “Eu estava a viver na Luz e a aldeia da Luz estava a ser destruída (...) com pessoas ali a viverem e a água ali na porta”. Perguntei se a proximidade com a água assustava novamente os moradores. A Sr.^a Sara Correia disse que não, pois agora estão em um local mais alto, porém citou a Estrela dizendo que eles tiveram a vantagem de não precisarem sair de suas casas, mas a água está ao fim do quintal e para ela isso assusta, principalmente com as crianças a brincarem muito próximas da água.

Questionada sobre as perspetivas para o futuro quanto ao abastecimento, rega e o lazer para a população da Luz relativo a Alqueva a Sr.^a Sara Correia disse que para a rega está feita e deseja:

“Naturalmente eu tenho esperança. Eu tenho esperança principalmente a nível de lazer.

Eu tenho esperança que exista um futuro mais risonho para a população e que apareça alguma forma das pessoas para usufruírem da água que tem tão perto a nível do lazer”.

Perguntei se a água pode ser bebida da torneira e a Sr.^a Sara Correia confirmou que sim. A Câmara Municipal de Mourão e quem trata a água dizem que pode beber. Porém devido ao elevado nível de calcário a Sr.^a Sara Correia disse que não tem bom sabor, mas é potável e não faz mal.

Quando fiz a questão do tópico **VI – Minha aldeia pós Alqueva** a Sr.^a Sara Correia fez uma pausa para responder e com a voz emocionada disse: “a aldeia da Luz pós Alqueva é uma aldeia muito mais triste”. A Sr.^a Sara Correia falou que a nível de população antes estavam melhor, mas agora a nível habitacional a maior parte da população ficou melhor, porém há os problemas de saneamento. A Sr.^a Sara Correia disse que as “pessoas eram muito mais felizes na Luz” completa “quer pessoas de muita idade quer pessoas amigos meus, jovens que hoje tem cerca de 30 anos, mas na altura tinha 15”.

A Sr.^a Sara Correia considera que a aldeia está bonita, mas “nós perdemos a identidade. Se não nos identificamos com essa aldeia, logo perdemos a identidade”, enfatizando que:

“Nós perdemos as tradições que tínhamos (...). Nós perdemos os hábitos do dia-a-dia, porque era inevitável as pessoas iam à água, porque tinha fonte, iam aos poços, iam ao tanque lavar à roupa (...) as pessoas tinham horta fora de casa (...) e isso fazia com que a população saísse de casa (...) hoje não existem essas coisas e as condições em casa são outras para as pessoas se manterem”.

Dito isso, a Sr.^a Sara Correia afirma que:

“a vontade de convívio e da participação nas atividades da comunidade é muito menor. Muito menor. Nós não conseguimos. Nós não conseguimos mesmo inventemos aquilo o que inventemos, nós não conseguimos fazer com que as pessoas adiram. A vontade acabou a verdade é essa”.

A Sr.^a Sara Correia completa falando que as pessoas carregam “demasiadas marcas quer pessoais, quer a nível de território, que não se conseguiram ultrapassar” e finaliza dizendo que a Luz “é uma aldeia que acho (...) que merecia um futuro grande e risonho”, mas que “ou as coisas mudam a nível de investimento turístico (...) ou então a aldeia da Luz está condenada”.

A2. Entrevista com a Sr.^a Rute Vidigal, engenheira do ambiente a Câmara Municipal de Mourão, 7 de maio de 2019

No dia seguinte, 7 de maio, terça-feira, conversei com a engenheira do ambiente da Câmara Municipal de Mourão, Sr.^a Rute Isabel Santana Vidigal (Figura 4.10), como agendado durante a entrevista com a Sr.^a Sara Correia. A entrevista ocorreu no prédio da Junta de Freguesia de Luz dentro do horário combinado. Como não havia programado essa entrevista antes de ir para a Luz, estruturei algumas questões ^[43], que considerava importante saber devido a função que a engenheira ocupa.



Figura 4.10. Sr.^a Rute Isabel Santana Vidigal, engenharia do ambiente, 7 de maio de 2019

Essas questões estavam relacionadas aos objetivos do estudo, ou seja, foi perguntado sobre o abastecimento de água para a população da Luz, sobre a rega agrícola na aldeia e principalmente sobre o saneamento básico, bem como se os habitantes da Luz utilizam a albufeira para atividades de lazer. A Sr.^a Rute Vidigal disse-me que a água que abastece a aldeia da Luz vem por três furos de captação subterrânea, porém, atualmente, somente dois estão a funcionar. O terceiro furo está desativado, devido aos problemas de qualidade da água por conta de nitratos.

A engenheira explicou que em abril tinham os furos a trabalharem 24 horas por dia, devido às ruturas na rede de abastecimento. Então, toda a água que estava a ser captada estava a sair. Estes problemas de ruturas estavam a comprometer a qualidade e a quantidade de água, originária de um aquífero, destinada à população. Apesar da água de Alqueva não abastecer à população da Luz, de acordo com a Sr.^a Rute Vidigal, a água de Alqueva abastece Mourão. A engenheira contou que há a estação de tratamento de Monto Novo, perto de Évora, que capta e trata a água de Alqueva para abastecer Mourão. Segundo a Sr.^a Rute Vidigal “temos a água aqui tão perto”, mas a água sai daqui para abastecer Reguengos, Mourão e também Évora.

De acordo com a Sr.^a Rute Vidigal a água de Alqueva é para a rega e para o abastecimento, mas esse ocorre somente para Mourão. As outras aldeias do concelho, Luz e Granja, o abastecimento é por captação subterrânea. A engenheira completou dizendo que a jusante de Alqueva há muitas albufeiras. A albufeira de Alqueva é considerada a mãe e “tem várias filhas”, ou seja, há

^[43] Ver Anexo D informação complementar.

outras albufeiras menores, mini albufeiras, a partir da albufeira principal de Alqueva. Essa informação que a engenheira passou está em linha com o que foi referido anteriormente sobre a albufeira de Alqueva ser o “instrumento que garante o futuro da região, a água” (EDIA, 2019a).

Perguntei sobre como estava a qualidade da água de Alqueva. A Sr.^a Rute Vidigal disse que está boa. Fazem análises da qualidade da água para rega e disse reforçando que está “muito boa”. Com relação à rega, a engenheira explicou que “o que está na moda é a questão dos olivais”. Essa cultura, segundo a Sr.^a Rute Vidigal, é realizada principalmente por espanhóis e é feita de forma superintensiva, gerando uma polémica, pois esse uso superintensivo do solo esgota as suas capacidades.

Na aldeia da Luz a agricultura é tradicional. Quem tinha olival e vinha na antiga aldeia foram plantadas essas culturas na nova aldeia. Mesmo aqueles olivais que não foram submersos foram arrancados e plantaram novos olivais. Tudo isso, como explicou a engenheira, foi a EDIA quem fez: plantou tudo em uma zona grande de olival e vinha. “Aqueles olivais onde nós passamos [*na caminhada*] são de várias pessoas (...). São vários olivais. Só que estão todos juntos”. Na Luz o tipo de rega é gota a gota, pois como a engenheira diz tudo é novo. Para a Luz foi entregue o bloco de rega com as instalações das entradas de água para uma rega gota a gota, o que tem mais valor para o terreno agrícola.

Segundo a Sr.^a Rute Vidigal próximo da região da aldeia há um olival superintensivo da empresa espanhola, Oliveira da Serra. A engenheira disse-me que nesses cultivos há uma mão-de-obra da Luz, mas reforçou a questão do uso superintensivo do solo. “Usam e abusam do solo ao fim de uns anos o solo já não dá para nada e vão se embora”. A Sr.^a Rute Vidigal explicou que esses agricultores preferem arrendar uma herdade usam o solo e depois que o solo ficou pobre em nutrientes “vão se embora (...) em termos de valor o terreno ficou pobre”.

A Sr.^a Rute Vidigal também contou a relação que as pessoas têm com a quantidade de água que está tão próxima. “As pessoas têm essa noção que tem muita água e que é para usar, que não há problema, mas com esses anos que têm havido, cada vez a precipitação é menor”. A engenheira comentou que o uso da água sem uma economia é perigoso e a EDIA começou a controlar mais os gastos. A engenheira disse sobre essa preocupação:

“se não houver chuva não repõe (...) as pessoas agora começam a ter essa consciência.

Apesar de ser muita é muita, mas também é para muita gente (...) estar para ser usada para a rega e também para o abastecimento. Tem essas duas funções”.

Como retratado a EDIA garante que os períodos de seca podem se estender por até três anos consecutivos, que não faltará água para a região.

Com relação ao saneamento básico a Sr.^a Rute Vidigal disse que “a nível de infraestrutura na aldeia é péssimo”. Completou informando que há problemas de entupimento, falta de

escoamente e falta de ligações. A engenheira reforçou que na Luz há problemas de abastecimento devido às ruturas e de saneamento por conta dessa falta de ligamentos devido à má construção. Em alguns casos “esqueceram de ligar o esgoto da casa com o esgoto principal da rua”. A Sr.^a Rute Vidigal comentou que “há ruas que são pouco habitadas. Aquilo que vai para o esgoto é pouco portanto, o efluente vai ficando” parado no cano, pois não há muita vazão, causando um mal cheiro. Segundo a engenheira “o nosso saneamento é muito mal”, explicando ainda outro problema – o de desnível da rua. Há casos onde o nível da rua está a subir, mas o esgoto está sempre vir a descer. Como acontece na rua que acaba no Largo. A engenheira disse que o melhor o que tem na Luz é a ETAR, que depois do efluente tratado essa água vai para a albufeira.

A Sr.^a Rute Vidigal mencionou que a água dos furos vai para o reservatório e depois dali é que vai para a aldeia. Esse reservatório fica na estrada da entrada/saída da aldeia e tem apenas 2 m de altura de água. Perguntei a engenheira sobre o preço da água, a qual disse não ser cara “a água para a rega, mas para o abastecimento é”. De acordo com a engenheira a qualidade da água que vem dos furos é boa e pode-se beber da torneira.

Após a entrevista a Sr.^a Rute Vidigal também participou do questionário. Expliquei a engenheira que faria o questionário com a população, apesar do receio de não querer relembrar o processo de mudança por considerar muito doloroso para os habitantes da aldeia falarem sobre isso. A engenheira concordou. Ao ser questionada sobre o eixo **I – Abastecimento** de acordo com a engenheira “pode até ter pessoas que pensem que a água vem do Alqueva” sobre a questão se a água da albufeira abastece à população da Luz. Com relação a questão do eixo **II – Rega** a Sr.^a Rute Vidigal confessou que faz uso da água para a rega. Quanto a questão do eixo **III – Lazer** a engenheira disse que os habitantes da aldeia usam a albufeira para atividades de lazer. Porém, lembrou que a relação com o rio era mais próxima: “passávamos o dia no rio, almoçar e passar o dia no rio”. Considera que não há condições para isso na albufeira, pois como lembrou no rio havia árvores e fazia sombra.

Ao ser questionada devido ao tópico **V – Alqueva para a Luz** sobre se as condições antes eram melhores a Sr.^a Rute Vidigal foi decisiva: “a nível de rega valorizou muito a rega”. Contudo, para o lazer não, pois “havia muito mais tradições no rio”. A engenheira completou dizendo que há barco a motor, “há algum turismo associado, mas que vem de fora, porque a população em geral da Luz ia mais ao rio do que agora a albufeira”.

“Havia muito mais tradições no rio, do que pessoas agora com a albufeira. Assim com o passar do tempo começa a haver uma relação, mas no início tudo é revolta (...) não percebe nada de bom. (...) Agora as pessoas começam a ver que tem que viver com o que tem (...) mas eu acho ainda assim que o rio tinha mais vida, porque as pessoas juntavam-se mais a volta do rio do que agora”.

A Sr.^a Rute Vidigal adicionou que algumas pessoas na aldeia compraram barco a motor, mas o rio conseguia “captar mais, tinha mais ambiente”. Para a engenheira:

“pouco a pouco as pessoas começam a perceber como sendo a deles (...) as pessoas não se sentiam bem. Porque tinham muitas memórias da antiga (...) vão se acostumando, vão vivendo com o que têm (...). As pessoas agora começaram um bocadinho a viver outra vez. E a ver um bocadinho a aldeia como nossa”.

Ao ser questionada sobre o tópico **VI – Minha aldeia pós Alqueva** a Sr.^a Rute Vidigal disse que:

“para eu considerar essa aldeia como sendo minha fazia falta o rio. Mesmo tendo muita água. (...) Fazia falta o rio, o castelo, o terreno...mato, esterva, terreno nosso, porque aqui está tudo muito limpo, tudo muito vazio, tudo muito... sinto falta de campo mesmo, de campo silvestre mesmo”.

A3. Entrevista com a Dr.^a Maria Clara Safara, presidente da Câmara Municipal de Mourão, 15 de maio de 2019

A entrevista com a presidente da Câmara Municipal de Mourão, Dr.^a Maria Clara Safara, ocorreu no dia 15 de maio, quarta-feira. Essa entrevista não estava marcada. Eu fui até Mourão com o transporte escolar, que levou as crianças da escola da Luz para uma aula na escola de Mourão. Ao chegar na escola de Mourão onde o transporte deixou as crianças desci e dirigi-me para a Câmara Municipal de Mourão. Na receção do prédio da autarquia apresentei-me e disse que já havia conversado com a Dr.^a Maria Clara Safara sobre o meu estudo.

Passado poucos minutos o senhor disse que a presidente iria me receber. Havia estruturado apenas algumas perguntas referentes ao saneamento básico da Luz. A Dr.^a Maria Clara Safara está como presidente da Câmara Municipal de Mourão desde outubro de 2013. Ela relatou que há muitas ruturas e desperdícios de água. Houve erros de obras e devido a isso há muitos custos de reparação para a Câmara Municipal de Mourão. A presidente convidou para participar da entrevista o vice-presidente, Sr. Manuel Francisco Godinho Carrilho que, reforçou os problemas de ruturas que há na aldeia, os quais são reparados mais de uma vez por semana. Este problema é devido a uma falta de inclinação e por isso não há gravidade para o escoamento resultado de uma má execução da obra quando a aldeia foi construída. O Sr. Manuel Carrilho por ser luzense participou do preenchimento do questionário.

B. Questionários

Segundo Cervo & Bervian (1983) o questionário é a técnica mais usada para recolher dados, por possibilitar a medição de forma mais precisa o que se almeja. Os questionários ^[44] estavam estruturados para alcançar os objetivos deste estudo sobre a relação que a população da Luz tem com a albufeira de Alqueva sob o ponto de vista da água. Dessa forma, essa relação seria avaliada através da percepção dos habitantes que participariam do questionário respondendo as questões divididas em três eixos principais:

- **I – Abastecimento:** visa saber a percepção da população sobre se a água da albufeira de Alqueva é usada para o abastecimento doméstico da Luz;
- **II – Rega:** conhecer a percepção da população sobre se a água da albufeira é utilizada para a rega na agricultura da aldeia;
- **III – Lazer:** visa entender se a população usa a albufeira para atividades de lazer.

Além dos três eixos principais outros três tópicos complementares foram abordados:

- **IV – Saneamento básico:** conhecer se a população da Luz sabe que a aldeia tem uma ETAR e para onde vai o esgoto da aldeia;
- **V – Alqueva para a Luz:** visa saber o entendimento da população sobre se Alqueva trouxe ou não algum benefício a essa aldeia sob o ponto de vista da água reunindo os temas dos três eixos principais;
- **VI – Minha aldeia pós Alqueva:** perceber o ponto de vista dos luzenses sobre a nova aldeia construída por causa de Alqueva.

As primeiras questões dos três eixos principais e a primeira questão do tópico **IV – Saneamento básico** tinham três opções de resposta: sim, não e o seu por quê; e não sei e o seu por quê. Essas primeiras questões dos três eixos principais são denominadas de questões dependentes. A sequência de cada questão era especificada por questões fechadas. As questões fechadas, segundo Cervo & Bervian (1983), visam obter uma resposta precisa. Segundo os autores, são questões padronizadas de fácil aplicação e análise.

O tópico **V – Alqueva para a Luz** era composto por uma questão fechada, sendo complementada por uma questão aberta para permitir aos respondentes a adição de informações. A questão aberta, de acordo com Cervo & Bervian (1983), pretende ter uma resposta livre. O tópico **VI – Minha aldeia pós Alqueva** era formado por uma questão aberta visando captar o sentimento da população sobre a nova aldeia. Segundo os autores, as questões abertas, por terem uma resposta livre possibilitam recolher dados mais ricos e variados indo assim ao encontro da proposta dessas questões.

O questionário tinha carácter de percepção da população visando saber a relação dessa com a albufeira de Alqueva uma vez que as quatro entrevistas realizadas: com as duas presidentes, o

^[44] Ver Anexo E informação complementar.

vice-presidente e a engenheira do ambiente; tinham as informações sobre como de facto ocorre na Luz. As respostas das questões formuladas “irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada” (Gil, 2008, p. 122).

Os 35 questionários respondidos foram realizados ao longo das duas semanas que passei na Luz. As respostas desses questionários estão representadas abaixo divididas por cada um dos três eixos principais para este estudo e os três tópicos complementares. As informações em formato de citações diretas representam as falas dos participantes nas respostas do questionário destacadas abaixo. Manteve-se, aqui, o anonimato para os pontos de vista, em que não se obteve a autorização de utilização de fotografia, imagem, som e nome, e identificou-se os participantes (Bell, 1993), quando havia essa autorização a partir do subcapítulo 4.2.3. *Etapa de descoberta*, em que buscou trazer esse conteúdo um sentimento a essas informações com as suas devidas identificações.

As respostas do questionário estão apresentadas em formato de texto, uma vez que a sua representação em tabela ou em gráfico, apesar de inicialmente poder ajudar ao leitor, poderia não ser necessária pelo facto da baixa representatividade em algumas respostas.

I – Abastecimento

Ao serem questionados sobre se a água da albufeira de Alqueva é usada para o abastecimento doméstico da aldeia da Luz, responderam: sim (8), não (25) e não sei (2). Para as oito pessoas que responderam que sim deveriam responder à questão seguinte que era: como considera a qualidade desta água? Elas responderam: muito ruim (1), ruim (1) e média (6). Ao serem perguntados se usavam a água para beber todos os oito responderam que não. Os por quês que não usavam a água para beber foram: “tem muito calcário”, “porque o que está debaixo são muitas árvores. O meu pai aconselha a não beber”, “está cheia de calcário”, “vem da barragem”, “muito calcária”, “água parada com muita matéria-prima imprópria”, “ruim” e “gosto de lixívia”.

A questão seguinte, sendo uma questão dependente da anterior, queria saber: qual outro uso tem esta água? As respostas foram: uso para cozinhar, mas não para beber (6), uso para lavar roupa e áreas comum (6), uso para a rega do jardim e pequena horta (8), uso para a rega na agricultura e/ou tapada ^[45] (7), uso para o gado, galinha, porcos ou outro animal (4), uso para atividades de lazer (4).

Para os 25 participantes que responderam que a água da albufeira de Alqueva não é usada para o abastecimento doméstico da aldeia da Luz responderam como os por quês: o abastecimento doméstico é feito a partir de furos (18), não sei (3), um respondente disse que é da rede, outro que a água da albufeira “não tem qualidade suficiente”, e dois atribuíram que a água de Alqueva é para a rega da agricultura, um desses respondentes completou dizendo que “quem se beneficiou foi a Espanha”. Alguns entrevistados que responderam ser por furos adicionaram que “as infraestruturas para a água potável não estão criadas”, “a água da barragem não tem

^[45] Terra de cultivo para uma horta e criação de animais.

tratamento para abastecer a população. Esse tratamento é um processo complicado”, “não temos as infraestruturas para isto. Temos para a agricultura”.

Já os dois que responderam não sei para a pergunta: a água da albufeira de Alqueva é usada para o abastecimento doméstico da aldeia da Luz?, disseram como os por quês: “nunca houve interesse” em saber e “não sei se tem poço, se vem da barragem, mas é uma das águas mais caras do país”.

II – Rega

Para a questão: a água da albufeira de Alqueva é usada para a rega agrícola na aldeia da Luz? As respostas foram as seguintes: sim (32), não (1) e não sei (2). Dois entrevistados dos 32 respondentes completaram que essa água é para os “olivais” e outro disse “muito! Para o olival, vinha. Tudo o que há não seria possível se não fosse Alqueva. Podemos agradecer Alqueva”. Para os 32 participantes que responderam sim ao serem perguntados sobre se faziam o uso desta água para a rega disseram: sim (25) e não tenho propriedade agrícola (7). Alguns dos que responderam que sim completaram dizendo que: “para a vinha, horta e alguns animais”, “animal e horta”, “para os animais beberem”, para a “agricultura de olival e vinha” e “olival, vinha, terra de cultivo”.

Os que responderam ter propriedade agrícola deveriam responder como consideravam a qualidade desta água para a rega. Os respondentes falaram que a qualidade desta água é: média (5), boa (17), excelente (2) e não sei opinar (1). O respondente que considerou ser média disse que a considera assim, pois “às vezes é muita escura, às vezes é mais clara, limpa, às vezes vem impureza”. Um dos participantes que respondeu ser boa completou dizendo que “é boa, mas com químicos. A volta do Alqueva há cada vez mais agricultura, que usa químicos”. Outro que considerou ser excelente disse que essa água é “analisada periodicamente”.

A única pessoa que disse não para se a água da albufeira de Alqueva é usada para a rega agrícola na aldeia da Luz respondeu que é porque a água vem por furos. Já para os dois que responderam não sei disseram que vem “sempre da torneira” e o outro não sabia dizer.

III – Lazer

A questão desse eixo visava saber se: a água da albufeira de Alqueva é usada para atividades de lazer pelos habitantes da aldeia da Luz? Na perceção dos participantes obteve-se as seguintes respostas: sim (31), não (3) e não sei (1). Para os 31 que responderam que sim foi perguntado se faziam uso desta água para atividades de lazer, as respostas foram: sim (13) e não (18).

Os 13 participantes que disseram usar a albufeira para atividades de lazer responderam à seguinte questão: quais destas atividades você pratica na albufeira? As respostas foram: natação (4), caiaque (3), pesca recreativa (5), ando de barco a vela / pequena embarcação (2), uso para relaxar (11).

Ao serem perguntados sobre com que frequência usam para as finalidades apontadas na questão anterior disseram, que: uma vez por semana (1), sempre que posso (5), somente no verão (6), raramente (1).

Para os 18 participantes que responderam não para a pergunta se faziam uso da água da albufeira para atividades de lazer os motivos foram: “não tenho tempo” (2), “não gosto, não tem segurança”, “não vou nadar, não tenho barco”, “não sou pescador (2), não faço pesca”, “há muito lixo por baixo, água parada, muito poluída”, “tenho medo, nunca sabe o que está debaixo”, “eu não!”, “gosto de águas quentes”, “não” (3), “não vou, não sei nadar, não tenho tempo”, “é perigoso, não sei nadar”, “não gosto de água parada, tenho saudades do rio”, “não é um lugar que gosto”, “tenho medo da água. Minha mãe tinha um irmão que morreu no Guadiana”.

Os três participantes que responderam não para a primeira pergunta: a água da albufeira de Alqueva é usada para atividades de lazer pelos habitantes da aldeia da Luz?, atribuíram que: “não tem condições. Teria que haver um acesso, pois tem um declive”, “é para a agricultura” e outro não soube dizer o porquê. Somente um participante respondeu “não sei” para essa questão e também não soube dizer o porquê.

IV – Saneamento básico

O conhecimento da população sobre a questão: a aldeia da Luz possui uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)?, de acordo com as respostas: sim (33) e não sei (2). Para a questão seguinte: para onde vai o esgoto da aldeia da Luz?, responderam: direto para a albufeira (1); vai para a ETAR e depois de tratado vai para a albufeira (29) e não sei (5).

Os dois participantes que responderam não saber se a Luz tinha uma ETAR também não souberam dizer o porquê.

V – Alqueva para a Luz

Neste tópico do questionário deveriam responder a seguinte questão: quais os benefícios que Alqueva trouxe para a população da Luz sob o ponto de vista da água? Esta era uma questão fechada de múltipla escolha, sendo assim, poderiam preencher mais de uma das alternativas elencadas. As respostas das alternativas foram: agora temos água para rega (31), agora podemos usar a albufeira para o lazer (22), agora temos água para o abastecimento doméstico (5), nenhum (2) e, antes as nossas condições quanto ao abastecimento, rega e lazer, sob o ponto de vista da água eram melhores (1). Para esta última alternativa havia o porquê, a qual foi justificada porque “antes tínhamos muita água, poços quando não tínhamos água canalizada e a dos furos era boa”.

Ainda neste tópico do questionário havia a questão aberta complementar a anterior: informe um pouco sobre estes benefícios ou não que Alqueva trouxe para a população da Luz sob o ponto de vista da água? Nem todos os participantes quiseram responder a esta questão. Os que

responderam ^[46] disseram sobre a rega: “acho bom. Facilita para a agricultura de vinhas e oliveiras”; lembraram do rio Guadiana: “A agricultura é tudo diferente agora com o Alqueva. Temos menos lazer do que tínhamos. Tenho saudades do rio Guadiana. O rio a correr. Passávamos o tempo a ver o Guadiana. Ver o rio correr”; consideraram que Alqueva não trouxe benefícios à população da Luz: “nenhum benefício. Trabalhador jovens não há, cada vez tem menos”; mencionaram as ruturas: “antes não tinha ruturas, antes tínhamos condições boas” e outros citaram a falta do turismo: “pouco benefício teve. Parou no tempo. Não há turismo relacionado com a água”.

VI – Minha aldeia pós Alqueva

Neste tópico do questionário os participantes deveriam responder à questão aberta expressando-se por palavras, frases, os seus sentimentos sobre: “Minha aldeia pós Alqueva”. Por ser uma questão, que não pertence aos três eixos principais, que visam ao objetivo deste estudo, sendo uma informação complementar da etnografia de campo o seu conteúdo está abordado na etapa de descoberta, através das falas dos moradores.

O conteúdo dessas falas trazem informações importantes para serem analisadas dentro da perspectiva da Etnografia Crítica, pois demonstra, de certa forma, a opressão e vulnerabilidade social (Mainardes & Marcondes, 2011) da população da Luz dentro do processo de mudança para uma nova aldeia e que se perpetua até hoje. Ao introduzir essas falas ao longo do contexto abordado busca-se, seguindo a Etnografia Crítica, trabalhar em prol da emancipação (Thomas, 1993) dos habitantes da aldeia.

4.2.3. Etapa de descoberta

A etapa da descoberta, segundo Lüdke & André (1986), serve para explicar a realidade que está a ser vivenciada e observada no local e com o grupo de estudo. Os dados que estão a serem recolhidos durante o processo etnográfico são importantes fontes de informação para o alcance dos objetivos do estudo. Segundo as autoras uma função do observador crítico é não ser identificado com nenhum grupo específico. No meu período em que estive na aldeia fui identificada algumas vezes, pela população, como uma senhora brasileira, ou a moça brasileira e com isso o estereótipo que não condizia comigo segundo as percepções dos habitantes, pois falavam que eu nem parecia ser brasileira devido a minha timidez.

Porém, esse meu perfil não me impediu de conversar com os luzenses, que em sua maioria mostraram-se dispostos a participarem do questionário. Os 35 respondentes eram pertencentes a faixa etária que iam dos 18 anos aos 82 anos. Por terem identificado-me como uma pessoa tímida, tal como sou, os habitantes da Luz tiveram um papel importante na indicação para a participação dos respondentes ao questionário. Fez parte da minha socialização na aldeia os contactos que os próprios luzenses me apresentavam e influenciavam para que outros também respondessem: “responde ao questionário da menina”; “é fácil eu já respondi”.

^[46] Ver Anexo F informação complementar.

Essa última afirmação deve-se por conta de eu estudar sobre a aldeia, o que outros estudantes já fizeram, e os habitantes terem participado de outros estudos. Também os moradores não quererem falar, a princípio, sobre o processo de mudança ou por ficarem receosos sobre o questionário em si. O processo de mudança acabava por ser abordado por eles próprios, pois tal facto era quase que inevitável mesmo que o objetivo deste estudo fosse a relação da população com a albufeira sob o ponto de vista da água. Ao fazer o questionamento do tópico **VI – Minha aldeia pós Alqueva** em que buscava a percepção da população a respeito de como está a sua relação, os seus sentimentos na nova aldeia causados pós Alqueva eles retomavam as memórias da antiga aldeia.

Nessa etapa de descoberta destaco alguns momentos que fizeram parte da minha socialização na aldeia, permitindo assim conhecer mais sobre o grupo de estudo. Portanto, é neste conteúdo em que busquei expressar mais os sentimentos transmitidos pela população e vividos por mim no presente ensaio etnográfico crítico.

Sentimento sobre nova aldeia

Muitos moradores expressaram os mesmos sentimentos sobre a nova aldeia, não se sentindo pertencentes a essa apesar de terem passado quase 17 anos de sua construção, preferindo a antiga e, relacionando a perda de convívio social. Reconheciam que a nova aldeia está “mais moderna, mais bonita, mas não sinto esta como minha aldeia. A outra era a minha aldeia”; “muitas pessoas ficaram bem, porque as casas eram velhas, agora são novas, mas não vejo grandes benefícios, não evoluiu nada”; “ao olhar para a aldeia não sinto uma aldeia, sentimento de bairro social”. “Isto aqui é um bairro social não tem nada a ver com uma aldeia. Aquela era uma aldeia”; “na questão da habitação é um projeto positivo, mas nada é melhor, nada evoluiu, não se progrediu. As pessoas não se falam como antes, o convívio social regrediu”; “uma aldeia totalmente transformada a vida social piorou”.

A importância do rio Guadiana

Ainda neste tópico **VI – Minha aldeia pós Alqueva** descobri a importância que o rio Guadiana desempenhava na vida social dessa população. As respostas deste tópico poderiam ser categorizadas em dois blocos, com algumas exceções: os que reconhecem que a aldeia está mais moderna, mas preferem a antiga Luz e, os que sentem falta do Guadiana. “Gostava muito do Guadiana. Tomava banho no Guadiana, iam para a pesca. Saímos das nossas raízes onde nascemos”, diz Sr. Horácio Sardinha Guerra, que continuou “o rio, fazia falta o rio (...)”. Para Sr. Horácio Guerra “esta nunca vai ser a aldeia que eu nasci. Tinha paixão pelo rio desde miúdo”. Sr. Horácio Guerra foi importante personagem do livro de Wateau, importante habitante no processo de mudança na mediação entre a EDIA e os luzenses, e também importante participante para o meu estudo. Segundo Sr. Horácio Guerra “só se consegue ser um mediador quando se está aberto a tudo. Não pode ser radical. Promovi o diálogo”.

Atividade com as crianças da Luz

Antes mesmo de ir à Luz pensei em desenvolver uma atividade, que envolvesse as crianças da aldeia através da criação de um desenho. Gostava de conversar com as crianças nascidas na nova aldeia para saber o que lhes foi contado, pelos seus pais e avós, que passaram pelo processo da mudança. Eu não vivi as histórias que o meu avô me contava, mas sei delas por justamente me contar. Por isso, imaginei que nas conversas de família as crianças poderiam saber factos sobre a antiga aldeia.

Dessa forma, no dia 7 de maio, terça-feira, pela manhã, fui à escola da Luz, chamada Jardim de Infância e Escola Básica de Luz – Mourão. Essa é uma escola de ensino primário, localizada próxima da casa do museu. Conversei com a professora Saudade Roxo como me indicaram. Ela me recebeu e expliquei o estudo que estava a fazer na Luz, bem como a atividade de desenho que gostaria de realizar com as crianças. A professora disse-me que eu deveria enviar um *e-mail* ao Agrupamento de Escolas de Mourão para fazer essa solicitação e especificar que seria uma atividade realizada com os alunos do 1º ciclo, pois participariam de forma mais colaborativa pela idade que têm. Retornei para a casa e enviei o *e-mail* explicando sobre a atividade como a professora orientou.

No dia 9 de maio, quinta-feira, ainda não tinha uma resposta do agrupamento. Ao encontrar com a presidente, Sara Correia, em uma atividade de ginástica, realizada no pavilhão desportivo, a convite da engenheira Rute Vidigal, comentei com ela que ainda não havia recebido uma autorização para realizar a atividade na escola. Como somente teria a semana seguinte para realizar a atividade, a Sr.^a Sara Correia, disse-me para falar na sexta-feira com a Sr.^a Marta Gonçalves, secretária da Junta de Freguesia de Luz, que ligaria para o agrupamento perguntando sobre a possibilidade da realização da atividade.

No dia seguinte, 10 de maio, sexta-feira, dirigi-me a Junta de Freguesia de Luz e falei com a Sr.^a Marta Gonçalves, que ligou para o agrupamento e explicou sobre a proposta do meu estudo. A senhora do Agrupamento de Escolas de Mourão, que recebeu a ligação, ficou de verificar a minha solicitação e responder ao meu *e-mail*, que retornaram positivamente ao meu pedido. A resposta foi dada naquele dia de tal modo que fui à escola e informei sobre a autorização. Porém, a professora Dulce Santos, responsável pelos alunos do 1º ciclo, não estava. Então, combinei de retornar na segunda-feira.

No dia 13 de maio, segunda-feira, pela manhã, fui à escola apresentar-me e definir com a professora Dulce Santos sobre a atividade que gostava de realizar. Expliquei a ela que estava a fazer um estudo na Luz a respeito da relação da população da aldeia com a albufeira de Alqueva sob o ponto de vista da água. Para isso, aplicava um questionário com a população adulta, o qual mostrei a ela e, por ter gostado do conteúdo pediu para ficar com um. A atividade que gostava de fazer era um desenho que os alunos fariam para saber o que lhes foi contado sobre a antiga aldeia da Luz e a barragem de Alqueva. A professora gostou da ideia da atividade e

disse que eu poderia usar o conteúdo que ela daria em aula para os seus alunos sobre energia e a importância da água.

A classe do 1º ciclo é composta por alunos do 1º ano (6 a 7 anos de idade), 2º ano (7 a 8 anos), 3º ano (8 a 9 anos) e 4º ano (9 a 11 anos) num total de 14 alunos. A turma é mista porque pertence a uma escola de uma aldeia com poucas crianças. Assim os alunos de 6 aos 11 anos, no caso da Luz, ficam todos juntos na mesma sala de aula. Esta situação acontece em Portugal em aldeias ou escolas muito pequenas. O regime de ensino na escola é de monodocência, ou seja, um professor leciona todas as matérias na mesma turma. Portanto, alguns alunos iriam estudar o tema de energia e outros haviam estudado a importância da água. Com isso, a professora, considerou interessante eu fazer essa abordagem como introdução da minha atividade com eles.

Enquanto a professora retomava a aula após o horário de intervalo do lanche dos alunos, eu consultava os livros que ela me entregou. Separei os conteúdos referentes a água e a energia, que estavam alinhados com o que eu havia escrito para este estudo e, apresentei objetivamente à professora. A Sr.^a Dulce Santos aprovou o conteúdo e combinamos que no dia seguinte eu faria uma breve apresentação e a atividade que havia proposto.

No dia 14 de maio, pela manhã, retornei à escola para realizar a atividade como combinado com a professora. Nomeei a apresentação ^[47] de: A importância da água em nossas vidas. Abordei, de forma breve e numa linguagem simples, os pontos que já havia desenvolvido neste estudo: os rios, as civilizações que se desenvolveram próximas a eles, as barragens para o fornecimento de energia e como geradora de impactos socioambientais. Essa apresentação foi expositiva com algumas perguntas para as crianças, já que algumas delas tinham estudado alguns dos assuntos abordados. Também inseri as questões que estavam no questionário sobre o abastecimento, a rega, o lazer e o saneamento básico. Pretendia, com isso, perceber se elas sabiam de onde vinham a água para as suas casas, se a água da albufeira de Alqueva era utilizada para a rega agrícola da aldeia da Luz, se a aldeia tinha uma ETAR, bem como saber quem usava a água da albufeira para o lazer.

As crianças não sabiam que a albufeira não abastece a aldeia e que essa era “o maior lago artificial da Europa”. Sabiam que a água da albufeira era usada para a rega na agricultura da aldeia e que essa tinha uma ETAR. Algumas delas já usaram a albufeira para o lazer com os pais. Depois foi perguntada às crianças o que elas sabiam sobre a barragem de Alqueva e a antiga aldeia da Luz. Elas falaram sobre as casas que foram destruídas, que houve uma procissão, que foi construído um museu. Sabiam que agora a aldeia tinha coisas que antes não havia. Como um pavilhão desportivo e o Museu da Luz, que “é para as coisas velhas da outra aldeia” disse um deles.

^[47] Ver Anexo G informação complementar.

A atividade que propus era para fazerem um desenho relacionado ao que sabiam da antiga aldeia. Quando foram desenvolver o desenho muitos ficaram em dúvida sobre o que deveriam desenhar. Se sobre a antiga aldeia, a barragem, sobre o que tínhamos falado de Alqueva, sobre a água. Por fim, cada um decidiu sobre o que desenhar. Como era hora do almoço das crianças elas ficaram de finalizar os desenhos após esse horário. Também fui para a casa almoçar e a professora combinou comigo para eu retornar por volta das 15 horas.

Retornei no horário combinado. Ao chegar próxima da escola as crianças ao me verem na rua começaram a chamar pelo meu nome e dizerem que haviam terminado o desenho. Ao entrar na escola muitos deles vieram-me receber. Na sala de aula pedi para mostrarem o que haviam desenhado. A maior parte das crianças fizeram sobre a antiga aldeia e a sua destruição (Figura 4.11). Estas retrataram camião destruindo as casas e pessoas chorando (Figura 4.12). Duas outras crianças desenharam sobre o museu (Figura 4.13) e outra lembrou do pinheiro (Figura 4.14) que pertencia a aldeia e sobreviveu a subida da água. Mesmo elas não tendo vivido o processo de mudança em seus desenhos expressaram o que sabiam por terem, seus familiares, contado a elas. Elas ficaram animadas com a atividade de foi finalizada com uma fotografia (Figura 4.15). Esse momento que passei com as crianças foi um importante contributo para o meu estudo e período na Luz.



Figura 4.11. Desenho da aldeia da Luz – camião destruindo a antiga aldeia



Figura 4.12. Desenho da aldeia da Luz – pessoas chorando



Figura 4.13. Desenho da aldeia da Luz – Museu da Luz



Figura 4.14. Desenho da aldeia da Luz – o pinheiro que sobreviveu a subida da água



Figura 4.15. Atividade de desenho com as crianças da aldeia da Luz, 14 de maio de 2019

Oportunidade para outros agricultores

No dia da Feira das Flores e dos Sabores observei os expositores, que estavam lá. Vi o *stand* da Associação de Beneficiários da Freguesia de Luz (ABFL), que havia um folheto informativo, servindo assim para a minha análise documental. De acordo com esse informativo a associação é responsável pela gestão do Aproveitamento Hidroagrícola da Freguesia de Luz desde 2006. Este aproveitamento faz parte de um dos blocos do Sistema de Rega do Alto Alentejo, que integra o Plano de Rega do Alentejo e o EFMA. A ABFL possui, atualmente, 82 sócios, sendo aproximadamente 108 beneficiários. As principais culturas efetuadas no perímetro, segundo a associação, são: olival, vinha, melão, plantas aromáticas e medicinais, forragens entre outros.

A água para a rega na Luz, de acordo com o informativo, vem direto da albufeira de Alqueva abrangendo um total de 147 agricultores na aldeia, estando instalados 55 hidrantes e 91 bocas de rega e uma rede com 238 tomadas de água. De acordo a ABFL e o *síte* da EDIA na Luz a área destinada a rega é de 593 ha. Em complemento o informativo diz que: “a construção da barragem de Alqueva contribuiu para o desenvolvimento de um projeto de reinstalação/reconversão da componente agrícola da Freguesia de Luz”.

Gostava de ter conversado com o presidente da ABFL para saber mais sobre a rega agrícola na aldeia, participando assim do questionário. Tentei contacto algumas vezes com ele indo ao escritório da associação e ao espaço agrícola, por *e-mail* e telefone, porém não foi possível. A própria presidente Sara Correia havia indicado falar com ele. Para mim era importante conversar com um agricultor para saber a percepção sobre a rega agrícola na aldeia.

Por conta disso, uma das habitantes que já havia participado do questionário e a Sr.^a Catarina Marques apresentaram-me ao Sr. Fernando Manuel Fernandes dos Santos, dono da Aromas da Lousa, naquele formato de indicação “responde ao questionário dela”. Assim nos conhecemos, na porta da Padaria Grilos, ele sem entender do que deveria participar. Expliquei sobre o meu estudo e combinamos para eu ir até a Aromas da Lousa no dia seguinte pela manhã.

Como combinado, no dia 10 de maio, sexta-feira, cheguei à plantação agrícola do Sr. Fernando Santos, após ter caminhado por um trecho da estrada que liga a aldeia no sentido da Póvoa de São Miguel. A presidente da freguesia falou em sua entrevista sobre ele ser um beneficiário da rega agrícola, mas não luzense. O Sr. Fernando Santos explicou-me que a Aromas da Lousa é

uma empresa de plantas aromáticas e medicinais biológicas com seis anos de existência. Atualmente, exporta para a França 100% de sua produção.

Na visita que fiz à sua empresa o Sr. Fernando Santos, mostrou-me as culturas que têm plantadas no terreno arrendado, como lúcia lima e hortelã e os equipamentos de tomadas de água (Figura 4.16), que já foram instalados nas terras da Luz em decorrência de sua construção. O Sr. Fernando Santos confessou que somente foi possível desenvolver a empresa na região, pois o empreendimento de Alqueva gerou essa oportunidade de negócio a ele pela rega. O Sr. Fernando Santos participou do questionário, porém não pode responder à questão do tópico **VI – Minha aldeia pós Alqueva**, pois não é luzense.

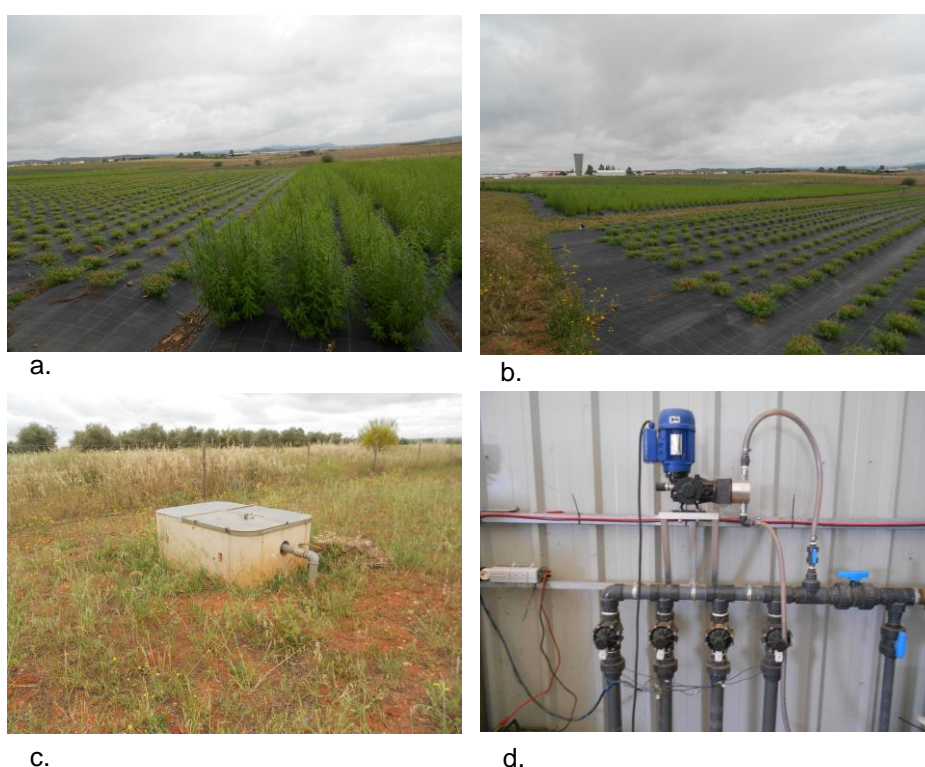


Figura 4.16. Visita à Aromas da Lousa (a) e (b) plantação da empresa; (c) e (d) equipamentos de tomadas de água, 10 de maio de 2019

As conversas com as gentes da Luz

Cada conversa feita na Luz, bem como para o preenchimento do questionário foi importante. Trouxeram informações que ajudaram no meu entendimento sobre a aldeia e compuseram os dados para este estudo. Uma das conversas para a resposta do questionário que destaco foi com o Sr. Francisco Simão Lopes de Oliveira, ex-presidente da Junta de Freguesia de Luz e atual vereador da Câmara Municipal de Mourão (Figura 4.17). A Sr.^a Catarina Marques já havia falado com o Sr. Francisco Oliveira sobre o meu interesse em conversar com ele. Porém, não conseguimos marcar a conversa. Encontrei o Sr. Francisco Oliveira, por acaso, na tarde do sábado do dia 11 de maio e ele também foi apresentado e incentivado por uma moradora para participar do questionário.



Figura 4.17. Sr. Francisco Simão Lopes de Oliveira, ex-presidente da Junta de Freguesia de Luz, 11 de maio de 2019

Sr. Francisco Oliveira ocupou o cargo de presidente da freguesia durante cerca de 20 anos, sendo o seu mandato de 1994 a 2013. Dessa forma, acompanhou todo o processo antes da construção da barragem, durante e pós a mudança para a nova aldeia. A percepção que o Sr. Francisco Oliveira tem é que “éramos uma pulga no deserto” referindo-se a Luz para o empreendimento de Alqueva e Portugal, pois pouco se sabia sobre a população, que ganhou conhecimento devido à construção da barragem. Na perspetiva da Etnografia Crítica revela uma população oprimida, que precisou deixar as suas casas para dar lugar a albufeira de Alqueva.

A população com um número reduzido de habitantes estava vulnerável ao empreendimento, por estar abaixo da cota estipulada para a formação da albufeira. Sr. Francisco Oliveira destaca que com a nova aldeia a quantidade de habitantes reduziu ainda mais: “fizeram uma nova aldeia para quê? Perdemos população”. Por ser definida a construção de uma nova aldeia os luzenses deixaram as suas casas, mas mantiveram-se os vizinhos na nova aldeia. Segundo o que o ex-presidente disse a construção das casas decorreu de 1998 a 2002. O Sr. Francisco Oliveira explicou-me que os moradores ficaram ciumentos um com os outros devido a essa construção, pois o que os próprios habitantes também me disseram uns ficaram com casas melhores do que os outros que tinha na outra aldeia. Sr. Francisco Oliveira falou que isso foi motivo para reduzir o convívio social da aldeia.

Apesar do foco do estudo ser a água foi inevitável esses assuntos não serem abordados nas conversas do questionário. O Sr. Francisco Oliveira me disse que os turistas vinham ver a aldeia e tiravam fotos de dentro das casas dos moradores. Com isso, esses passaram a fechar as janelas para que não se visse dentro de suas casas. Assim, quase sempre vi as janelas fechadas (Figura 4.18), como observava todos os dias e foi logo o que reparei no meu primeiro dia.



Figura 4.18. Casas da Luz com as suas janelas fechadas, 16 de maio de 2019

Devido a essas situações tanto de ciúmes pelas melhoras das casas quanto pela perda de privacidade fizeram com que os moradores da Luz diminuíssem o seu convívio social. A nossa conversa foi no banco do Largo da aldeia e o Sr. Francisco Oliveira me perguntou se eu via alguém naquele momento. E não havia ninguém. Era um sábado de sol e não haviam crianças no Largo ou mesmo idosos sentados no banco a conversar. De facto e o que todos falavam o convívio social diminuiu.

Quando abordei o tópico **VI – Minha aldeia pós Alqueva** com o Sr. Francisco Oliveira, pedindo para que ele falasse uma palavra, um sentimento que lhe vinha relacionado a frase que acabava de dizer ele respondeu “deceção”. O ex-presidente completou afirmando que considera “uma teimosia de viver aqui” referindo-se a população da Luz em morar na aldeia, pois segundo ele a aldeia “está completamente de costas para o futuro”. O Sr. Francisco Oliveira considera que “o nosso sacrifício não valeu a pena” relacionando a todo o processo que essa população passou para que as suas casas dessem lugar ao “maior lago artificial da Europa”.

O Sr. Francisco Oliveira concluiu sua percepção da “Minha aldeia pós Alqueva” com “era um princípio de um futuro mais risonho”. Essa frase que o ex-presidente me falou foi o mesmo sentimento que a atual presidente da freguesia, a Sr.^a Sara Correia, me disse que os habitantes da Luz mereciam um futuro grande e risonho. Faz parte da minha observação crítica identificar que ambos, e pertencentes ao cargo que ocupou e ocupa respetivamente, tem o mesmo desejo para a aldeia: “um futuro risonho”.

O convívio social perdido

Com relação a redução desse convívio social observava que quase nunca encontrava as pessoas na rua quando saía da casa do museu e pelas minhas andanças na aldeia. Sobre isso os habitantes afirmavam que antes as pessoas saíam mais de suas casas para irem até a sua horta, que ficava fora da casa, saíam para lavar a roupa no lavadouro, para pegarem água no poço e com isso encontravam-se e conversavam mais. As novas casas trouxeram um certo conforto. “É uma aldeia moderna que trouxe às pessoas mais recolhidas em casa, porque tem mais condições. Tem tudo dentro de casa. Sentem-se bem em casa. Estão acolhedoras”, afirmou uma das participantes do questionário. Muitos concordaram que estavam melhores, mas que preferiam estar na antiga aldeia.

Sobre o tempo

Uma das descobertas que fiz, através das conversas com os habitantes para o preenchimento do questionário, foi que a cronologia anual de tempo na Luz é diferente do calendário. Para os luzenses não faz 17 anos que há a nova aldeia. A sensação e os sentimentos relacionados ao processo ainda são recentes. Nas conversas isto ficou evidente, pois há pessoas que ainda sonham com a outra aldeia nunca tendo sonhado com a nova aldeia: “sonho ainda com aquela, aqui não me diz nada. Cá ainda nunca sonhei”, revelou uma senhora que participou do questionário ao responder o tópico **VI – Minha aldeia pós Alqueva**.

Aldeia feminina

Uma outra descoberta que fez parte da minha observação crítica foi a constatação que a aldeia da Luz é feminina. Apesar de que os habitantes adultos na Luz serem 133 homens e 120 mulheres, de acordo com o levantamento que a Sr.^a Marta Gonçalves, secretária da Junta de Freguesia de Luz me passou, reparei que à frente dos serviços há mais mulheres do que homens. A começar pela presidência da freguesia, que é a Sr.^a Sara Correia. Na escola são duas professoras, duas senhoras que ajudam a tomar conta das crianças e uma cozinheira. Na Padaria Grilos também é uma mulher. Nos quatro cafés são duas mulheres as principais gestoras. No museu há três funcionárias e dois funcionários. No restaurante é uma mulher a responsável. No lar dos idosos também. No minimercado a principal responsável é uma senhora. Cheguei a comentar isso um dia com uma delas na aldeia, inclusive a presidente estava presente, e elas concordaram. Quando falei que as mulheres na Luz são fortes elas riram. Disse isso a pensar em todo o que essa população passou.

As crianças agora jovens na nova aldeia

Como citado o livro de Wateau auxiliou-me na formação da minha análise documental. Neste livro a antropóloga traz a fotografia das crianças da antiga aldeia (Figura 4.19).



Figura 4.19. Foto das crianças da aldeia da Luz, Luz (antiga), 2000. (Fotografia de Fabienne Wateau)

Antes de ir para a Luz havia colocado este objetivo para quando eu estivesse lá: encontrar essas crianças que agora seriam jovens. Como sempre andava com o livro junto ao meu material de trabalho mostrava a fotografia, que gostava de reproduzir, para todos os que conversava.

A primeira pessoa a participar do questionário na segunda-feira, dia 6 de maio, foi Mara Coelho, jovem luzense (Figura 4.20). Mara Coelho é uma pessoa risonha e já a havia observado no sábado à noite quando o Museu da Luz passou o vídeo em seu *stand*.



Figura 4.20. Mara Coelho, jovem luzense, 6 de maio de 2019

Mara Coelho comentava algumas cenas e pessoas que apareciam nas imagens, assim como quase todos os que assistiram ao vídeo. Ao finalizar o questionário com Mara Coelho perguntei se ela conhecia algumas daquelas crianças. Mara Coelho olhou para a foto e logo disse “essa sou eu!”. Depois foi apontando um a um e dizendo quem era cada um deles “esse é o meu irmão; esse é o meu primo; esse é o Duarte, que trabalha na padaria; esse não está cá, mora em Londres; esse é o Rui, trabalha na padaria com o Duarte; essa é a minha prima Rita, mas ela também não está cá; esse é o Zé o irmão da Rita, e esse é o Fábio”. Expliquei a ela que gostava de reproduzir a foto com todos eles e se seria possível ela me ajudar a identificar e me apresentar aos demais. Mara Coelho disse que sim, mas que seria difícil reunir todos por conta do trabalho deles.

Passei a semana fazendo os questionários e perguntando se as pessoas conheciam as crianças. Conheci alguns deles, que participaram do questionário. Outros também conheci, mas não foi possível a participação, nem no questionário nem na fotografia. Quando a prima de Mara Coelho chegou na aldeia Mara Coelho veio me avisar e levou-me até a casa dela. Ana Rita Farias, chamada por Rita, participou do questionário e aceitou fazer a fotografia, que precisava ser até àquele domingo, pois ela voltaria para Évora onde trabalha. Naquela tarde de sexta-feira, 10 de maio, em que Mara Coelho me levou para conhecer Rita Farias fiquei em sua casa e tive uma agradável tarde. Ficamos conversando no quintal da casa da mãe de Rita Farias, a Sr.^a Alice Farias, muito simpática e sorridente. A Sr.^a Alice Farias me convidou para um café, o qual aceitei com vergonha. Entrei em sua cozinha para fazermos um lanche. O irmão de Rita Farias, José Manuel Farias, chamado de Zé, chegou do trabalho, em que trabalha na agricultura, e participou do questionário aceitando também fazer a fotografia.

Consegui reunir os três: Mara Coelho, Rita Farias e Zé Farias, que gentilmente aguardaram-me no Largo para a fotografia (Figura 4.21), no domingo dia 12 de maio, antes do almoço. Eles eram crianças na antiga aldeia, mas tanto Mara Coelho quanto Rita Farias sentem falta daquela aldeia que a água submergiu. Segundo elas ao responderem ao tópico **VI – Minha aldeia pós Alqueva** afirmam, respetivamente que “a minha aldeia não era esta” e “ali era mais familiar”. Zé Farias

respondeu a esse tópico dizendo que a nova Luz “tem mais qualidade de vida, tem o pavilhão e as casas estão melhores”.



Figura 4.21. As crianças agora jovens da Luz. Rita Farias, Zé Farias e Mara Coelho (da esquerda para a direita), 12 de maio de 2019

Momento de fé

Como parte também da minha socialização na aldeia e de meu perfil passei a frequentar a reza do terço em todos os fins de tarde, na minha segunda semana, na Luz. O encontro ocorria na Igreja do Sagrado Coração de Jesus no Largo às 19 horas, reunindo as senhoras para rezá-lo. Após o término eu ficava no banco do Largo. Com isso, consegui umas participações para o questionário através da Mara Coelho, uma das que incentiva as pessoas a participarem “quer preencher o questionário?”.

No dia 16 de maio, quinta-feira, não teve reza do terço e sim missa. Como a aldeia tem poucas pessoas o padre é responsável em termos de seus serviços por outras três freguesias. Na Luz a missa era aos domingos e às quintas-feiras. Após a missa a Sr^a. Inácia Carrilho, que trabalha na escola, convidou-me para participar da preparação da Nossa Senhora de Fátima para a procissão que ocorreria no dia seguinte. Senti-me envolvida nas atividades da Luz, tal como as autoras Lüdke & André (1986) disseram sobre uma das funções do observador crítico.

No dia seguinte, 17 de maio, fui à procissão de Nossa Senhora de Fátima. Fiquei feliz com a possibilidade de ficar na casa do museu por mais um dia. Participei desse momento de fé com os habitantes que foram integrando à procissão e ajudando a carregar o andor. No início eram mais mulheres. Entre as que queriam carregar Nossa Senhora, combinamos pela altura, de fazê-lo juntas. Carreguei o andor e ele era muito pesado, mas fiquei grata por aquele momento, pelo período que havia passado na Luz, pelas pessoas que conheci e me ajudaram, bem como participado do meu estudo. Esse momento encerrou o meu tempo de Luz.

4.3. Análise de dados

A análise de dados “tem como objetivo organizar e sumarizar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação” (Gil, 2008, p. 156). A interação constante entre o investigador crítico e o grupo de estudo, característica de um estudo etnográfico, faz do investigador instrumento importante na recolha e na análise dos dados (André, 2009). Mesmo a abordagem elegida seja a qualitativa, como André (2009) diz, o

investigador crítico pode fazer uso de dados quantitativos na recolha das informações junto ao grupo de estudo, porém a análise desses dados deverá ser feita pela vertente qualitativa. Como a autora defende em muitas ocasiões é conveniente apresentar os resultados de uma investigação em números, mas ainda assim a investigação continuará a ter característica qualitativa. Dessa forma, com base nas quatro entrevistas realizadas: com as duas presidentes, o vice-presidente e a engenheira do ambiente; com os dados dos 35 questionários; com a informação de outros documentos como o vídeo, fotografias, bem como a atividade com as crianças da escola, tem-se aqui a análise dessas informações.

Este conjunto de dados recolhidos serão aqui analisados com os três principais objetivos, propostos pela EDIA, relacionados com a água (abastecimento público, rega agrícola e desenvolvimento do turismo), que foram usados neste estudo. O eixo do desenvolvimento do turismo segundo explicado foi trabalhado na Luz como o lazer dessa população na albufeira de Alqueva. Também foi considerado para a análise a informação divulgada na Tabela 2.1. *Características das duas principais albufeiras do EFMA*, em que fala sobre as condicionantes de utilização: principais usos e atividades que a albufeira de Alqueva realiza. Como suporte para esta avaliação foi usada a categorização de divulgação que a EDIA faz do empreendimento de Alqueva. Por fim, considerou o tipo de serviços dos ecossistemas fluviais: de provisionamento, por conta do abastecimento e da irrigação e, cultural, devido a atividades de lazer (Ferreira et al., 2019), que a albufeira de Alqueva pode gerar assim como apresentado na Tabela 3.1. *Serviços dos ecossistemas fluviais*. Para melhor entendimento desses aspetos abaixo tem-se a Tabela 4.1. que mostra como os dados recolhidos serão analisados.

Tabela 4.1

Categorias de análise de dados

Objetivos de Alqueva relacionados à água	Condicionantes de utilização (principais usos e atividades)	Categorização de divulgação da EDIA sobre Alqueva	Tipo de serviços dos ecossistemas de Alqueva
Abastecimento público para a população	Abastecimento público	“Uma nova terra de água”	Provisionamento
Rega para a agricultura	Rega	“Uma nova terra de água” “Uma nova terra de oportunidades”	Provisionamento
Desenvolvimento do Turismo / Lazer da população	Atividades de pesca, navegação de recreio; atividade marítimo-turística	“Uma nova terra de oportunidades”	Cultural

I – Abastecimento

Como retratado por Janeiro & Melo (2004) um dos objetivos da construção de Alqueva era para garantir uma reserva estratégica de água para o abastecimento público de água à população. Na Tabela 2.1. *Características das duas principais albufeiras do EFMA*, também apresenta que um dos principais usos que a albufeira de Alqueva tem é para esse abastecimento público de água. O estudo Etnográfico Crítico na Luz, através das entrevistas realizadas e dos

questionários, mostrou que para essa aldeia a albufeira de Alqueva não abastece essa população. Apesar de alguns respondentes acharem que sim, bem como as crianças da escola na Luz, o abastecimento público de água para a população é de origem de furos artesianos, segundo a presidente da freguesia, Sara Correia, a engenheira do ambiente, Rute Vidigal, e como sabem 18 respondentes do questionário.

Dessa forma, para os habitantes da aldeia da Luz Alqueva não alcança o objetivo para o abastecimento público de água à população, sendo assim o principal uso da albufeira para essa população não é para o seu abastecimento. Com isso, pode-se afirmar que Alqueva não é “uma nova terra de água”.

Segundo Ferreira et al. (2019) os serviços dos ecossistemas fluviais de provisionamento têm uma de suas características o fornecimento de água para o abastecimento. Verifica-se que a albufeira de Alqueva não promove o tipo de serviços dos ecossistemas de Alqueva de provisionamento para a população da Luz uma vez que não à abastece.

A captação da água é feita por três furos de abastecimento, porém de acordo com a Sr.^a Rute Vidigal um desses furos não está a funcionar devido a qualidade da água estar comprometida pela presença de nitratos. Para os demais furos a qualidade da água é boa podendo-se beber da torneira, segundo a engenheira. A rede de abastecimento público de água tem problemas de ruturas como disse a Sr.^a Rute Vidigal, mencionando que em abril deste ano tinham os furos a trabalharem 24 horas por dia, devido às ruturas na rede de abastecimento. Por causa disso, toda a água que estava a ser captada estava a sair comprometendo a qualidade e a quantidade de água destinada à população.

A água que abastece à aldeia da Luz tem a responsabilidade pelo seu tratamento e captação da Águas do Vale do Tejo, do Grupo Águas de Portugal, e a Câmara Municipal de Mourão é quem administra, repassando a tarifa para a população. Segundo o que alguns moradores disseram e a engenheira do ambiente afirmou o preço dessa água de abastecimento é cara, pois a Câmara repassa à população os custos dos gastos que tem, para reparar as ruturas da rede de abastecimento de água e de saneamento básico. A água captada chega ao reservatório que abastece à população, a qual não bebe água da torneira, pois segundo Mara Coelho, além de ter calcário, tem “gosto de lixívia”, adicionando que agora “temos muita água, mas gostava mais da outra aldeia. A minha aldeia não é esta”.

Segundo o que foi relatado pelos habitantes, a água proveniente dos furos de abastecimento tem muito calcário. “As torneiras estão cheias de calcário”, afirma Daniel Guerra, jovem que integra a Associação de Jovem Campos de Lousa, da Luz e, apesar de ser criança na altura da mudança lembra-se da antiga aldeia. Daniel Guerra acredita que o benefício que Alqueva trouxe foi “mais para a rega, porque não havia. Só tinha um poço no quintal”, porém “afastou um bocado a população”.

Para os habitantes que achavam que a água vinha da albufeira (8) e por ser muito calcária nenhum deles bebem a água da torneira, apesar de a presidente da freguesia e a engenheira de

ambiente dizerem que pode beber essa água, e seis deles dizerem que a usam para cozinhar. Por essa propriedade da água muitos relataram que preferiam os poços de água que antes tinham na outra aldeia. Eles disseram que a água era melhor. Muitos deles lembraram que quando ainda na antiga aldeia não havia água canalizada iam juntos até os poços buscarem água. Essa tarefa cotidiana fazia com que eles tivessem um convívio social maior. O que agora já não ocorre tanto. Como afirma Daniel Guerra, filho do Sr. Horácio Guerra, atualmente, na nova aldeia “não existe um ponto de convívio”.

Segundo a Sr.^a Rute Vidigal, Alqueva abastece Mourão pela Estação de Tratamento de Monte Novo, que fica próximo de Évora para depois abastecer os habitantes de Mourão. Não ocorre o abastecimento para a Luz, pois segundo alguns habitantes e o ex-presidente da Junta de Freguesia de Luz, Sr. Francisco Oliveira, “as infraestruturas para a água potável não estão criadas” na Luz. Além de não haver as infraestruturas para o abastecimento público de água para a aldeia, um dos respondentes disse que a albufeira não abastece à população, pois “não tem qualidade suficiente”. Outros dois reforçaram que a água de Alqueva é para a rega da agricultura, sendo que um deles completou dizendo que “quem se beneficiou foi a Espanha”.

II – Rega

Com relação à rega o empreendimento de Alqueva criou “uma área de regadio com 593 hectares com origem de água direta da albufeira de Alqueva” (EDIA, 2019a) para a nova aldeia da Luz. Os quatro entrevistados, os 32 dos 35 participantes do questionário, bem como as crianças da escola sabem que água da albufeira de Alqueva é usada para a rega agrícola nessa aldeia. Nas conversas com a população mencionaram que essa rega ocorre principalmente para os olivais e as vinhas, as duas culturas mais expressivas que há na Luz e, que muitos deles possuem. “O benefício foi para a agricultura do olival e vinhas. Para o regadio é muito bom”, declara a Sr.^a Inácia Carrilho, luzense que trabalha na escola da Luz (Figura 4.22), completando com um sentimento presente entre os habitantes da aldeia “as pessoas não se falam como antes. O convívio social regrediu”.



Figura 4.22. Sr.^a Inácia Carrilho, funcionária da escola da Luz, 9 de maio de 2019

Constata-se que o objetivo de Alqueva para a rega agrícola na Luz é alcançado e, reconhecido por seus habitantes. Em linha com a informação da Tabela 2.1. *Características das duas*

principais albufeiras do EFMA, referente as condicionantes de utilização um dos principais usos da albufeira de Alqueva é para a rega. Por conseguinte, Alqueva é “uma nova terra de água” e “uma nova terra de oportunidades” para a agricultura na Luz. De acordo com Ferreira et al. (2019), os serviços dos ecossistemas fluviais do tipo de provisionamento têm como uma de suas características o fornecimento de água para a rega. Sendo assim, os serviços dos ecossistemas de Alqueva de provisionamento para a Luz são gerados, uma vez que a aldeia se beneficia pela rega. Assim, o eixo da rega está alinhado com o objetivo, para o qual o empreendimento foi criado, bem como com a condicionante de utilização, ser “uma nova terra de água” e “uma nova terra de oportunidades” e, por ser um serviço de provisionamento para a Luz.

De acordo com a entrevista da presidente da freguesia, Sara Correia, a agricultura é a principal atividade económica da Luz, reunindo dois ou três grandes agricultores “apesar de toda a gente ter um bocadinho” de terra de cultivo na aldeia. Segundo a ABFL o emparcelamento rural na aldeia abrange 147 agricultores da Luz. Pode-se dizer, assim, que Alqueva é “uma nova terra de oportunidades” na Luz, pois proporcionou um certo desenvolvimento agrícola na região beneficiando além dos habitantes da aldeia aqueles que são de fora e viram nela possibilidades de empreender, como o Sr. Fernando Santos da Aromas da Lousa. Dentre os grandes agricultores, segundo a Sr.^a Sara Correia, está a empresa produtora de azeite, Oliveira da Serra, que se beneficiou com o novo regadio que a Luz foi equipada.

Rute Vidigal, engenheira do ambiente, em sua entrevista afirmou que a agricultura é tradicional na Luz, citando também a empresa espanhola Oliveira da Serra, dona de um olival superintensivo. A Sr.^a Rute Vidigal disse que o tipo de rega na aldeia é gota a gota, pois como a EDIA construiu a nova aldeia fez as instalações das entradas de água. A engenheira reforçou o problema do cultivo superintensivo, pois devido a essa intensidade de produção deixam o solo pobre em nutrientes. Muitos desses agricultores arrendam uma herdade, que de acordo com a Sr.^a Rute Vidigal, usam o solo e depois que esse ficou podre em nutrientes vão embora. O olival é a cultura que mais cresceu nos perímetros de rega de Alqueva de forma intensiva, com o sistema de rega gota a gota e elevada mecanização, sendo o principal investimento espanhol (EDIA, 2018). De acordo com o que foi ressaltado por Wateau (2014) os empresários espanhóis estão a comprar terrenos a preços relativamente baratos para a agricultura nas proximidades da albufeira de Alqueva, que em grande parte é para plantação do olival.

Portugal construiu a barragem de Alqueva, entre outros motivos, pela razão estratégica na não dependência da água procedente de Espanha (Sans, 2010), pois segundo Melo (2009), a política extrativista da gestão da água no Guadiana pelos espanhóis, forçava a essa reserva no país. Contudo, de acordo com a Sr.^a Rute Vidigal e Wateau (2014) os espanhóis são os quem têm investido mais nas terras agrícolas formadas por Alqueva. Segundo o comentário de um respondente do questionário a água da albufeira de Alqueva é para a rega e “quem se beneficiou foi a Espanha”.

Dos 32 participantes que sabem que a albufeira fornece à água para a rega agrícola na Luz, 25 deles a usam para essa finalidade, pois têm plantação de olival e/ou vinha, ou uma horta, criação

de animais, em uma tapada, ou outro tipo de plantação, fazendo assim o uso da água da albufeira para a rega. Um desses moradores quando perguntado se a água da albufeira de Alqueva é usada para a rega agrícola na aldeia da Luz respondeu afirmativamente: “muito! Para o olival, vinha. Tudo o que há não seria possível se não fosse Alqueva. Podemos agradecer Alqueva”.

Com isso, Alqueva é “uma nova terra de água” para a Luz. Além de ter sido destruída e deslocada para que fosse criado o “maior lago artificial da Europa” a aldeia teve a sua paisagem transformada (Saraiva, 2007) pela albufeira, agora com campos mais verdes e a imensidão de água que há na região, como relevou um morador. Como lembrou a Sr.^a Sara Correia, antes do Alqueva, o rio Guadiana muitas vezes estava seco passando como um fio d’água e a paisagem era toda seca e amarela, completou dizendo que “o rio Guadiana é um dos maiores rios de Portugal” e, por isso a necessidade da barragem, pois passavam por períodos de seca.

Por essa imensidão de água trouxe uma agricultura mais intensiva para a região, mas também que deixa os campos mais verde. A abundância de água, que Alqueva apresenta ter começa a ser tema preocupante para a EDIA, pois de acordo com a Sr.^a Rute Vidigal “as pessoas têm essa noção que tem muita água e que é para usar”, não havendo uma economia. Porém, segundo a engenheira se não houver chuva, não há água para repor. Apesar de a EDIA garantir o fornecimento de água, mesmo em três anos consecutivos de seca, como disse a Sr.^a Rute Vidigal é muita água, mas é para muita gente, sendo usada para a rega agrícola, não só da Luz, e para o abastecimento em Mourão, por exemplo. A barragem de Alqueva é “a Mãe de todo o Empreendimento e a sua albufeira o instrumento que garante o futuro da região, a água” (EDIA, 2019a). A albufeira de Alqueva faz parte do Sistema Global de Rega do EFMA, que ainda tem dois outros subsistemas: Pedrógão e Ardila. De acordo com o que foi confirmado pela engenheira, a albufeira de Alqueva é considerada a mãe e “tem várias filhas”, ou seja, a partir dela há outras albufeiras menores. Por isso, a importância no uso racional da água, pois outras albufeiras dependem de Alqueva.

Mesmo com a quantidade de água a maioria dos luzenses sentem falta do rio e da antiga Luz. A própria Sr.^a Rute Vidigal reconhece que “a nível da rega valorizou muito”, mas relembra com carinho do Guadiana: “havia mais tradições associadas ao rio do que a albufeira”, pois “o rio tinha mais vida, porque as pessoas juntavam-se mais a volta do rio do que agora”, lembrando que o rio captava mais as pessoas “tinha mais ambiente”. Assim como para o Sr. Horácio Guerra: “gostava muito do Guadiana”.

Em relação a qualidade dessa água destinada para a rega os 25 participantes do questionário que usam a água da Albufeira para essa finalidade atribuíram, que consideram: boa (17); média (5); excelente (2) e não soube opinar (1). Como citado por Janeiro & Melo (2004, p.8), a “reserva estratégica de água está garantida em quantidade, embora não em qualidade”. Para o respondente que considerou ser média disse que “às vezes é muita escura, às vezes é mais clara, limpa, às vezes vem impureza”. O respondente que disse ser boa falou: “é boa, mas com químicos. A volta do Alqueva há cada vez mais agricultura, que usa químicos”. Segundo Feio & Teixeira (2019) o uso do solo, na agricultura, pode impactar a qualidade da água devido a

utilização de fertilizantes, por exemplo, alterando assim a qualidade da água de acordo com o que o respondente mencionou. O respondente que acredita ser excelente atribui pelo facto da água ser “analisada periodicamente”. A engenheira, em sua entrevista, também disse que a água da albufeira é analisada, conferindo a sua qualidade como boa.

Dos 32 respondentes, que afirmaram que Alqueva fornece água para a agricultura, sete disseram não terem propriedade agrícola. Apesar de a presidente Sara Correia, no início de sua entrevista, dizer que toda a gente na Luz tem um pouco de terra de cultivo, depois ela mesma reconhece que “nem toda a população tem rega agrícola”. Por conta disso, nas conversas falaram que Alqueva beneficiou somente os que têm alguma terra para o cultivo. Os que não possuem não se sentem beneficiados com o empreendimento. Por essa razão lembraram que outro objetivo de Alqueva era fixar a população na região. Segundo Veiga et al. (2008) o empreendimento de Alqueva promoveria o desenvolvimento do Alentejo, fixando a sua população e gerando empregos, porém neste estudo etnográfico crítico de acordo com o relato dos moradores isso não ocorreu. Muitos moradores disseram que os jovens, por falta de oportunidades, não ficam na Luz, cada vez com menos habitantes e sua população envelhecendo.

De acordo com a Sr.^a Marta Gonçalves, em nossa conversa na caminhada, a população da Luz está envelhecendo e há cada vez menos jovens casais para terem filhos. Devido a isso, a escola da aldeia é monitorada anualmente para ver se o número de estudantes matriculados é suficiente para mantê-la a funcionar. “A aldeia da Luz está a desertificar e tem menos crianças escolarizadas” (Wateau, 2014, p. 160). A presidente da freguesia, também atribuiu o decréscimo populacional a mudança para a nova aldeia. O último censo de 2011 a população da Luz era de 290 habitantes. Atualmente, segundo o levantamento que a Sr.^a Marta Gonçalves fez, conforme a minha solicitação, há 279 habitantes.

Para a Sr.^a Rute Vidigal, na agricultura da Luz há uma mão-de-obra da aldeia. Entretanto, os respondentes relataram que a agricultura poderia gerar mais mão-de-obra para manter os jovens na aldeia, pois as ofertas de emprego nesse setor não são muitas uma vez que há a mecanização do campo. Deram o exemplo que antes para a colheita das azeitonas era preciso cerca de 30 a 40 pessoas nos olivais. Hoje faz tudo por máquinas empregando menos de cinco trabalhadores.

III - Lazer

Outro objetivo de Alqueva analisado neste estudo era para o desenvolvimento do turismo, que aqui foi investigado se os habitantes da aldeia da Luz fazem o uso da albufeira para atividades de lazer. Porém, nas conversas foi praticamente impossível dissociar o uso da albufeira para o lazer com o turismo para a Luz. Os participantes naturalmente abordavam a questão do turismo, não gerado, segundo a maioria deles, pelo empreendimento de Alqueva, para a aldeia da Luz. Segundo Pedroso (2009), os políticos portugueses alegavam a importância da construção da barragem, entre outros motivos, para a geração de oportunidades turísticas com a albufeira. Porém, de acordo com a presidente Sara Correia, em sua entrevista, as infraestruturas, como uma praia fluvial, uma marina, não foram criadas na aldeia pela EDIA, acrescentando que é

importante para a aldeia da Luz ter um investimento turístico ou “a aldeia da Luz está condenada”.

Como observado nas respostas dos questionários, apenas 13 respondentes usam a albufeira para atividades de lazer na aldeia, sendo menos da metade dos 31 respondentes que disseram que a albufeira de Alqueva é usada para atividades de lazer pelos habitantes da Luz. As crianças da escola relataram que já foram à albufeira com os pais para realizarem alguma atividade de lazer. Segundo Rita Farias, quem usa a albufeira para o lazer são as pessoas mais novas.

Na Tabela 2.1. *Características das duas principais albufeiras do EFMA*, referente as condicionantes de utilização cita-se como as principais atividades realizadas na albufeira de Alqueva: a pesca, a navegação de recreio e a atividade marítimo-turística. De acordo com os 13 respondentes que usam a albufeira para atividades de lazer as atividades que mais praticam são: para relaxar (11), para a pesca recreativa (5), fazer natação (4), andar de caiaque (3) e andar de barco a vela ou pequena embarcação (2). Pode-se considerar assim que a albufeira exerce alguma atividade com a finalidade de lazer, porém muito pouca considerando o baixo número de utilizadores. Contudo, as atividades praticadas por esses habitantes estão em linha com as condicionantes de utilização. Tal como, pode-se considerar que, a albufeira fornece o serviço cultural com relação aos serviços dos ecossistemas de Alqueva para seus habitantes, pois de acordo com Ferreira et al. (2019) e a Tabela 3.1. *Serviços dos ecossistemas fluviais* o serviço cultural tem como uma de suas características as atividades recreacionais.

Há nas proximidades da albufeira, na estrada que dava acesso para a antiga aldeia, e próximo ao caminho do passadiço uma placa indicando ser zona de navegação livre com algumas restrições de motores (Figura 4.23). Porém, segundo os respondentes do questionário apenas dois disseram usar a albufeira para andar de barco a vela ou pequena embarcação.



Figura 4.23. Placa próxima à albufeira indicando ser zona de navegação, 8 de maio de 2019

Para Rita Farias a “qualidade da água está mais suja, pois ficou árvores debaixo, até de certa parte pode ser perigoso, pois não se sabe o que está lá em baixo”. Talvez por este motivo são poucos os moradores que usam a albufeira para o lazer. Apesar da desmatção e desarborização realizada para garantir a qualidade da água, bem como para possibilitar a utilização da albufeira em circunstâncias seguras (Pinto, 2003; Janeiro & Melo, 2004), segundo o relato de alguns respondentes “há muito lixo por baixo, água parada, muito poluída”; “tenho medo, nunca sabe o que está debaixo”, por isso não usam a albufeira para atividades de lazer.

Essa problemática também foi retratada na entrevista com a Sr.^a Sara Correia, que informou devido ao fechamento das comportas ocorrem antes de a aldeia ficar pronta depararam-se com uma situação “contra o relógio quer a nível da aldeia da Luz, da mudança, quer a nível de desmatação, porque era suposto o terreno que a água ia apanhar ficar limpo”, mas isso não ocorreu. A Sr.^a Sara Correia reforçou: “nós andamos de barco na barragem e não sabemos muito bem o que está por baixo”, completou dizendo que o terreno onde estavam as casas ficaram limpos, mas o que estava no entorno da aldeia está tudo debaixo d’água referindo-se principalmente aos postes de luzes.

Daqueles 13 respondentes que disseram usar a albufeira para atividades de lazer seis falaram que a usam mais no verão, cinco sempre que podem, apenas um afirmou que a usa uma vez por semana e outro disse que raramente utiliza a albufeira para atividades de lazer. Porém, como pude constatar e com o que os próximos habitantes disseram não foram criadas infraestruturas que permitissem o desenvolvimento de atividades de lazer para a população, bem como para o turismo na Luz.

As infraestruturas que poderiam ter sido criadas eram uma praia fluvial e uma marina, por exemplo, de acordo com a presidente Sara Correia, mas não há na aldeia da Luz. A própria Junta de Freguesia de Luz fez um parque de merendas. A presidente relatou-me a oportunidade de um projeto turístico – um parque de campismo e caravanismo; porém devido ao POAAP não se pode construir na região próxima a albufeira e portanto, o projeto não aconteceu. Segundo a Sr.^a Sara Correia: “Portugal é assim nós temos imenso potencial, mas a lei não nos permite aproveitar o potencial da barragem”. Dessa forma, há na Luz uma região própria para as caravanas, mas que fica afastada da albufeira, e por isso algumas caravanas vão parar próxima à albufeira.

Há um passadiço que leva até ao cais (Figura 4.24) nas proximidades da antiga estrada da aldeia. Da primeira vez que fui conhecê-lo, no domingo de sol, dia 12 de maio, não avistei ninguém na água da albufeira, nem para relaxar, andar de caiaque ou outra atividade. Apenas vi duas pessoas de longe, próximas ao passadiço, mas logo saíram. Nessa caminhada pelo passadiço estava só e, deparei-me com diversas teias de aranhas que cruzavam o caminho. Prova de que quase ninguém anda por lá como me disse Mara Coelho. Da segunda vez que fui andar, agora em sua companhia no mesmo domingo, já no fim de tarde, fomos até ao cais. As tábuas de madeira que compõem essa estrutura faziam barulhos e não apresentavam segurança. Motivo pelo qual muitos moradores me disseram que não andam nele.

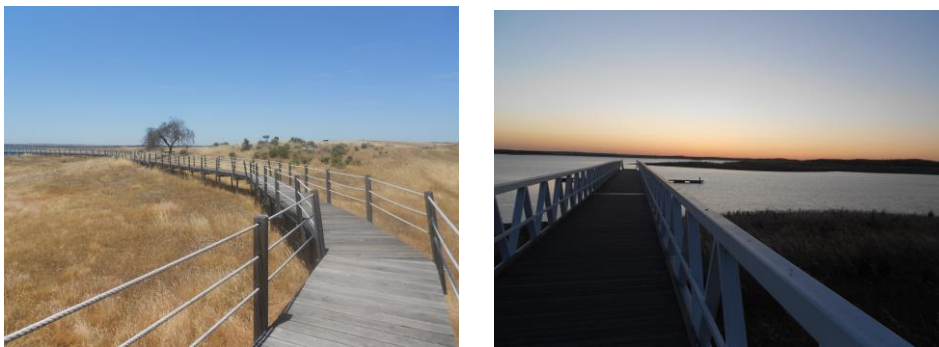


Figura 4.24. Passadiço e cais na Luz, 12 de maio de 2019

O que atrai os visitantes é conhecer um pouco a aldeia que precisou ser destruída, o Museu da Luz e ver a albufeira. Por isso, as poucas caravanas que vi, enquanto estive na Luz, ficavam, algumas próximas ao museu, outras na beira da água da albufeira (área proibida devido ao POAAP) e umas próximas as áreas próprias para as caravanas, porém em uma parte mais alta (e fora da sua área de permissão) para ver Alqueva. Nídia Suzano, do restaurante Laterna, disse-me que os visitantes que vêm de caravanas quase nunca vão comer no restaurante, pois eles têm as suas próprias cozinhas, ou seja, este tipo de turismo não movimenta a economia da aldeia. O local em que é permitido as caravanas pararem é próximo ao restaurante, que passou 12 anos fechados e está aberto, sob a direção da Nídia Suzano, há cerca de um ano. Nídia Suzano reforçou o sentimento de não pertença à nova aldeia, que muitos apresentaram ter: “isto não é a nossa aldeia, é mal. As nossas recordações ficaram lá. Às vezes sonho com ela. Para mim isto não diz nada”.

Neste dia em que fui ao restaurante para fazer o questionário com Nídia Suzano era na tarde do sábado, dia 11 de maio, e a encontrei jogando um jogo de tabuleiro com outros jovens, que me convidaram para jogar e aceitei. Os jovens (Figura 4.25) fazem parte da Associação de Jovem Campos de Lousa, que assim como o Daniel Guerra, participaram do questionário um a um, e sem influenciar a resposta do outro. Estava também no grupo Ana Capucho, jovem, que considera que Alqueva trouxe turismo, porém afirma haver cada vez menos. Reconhece que agora têm mais condições em termos de habitação por ser uma aldeia que foi construída de novo, mas reforça que “os canos estão entupidos por causa do calcário”.



Figura 4.25. Jovens da aldeia da Luz. Ana Capucho, Catarina Ferreira, Nídia Suzano e Daniel Guerra, 11 de maio de 2019

Nas conversas com os habitantes haviam dois sentimentos bem definidos: aqueles que sentiam falta do rio, sendo um dos motivos que um respondente disse não usar a albufeira para atividades de lazer – “não gosto de água parada, tenho saudades do rio”; e aqueles que sentiam falta da outra aldeia – “temos muita água agora, mas gostava da outra aldeia”. De um modo geral, ambos estão ligados e refletem a questão do convívio social. Esse sentimento era independente da idade. Para Ana Capucho não é diferente: “a minha aldeia após o Alqueva ficou com mais condições de vida, mas em termos de população a população ficou sem espírito. Ficamos com uma aldeia “fantasma”, completa dizendo que “o espírito de nós ficou na aldeia velha”. Atualmente, Ana Capucho e Daniel Guerra têm 23 anos e mesmo sendo crianças na antiga Luz se lembram e preferem aquela aldeia.

Apesar de a aldeia da Luz fazer parte das Terras do Grande Lago Alqueva (Figura 4.26), não promove um turismo, como o que se acreditava poder ocorrer e como era espectral. Segundo a EDIA, em sua publicação *Alqueva, uma nova terra de oportunidades* a formação do “maior lago artificial da Europa” o Alqueva trouxe “um novo dinamismo a este espaço, acrescentando-lhe oportunidades e gerando competitividade (...) com base num turismo sustentável” (p.14). Assim lembrando Carmo & Cravo (2005), que acreditavam devido às aldeias ribeirinhas de Alqueva se localizarem nas proximidades da zona de água seriam uma oportunidade ao turismo. Porém, de acordo com a etnografia crítica para a aldeia da Luz isso não aconteceu.



Figura 4.26. Placa das Terras do Grande Lago Alqueva da aldeia ribeirinha de Luz em uma das estradas de acesso a aldeia, 10 de maio de 2019

Para Melo et al. (2010), o turismo de um rio em seu estado natural tem valor superior ao de um turismo em uma albufeira. Segundo a visão de um morador participante do questionário: “não há turismo relacionado com a água”. Nem mesmo a maioria dos habitantes que participaram do questionário fazem uso da albufeira (18 dos 31 que responderam que a albufeira é usada para atividades de lazer pelos habitantes da Luz não a usam). Dentre esses motivos, como relatado, estão: a falta de tempo e segurança; o medo por não saber o que está por baixo da água e por essa ser parada; por terem saudades do rio e não ser pescador. Consequentemente, não se pode dizer que Alqueva é “uma nova terra de oportunidades” para o lazer e para o turismo na Luz, pois isso não ocorre, bem como o objetivo de gerar o desenvolvimento da região pelo turismo não é alcançado. De acordo com o *Anuário Estatístico de 2017* (INE, 2017), o ALENJO representa apenas 4% do total de Portugal referente ao número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico. Este dado contribui para provar a falta de dinamismo turístico que a região tem.

Os três eixos apresentados acima foram os objetivos deste estudo. Complementar a esses foram abordados três tópicos no campo etnográfico, sendo eles: **IV – Saneamento básico, V – Alqueva para a Luz e VI – Minha aldeia pós Alqueva**, representados abaixo.

IV – Saneamento básico

De acordo com o que foi abordado por Rosa et al. (2015) e Wateau (2014) não há uma ETAR na aldeia da Estrela, por isso as descargas de efluentes vão diretamente para a albufeira. Adicionalmente, teve-se o conhecimento sobre os problemas na rede de saneamento básico na Luz, durante a análise documental específica sobre a aldeia, através da entrevista da presidente da Câmara Municipal de Mourão, Dr.^a Maria Clara Safara, concedida à Rádio Campanário ^[48]. Esses factos chamaram a atenção para verificar se o mesmo acontecia na aldeia da Luz. Diferentemente do que foi relatado na análise documental da aldeia da Estrela e segundo os entrevistados (as duas presidentes, o vice-presidente e a engenheira do ambiente) a Luz possui uma ETAR e somente depois de tratados os efluentes essa água vai para a albufeira.

Dos 35 participantes do questionário, 33 sabem que a aldeia tem uma ETAR, bem como as crianças da escola. Esses 33 respondentes ao serem perguntados para onde iria o esgoto da aldeia da Luz 29 deles tem o conhecimento que vai para essa ETAR e depois de tratado vai para a albufeira. Apenas um habitante afirmou que vai direto para a albufeira e cinco não souberam responder.

Ao ser abordado este tópico tanto os entrevistados quanto os participantes dos questionários trouxeram a problemática das ruturas na rede de abastecimento e de saneamento básico. A engenheira do ambiente, Sr.^a Rute Vidigal, enfatizou que há na Luz problemas de abastecimento por causa das ruturas e de saneamento em razão da falta de ligamentos e da má construção. Mesmo a Luz sendo uma aldeia nova há problemas dessa natureza.

Segundo a presidente Sara Correia há na Luz muitos problemas de abastecimento de água e de saneamento básico devido à má construção a nível dos sistemas de água pelos materiais não serem bem montados e roscados. A Sr.^a Sara Correia disse-me que “existe quase semanalmente uma rutura d’água que nos obriga a abrir buracos nas ruas, a fechar a água a população”. De acordo com a presidente desde 2013 até a este ano a freguesia de Luz passou duas vezes pelo risco de ficar sem abastecimento público de água à população, em virtude da quantidade de água perdida nas ruturas. Os custos dessas manutenções, segundo as duas presidentes, são elevados e acarretados pela Câmara Municipal de Mourão, que depois refletirá no preço da água para a população, que como alguns moradores falaram a água na Luz é uma das mais caras da região. A EDIA por ter construído a aldeia deveria se responsabilizar por essas reparações,

^[48] Rádio Campanário. 17 anos depois, aldeia da Luz ainda com problemas de saneamento básico, aponta autarca de Mourão (c/som). Acedido a 29 de abril de 2019. Disponível em <https://www.radiocampanario.com/ultimas/regional/17-anos-depois-aldeia-da-luz-ainda-com-problemas-de-saneamento-basico-aponta-autarca-de-mourao-c-som>

porém como a garantia da obra já passou não tem mais responsabilidade quanto a esses reparos.

Para a Sr.^a Rute Vidigal o saneamento básico “a nível de infraestrutura na aldeia é péssimo”, justificando devido aos problemas de entupimento e a falta de ligações pela má construção na nova aldeia, pois “esqueceram de ligar o esgoto da casa ao esgoto principal da rua”. Outro motivo que contribui para os problemas na rede de saneamento, segundo a engenheira, são as ruas pouco habitadas e por isso o efluente fica parado no cano em consequência da falta de vazão que há: “o nosso saneamento é muito mal”. Adicionalmente, a Sr.^a Rute Vidigal mencionou que há situações em que o encanamento da rede de esgoto está a descer, porém o nível da rua está a subir. Devido a esses problemas de saneamento para a engenheira o melhor que têm na aldeia é a ETAR.

Nas conversas dos questionários a maioria também falou sobre essas ruturas. Como relatado pelos entrevistados, os moradores disseram-me ser semanal este problema em que é preciso vir uma máquina para poder reparar esses problemas. Pude confirmar ao andar pela Luz algumas ruas com os buracos destas intervenções (Figura 4.27). Ainda contaram-me que em algumas casas, quando foram construídas, esqueceram-se, os engenheiros responsáveis pelas obras, de ligar os canos dessas casas a rede de esgoto, como havia me informado a engenheira. As habitações, as quais a população em geral afirma, serem melhores eram contrastada com estes problemas de canalização.



Figura 4.27. Ruturas em uma das ruas da aldeia, 10 de maio de 2019

A Sr.^a Carolina Pereira, cozinheira da escola primária da Luz (Figura 4.28), foi uma das participantes que falou sobre os problemas de ruturas. Ela lembra que “antes não tínhamos ruturas, antes tínhamos condições boas”. Com relação a nova aldeia reconhece, assim como muitos, que “esta pode ser muito bonita, mas tem canos entupidos, ruturas d’água”. Adiciona o sentimento comum, que foi apresentado quase por todos, “as pessoas se tornaram fechadas” quando retorna do trabalho para casa “não encontro ninguém para dizer um boa tarde”.



Figura 4.28. Sr.ª Carolina Pereira, cozinheira da escola da Luz, 9 de maio de 2019

V – Alqueva para a Luz

Ao serem questionados, através da questão fechada, que poderiam preencher mais do que uma alternativa, quais os benefícios que Alqueva trouxe para a população da Luz sob o ponto de vista da água, como informado, 31 dos 35 habitantes que responderam ao questionário, reconheceram que Alqueva beneficiou a aldeia pelo fornecimento de água para a rega. Vinte e dois consideraram que poderiam usar a albufeira para o lazer. Cinco consideraram que agora têm água para o abastecimento doméstico. Dois afirmaram que Alqueva não trouxe nenhum benefício e um considerou que antes as condições para a rega, abastecimento e lazer eram melhores, justificando os poços que haviam na outra aldeia.

Essa pergunta era seguida de uma questão aberta, ou seja, sem alternativas, para os participantes adicionarem alguma outra informação, caso quisessem, sobre os benefícios ou não que Alqueva trouxe para a população da Luz sob o ponto de vista da água. De acordo com as frases apresentadas no relato desse tópico, em *B. Questionários*, foi feita uma análise dessas frases, aqui separadas por temas: 19 atribuíram que Alqueva gerou benefícios para a agricultura, sete mencionaram que o empreendimento não gerou benefícios aos luzenses, seis citaram que há um turismo ou poderia haver investimentos para esse, uma pessoa nessa pergunta afirmou que gostava mais da outra aldeia. Nenhum deles fez menção ao abastecimento público da água para a população como um benefício de Alqueva.

Dessa forma, tem-se o reconhecimento para a maioria da população da Luz, que o empreendimento de Alqueva beneficiou a agricultura para a aldeia. Segundo a Sr.ª Sara Correia Alqueva trouxe a rega para a população da Luz, para quem possui uma rega agrícola, e a paisagem da água que não havia antes. A presidente considera que não trouxe um lazer, e consequentemente não há um turismo, pois as infraestruturas não foram criadas na Luz. Para a Sr.ª Sara Correia era mais que justificável, que as infraestruturas, como uma praia fluvial, uma marina, fossem formadas na nova aldeia, que estava a ser construída, pela EDIA, “em benefício de um Alentejo e de um país”.

O empreendimento de Alqueva retomando Veiga et al. (2008) gerou um “processo de “alquevização” da sociedade” dito como uma “dominação ideológica sobre a população” (p. 14). De tal forma que havia uma pressão social, que tornava o empreendimento politicamente

incontornável como disse Melo (2009). Porém, era mais desejável pelos outros alentejanos, que sempre sonharam com a água, do que propriamente para os luzenses, pois Alqueva era um motivo de medo (Martins & Matoso, 2011). Por isso, como disse a Sr.^a Sara Correia, era justificável que a Luz tivesse uma praia fluvial, por exemplo, como forma de promover um lazer, para a população que passou pelo processo de mudança; um turismo, que movimentaria a economia da aldeia e geraria empregos; e poderia ser um ponto de convívio social, que foi perdido, como muitos relataram.

Para a presidente da freguesia, as condições de habitações estão melhores para a maior parte dos moradores, porém citou que a nível populacional estavam melhores, pois tinham mais habitantes e considera que as pessoas eram mais felizes na antiga Luz. A Sr.^a Sara Correia adiciona também que a aldeia está mais bonita, mas perdeu identidade e tradições. A engenheira do ambiente também lembrou a perda de tradições que havia com o rio, que antes era local de convívio social entre os habitantes. Essas percepções são compartilhadas pela maioria dos moradores que também reconhecem que as habitações estão melhores, mas que preferiam a outra aldeia, pois havia um convívio social.

A aldeia da Luz passou por um impacto socioambiental negativo, com a desmatção de seus campos, assim como ocorreu para a formação da barragem do Baixo Sabor, em que era área de preservação de espécies da Rede Natura 2000 (Teixeira, 2009), bem como pelo seu deslocamento, tal como verificado pela barragem de Sobradinho no Brasil (Sigaud, 1986). Na análise etnográfica crítica na Luz pode-se verificar que não foram superados pela sua população, ainda tendo passados 17 anos da mudança para a nova aldeia, as marcas que este processo causou. As memórias assim como foi relatado por Rosa et. al. (2015) para a aldeia da Estrela são presentes para os luzenses que se lembram da antiga aldeia.

VI – Minha aldeia pós Alqueva

Segundo Bogdan & Biklen (1994), os dados quantitativos podem ser usados na abordagem qualitativa, sendo incluídos “na escrita qualitativa sob a forma de estatística descritiva” (p.194). Esses dados, segundo os autores, contribuem para apurar os conhecimentos adquiridos ao longo do estudo. Dessa forma, as informações deste tópico foram apresentadas, através das citações dos participantes deste estudo etnográfico no desenvolvimento da escrita dos subcapítulos 4.2. *Meu tempo de Luz* e 4.3. *Análise de dados*. Pela abordagem ser qualitativa, não será contabilizado aqui, como foi feito na apresentação dos dados recolhidos e de um modo geral dessa análise, mas pretende-se, como os autores anteriormente citados mencionaram, demonstrar esses conteúdos de forma descritiva.

Com isso, destaca-se algumas informações que foram tratadas nesse tópico **VI – Minha aldeia pós Alqueva** nas participações das entrevistas e dos questionários, relacionando-as com a conclusão dessas informações dos dados recolhidos, da análise desses dados e dos assuntos apresentados anterior ao capítulo 4. *Etnografia na Luz*. O conteúdo do tópico **VI – Minha aldeia pós Alqueva** foi mais emocional, para a maioria dos respondentes, pois remetiam ao passado

da antiga aldeia. Relembaram o convívio social que havia nela fazendo muitas vezes referências ao rio Guadiana.

Como tratado em 3.1.1. *As civilizações antigas nas proximidades dos rios* muitos povos, principalmente as civilizações antigas, se desenvolveram próximos a esses cursos d'água como forma de sobrevivência por extraírem desses a base para sua alimentação e progresso económico. Muitos desses povos construíram canais de irrigação para a agricultura, se dedicaram a pesca como fonte para a subsistência e utilizaram os rios para a navegação.

“Como qualquer rio, e numa zona onde ele era fonte de água e de vida, o Guadiana fez ao longo de milénios parte das vivências das populações que habitaram as suas margens: pescadores, moleiros, barqueiros, pisoeiros, contrabandistas” (Saraiva, 2005, p. 27).

Do mesmo modo a população da Luz estava próxima ao rio Guadiana. Utilizava-o, como foi relatado pelos habitantes da aldeia, para atividades de lazer, em que reunia os luzenses para momentos de convívio, para lavarem à roupa, para a pesca, a qual na antiga Luz era uma atividade subsidiária e havia somente uma família que vivia exclusivamente dela (Saraiva, 2005) e, para a agricultura. A aldeia da Luz, como a presidente Sara Correia citou, sempre viveu da agricultura.

Tal como as civilizações antigas fizeram ao desenvolverem técnicas para outros usos dos rios como a criação de reservatórios com o seu barramento e consequentemente para a produção de energia, como citado por Wateau (2014) e Pinto-Coelho & Havens (2015), assim também foi feito com o Guadiana. A população da Luz, que desde o início do empreendimento de Alqueva sempre ouviu falar em sua deslocação, como mencionado por Saraiva (2007) em 3.4.1.1. *As aldeias ribeirinhas de Alqueva*, não acreditava nesse acontecimento, como está intitulado na matéria do jornal da sala da presidente da Junta de Freguesia de Luz.

O EFMA remonta a 1957 data em que foi criado o Plano de Rega do Alentejo como referenciado por Pedroso (2009). O empreendimento de Alqueva foi aprovado pelo governo em 1995, juntamente com a criação da empresa EDIA como Melo (2009) e Pedroso (2009) disseram. Com isso, “a população foi sentindo o medo antigo tornar-se realidade: a noção de que a velha aldeia ia desaparecer, engolida pelas águas de um rio que se iria transformar noutra coisa, para eles até então impossível de imaginar” (Saraiva, 2005, p. 27).

O empreendimento de Alqueva deu lugar a albufeira e assim a população da Luz perdeu o rio Guadiana. Reconhecem que agora têm mais água, como disse o Sr. Horário Guerra: “temos água que antes não tínhamos”, mas já não a usam para os momentos de “grandes convívios no rio”, como confessou um participante e, para o lazer como faziam antigamente na antiga aldeia. Consoante ao que muitos disseram essa água é para a agricultura, principalmente “água para

olival e vinha” como disse um dos respondentes e, quem se beneficiou disso foram somente as pessoas que tem algum cultivo. Para os demais fica a constatação da redução da população e do convívio social.

A aldeia da Luz para seus habitantes pós Alqueva “cada vez está pior, pois os mais novos não ficam aqui”, disse uma das respondentes. Segundo o que foi apresentado ao referenciar Veiga et al. (2008) o empreendimento de Alqueva era considerado estratégico tanto para o desenvolvimento do Alentejo quanto para fixar sua população na região gerando empregos e disponibilidade de água. Foi verificado nas três aldeias ribeirinhas de Alqueva (Luz, Estrela e Alqueva), aqui estudadas, a redução do número de seus habitantes.

Os autores estudados no capítulo 3.4 *Universo Alqueva* se referiram à Alqueva como o mito, em diferentes aspetos, que virou realidade. De acordo com Pedroso (2009) “a força do mito de Alqueva (...)” (p. 134); segundo Melo (2009) “Alqueva tornou-se um verdadeiro mito” (p.126); para Wateau (2008) “Alqueva continua a ser associada ao velho mito da água regeneradora (...)” (p. 2) e, para Veiga et al. (2008) o empreendimento gerou um “processo de “alquevização” da sociedade”, podendo-se encaixar como um mito. Alinham-se com o sentimento do Sr. Horácio Guerra, que também tem a mesma percepção de que o empreendimento causou para a aldeia da Luz, como ele mesmo disse, o “mito do tudo e nada”, completando, referindo-se a antiga aldeia com a nova, “ali era tudo e deixou de ser e aqui era nada que passou a ser tudo”.

O capítulo *Entre parênteses* propõe fazer uma reflexão no conteúdo abordado deste estudo. Quer, naquele capítulo, destacar a fatalidade que o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão ocasionou: uma tragédia socioambiental imensurável. O mar de lama, que esse rompimento causou, submergiu vidas humanas e animais, um rio, um ambiente natural e social. A construção da barragem de Alqueva não submergiu a população da Luz nem seu cemitério e o da Estrela (Wateau, 2014), pois essa foi deslocada junto com a translação do seu cemitério, bem como o da Estrela. Contudo, dois habitantes da Luz lembraram que “foram dois funerais”. “Mas em comparação com outras histórias de barragens e de deslocamentos de populações à escala mundial, estas transferências até correram bem” (Wateau, 2014, p. 126). Porém, o encerramento das comportas da barragem e o enchimento da albufeira em fevereiro de 2002 (Saraiva, 2005; Wateau, 2008) submergiu “as nossas recordações ficaram lá” como disse Nídia Suzano. Ana Capucho, jovem luzense, concordou “o espírito de nós ficou na aldeia velha”.

Com a formação da albufeira ocasionou o impacto socioambiental para essa população. No aspeto social tiveram que sair das suas casas e irem para uma aldeia construída totalmente nova. Os habitantes admitem a modernidade e o conforto que as casas da nova aldeia têm. “Está melhor porque é uma casa nova” conta um dos respondentes do questionário. Porém, pode-se observar criticamente, pela maioria, que não trocariam a antiga Luz pela nova aldeia. Citando novamente a frase do Sr. Francisco Oliveira: “fizeram uma nova aldeia para quê? Perdemos população”, retomando a questão da redução da população. Ainda sobre as casas comparam a nova aldeia com a antiga. “Não tem nada a ver com a outra aldeia. As casas são todas iguais. Parece um bairro social. Não havia duas casas iguais. Às vezes tenho dificuldade de saber”,

explica um dos respondentes. O Sr. Horácio Guerra expressa uma visão realista: “é esta que temos para viver. Temos as condições apesar dos problemas de saneamento”. O problema de saneamento foi citado, como tratado, pelos entrevistados e reforçado por muitos habitantes.

Não está somente no sentimento expressado nas conversas a falta que tanto o rio Guadiana faz quanto a antiga aldeia. Está também no inconsciente, uma vez, que algumas pessoas revelaram que ainda sonham com a outra aldeia, nunca tendo sonhado com a nova. “Sonho ainda com aquela, aqui não diz nada. Cá ainda nunca sonhei”, falou uma senhora respondente do questionário. Essa informação trouxe o entendimento que o tempo cronológico é diferente para os habitantes da Luz, pois na percepção sobre a antiga Luz, as memórias deles estão lá.

4.3.1. Resultado da análise de dados

Em síntese, tem-se de acordo com a Tabela 4.1. *Categorias de análise de dados* apresentada no início desse subcapítulo, e com base nos resultados dos dados acima analisados a seguinte compreensão sobre a relação da população da Luz com a albufeira de Alqueva sob o ponto de vista da água:

- **I – Abastecimento:** o objetivo da construção do empreendimento de Alqueva para o abastecimento público de água para a aldeia da Luz não foi alcançado. Nas condicionantes de uso o abastecimento não ocorre para a aldeia da Luz, sendo assim também não é “uma nova terra de água” e não fornece o tipo de serviços dos ecossistemas de Alqueva de provisionamento uma vez que não abastece essa população da Luz.
- **II – Rega:** o objetivo da construção do empreendimento de Alqueva para a rega agrícola na Luz é alcançado, porém beneficiando somente os que possuem alguma terra de cultivo, assim está alinhado com a condicionante de utilização para a rega. Com isso, para os que se beneficiaram Alqueva é “uma nova terra de água” e “uma nova terra de oportunidades” dessa forma, exerce o tipo de serviços dos ecossistemas de Alqueva de provisionamento devido à rega agrícola.
- **III – Lazer:** o objetivo da construção do empreendimento de Alqueva para o desenvolvimento do turismo na região e provedor de atividades de lazer na aldeia da Luz não foi alcançado em plenitude, ou seja, apenas alguns luzenses usam a albufeira para essa finalidade e há um pequeno turismo de caravana que não promove o desenvolvimento económico da população. A relação é parcial uma vez que pelas respostas e as condicionantes de uso as atividades de lazer apresentadas pela população estão alinhadas, sendo assim um tipo de serviços dos ecossistemas de Alqueva cultural, por promover atividades de lazer, mas não é “uma nova terra de oportunidades”, pois não gerou o turismo.

Assim como produto final deste estudo há a resposta para o objetivo geral proposto que era perceber a relação da população da Luz com a albufeira de Alqueva sob o ponto de vista da água através dos três eixos principais, baseados nos objetivos do EFMA: (i) abastecimento público de água; (ii) rega agrícola e (iii) lazer para a população. Como contributo adicional, extraído pelos três tópicos complementares abordados no ensaio etnográfico crítico, soube-se que o convívio social foi perdido; a não construção pela EDIA de infraestruturas que proporcionassem aos habitantes da Luz atividades de lazer como uma praia fluvial; constatou-se os problemas de ruturas e saneamento básico; bem como a não identificação, por parte da maioria dos moradores, com a nova aldeia. Esses são os reais produtos deste estudo que foram trabalhados com sentimento por trazer os relatos da população, que deve a redução em seu número de habitantes em decorrência do processo de mudança para a nova aldeia.

5. Conclusão

A barragem de Alqueva está situada no Alentejo, região sudeste de Portugal. Esta região é considerada por ser seca, sendo assim carente de água e sistemas de rega (Saraiva, 2005), uma das mais pobres da Europa (Veiga et al., 2008) e conhecida pelo seu despovoamento (Wateau, 2014). Por essas condições a construção da barragem de Alqueva era desejada pela população alentejana. Os primeiros indícios de possibilidade da sua construção datam de 1957, ano do Plano de Rega do Alentejo. Porém, esse desejo somente foi concretizado em 2002. Os objetivos gerais para a sua construção estavam pautados no desenvolvimento para a região através da rega agrícola, do abastecimento de água para a população local, da produção de energia hidroelétrica, da promoção do turismo regional e para fixar os habitantes na região.

Ao conhecer a barragem de Alqueva em 2018 despertou a curiosidade em investigar se alguns desses objetivos foram alcançados. Dessa forma, iniciou o desenvolvimento desse estudo pela abordagem da importância da água na vida dos seres vivos. Buscou-se destacar, brevemente, a relevância dos rios e lembrar o progresso de algumas civilizações antigas, que se desenvolveram pela sua proximidade com esses. Essas civilizações estabeleceram relações com os rios e evoluíram em técnicas de utilização, nomeadamente na construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico, criação de reservatório de água e para atividades de lazer.

As barragens datam desde tempos muito antigos e a sua construção é causa de impactos socioambientais. Há milhares de barragens ao redor do mundo, que provocaram o deslocamento de outras milhares de pessoas, a inundação de áreas vegetais e a destruição de habitats de espécies animais, que muitos estavam ameaçados de extinção. Existem centenas de casos que poderiam ser usados para ilustrar estes impactos socioambientais causados pelas barragens. Para o estudo foi escolhido o caso português da barragem do Baixo Sabor, pelo impacto ambiental gerado, e o caso brasileiro da barragem de Sobradinho, pelo impacto social.

A construção da barragem de Alqueva e a formação de sua albufeira também geraram um dos maiores impactos ambientais de Portugal (Melo, 2009), bem como um impacto social pelo deslocamento da população da aldeia da Luz, que tornou-se objeto de estudo. Definiu-se estudar a relação dessa população com a albufeira, através de três eixos principais: (i) abastecimento público de água para os seus habitantes; (ii) a rega na agricultura local e (iii) o lazer para a sua população.

A Etnografia Crítica foi a metodologia elegida para realizar o estudo na aldeia da Luz com a sua população. A abordagem da etnografia pressupõe o contacto direto do investigador com o grupo de estudo (André, 2009). Dessa forma, a ida para a aldeia somente foi possível devido ao programa de Residências do Museu da Luz. No período de estudo na aldeia da Luz, foram realizadas entrevistas, e aplicados questionários com os habitantes para obter a percepção da relação que eles têm com a albufeira.

Constatou-se que para a aldeia da Luz a água da albufeira de Alqueva não é usada para o abastecimento público. A população é abastecida por furos de captação subterrânea. A maioria dos 35 participantes do questionário sabem da fonte do abastecimento público, porém alguns moradores acreditam que a água que abastece as suas casas vem da albufeira.

Ao contrário do abastecimento a água da albufeira de Alqueva é usada para a rega agrícola da aldeia da Luz. O empreendimento criou as condições ideais para este fim, pois na nova aldeia foram instaladas uma área de regadio com 593 ha, com origem de água da albufeira (EDIA, 2019a). Dessa forma, as culturas agrícolas da Luz, predominadas pelo olival e a vinha, são regadas com as águas de Alqueva. O desenvolvimento agrícola gerado por Alqueva para a aldeia também possibilitou oportunidades neste âmbito para os que vêm de fora da aldeia como para o Sr. Fernando Santos da Aromas da Lousa, de plantas aromáticas e medicinais.

Quanto ao lazer a albufeira é pouco usada pelos seus habitantes para as atividades desse fim. A falta de infraestruturas, como uma praia fluvial, ou até mesmo, condições mais seguras, que promovam o seu uso, afastam a grande parte dos habitantes que não a usam para o lazer. A imensidão de água que os moradores da Luz agora têm não os fazem esquecer do rio Guadiana, que promovia mais lazer do que a albufeira segundo alguns moradores.

Outro motivo, principalmente entre os mais velhos, para não usarem a albufeira é como disseram não saberem o que está por baixo da água, pois segundo esses moradores nem tudo foi removido do local em que se formou a albufeira. Em consequência da falta de infraestrutura a aldeia não movimenta um turismo que poderia ser aproveitado com a albufeira. Na aldeia da Luz, segundo alguns habitantes, não ocorreu o desenvolvimento do turismo como era prometido. Há apenas algumas caravanas que passam pela aldeia, mas não geram um valor económico para a Luz.

Conclui-se assim que Alqueva para a aldeia da Luz não trouxe água para o abastecimento público e é pouco usada pelos seus habitantes para as atividades de lazer, bem como não promoveu o turismo para a aldeia como esperado. O que pode-se afirmar é que trouxe a água para a agricultura no Alentejo, nomeadamente para a aldeia da Luz. Mas, essa agricultura, está mais mecanizada não gerando muitos empregos para a população local. Assim, Alqueva também não trouxe oportunidades para que a população se fixasse na região. Dessa forma, a relação da população da Luz com a albufeira de Alqueva é mínima.

A Etnografia Crítica trabalha em defesa de uma população, que encontra-se em situação vulnerável, a parte da sociedade. Com isso, busca a sua emancipação social, através de uma vivência com o grupo de estudo para trabalhar em prol de sua liberdade social. Ao usar essa metodologia no campo de investigação para estudar e conhecer a população da Luz, mesmo tendo permanecido apenas duas semanas na aldeia, as conversas para a obtenção dos dados para este estudo foram importantes para perceber as reais necessidades dessa população.

Dessa forma, essa conclusão se consubstancia com a minha percepção e com as falas de uma população, caracterizada por seu envelhecimento e a falta de novos casais para terem filhos, sendo reconhecida pela diminuição no número de habitantes, devido à mudança para uma nova aldeia. O empreendimento que tinha como um dos objetivos fixar a população na região vê-se uma redução no número de habitantes, pelo menos, nas aldeias da Luz, Estrela e Alqueva aqui estudadas. Não há oportunidades para os mais jovens, que saem para cidades maiores em busca de emprego. Muitas das pessoas, que participaram do questionário já emigraram, porém agora regressaram para a aldeia.

Este presente estudo que pretendeu perceber a relação da população da Luz com a albufeira de Alqueva sob o ponto de vista da água trouxe o conhecimento de outros problemas que a população convive, além de saber sobre os objetivos aqui propostos. Mesmo a aldeia da Luz ser nova, com apenas 17 anos, há problemas visíveis de rede de sistemas de água – abastecimento e saneamento básico, que a população não imaginava ter. Há ruturas na rede de abastecimento, que quase já deixou a população sem água, e canos entupidos, causando mal cheiro dos esgotos, que necessitam de intervenções para repará-los formando buracos nas ruas.

Com isso, percebe-se que o processo de mudança ainda não terminou. Começou antes de a barragem fechar as suas comportas em 8 de fevereiro de 2002, iniciando o enchimento de sua albufeira (Saraiva, 2005; Wateau, 2008), e perpetua-se até aos dias de hoje com esses problemas fruto, como falado pela presidente da freguesia e a engenheira do ambiente, de uma má construção da nova aldeia.

Quem arca com esses reparos é a Câmara Municipal de Mourão, que gasta um elevado valor, porém repassa através do preço da água para a população da Luz, que paga caro por algo que preferia não ter. Segundo a Sr.^a Sara Correia, a garantia da obra da construção da nova aldeia por parte da EDIA terminou. Por isso, essa empresa já não tem mais responsabilidade sobre esses reparos na rede de abastecimento e saneamento básico.

Porém, a garantia de responsabilidade de um empreendimento como o de Alqueva nunca deve terminar por parte da empresa responsável, que precisa realizar um monitoramento constante da população que impactou socioambientalmente promovendo ações que amenizem os efeitos negativos causados aos moradores da Luz. Uma avaliação deve sempre ocorrer para a aldeia da Luz, pois a população passou por um processo em prol do desenvolvimento do Alentejo e a favor de Portugal, a fim de ter uma reserva estratégica de água e não estar dependente de Espanha (Wateau, 2014) quanto a disponibilidade desse recurso hídrico.

Com relação a isso, Portugal agora tem a albufeira de Alqueva que através de seu Sistema Global de Rega promoveu o desenvolvimento agrícola na região. Entretanto, paradoxalmente tem os maiores investimentos de empresários espanhóis para a cultura do olival de acordo com Wateau (2014), a Sr.^a Rute Vidigal e um morador que afirmou: “quem se beneficiou foi a Espanha”.

Uma análise constante também surge no sentido de recomendações para trabalhos futuros. Em que há oportunidades na área do ambiente, com a avaliação da qualidade da água de abastecimento proveniente dos furos de captação, que a população não bebe a água da torneira por ser muito calcária. Há ainda possibilidade de trabalhos para avaliar a qualidade da água da albufeira e do solo devido às plantações agrícolas superintensivas, principalmente de oliveiras. Na área das ciências sociais há oportunidades de aprofundar a avaliação do impacto social dessa mudança para a população da Luz. Tal como possibilidades de projetos sociais que envolvam os habitantes da aldeia promovendo o seu convívio social. Já na área das engenharias há oportunidades, nomeadamente para a construção civil devido aos problemas de ligações de esgoto e saneamento em razão da má construção da aldeia.

Os habitantes da aldeia reconhecem que agora tem melhores condições de habitação, as suas casas estão mais modernas, há na aldeia um museu, um pavilhão desportivo, que não havia na antiga aldeia. A Luz é com certeza uma aldeia bonita. Apesar das casas serem semelhantes como afirmaram alguns moradores parecendo um bairro social, pois na antiga Luz não havia uma casa igual a outra. Contudo, essa mesma população alega que o convívio social terminou. De acordo com a presidente Sara Correia, perderam a identidade, as tradições que tinham na outra aldeia como ir: aos poços, ao lavadouro, às hortas que ficavam fora de casa, fazendo com que as pessoas saíssem de suas casas encontrando-se pelas ruas da aldeia. Esse sentimento foi transmitido também pelos moradores nas conversas para o questionário. Muitos habitantes sentem falta da antiga aldeia, não sentindo essa nova aldeia como sendo a deles, que permitia um convívio social maior, que agora dizem terem perdido.

A Sr.^a Sara Correia, reforça que “a vontade de convívio e da participação nas atividades da comunidade é muito menor (...) nós não conseguimos mesmo inventemos aquilo o que inventemos, nós não conseguimos fazer com que as pessoas adiram”. De facto, participei de duas festividades na aldeia – a Feira das Flores e dos Sabores e a Procissão das Velas pela celebração de Nossa Senhora de Fátima; e no início desses dois momentos de convívio haviam poucas pessoas. Na noite de sábado, em que teve a atuação de um grupo popular, e na tarde do domingo, com o espetáculo dos grupos de corais, em decorrência da Feira das Flores e dos Sabores, reuniram mais pessoas vindas de outras aldeias.

Segundo a presidente por muito que queiram reunir as pessoas não conseguem, pois o processo de mudança trouxe demasiadas marcas tanto a nível pessoal quanto de território que não se conseguiram ultrapassar. Como a engenheira do ambiente disse aos poucos as pessoas começaram a perceber a nova aldeia da Luz como sendo a deles, pois de início elas não se sentiam bem por haver muitas memórias da antiga. Com o passar dos tempos as pessoas estão se acostumando com uma condição que lhes foram imposta, pois a população não queria se mudar como revelou a presidente Sara Correia.

A população da Luz preferia também o rio Guadiana. Sentem falta dele e em consequência também lembraram da antiga aldeia como revelou o Sr. Horácio Guerra: “esta nunca vai ser a aldeia que eu nasci. Tinha paixão pelo rio desde miúdo”. Assim como ele grande parte dos habitantes disseram, incluindo a engenheira do ambiente, que havia mais tradições com o rio Guadiana, reunindo mais as pessoas para momentos de convívio e de lazer. Mesmo tendo muito mais água do que tinham os recantos nas proximidades do Guadiana, como o moinho e o Castelo da Lousa, eram um dos principais pontos de lazer para a população da Luz.

Pelo processo que a população da Luz passou, como disse a Sr.^a Sara Correia, era justificável ser construída na aldeia infraestruturas que promovessem o lazer e viabilizassem o turismo, que movimentaria a economia da aldeia criando oportunidades de emprego, principalmente para os mais jovens, fixando-se assim na aldeia.

Alqueva foi considerada como um mito para alguns autores, como Melo (2009), que conheceram de perto a sua história. Como não vivenciei o processo de sua construção, para mim Alqueva é uma contradição. Porque ao olhar a imensidão de água em que há em sua albufeira, de facto deixa a paisagem bonita com os campos verdes, devido às plantações agrícolas de olivais e vinhas. Apesar do olival ser intensivo e certamente algumas culturas fazerem o uso de fertilizantes, impactando na qualidade do solo e da água.

O outro contraponto é que Alqueva causou uma desmatção em áreas de preservação de espécies ameaçadas (Melo, 2009) e o deslocamento da população da Luz. Porém, com certeza, foi por causa de Alqueva que tive a felicidade de conhecer a bonita aldeia e população da Luz, que tanto entendimento a respeito do processo de mudança me transmitiram. A nova aldeia é muito bonita, mas há uma tristeza no ar ao ver suas coloridas casas fechadas e a sua população recolhida nelas.

As pessoas da Luz me receberam muito bem, sendo acolhedoras, disponíveis e me ajudando na minha socialização na aldeia. Fizeram-me sentir luzense, pois até uma casa só para mim eu tinha. Como eu também tinha quase uma rotina de morador indo à Padaria Grilos de manhã, ao minimercado para comprar alimentos para fazer a minha comida e, especialmente na segunda semana indo às reuniões do terço na Igreja do Sagrado Coração de Jesus no fim de tarde, em que depois ficava um pouco sentada no banco do Largo ouvindo os pássaros da aldeia. Mas, nos relatos dos moradores havia uma certa melancolia, uma triste saudade da antiga aldeia, que está viva na memória e no coração dessas pessoas. Até mesmo entre os mais jovens, que poderiam ser mais positivos com a mudança por terem uma aldeia nova e serem crianças naquela que a água engoliu.

Obrigada a todas as pessoas da aldeia da Luz por terem permitido e contribuído para o desenvolvimento deste meu estudo, com o levantamento dos dados, participação no questionário e sobretudo pela abertura para contarem sobre um passado tão presente. "Sem um toque de paixão pode não ter fôlego o suficiente para manter o esforço necessário a conclusão do trabalho ou limitar-se a realizar um trabalho banal" (Bogdan & Biklen, 1994, p. 86). Espero que de alguma forma este estudo, que desenvolvi com paixão especialmente ao ter conhecido à população da Luz, possa contribuir para melhorias sociais e de infraestruturas na aldeia. Que deixe de ser uma "aldeia fantasma", como muitos moradores relataram, e reconstruam o convívio social perdido. Que as crianças da escola da Luz, que participaram da atividade com tanto entusiasmo, possam ter oportunidades de emprego na aldeia, para manterem-se na Luz, e desenvolverem ações que permitam o convívio social e tragam alegria à Luz. Concordo, com a presidente Sr.^a Sara Correia e o ex-presidente Sr. Francisco Oliveira, que merecem, e desejo também um "futuro mais risonho" para a população da Luz.

6. Referências bibliográficas

Como norma de referência esta dissertação de mestrado segue a American Psychological Association (APA) 6ª edição.

ALOP. (nd). Portal do Alentejo Observation and Prediction systems. Acedido a 8 de janeiro, 2019. Disponível em <http://www.alop.ict.uevora.pt/>

Alqueva Summer School. (nd). Portal do Alqueva Summer School. Acedido a 8 de janeiro. Disponível em <http://www.alop.ict.uevora.pt/alquevasummerschool/>

Amieira Marina. Aldeia de Alqueva. Acedido a 06 de janeiro, 2019. Disponível em https://www.amieiramarina.com/assets/files/places/downloads/alqueva_pt.pdf

André, M. E. D. A. (2009). *Etnografia da prática escola*. São Paulo, Brasil: Papirus Editora.

APA. (2018). Portal da Agência Portuguesa do Ambiente. *As barragens em Portugal*. Acedido a 12 de dezembro, 2018. Disponível em <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=31&sub3ref=1285>

Bell, J. (1993). *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa, Portugal: Gradiva.

Bettencourt, P., Fulgêncio, C., Grade, M., Alcobia, S., Monteiro, J. P., Oliveira, R., Leitão, J. C., Leitão, P. C., Fernandes, P. A., Sousa, S., Brites, S., Fernandes, J., Simões, J., Scarton, M., Santiago, E., Aguiar, R., Giffoni, M., Melo, F., & Paes, A. C. (2016). Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio São Francisco. In *Revista Recursos Hídricos*, 37(1), 73–80. Disponível em <https://doi.org/10.5894/rh37n1-cti3>

Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Disponível em https://www.academia.edu/6674293/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_em_educacao

Bosshard, P. (2014, Maio). Dez coisas que você deveria saber sobre barragens. *International Rivers*. Acedido a 05 de dezembro, 2018. Disponível em <https://www.internationalrivers.org/pt-br/resources/dez-coisas-que-voc%C3%AA-deveria-saber-sobre-barragens-8326>

CADC. (2014). Portal da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira. Bacia Hidrográfica do Guadiana. Acedido a 11 de dezembro, 2018. Disponível em <http://www.cadc-albufeira.eu/pt/cuencas-hidrograficas/cuenca-guadiana/>

Câmara Municipal de Moura. (2019). Póvoa de São Miguel. Acedido a 3 de janeiro, 2019. Disponível em <http://www.cm-moura.pt/povoa-de-sao-miguel/#>

Câmara Municipal de Mourão. (2014). Junta de Freguesia de Luz. Acedido a 2 de janeiro, 2019. Disponível em http://www.cm-mourao.pt/pt/site-municipio/juntas_freg/Paginas/Junta-de-Freguesia-de-Luz1126-4675.aspx

Câmara Municipal de Portel. (2013). Freguesia de Alqueva. Acedido a 06 de janeiro, 2019. Disponível em <http://www.cm-portel.pt/pt/site-municipio/freguesias/uniao-freguesias-amieira-alqueva/freguesia-de-alqueva/Paginas/list.aspx>

Camelo, J. V., F° (2005). A dinâmica política, econômica e social do rio são francisco e do seu vale. In *Revista do Departamento de Geografia*, 17, 83 – 93. Disponível em <https://doi.org/10.7154/RDG.2005.0017.0006>

- Censos. (2009-2014). Portal do Recenseamentos da População e Habitação. População residente em 2001 e 2011, segundo os grupos etários e sua evolução entre 2001 e 2011. In Instituto Nacional de Estatística (INE). Acedido a 3 de janeiro, 2019. Disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros
- Cervo, A. L. & Bervian, P. A. (1983). *Metodologia científica: para usos dos estudantes universitários*. São Paulo, Brasil: McGraw-Hill.
- CICES (2019). Portal da Common International Classification of Ecosystem Services. Acedido a 18 de abril, 2019. Disponível em <https://cices.eu/>
- CIMAC. (2014). Portal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. *Alentejo Central*. Acedido a 10 de dezembro, 2018. Disponível em <http://www.cimac.pt/pt/alentejo-central>
- Carmo, M. F., & Cravo, P. (2005). As aldeias ribeirinhas da área do regolfo da barragem de Alqueva: uma aposta no turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, II, 131-140. Disponível em <https://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=30780>
- EDIA. (2017a). Portal da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.. *Relatório de Sustentabilidade 2017*. Acedido a 15 de janeiro, 2019 Disponível em https://www.edia.pt/wp-content/uploads/2019/05/relatorio_sustentabilidade2017.pdf
- EDIA. (2017b). Portal da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.. *Massas de Água de Alqueva: uma nova realidade territorial 1ª fase*. Acedido a 6 de abril, 2019. Disponível em https://www.edia.pt/wp-content/uploads/2019/05/PublicacaoMassasAgua_07032018.pdf
- EDIA. (2018). Portal da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.. *Anuário Agrícola de Alqueva 2018*. Acedido a 6 de abril, 2019. Disponível em https://www.edia.pt/wp-content/uploads/2019/05/anuario_agricola-alqueva_2018.pdf
- EDIA. (2019a). Portal da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.. Acedido a 2 de janeiro, 2019. Disponível em <https://www.edia.pt/pt/>
- EDIA. (2019b). Portal da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.. *Valores naturais*. Acedido a 2 de janeiro, 2019. Disponível em http://www.edia.pt/biodiversidade/biodiversidade/home_pt.html
- EDIA. (2019c). Portal de Alqueva. Acedido a 31 de julho, 2019. Disponível em www.alqueva.com.pt
- Feio, M. J. & Teixeira, Z. (2019). Alterações globais dos rios: pressões antropogénicas e alterações climáticas. M. J. Feio & V. Ferreira (Eds.), *Rios de Portugal: comunidades, processos e alterações* (pp. 313 – 334). Disponível em https://doi.org/10.14195/978-989-26-1624-7_13
- Feio, M. J., Almeida, S. F. P., Aguiar, F. C., Oliveira, J. M. & Hughes, S. J. (2019). Monitorização ecológica dos rios portugueses. M. J. Feio & V. Ferreira (Eds.), *Rios de Portugal: comunidades, processos e alterações* (pp. 335 - 358). Disponível em https://doi.org/10.14195/978-989-26-1624-7_14
- Ferreira, V., Canhoto, C., Pascoal, C. & Graça, M. A. S. (2019). Processos ecológicos e serviços. M. J. Feio & V. Ferreira (Eds.), *Rios de Portugal: comunidades, processos e alterações* (pp. 281 – 312). Disponível em https://doi.org/10.14195/978-989-26-1624-7_12
- Fórum Netxplica. (2006, Março 14). Barragem de Alqueva construída em zona sísmica? Acedido a 7 de janeiro, 2019. Disponível em <http://forum.netxplica.com/viewtopic.php?t=1779&sid=055e7b9a41ce2dcc47e127131287f8a>

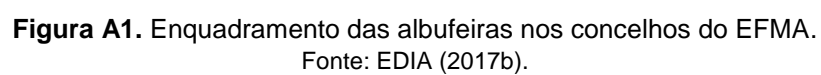
- G1 Minas. (2019, Fevereiro 25). Brumadinho: um mês após tragédia da Vale, famílias das vítimas fazem manifestação na cidade. Acedido a 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/25/brumadinho-um-mes-apos-tragedia-da-vale-familias-das-vitimas-fazem-manifestacao-na-cidade.ghtml>
- G1. (2019, Janeiro 25). Há 3 anos, rompimento de barragem de Mariana causou maior desastre ambiental do país e matou 19 pessoas. Acedido a 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/ha-3-anos-rompimento-de-barragem-de-mariana-causou-maior-desastre-ambiental-do-pais-e-matou-19-pessoas.ghtml>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Disponível em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>
- Gomes, M. (2015, Março 18). Males causados por barragem podem ser reparados por governo. Acedido a 14 de dezembro, 2018. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/noticia/males-causados-por-barragem-podem-ser-reparados-por-governo>
- Gómez-Baggethun, E., Groot, R., Lomas, P. L., & Montes, C. (2009). The history of ecosystem services in economic theory and practice: From early notions to markets and payment schemes. *Ecological Economics*, 69 (2010), 1209 – 1218. Acedido a 18 de abril de 2019. Disponível em https://www.cepal.org/ilpes/noticias/paginas/7/40547/the_history_of_ecosystem.pdf
- Graça, M. A. S., Cortes, R. M. V., Ferreira, V. & Feio, M. J. (2019). Introdução. M. J. Feio & V. Ferreira (Eds.), *Rios de Portugal: comunidades, processos e alterações* (pp. 19 – 28). Disponível em https://doi.org/10.14195/978-989-26-1624-7_1
- INE. (n.d.). Portal do Instituto Nacional de Estatística. Anuário Estatístico de Portugal de 2017. (2018). Acedido a 06 de dezembro, 2018. Disponível em https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=320469310&PUBLICACOESmodo=2
- INE. (n.d.). Portal do Instituto Nacional de Estatística. *Estatísticas Demográficas 2017*. (2018). Acedido a 06 de dezembro, 2018. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=348174760&PUBLICACOESmodo=2
- Janeiro, C., Melo, J.J. (2004). Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva: a avaliação de impacto ambiental como ferramenta para reformar um empreendimento problemático. In: *Conferência Nacional de Avaliação de Impactes* (CNAI'04) (pp:12). APAI, Aveiro, 3-5 novembro 2004. Disponível em http://rioslivresgeota.org/wp-content/uploads/2016/09/2004CNAI_Alqueva_AIA.pdf
- Lima, J. L. M. P., Lima, M. I. P., Rodrigues, R. (2019). Hidrologia. M. J. Feio & V. Ferreira (Eds.), *Rios de Portugal: comunidades, processos e alterações* (pp. 29 – 49). Disponível em https://doi.org/10.14195/978-989-26-1624-7_2
- Lüdke, M. & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo, Brasil: EPU.
- Luna, S. V. (1998). *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC.
- MAAT (2019). Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (MAAT), Parte da exposição da Central (Fundação EDP).

- Mainardes, J., & Marcondes, M. I. (2011). Reflexões sobre Etnografia Crítica e suas implicações para a pesquisa em Educação. *Educação e Realidade*, 36 (2), 425-446. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/17004>
- Martins, I. M., & Matoso, M. (2011). O que ves dessa janela? Museu da Luz/ EDIA
- Melo, J. J., & Janeiro, C. (2005). Alqueva dam and irrigation project: hard lessons learned from good and bad assessment practice. IAIA'05 – Proc. International Association for Impact Assessment annual meeting. Cambridge, Massachusetts, USA, 31 May-3 June 2005. Disponível em https://www.academia.edu/6555419/Alqueva_dam_and_irrigation_project_hard_lessons_learned_from_good_and_bad_assessment_practice
- Melo, J. J. (2009). Alqueva: alegrias e frustrações da mais emblemática obra pública portuguesa do séc. XX. In L.V., J. A & J. Martins (Eds.), *Cidadãos pelo ambiente: Conservação da Natureza e Biodiversidade em Portugal* (pp. 125-131). Lisboa, Portugal: Esfera do Caos Editores.
- Melo, J. J., Chainho, P., Fráguas, B., Santos, P. T., & Patacho, D. (2010). A barragem do Baixo Sabor: um caso de má aplicação da avaliação de impactes ambientais. In *CNAI'10, 4a Conferência Nacional de Avaliação de Impactes*, 20 a 22 Out'10, Vila Real, Portugal. (pp. 12). Disponível em https://www.fc.up.pt/pessoas/ptsantos/artigos/meloetal2010BarragemBaixoSaborImpactes_CNAI.pdf
- Mesquita, M., Neves, J. & Silva, L. (2016). Desenvolvimento sustentável comunitário em ato. In XVIII Encontro da Rede de estudos Ambientais em Países de Língua portuguesa – Transformando nosso mundo: A REALP no caminho para 2030. 14th to 17th, November - Universidade de Maputo. GT4 Metodologia de Pesquisa em Etnomatemática – 15nd November. Maputo / Moçambique. Acedido a 10 de setembro, 2019. Disponível em <http://www.reaplp.uevora.pt/content/download/767/3552/file/Actas%20do%20XVIII%20Encontro%20da%20REALP.pdf>
- Miranda, P. M. A., Abreu, F., Salgado, R. (1995). *Estudo de Impacte Ambiental do Alqueva: Clima*. Acedido a 11 de dezembro, 2019. Disponível em https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/18477/1/Miranda_et_al_1995_alqueva%20completo.pdf
- Museu da Água (2019). Lisboa, Portugal.
- Museu da Luz (2019). Portal do Museu da Luz. Disponível em <http://www.museudaluz.org.pt>
- Nações Unidas no Brasil (nd). Portal das Nações Unidas no Brasil. Agenda 2030. Acedido a 8 de março, 2019. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>
- O Estado de S. Paulo. (2019, Fevereiro 01). Brumadinho: o que já se sabe sobre o rompimento da barragem da Vale. Acedido a 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brumadinho-o-que-ja-se-sabe-sobre-o-rompimento-da-barragem-da-vale,70002700388>
- ONGA. (2001). Proposta de Enchimento Faseado da Albufeira de Alqueva a partir da Cota 139. Documento apresentado à Comissão de Acompanhamento das Infraestruturas de Alqueva (CAIA) pelos representantes das ONGA em Setembro de 2001
- Pedroso, N. (2009). Alqueva: outras vistas da barragem. In L.V., J. A & J. Martins (Eds.), *Cidadãos pelo ambiente: Conservação da Natureza e Biodiversidade em Portugal* (pp. 132-134). Lisboa, Portugal: Esfera do Caos Editores.

- Pinto, B. C. L. M. C. T. G. (2003). *Participação, informação e comunicação nos processos de decisão pública: o caso Alqueva*. (Master's thesis, Universidade Nova de Lisboa). Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/6164>
- Pinto-Coelho, R. M. & Havens, K. (2015). *Crise nas águas: ciência e governança juntos evitando conflitos gerados pela escassez e pela perda da qualidade das águas*. Belo Horizonte, Brasil: Recoleo Coleta e Reciclagem de Óleos Editora. Disponível em https://www.academia.edu/9564059/Crise_nas_%C3%81guas._Educa%C3%A7%C3%A3o_ci%C3%A4ncia_e_governan%C3%A7a_juntas_evitando_conflitos_gerados_por_escassez_e_perda_de_qualidade_das_%C3%A1guas._Rec%C3%B3leo_Editora_Belo_Horizonte_MG_.ISBN_978-85-61502-05-8_162_pgs
- Piterman, A. & Greco, R. M. (2005). A água: seus caminhos e descaminhos entre os povos. *Revista APS*, 8 (2), 151 – 164. Disponível em <http://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/agua.pdf>
- PORDATA. (n.d.). Municípios. Acedido a 10 de dezembro, 2018. Disponível em <https://www.pordata.pt/Municipios>
- Público. (2015, Julho 20). Antiga escola da aldeia de Alqueva, no Alentejo, transformada em hostel. Acedido a 8 de janeiro, 2019. Disponível em <https://www.publico.pt/2015/07/20/p3/noticia/antiga-escola-da-aldeia-de-alqueva-no-alentejo-transformada-em-hostel-1823955>
- Rodrigues, S. A. B. (2014). *Alqueva e Foz Côa: as memórias e o espaço – contributos cinematográficos* (Master's thesis, Universidade de Évora). Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/14988>
- Romão, D. A. B. (2015). *Alterações do uso e ocupação do solo e seus efeitos no fornecimento de serviços de ecossistemas. Caso de estudo do Algarve*. (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Rosa, R., Dias, M. G., & Vieira, E. J. (2015). *Aldeia da Estrela: sociologia e arquitectura ao serviço de uma população*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/22472>
- Roteiro do Alqueva. Aldeia de Alqueva. Acedido a 06 de Janeiro, 2019. Disponível em <http://www.roteirodoalqueva.com/aldeias-ribeirinhas/alqueva>
- Sans, J. S. (2010). *Participação social na gestão dos recursos hídricos: Olhar sobre o conflito da barragem do Baixo Sabor* (Master's thesis, Universidade Nova de Lisboa). Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/5106>
- Saraiva, C. (2005). *Luz e Água. Etnografia de um Processo de Mudança*. Beja, Portugal: Museu da Luz/ EDIA.
- Saraiva, C. (2007). Um museu debaixo de água: o caso da Luz. *Etnográfica*, vol. 11 (2), 441-470. Disponível em <http://etnografica.revues.org/2013>
- Sigaud, L. (1986). Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos económicos e tecnológicos, sociais e ambientais*. Disponível em <http://www.ppgasmn-ufri.com/uploads/2/7/2/8/27281669/c9.pdf>
- Silva, A. C. M. (2004). Primeiras proposições a cerca dos fenômenos naturais: a constituição de um pensamento científico no seio da Escola de Mileto. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, (16), 145 – 152. doi: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2004.73961

- Teixeira, J. (2009). Plataforma Sabor Livre contra a barragem do Baixo Sabor. In L.V., J. A & J. Martins (Eds.), *Cidadãos pelo ambiente: Conservação da Natureza e Biodiversidade em Portugal* (pp. 132-134). Lisboa, Portugal: Esfera do Caos Editores.
- Thomas, J. (1993). *Doing Critical Ethnography*. London, England: Sage Publications.
- Thomé, R., & Lago, T. M. O. (2017). Barragens de rejeitos da mineração: o princípio da prevenção e a implementação de novas alternativas. In *Revista dos Tribunais*. Revista de Direito Ambiental: RDA, São Paulo, v. 22, n. 85, p. 17-39, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/108577>
- Veiga, B., Duarte, L., & Vasconcelos, L. (2008). A Barragem do Alqueva para quem? Por uma contextualização pluridimensional do desenvolvimento no Alentejo - Portugal. In *IV Encontro Nacional da ANPPAS* (pp: 19). Brasília: Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS. Disponível em www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT12-376-513-20080518172237.pdf
- Wateau, F. (2008). Barragem e participação pública em Alqueva. Um exemplo português de concertação? In C. T. S. & X. X. Neira (Eds.), *Água e sustentabilidade. Enfoques para uma nova política de águas*. (pp: 11–15). Lugo: Universidad de Santiago de Compostela, Vicerreitoria de Cultura. Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00510022/document>
- Wateau, F. (2014). *Querem fazer um mar: ensaio sobre a barragem de Alqueva e a aldeia submersa da Luz*. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais (ICS).
- Werneck, G. & Ribeiro, L. (2019, Fevereiro 26). Lama da barragem de Brumadinho já afetou abastecimento de água em 16 municípios. *Estado de Minas*. Acedido a 26 de Fevereiro de 2019. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/26/interna_gerais.1033727/lama-da-barragem-ja-afetou-fornecimento-de-agua-em-16-municipios.shtml

Anexo A – Enquadramento das albufeiras nos concelhos do EFMA



Anexo B – Comparação do impacto em função do nível máximo de operação escolhido

Tabela B1

Comparação do impacto em função do nível máximo de operação escolhido

Cotas de operação	152 (m)	147 (m)	139 (m)
Área inundada	250 km ²	182 km ²	n.i.
Área inundada poupada		68 km ²	130 km ²
Destruição da galeria ripícola do vale do Guadiana, em Portugal, a montante do Alqueva	100%	80%	50%
Destruição da associação vegetal <i>Myrto-Quercetum rotundifoliae</i>	50% da área nacional 30% da área mundial	20% da área nacional 12% da área mundial	valores mais baixos que a cota 147 m
Destruição da associação vegetal <i>Genistetum polyanthi</i>	50% da área nacional 40% da área mundial	2% da área nacional	n.i.
Desaparecimento de centenas de sítios arqueológicos	Sim	n.i.	n.i.
Cumprimento da reserva estratégica	Sim	Sim	n.i.
Ano em que o nível de água é necessário para a irrigação, de acordo com a regra de garantia de 3 anos (cenários oficial, otimista e pessimista)	Oficial: 2031 Otimista: nunca Pessimista: nunca	Oficial: 2017 Otimista: 2024 Pessimista: nunca	n.i.

Nota. n.i. não informado.

Fonte: Melo & Janeiro (2005); Janeiro & Melo (2004); ONGA (2001) adaptado por Marianne Lopes de Moraes.

Anexo C – Entrevista com a Sr.^a Sara Maria Vidigal Correia, presidente da Junta de Freguesia de Luz

Pauta da entrevista para a dissertação de mestrado.

Tema: Aldeia da Luz pós Alqueva: a relação da população com a albufeira sob o ponto de vista da água

Entrevistado: Sara Maria Vidigal Correia

Cargo: Presidente da Junta de Freguesia de Luz

Data: 6/5/2019

Horário: 11h50

Local: Junta de Freguesia de Luz

1. Há quanto tempo está como Presidente da Junta de Freguesia de Luz?
2. Qual é o perfil socioeconómico dos habitantes da aldeia da Luz?
3. A água da albufeira abastece a aldeia?
4. A água da albufeira de Alqueva é usada para a rega agrícola da aldeia?
5. A aldeia da Luz possui uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)? Para onde vai a água depois de tratada?
6. Há problemas de saneamento na aldeia? As obras feitas para este fim estão a atender as necessidades da população?
7. A população usa a albufeira para atividades de lazer? Há uma praia fluvial?
8. Alqueva trouxe benefícios sob o ponto de vista da água, quanto ao abastecimento, a rega e o lazer, para a população da Luz?
9. Como considera a qualidade da água de Alqueva? Está poluída?
10. A proximidade com a água assusta a população da Luz?
11. Quais são as suas perspetivas para o futuro quanto ao abastecimento, rega e o lazer para a população da Luz relativo a Alqueva?
12. Fale em uma palavra, frase: Minha aldeia pós Alqueva é/está...

Transcrição da entrevista para a dissertação de mestrado

Investigadora pede permissão para gravar.

Investigadora: Seis de maio entrevista com a Sr.^a Presidente Sara.

Investigadora: Sara, há quanto tempo está como Presidente da Junta de Freguesia de Luz?

Presidente: Desde outubro de 2013. Portanto, há seis anos. Fará sete.

Investigadora: Qual é o perfil socioeconómico dos habitantes da aldeia da Luz?

Presidente: Sim. Está bem. O perfil socioeconómico como? Como é que...

Investigadora: Quantos são os habitantes...

Presidente: Ok. Nós temos cerca de 320 mais ou menos. Mais ou menos. Eu não consigo dar essa informação mais precisa, mas em 2015 fizemos esse levantamento e tínhamos 320 qualquer coisa habitantes.

Investigadora: Está bem. Houve uma redução...

Presidente: Houve. Infelizmente houve uma grande descida na mudança da aldeia daquilo que eu tenho visto escrito eu não sei se eram 360, 380. Estávamos mais perto dos 400. Com a mudança da aldeia eu tenho certeza de que na Luz na antiga aldeia fomos mais que 400, mas que de determinada altura para frente, mais ou menos em 95 e uns anos antes de fecharem as comportas, quando se tem a certeza de que a barragem ia ser feita as pessoas passaram a ser proibidas de construírem, de melhorar casas, de fazer obras, grandes obras. As pessoas passaram a ser proibidas para que depois não precisassem a ser compensadas de acordo com o que tinha acabado de fazer lá e então houve muitos casais novos que foram para frente de Monsaraz e Mourão que foram embora. Casaram-se e foram embora. E depois não só porque também é um sentido infelizmente do Alentejo e do interior de decrescer, mas a mudança teve influência porque não só a dificuldade da mudança do processo, como a dificuldade de adaptação ao novo local e houve uma grande perda de casais. Isto mais ou menos até, mais ou menos 2011, 2013. Houve um decréscimo. Nós tivemos seguramente entre 320 habitantes. Ali na altura daquela crise nacional, que o país passou houve talvez uma pequena ascendência. Não suficiente para compensar o que perdemos, mas houve talvez dez, doze casais que regressaram e se fixaram. Entre o regressar e fixar aqui houve talvez uma pequena ascendência também pela conjuntura económica do país, que aqui é mais barato viver do que em uma cidade grande. A maior parte deles viviam na casa dos pais ou de familiares que não teriam que pagar renda e portanto houve uma curva um pouquinho ascendente. Pouco, mas houve uma ligeira ascendência.

Investigadora: Eu reparei lendo que muitos foram emigrados e alguns também regressaram.

Presidente: Sim. Sim. É também uma característica, penso também, a nível nacional. Houve uma altura no passado que muita gente emigrou e aqui na Luz também. Agora temos muito poucos emigrantes. Temos dois casais novos, que emigraram agora em 2014, mas aquele volume grande emigrantes que havia antes já não há.

Investigadora: E de idosos depois esses números...

Presidente: Conseguimos ali. De faixa etária talvez esse levantamento conseguimos...

Investigadora: E das atividades económicas também. Quais são as principais...

Presidente: A principal aqui é a agricultura. É... não me recordo nenhuma portanto é a agricultura essencialmente. É verdade é que a barragem trouxe isso também. Houve aqui também... sempre se viveu da agricultura na Luz. Sempre desde sempre. A diferença agora é que há mais capacidades a nível da água e enfim há aqui grandes agricultores.

Investigadora: Mas eles são da Luz? Da aldeia?

Presidente: Nós temos um agricultor que é jovem que foi com essa situação da barragem que ele adquiriu e arrendou muitos olivais e vinhas. Mas é mesmo da terra. Ele tem talvez o maior. Depois temos mais dois ou três grandes. Apesar de toda a gente ter um bocadinho. Toda a gente tem um bocadinho. Há alguns que tem animais também dois ou três grandes também que tem animais. E depois houve também a compra por parte de grandes empresas, por exemplo de olival aqui a Oliveira da Serra, que é uma grande empresa de azeite, produtora de azeite. Comprou uma grande quantidade de olival e portanto também veio aproveitar a barragem, a água.

Investigadora: Sim. Sim. Está bem.

Presidente: Mas é a principal atividade económica.

Investigadora: Depois também volto nesta questão. Agora falando da água se ela abastece a aldeia. A água da albufeira abastece a aldeia?

Presidente: Não. Não. Não.

Investigadora: O que eu li é que a água...porque eu falo isso, porque a EDIA trabalha o tripé do abastecimento...

[pausa na gravação devido a um telefonema]

Investigadora: A água da albufeira não abastece a Luz...

Presidente: A população...

Investigadora: ... população.

Presidente: Não. A população é abastecida por furos d'água. Portanto por perfurações que captam a água. A água da barragem abastece a nível da agricultura.

Investigadora: Então na rega para a agricultura.

Presidente: Na rega sim. Exatamente.

Investigadora: Está bem. Essa pergunta de abastecimento da população, porque quando eu li, fiz a leitura no site da EDIA tem até uma parte em que eles falam que Alqueva é uma terra de água, uma terra de oportunidades para fazer a relação também com o meu que é o ponto de vista do abastecimento, rega e o lazer do turismo, e isso eles também apontam, verificar se isso de facto é verdade...

Presidente: Se é verdade ou se é só marketing. É mais marketing *[risos]*...

Investigadora: E saber se o Alqueva serve para o abastecimento da população, mas não ocorre...

Presidente: Não é verdade.

Investigadora: Para a população da Luz.

Presidente: Não. É só mesmo para poste rústicos, para a rega. É só para o que é usado. A população da Luz é através de furos d'água. É abastecida por furos, por perfurações que vão captar água ao subsolo.

Investigadora: Está bem. Essa água quem que é responsável pelo tratamento?

Presidente: A responsabilidade em relação ao concelho é da Câmara Municipal, depois a Câmara Municipal contrata a Águas do Centro Alentejo.

Investigadora: Águas do Centro Alentejo.

Presidente: Exatamente. Depois monitoriza isso tudo.

Investigadora: Está bem. Já falou da rega...A aldeia da Luz possui uma Estação de Tratamento de Águas Residuais?

Presidente: Sim. Sim.

Investigadora: Então para onde vai essa água depois de tratada? Sabe-me dizer? Se vai para a albufeira...

Presidente: Não sei *[risos]* não sei, mas posso saber, mas posso tentar saber *[risos]*

Investigadora: Até no sábado teve a exposição, o lançamento da exposição e até antes também tinha ouvido uma notícia na notícia na rádio Campanário da Câmara Municipal de Mourão que fala que o saneamento da Luz havia problemas.

Presidente: Muitos.

Investigadora: e ela também falou isso na abertura.

Presidente: No Museu.

Investigadora: e eu até acabei notando no telemóvel a fala dela e depois no fim gostava também de conversar com ela se um tiver uma oportunidade. Porque eu acha que é isso 17 anos. Quase 17 anos em novembro e há problemas. Ela menciona isso.

Presidente: É. A Engenheira de Recursos Hídricos da Câmara é daqui da Luz.

Investigadora: Ah

Presidente: É a Rute. Ela também estava na caminhada. Também está aí no livro.

Investigadora: Ah a Rute. Vamos ver se é a Rute. Eu sei que tem uma Rute.

Presidente: Quase certeza.

Investigadora: É a Rute.

Presidente: É essa mesma. Exatamente *[risos]*.

Investigadora: Eu poderia conversar com ela?

Presidente: Certeza. De certeza.

Investigadora: Eu tenho uma lista de algumas pessoas.

Presidente: Certeza. De certeza.

Investigadora: Um agricultor que você falou...

Presidente: Sim. A Associação de Beneficiários da Freguesia de Luz é a associação dos agricultores.

Investigadora: Sim.

Presidente: Que um dos agricultores, dos jovens agricultores, que está aqui mais envolvido a nível de agricultura é o presidente dessa associação. É o Felipe.

Investigadora: Eu vi um vídeo. Eu assisti alguns vídeos sobre a Luz. Algumas entrevistas. E eu vi um rapaz que ele cultivava hortaliças, não é de vinha, não é de olival.

Presidente: De ser...são de ervas aromáticas. Será? Deve ser de ervas aromáticas, Zé Rui ou o Felipe. São irmãos que plantam aqui ervas aromáticas, fazem chá. São os Aromas da Lousa. Não são...Como é que eles se chamam? Agora aqui tem dois. Um é o Fernando. Ele tem estado aqui. Esse sim é o Aromas da Lousa. Ele também tem uma plantação de ervas aromáticas. O Zé Rui e o Felipe, são irmãos, tem trabalho em Évora são os...agora esqueci do nome...não vem...até nós...não me recordo, não sei...

Investigadora: Qual o nome do presidente da associação?

Presidente: Felipe Lourenço.

Investigadora: Eu poderia falar com ele. Ele é acessível...

Presidente: Sim. Sim. Eles tem o escritório da empresa ali naquela estrada da Praça de Touros onde ficam os casões agrícolas.

Investigadora: Sim. Sim.

Presidente: Ele tem o escritório de uma empresa aí nessa, nessa, nessa...nós até podemos dar o contacto.

Investigadora: Está bom.

Presidente: Com ele ou com a mulher dele. Mas pronto. Em relação às águas eu não sabia nada dessas coisas. De onde vem a água, nem como é que funciona. Agora já vou a sabendo. Sabendo também muito pelo mal funcionamento que as coisas tem. Mas como é sempre uma responsabilidade da Câmara, eu confesso que há coisas que eu não sei responder, e essa é um delas. Realmente não sei para onde vai a água depois de tratada. Não sei. Sinceramente não sei. Mas aquilo que se passa aqui, que a presidente falou, foi isso mesmo. Nós estamos com 17

anos de aldeia e quer a nível do abastecimento da água, portanto, quer a nível do saneamento, dos esgotos nós estamos muito muito mal servidos. Temos muitos problemas. Os esgotos muito entupido. Necessita de uma intervenção quase que de quinze em quinze dias. E se fizer uma caminhada pela... quer dizer já viu. Na caminhada viu. Pode não ter reparado, mas vê vários buracos na calçada. Ali na frente do pavilhão está um, no pavilhão desportivo está um. Ali na escola está mais um mais ou menos. No cruzamento está outro. Por quê? Por que existe uma má construção a nível de...dos sistemas da água, do abastecimento mesmo a população. Os materiais não ou são devidamente montados, roscados. Existe quase semanalmente uma rutura d'água que nos obriga a abrir buracos nas ruas, a fechar a água a população. Portanto, temos um grande problema. A Câmara falou isso, porque são eles que acarretam os custos, mas... Desde 2013 até agora por duas vezes tivemos o risco de ficar sem abastecimento de água a população. Portanto, sem capacidade de abastecer a população pela quantidade de água que se perde nas ruturas. E que não aparece. A água não aparece. E onde é que estão as ruturas? Dessas duas vezes: a primeira vez tivemos mesmo que ser abastecido por camião externo e dessa vez não chegamos a isso, mas veio uma equipa das Águas de Lisboa, que é a EPAL, com aparelhos próprios para fazer para detetar a fugas d'águas. Portanto, o que é um o valor de dinheiro que custa a Câmara. E eu estou a falar de uma aldeia nova. Por isso eu estou a te dizer...porque a responsabilidade disso é da EDIA. A EDIA foi quem construiu e que agora diz que já não tem responsabilidade porque a garantia da obra já passou e vamos ver. Vamos ver.

Investigadora: Já responde a próxima que é sobre o problema de saneamento. Agora a parte do lazer. A população usa a albufeira, a população da Luz usa para atividades de lazer?

Presidente: Pouquinho, alguns usam, né, há um pessoal novo que vai, vão ao cais tomar banho, alguns também vão a pesca não é. Depois há muita pouca gente que tem um barquito, que brincam né... agora não tem o impacto que teria e que...

Investigadora: A promessa que foi...

Presidente: A promessa que foi, o impacto que seria e a dimensão que se tem, né. A capacidade que tem de nos proporcionar essas atividades de lazer e de recreio é..., mas o que é certo é que não tem também porque... faz falta na Luz a infraestrutura ou algumas infraestruturas que convidem a que população aproveite a barragem...sei lá se falar de uma praia que não há não é... podíamos falar dos desportos, de eventualmente de alguns desportos, que se pudessem fazer aqui, mas que necessita de investimento ou que alguém queria, ou de um... de qualquer restauração junto a água que justificaria por exemplo. E então...a aldeia da Luz não tem capacidade para e algumas oportunidades que surgem.

Investigadora: E já surgiu algum?

Presidente: Já surgiu. Surgiu um com uma ideia muito gira, que eu particularmente...que valia muito a pena aproveitar, que era a ideia dele era fazer um parque de campismo e de caravanismo junto a água, mas ali com caravanas perto da água sem poderem estar. Caravanismo junto a

água e essa parte de lazer também. Quer da restauração, quer dos desportos a nível do caiaque junto a água. Portugal é assim nós temos imenso potencial, mas a lei não nos permite aproveitar o potencial da barragem. Portanto, existe um regulamento que foi feito ainda antes da barragem ser feita com os receios de que se pudesse para que se evitasse um boom de construção em volta da barragem proibiram-nos. Proibiram-nos. É o POAAP Plano de Ordenamento das Albufeiras de Pedrogão e... de Alqueva [A Sr.^a Sara Correia pesquisa na internet o nome correto do plano]. E portanto, Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e de Pedrogão, POAAP, e portanto, pronto, encaramos então com essas restrições e foi proibido o projeto e por isso não foi feito e foi apresentado a presidente da Câmara e apresentado a [...]^[49], que é uma comissão de Évora e pela Câmara Municipal. Assim ninguém quer construir longe da barragem. Onde se pode construir. Nas zonas onde se pode fazer campismo e caravanismo não é a volta da albufeira. A volta da albufeira não há um parque de campismo. Nas zonas onde se pode construir não interessa às pessoas construir, porque é longe da água, né, o que interessa é a água, né, e portanto, com a promessa da alteração desse plano, não de ser para perto...

Investigadora: A praia fluvial era uma promessa da EDIA...

Presidente: A EDIA tinha várias promessas a nível da aldeia da Luz. Eles se defendem dizem que nunca prometeram e se calhar podemos distinguir entre promessa e... [...]. Eles falavam-nos e ninguém aqui na Luz vai dizer o contrário. Toda a gente os ouvir dizer que...iria. O ex-presidente disse que há coisas escritas eu ainda não as conheço. Portanto, que haveria uma praia fluvial, que seria feita uma praia fluvial que seria feita uma marina, a marina que existe em... na Amieira.

Investigadora: Eu conheci ontem a praia fluvial em Mourão.

Presidente: Em Mourão foi feita pela Câmara Municipal de Mourão agora...

Investigadora: Também não foi feita...

Presidente: Não. Não. Foi feita agora. Pela Câmara Municipal agora há um ano ou dois. Há dois anos. A marina da Amieira que seria feita aqui. Portanto, era tudo manobras para facilitar a mudança de uma população que não queria sair. Eram conversas que eles faziam para dizer que nos iríamos mudar, mas iríamos mudar para melhor. E portanto tudo não passou de conversas, se calhar nunca houve efetivamente essa intenção, mas a população da Luz pelo processo que passou sabia que se senão houvesse situações desse género que nos garantissem que o turismo se mantinha nós não tínhamos condições de fazer nem a nível de autarquia nem a nível particular portanto a esse nível e era mais justificável a EDIA fazer já que estávamos a passar por esse processo em benefício de um Alentejo e de um país, né... Portanto era mais justificável. A empresa conseguiu a mudança e depois terminou [...]. Nós somos a única aldeia ribeirinha sem

^[49] [...] Áudio não possível de se identificar.

um parque de merendas feito pela EDIA, somos a única. Fizemos nós. Perto do Monte que fomos depois do museu. O que está ali.

Investigadora: Ah sim, sim perto do Monte dos Pássaros.

Presidente: [...] que foi feito junto com a população que apelava a memória, mas o que é certo é que se for ao Campinho, se for a Estrela, se for a Mourão todos tem um parque de merendas. Todos tem um parque de merendas. A Luz não. Também na altura a população se calhar a autarquia não estava preocupada com o parque de merendas. Estava preocupada que a mudança e a construção fosse feita de acordo com o que a população pretendia. E não acordaram possivelmente essas coisas.

Investigadora: [...] agora fazendo um coleta desses três pontos o Alqueva trouxe benefícios sob o ponto de vista da água, quanto ao abastecimento, a rega e o lazer, para a população da Luz?

Presidente: Não. Só para a rega. O lazer é uma coisa muito mínima. Que eu lhe...não posso dizer que aja, que tenha trazido o lazer para a população, porque não posso dizer que trouxe lazer para a população porque se é meia dúzia de pessoas que vai tomar banho, que faz uma pesca ou que tenha uma barquito e vai passear é uma franja pequenina da população, que aproveita muito pouco a barragem. Poderia dizer que havia o lazer se existisse aqui um barco ou o que os turistas viessem na Luz pelo lazer das águas, mas não há. Não há. Eu considero que o lazer não trouxe. A barragem do Alqueva para a população da Luz trouxe sim senhor a rega, muito bem, a rega, ainda que não seja para toda a população, porque nem toda a população tem a rega agrícola, não tem, a rega. Porque no quintal não há rega agrícola, porque no quintal das pessoas não há dessa rega, né com a água da barragem. Trouxe a rega sim senhor, essa água para as culturas e trouxe é... e trouxe essa paisagem d'água que nunca vi.

Investigadora: Sim

Presidente: A barragem do Alqueva à aldeia da Luz trouxe um pouco mais que isto.

Investigadora: Está bem.

Presidente: Um pouco mais que isto.

Investigadora: Eu gosto de água e da primeira vez que vi essa imensidão de água, as árvores, que era também muito olival na região onde eu visitei. Eu tive a oportunidade de visitá-la na aldeia Alqueva falei nossa que bonito. Quando eu cheguei na sexta-feira eu vim por Reguengos de Monsaraz de autocarro e passa no meio da albufeira...

Presidente: Sim. Sim.

Investigadora: e como eu venho de fora vendo essa imensidão de água, é um contraste. Foi uma alteração da paisagem.

Presidente: Muito grande. Muito grande. Era o Alentejo seco sem qualquer tipo de água. Passava o rio Guadiana muitas seco.

Investigadora: Era um fio d'água.

Presidente: Eu vi o rio Guadiana seco, sem água a passar. Portanto, era o rio Guadiana e a paisagem era toda seca, toda amarela, castanhos e portanto essa imensidão de água dá um contraste estranho, mas muito bonito sem dúvida. Eu acho que sim.

Investigadora: o rio Guadiana tinha momentos de seca?

Presidente: Tinha, tinha, passávamos anos muito secos. Nós tivemos anos muitos secos. Essas secas que agora se sentem a nível do país, foi um ano de seca extrema de muita dificuldade, nós aqui na Luz preocupamos com o país, mas nós nesse momento não temos seca, não temos perigo de seca, mas apesar de dizermos que a barragem estar muito abaixo daquilo que alguma vez esteve, mas não nos preocupamos com a seca. Temos uma imensidão de água louca, mas noutros anos sim. Houve anos que era possível atravessar o rio Guadiana. O rio Guadiana é grande, é imenso. O rio Guadiana é um dos maiores rio de Portugal.

Investigadora: Atravessar a pé você diz?

Presidente: Dava para atravessar a pé. Claro que sim. A grande necessidade da barragem também existe por isso. Era especialmente por isso. Havia grandes períodos de seca.

Investigadora: E você considera a água poluída? Qual a qualidade da água?

Presidente: Vamos lá ver. É assim...os estudos e os parâmetros da água segundo consta são bons. A qualidade da água teoricamente está boa, ela de aspeto não tem, ela de aspeto não tem nenhum de ser uma água limpa. Não vemos sujidade humana, não vemos, não vemos óleo, isso não vemos, não vemos sujidade humana, mas ficou muita coisa de baixo d'água. As comportas da barragem do Alqueva foram fechadas antes dos trabalhos ficarem feitos. As comportas da barragem são fechadas numa altura de eleições políticas em que o Governo Central cai após umas eleições autárquicas, eleições autárquicas é para freguesias e concelhos, e o primeiro-ministro, o partido dele, perdeu, teve uma grande desvantagem nas eleições e ele demitiu-se. Desse feito da demissão antes ele fechou as comportas. Foi a última coisa que ele fez. Fechar as comportas da barragem do Alqueva.

Investigadora: Elas foram fechadas...

Presidente: Em 2002. Nós mudamos em 2002. Começamos a mudar em 2002. Foi entre 2002.

Investigadora: No mesmo dia 8 de fevereiro de 2002. Nesta data...

Presidente: Fecham as comportas e a água começa a subir, e a água começa a subir. Portanto, nessa altura entra contra o relógio quer a nível da aldeia da Luz, da mudança, quer a nível de desmatção, porque era suposto o terreno que a água iria apanhar ficar limpo. E isso não se conseguiu. Não se conseguiu. Nós andamos de barco na barragem e não sabemos muito bem

o que está por baixo. Isso não se conseguiu. Destruíram a aldeia que isso era essencial, a aldeia da Luz era essencial que se destruí-se [...] a água. Era essencial destruir. Começa a destruir.

Investigadora: foram removidos os materiais

Presidente: Foram, terra planada veio uma equipa contrata pela EDIA para retirar, Ficou tudo limpo. Mas depois a vegetação toda a volta, os postes de eletricidade está tudo por debaixo. Acho que tem até fotografia dos postes. A água a subir e ver os postes dentro d'água.

Investigadora: É interessante para eu ver...

Presidente: É nós temos isso aí...

Investigadora: o castelo...

Presidente: o castelo, como o castelo ficou *[interrupção na gravação devido a um telefonema]* a mesma coisa aconteceu a nível da mudança. A mudança da freguesia não ocorreu dentro do que era espetável ocorresse. Porque as comportas são fechadas e a aldeia não está pronta. A aldeia da Luz não está pronta ainda para nós nos mudarmos. Então depois a solução da EDIA foi vamos dar dinheiro a população para que a população acabe de fazer aquilo que falta fazer, não é para ficar pronto mais depressa. [...] Depois o que é que se passou foi toda a gente tinha coisa para acabar em casa. E não dava para tudo. Então, a mudança iniciou-se em 2002 eu por exemplo já me mudei em fevereiro de 2003 um ano depois de fecharem as comportas. Eu já tinha... Eu estava a viver na Luz e a aldeia da Luz estava a ser destruída já...

Investigadora: Mas se... onde as pessoas foram morar neste tempo?

Presidente: Lá, lá. A aldeia estava a ser destruída e a minha casa continuava lá com as pessoas a viverem e a água ali na porta. É verdade. Eu e mais dois ou três casais porque não era possível mudar porque as coisas não estavam prontas, né. Não tinham pronto. E pronto e foi assim.

Investigadora: Até a questão da proximidade com a água. Eu fiz essa pergunta, porque assusta a população da Luz?

Presidente: Essa proximidade com a água não...

Investigadora: Eu tinha a ideia que estava mais próxima da aldeia e por um momento assim de uma chuva

Presidente: Não é fácil.

Investigadora: Hoje eu vejo que está um pouco mais afastada.

Presidente: Está mais afastada.

Investigadora: Está mais alta?

Presidente: Sim está mais alta. A aldeia está num ponto mais alto. Está afastada e porque mesmo em uma enchente grande a água ela não está circunscrita que vai enchendo ela sempre vai alagando. Ali na Estrela. Não sei se já viu a Estrela?

Investigadora: Eu não tive a oportunidade de ir lá. Só vi assim fotos de mapa.

Presidente: A Estrela tem uma proximidade muito grande da água. A Estrela tem a aldeia e ali ao fim do quintal está a água que a mim assusta. Eu acho que deve assustar a nível da enchente, mas ver as crianças a brincarem estão muito próximas da água. [...] Eles tiveram a vantagem de não terem que precisarem sair das casas deles, é bom...

Investigadora: Mas eles tiveram o cemitério também...

Presidente: Foi só no cemitério. Exatamente. Mas mantiveram as suas casas, conseguiram manter as suas casas. Por um lado é bom. Tiveram que alterar o cemitério. Mudou o nosso cemitério e mudou o da Estrela. Tiveram que alterar o cemitério. Mas...eu acho que...não vivo lá e nunca viverei, mas acho que com tantos [...] ali está muito próxima.

Investigadora: Se eu tivesse a oportunidade e gostava de ir lá ver.

Presidente: Vale a pena, vale a pena. Está muito bonita. Mas há uma zona ali na Estrela que olha e a água está ali.

Investigadora: A questão de saneamento eu perguntei, se aí para...porque num registro que eu li sobre a Estrela falava que deles sim. E eu gostava de ter essa percepção. Quais são as suas perspectivas para o futuro com relação ao abastecimento, rega e o lazer para a população da Luz relativo a Alqueva?

Presidente: Então é eu naturalmente eu tenho esperança. Eu tenho esperança principalmente a nível de lazer. Eu tenho esperança que exista um futuro mais risonho para a população e que apareça alguma forma das pessoas usufruírem da água que tem tão perto a nível do lazer. Agora existe aí um casal que vai viver, de uma empresa para aproveitar a barragem para desporto náutico, com canoa, vieram viver para a Luz estão a tratar disso. Parece que esta a se desenvolver. E eu acho que é importante. Eu acho que é muito importante para a população essa parte do lazer que eles possam que de certa forma compensar a nível de lazer, não queria referir-me ao lazer, mas de atividades agradáveis, que lhes possa dar gozo de ter aqui a barragem aqui perto. A nível da água não vai haver alteração nenhuma. E qual era a outra?

Investigadora: Da rega.

Presidente: A rega também. A rega está feita. Eu penso que melhor que isso não.

Investigadora: A água pode ser bebida da torneira? É segura para beber água da torneira?

Presidente: Sim. Sim. Sim. Vamos ver. A Câmara e quem trata a água diz que sim. Eu acho que não tem bom sabor. Não, porque tem, tem uns níveis de calcário eu acho que elevado. Não sei se sou eu. Os testes estão bons, mas a água é calcária e eu não gosto a nível do sabor eu não

gosto. Eu bebia água da torneira. Aqui eu não gosto do sabor, mas não faz mal. Teoricamente pelo que eles dizem. É potável. É possível de beber. Sim.

Investigadora: A minha última questão. Quando eu vim para cá eu fiz a inscrição, apliquei o projeto para o Museu para ficar na Residência do Museu. E a proposta que eu tinha feito, um título, porque é muito artístico e o meu é uma investigação e foi aceito. Eu fiquei muito contente. Seria Minha aldeia pós Alqueva. Do seu ponto de vista, a sua aldeia, em uma frase, um pensamento, o que é para você a Minha aldeia pós Alqueva?

Presidente: Hum...ah... a aldeia da Luz pós Alqueva é uma aldeia muito mais triste.

Investigadora: Ah sim...

Presidente: Não é possível fugir a essa situação. É...a nossa aldeia [...] aldeia era uma aldeia igual a todas as outras. É verdade. É verdade. Era. Mas a nível de população residente era que estava melhor, porque...não podemos ser, não vamos ser hipócritas [...] mas que realmente a nível habitacional a maior parte da população ficou melhor. Porque as casas são novas, são todas novas, apesar de muitos defeitos de construção que se reveem também as pessoas que reveem também os problemas de saneamento esses problemas também existem em casa e de outros, mas as pessoas eram muito mais felizes ali antes de acontecer o processo. Quer pessoas com muita idade quer amigos meus jovens que hoje tem 30 anos, mas na altura tinha 15...

Investigadora: Tinham a Associação de jovens...

Presidente: Exatamente. Nós tínhamos essa associação de jovens, mas associação de jovens extremamente ativa era...a aldeia da Luz... a minha aldeia se caracterizava por ser uma aldeia que a malta nova tinha que sair para estudar, mas que ansiava o fim-de-semana para regressar e que nós juntávamos todos e tínhamos não só atividades a nível de cultura quer de diversão para a população destinada a todos, mas também para nós. Era uma aldeia, que na associação tinha cerca de 30 associados e isso era bom. Numa aldeia tão pequenina isso era bom. E 30 associados ativos. Pessoas ativas. É...a aldeia da Luz agora é extremamente bonita. [...] a minha aldeia ao exterior é muito agradável de ficar, que é muito bonita, que tem paisagens fantásticas e tem, mas eu fui habitante da outra. E eu passei pelo processo como todos passaram se eu disser as pessoas que é uma aldeia muito bonita, as pessoas vão dizer eu fui mas não aparece lá ninguém. Eu não vi ninguém. E é verdade. Nós perdemos a identidade. Se não nos identificamos com essa aldeia, logo perdemos a identidade. E depois perdemos...e a perda de identidade manifesta-se de várias formas. Nós perdemos as tradições que tínhamos. Porque os locais não são os mesmos e é difícil adaptá-lo. Nós perdemos os hábitos do dia-a-dia porque era inevitável as pessoas iam à água, porque tinha fonte, iam aos poços, iam ao tanque lavar à roupa, o vídeo do Museu mostrava lá as senhoras e as pessoas tinham horta fora de casa. As pessoas saíam de casas buscar na horta as alfaces, as couves, e isso fazia com que a população saísse de casa. Depois era uma população mais envelhecida claro hoje não existem essas coisas e as condições em casa também são outras para as pessoas se manterem. E a vontade. A vontade de convívio e da participação nas atividades da comunidade é muito menor. Muito

menor. Nós não conseguimos. Nós não conseguimos mesmo inventemos aquilo o que inventemos, nós não conseguimos fazer com que as pessoas adiram. A vontade acabou a verdade é essa. Por muito que nós queiramos e eu sou muitas vezes quem diz já passou não há nada a perder. Por muito que nós queiramos nós não conseguimos. Porque as pessoas...mesmo sem precisar de dizer trouxe demasiadas marcas quer pessoais, quer a nível de território, que não se conseguiram, não estamos conseguir ultrapassar. E portanto é uma aldeia muito bonita. Não diria que é mais bonita que a outra porque para mim não é. Para mim não é. É uma aldeia muito bonita. É uma aldeia que acho que merecia sim senhora um futuro grande, porque já que nos sacrificamos por esse [...] um futuro grande e risonho, mas é uma aldeia que acho que está... eu acho...ou as coisas mudam a nível de investimento turístico, que eu acho que é por onde se passa e a população da Luz é atraída a ficar e a malta nova consegue através dessas novas oportunidades que possam surgir ficar aqui e residir e a trabalhar, para que nasça a nova geração, e a nova geração muda a mentalidade perceba que aqui tenha realmente potencial e coisas muito bonitas ou então a aldeia da Luz está condenada [...].

Investigadora: Tem uma pousada, casa de turismo de hospedagem para ficar?

Presidente: Aqui?

Investigadora: É

Presidente: Existem dois turismos rurais: é o Monte do Carneiro, que era um monte...eram montes que existiam na antiga aldeia, na freguesia. Não é mesmo aqui, mas é o Monte do Carneiro e o Monte da [...] que fica no caminho da Póvoa de São Miguel para frente. Esse são os dois turismos que existem, mas que tem algo, mas não...vamos ver aquelas pessoas não veem aqui [...] quanto muito venham ver, visitar e depois vão embora não tem o que fazer [...].

Investigadora: Sara muito obrigada.

Presidente: De nada. Ora essa.

Autorização de utilização de fotografia, imagem, som e nome

Eu, Sara Paula Vidigal Pereira
com o Cartão de Cidadão nº. _____, declaro que
autorizo a utilização de fotografias, imagens e som, bem como do meu
nome para o estudo etnográfico de Marianne Lopes de Moraes, aluna
no Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais (MGPA) da Faculdade
de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade NOVA de Lisboa
(UNL) e reservando a ela o direito de utilização destes conteúdos.
Declaro ainda que renuncio a quaisquer direitos ou compensações
que desta utilização possa eventualmente resultar.

Por ser verdade, e por nada haver a obstar, esta declaração vai ser
assinada por mim,

Luz, 6 de maio de 2019

Assinatura: Sara Paula Vidigal Pereira



Anexo D – Entrevista com a Sr.^a Rute Isabel Santana Vidigal, engenheira do ambiente da Câmara Municipal de Mourão

Pauta da entrevista para a dissertação de mestrado

Tema: Aldeia da Luz pós Alqueva: a relação da população com a albufeira sob o ponto de vista da água

Entrevistado: Rute Isabel Santana Vidigal

Cargo: Engenheira do Ambiente da Câmara Municipal de Mourão

Data: 7/5/2019

Horário: 14h00

Local: Junta de Freguesia de Luz

1. De onde vem a água que abastece a população da Luz?
2. Como está o saneamento da Luz?
3. Depois do tratado o efluente vai para onde?
4. O preço da água que a população paga.

Transcrição da entrevista para a dissertação de mestrado

Investigadora: Rute, eu gostava de te perguntar sobre o abastecimento. Então, de onde vem a água que abastece a população da Luz?

Engenheira: Da Luz nós temos três furos é captação subterrânea, na aldeia. Portanto, dois são mais são mais próximos, que é no caminho da vinha e o outro esse especificamente não vou saber neste momento só tem dois aqui. Temos dois neste momento. Um deles tem algum problema de qualidade da água com os nitratos. Portanto, está no momento desativado. Agora, só mais uma curiosidade em abril tínhamos os furos a trabalhar 24 horas por dia devido às ruturas, que tínhamos na rede de abastecimento. Então, toda a água que estava a ser captada estava a sair. Não era mesmo consumo da população. Eram as ruturas. Portanto, era 24 horas por dia sempre a deitar água. Estava a comprometer a quantidade de água e a qualidade estava a sair da reserva do aquífero.

Investigadora: Nós estamos sobre um aquífero onde é captada essa água.

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: Você sabe dizer o nome desse aquífero?

Engenheira: Não. Não. Isso não sei.

Investigadora: Está bem.

Engenheira: Sabemos que Mourão é abastecida pela água que vem de Monte Novo.

Investigadora: Mourão

Engenheira: Mourão vem do Monte Novo. Portanto, a água do Alqueva do Monte Novo e do Monte Novo vem para Mourão. Portanto, até se comenta que temos tanta água, a água que vem para Mourão do Monte Novo é água do Alqueva. Água que está aqui.

Investigadora: Monte Novo é...

Engenheira: Monto Novo é perto de Évora.

Investigadora: É uma cidade?

Engenheira: Não. É uma estação de tratamento. Chama-se Estação de Tratamento de Monte Novo. Portanto, a água do Alqueva vai para o Monte Novo, ou seja, nós estamos aqui, temos aqui a albufeira. Évora está a 60 km.

Investigadora: Acho que eu tenho aqui um mapa da Luz...

[Neste momento a investigadora pega o livro de Wateau (2014) em que há um mapa da região do Alqueva para verem a localização de Monte Novo]

Investigadora: aqui está Évora, não sei se vamos conseguir ver...

Engenheira: Não. Aqui temos Luz...Luz. Évora deve ser por aqui.

Investigadora: Está bem

Engenheira: Portanto, nós estamos aqui. Há uma captação nesta zona aqui assim da Amieira, Portela, que leva a água para Évora. Daqui para aqui.

Investigadora: Sim. Está bem.

Engenheira: Os canais de rega. Depois em Évora há uma estação de tratamento de água uma ETAR do Monto Novo, e daqui vem abastecer Reguengos e Mourão.

Investigadora: Está bem.

Engenheira: Temos a água aqui tão perto, mas ao mesmo tempo faz isso e depois volta *[mostrando no mapa o caminho da água]*

Investigadora: Vem para Mourão

Engenheira: Vem para Mourão, mas para abastecer Mourão. Luz e Granja essa parte do concelho é subterrânea. Está preparado ou pensa-se sobretudo de seguir para Luz de Mourão. A recarga dos aquíferos torna-se mais difícil. Portanto, muito provavelmente daqui uns anos, Luz, Granja vai ser abastecida com essa água que estando aqui ao nosso lado, né tem que ir e voltar.

Investigadora: Entendi. Está bem.

Engenheira: Portanto, esta a ser consumido eletricidade, né. Para levar a água e depois para trazer.

Investigadora: Sim. Sim.

Engenheira: Mas nesse momento é só Mourão, que vem com água do Alqueva. O Alqueva, a água do Alqueva dá para a rega e para o abastecimento. É o tal tripé que falou. Nós no concelho de Mourão, só Mourão é usada para o abastecimento de Alqueva.

Investigadora: Sim. Sim.

Engenheira: Portanto, a Luz mesmo que algum dia vier a ser abastecido por Alqueva. Podemos fazer uma captação aqui no Alqueva. Direta. Fazer um tratamento. Uma estação de outra dimensão. Não tem que ir para Évora.

Investigadora: Essa estação de tratamento já existia antes do Alqueva provavelmente...

Engenheira: Sim. Já existia. Depois foi adaptada para outra dimensão, porque vai abastecer Reguengos, Mourão e não sei se abastece mais alguma aldeia aqui de Montijo, Portel. Reguengos e Mourão abastece, porque a conduta é a mesma. É Évora, Reguengos e Mourão. Portanto, depois foi modernizada, adaptada para receber mais água para abastecer mais população e Évora. Abastece também.

Investigadora: e Évora também?

Engenheira: Sim. Sim. Sim. Abastece Évora.

Investigadora: Está bem.

Engenheira: Então para além de Évora eu não sei se tem a noção que a jusante do Alqueva há muitas albufeiras. Já viu?

Investigadora: Já vi em algumas fotos e no *síte* da EDIA.

Engenheira: Ah se vai por aí está todas albufeirinhas

Investigadora: Vi alguns números assim que me chamou a atenção são 69 barragens no total do empreendimento.

Engenheira: sim, são muitas. Eu de cor não sei de todas. Eu de cor não sei o nome de todas. Eu trabalhei na parte da qualidade da água dessas mesmas albufeiras.

Investigadora: Aproveitando que falou da qualidade da água. Como está a qualidade atualmente?

Engenheira: Está boa.

Investigadora: Está boa.

Engenheira: A última vez que vi os estava muito boa. Está. Porque fazem nessas medições só análises para a rega. Análise de rega. Só que nessas análises de rega são muito diferentes. Porque [...] ^[50]. As alfices são regadas e nós comemos as folhas. Portanto, os parâmetros de rega são muito exigentes.

Investigadora: [...] e o empreendimento do Alqueva.

^[50] [...]: Áudio não possível de se identificar.

Engenheira: São várias barragens, albufeiras, que uma é só para a rega e as outras são para o abastecimento. A mesma água que sai que está a jusante, há muitas que são para o abastecimento.

Investigadora: Eu vi uma notícia que a água do Alqueva está poluída com resíduos industriais. Eu vi algo referente a isto.

Engenheira: É assim a tendência...agora o que está muito na moda é a questão dos olivais.

Investigadora: Sim.

Engenheira: Isso sim. Essa [...]. Porque com a água tão próxima e há um preço relativamente baixo. Foram muitos que compraram em especialmente os espanhóis. Especialmente espanhóis. E soube há pouco tempo também que se um projeto de um olival superintensivo, ou de um amendoal, ou. Se o projeto for financiado por um projeto, se ele tiver um projeto financiado pelo estado português eles tem que cumprir medidas ambientais, ter algum controlo. Mas o que está acontecer. Há muitos que são espanhóis, que não querem financiamento. Então ficam sem um controlo. Então, sem identificar um instrumento e um valor eles fazem com isso o que eles quiserem. Então está a ser muito difícil controlar algumas ruturas, porque os homens não consegue fazer nada. Porque só havendo instrumentos [...] é que o estado consegue medir outros tipos de cuidados. De um controlo mais apertado. Como eles preferem não receber esses apoios eles fazem o que as pessoas querem.

Investigadora: Sim.

Engenheira: A nível de aplicação de produtos farmos, os cuidados da água em termos de rega. Portanto, agora começa essa polémica. Dos efeitos mesmo da má utilização da água. Como não é muito cara e está ali na mão eles usam. E, nessa questão dos lagares para a produção dos azeites. O lagar usam a água.

Investigadora: todos tem? Na verdade eu não conheço, mas essa água vai para a albufeira?

Engenheira: Eles usam. Esse lagar já teve uma ETAR. Uma estação de tratamento dessas águas, que [...] do azeite. Agora começa a ver essa polémica. As consequências de uso, de investimento, dessas utilizações. Estamos a falar de albufeiras talvez daqui há alguns anos o solo [...]. Um olival de uso intensivo / superintensivo. Está a exceder todas as capacidades do solo, que o solo tem. Agora começa alguns ambientalistas, pessoas que vivem perto a ter noção que tudo o que é de mais. Não é bom, né. Portanto, superintensivo está a vontade de tudo. Portanto, agora nunca vi essa notícia de estar a ser lançado para o Alqueva, isso nunca vi. Agora está a acontecer muito essa questão dos olivais.

Investigadora: Olivais.

Engenheira: Olivais, amendoal. Mas, é mais dos olivais é que.

Investigadora: eu fiz uma pesquisa são 59% de todas as culturas que tem no Alqueva, 59% são de olivais.

Engenheira: É muito.

Investigadora: na caminhada que nós fizemos passamos dentro de um, esse por exemplo, você sabe dizer se pertence a alguém da Luz?

Engenheira: Ah! Não. Esses são do nosso povo. Esses são bons. É cultura tradicional com regadio. Porque na aldeia nunca teve. Não tinha rega. Não tinha rega. Esse tem rega. Como na aldeia velha tinha no terreno a EDIA repôs o olival as pessoas que tinham na aldeia velha. A EDIA plantou olival na aldeia nova e vinha.

Investigadora: Olival e vinha são dessas pessoas que...

Engenheira: Sim as pessoas que tinham arrancaram mesmo aqueles que ficaram fora d'água. Arrancaram os velhos e puseram os novos. Foi tudo a EDIA que fez.

Investigadora: Está bem.

Engenheira: Fez um olival eram de várias pessoas. O que que fez. Juntou tudo numa zona grande de olival.

Investigadora: Ah

Engenheira: aqueles olivais onde nós passamos são de várias pessoas. Não é um olival para uma pessoa. São vários olivais. Só que estão todos juntos.

Investigadora: Ah entendi. Tinha um pedaço aqui, outro aqui...

Engenheira: Exatamente

Investigadora: Está tudo num terreno...

Engenheira: Está tudo. Um do lado do outro.

Investigadora: e funciona?

Engenheira: Sim. Sim. E nas vinhas é igual. Só que cada um é o proprietário. Então, esses olivais aqui na Luz há de... são normais. É um cultivo normal. Vem cá algumas pessoas já estão a colocar uma árvore entre uma oliveira mais uma oliveira.

Investigadora: Ah está bem...

Engenheira: Isso porque aproveitou o trabalho da terra e tem mais meio, mas há na Luz mais afastado um superintensivo.

Investigadora: Que é de vocês ou...

Engenheira: é espanhol. É de espanhóis.

Investigadora: a Sara me falou do Oliveira da Serra.

Engenheira: Exatamente.

Investigadora: Eles são espanhóis?

Engenheira: Exatamente. Eu não sei o nome da empresa, mas é espanhol. Portanto, o olival principalmente [...] no início da Albufeira qual era o problema que se falava era de que os animais, principalmente vaca junto a albufeira, urina, fezes...

Investigadora: ah está bom.

Engenheira: Portanto, o que se tentava evitar alguns focos de contaminação. Só que as pessoas com a água perto os animais iam beber água. Iam beber a albufeira. Agora esse problema já

Investigadora: [...]

Engenheira: Não. Agora como há outros mais graves esse está um bocadinho (*risos*) esse está um bocadinho a parte. Existe até um cuidado também, mas esse realmente agora está... Já há muito tempo que diz isso, mas que tem a possibilidade de não, das pessoas também falarem que não que não era nada. E principalmente as pessoas falavam ah os espanhóis é que tem o cuidado dele. Como o estado não dá nenhuma ajuda, depois não tem o poder de fiscalizar.

Investigadora: Sim.

Engenheira: Eles fazem o que querem.

Investigadora: Eu venho de fora e penso porque eles veem aqui, né aproveitar, né...

Engenheira: É...

Investigadora: Eu me ponho no lugar como se fosse portuguesa, né, não aqui é a minha casa

Engenheira: É. É

Investigadora: mas percebe. Eu fico nossa... porque eu tive a oportunidade de visitar por um projeto no ano passado que conheci o Alqueva por um projeto de um professor de Évora. Nós entramos num olival a perder de vista. Eu falei assim nossa como é enorme. Era tudo espanhol.

Engenheira: e qual era o projeto?

Investigadora: Chamava Alqueva Summer School.

Engenheira: Sim.

Investigadora: Era na aldeia Alqueva, que eram aulas mais voltado para física...

Engenheira: Sim.

Investigadora: Era do projeto ALOP. Não sei se você conhece esse projeto.

Engenheira: Vocês foram na estação do Alqueva, não foram?

Investigadora: Não. Eu queria conhecer aquela estação. O centro de interpretação?

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: Não. Não fui, mas eles tinham ali perto, que eles fazem lançamento de balão.

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: Por este projeto que eu conheci Alqueva.

Engenheira: Sim.

Investigadora: E pronto. Assim mais por curiosidade, mas por exemplo essas empresas, esses investimentos espanhóis a riqueza fica para Portugal, que é gerada?

Engenheira: Isso [...] para a aldeia da Luz Alguma mão-de-obra tem, é local. Aí sim vão, pelo menos aqui na Luz. É muito difícil a mesmo algumas pessoas que não tem condições para nada é mesmo na exploração. Aqui na Luz não. Trabalho todo ano, do concelho, na altura mais sazonal são daqui da zona. Agora a nível de venda da azeitona não sei ...sei que se algum vem de Portugal ou se vão para Espanha. Isso não sei. Por exemplo ou comprar herdade ou arrendar uma herdade é dar riqueza a um português.

Investigadora: Sim.

Engenheira: Aí já dá riqueza a um português, mas em termos de matéria se é para Portugal ou para Espanha não sei. Há de haver algo para Portugal e para a Espanha, mas eu não sei a percentagem de quanto fica e quanto vai. Não sei. Sei que por norma há alguns que alugam, usam o que o terreno tem e vão se embora.

Investigadora: Como assim?

Engenheira: Eles vem fazem concessão, né o terreno tem um tempo de vida útil. Eles usam e abusam do solo ao fim de uns anos o solo já não dá para nada e vão se embora. Há muitos que nem compram. Preferem alugar. Porque sabe que daqui a alguns anos...

Investigadora: Alugam, vão usando o terreno enquanto dá para produzir eles produzem...

Engenheira: Exatamente.

Investigadora: aí eles devolve para o senhor que arrendou...

Engenheira: Em termos de valor o terreno ficou pobre. O solo em si ficou pobre. E já muitos que tem esse esquema. E Alqueva trouxe coisas boas, mas a nesse nível, por enquanto eles estão a ser mais regrados a nível de captações para a rega. Por causa do uso intensivo da água é que isso está grande.

Investigadora: uma colega até me falou queria saber ela me falou muito animada sobre o Alqueva que a terra já vem com os pontos de água para a irrigação, que a rega é a gota e já está tudo no terreno

Engenheira: aqui na Luz temos os olivais sempre gota a gota, as vinhas tem rega gota a gota, mas que foram preparadas, aqui na Luz, que é o caso um caso diferente de tudo, né. Foram já entregue as pessoas assim, ou seja, Mourão não tem nada...

Investigadora: Ah não

Engenheira: A Granja não tem. Isso aqui no concelho. Em Reguengos, que é aqui perto eles estão agora a fazer um projeto que é para fazerem um bloco de rega. Um bloco de rega é o quê? As pessoas já tem um terreno. Vão construir uma albufeira, uma mini albufeira, que é filha do Alqueva...

Investigadora: Do Alqueva. Sim. Sim.

Engenheira: E a partir dessa albufeira é que vão fazer uma rega gota a gota para [...] já tinham o terreno dos olivais e das vinhas. E vão puxar da rega gota a gota. Na Póvoa, que é do concelho vizinho, também acho que estão a fazer um projeto de bloco de rega. Vão fazer mais uma albufeira filha do Alqueva, onde que é abastecida pelo Alqueva e depois fazem, nos terrenos, essas albufeiras que são as jusantes para abaixo do Alqueva e que vão serem abastecidas pelo Alqueva, mas é sem nada. Essa rega gota a gota vai ser feita depois de a albufeira estar feita. Das mini albufeiras. Nós aqui, as pessoas da Luz já receberam o terreno com rega gota a gota porque é tudo novo. Foi tudo novo. Em compensação da outra.

Investigadora: Sim. Sim.

Engenheira: Sim.

Investigadora: Essa rega gota a gota ela é mais assim...

Engenheira: [...]

Investigadora: É no sentido do gasto da água a ser usado porque por ser gota a gota essas culturas talvez não necessitem grandes quantidades de água ao longo...

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: São mais económicas no sentido de não gastem muita água.

Engenheira: Não gasta tanta água. O mal é quando as pessoas como tem disponível a água ao invés de usarem de forma racionada como tem a disponível...

Investigadora: gasta-se muito...

Engenheira: É a grande, né. E para além de ser a grande, que é o problema dos superintensivo é a quantidade de fertilizantes que juntam na água, por serem mais usam mais.

Investigadora: fica um ciclo tem muita água, então posso usar bastante...

Engenheira: Exatamente. As pessoas invés de valorizarem e ter o cuidado de pouparem como tem muito... forma um conceito vão usando. Mas um terreno gota a gota tem muito mais valor. Estar no Alqueva com um terreno gota a gota valoriza o terreno. De maneira nenhuma. Um terreno na Luz consegue pedir muito mais, que um terreno em Mourão, por ter água disponível no terreno. Isso sim valoriza, mas quem não souber utilizar essa mais valia pode correr o risco de ficar até...a desvalorizar, né...

Investigadora: eu até vi como não tenho parâmetro eu acho que está um pouco mais seca e eu vi no *Relatório de Sustentabilidade da EDIA*, que houve uma seca grande em 2017, que em 2018 também foi um ano de seca. Isso também preocupa a população ou tem muita água e eles usam mesmo?

Engenheira: As pessoas têm essa noção que tem muita água e que é para usar, que não há problema, mas com esses anos que têm havido cada vez a precipitação é menor. A EDIA, só que a EDIA a de ter começado a controlar mais os gastos, evaporações que dá, ao que pessoas pedirem água. É possível que nós aqui estamos muito [...] as pessoas procuram muito a Luz. Porque tendo reza gota a gota é muito mais fácil, compensa muito mais. Então em Mourão [...]. As pessoas procuram, preferem andar mais quilómetros, mas ir para um sítio que tenha água. Portanto, valoriza. As pessoas passaram a ter consciência que a água que se usa também se gasta mas se não houver chuva não repõe. A EDIA diz que há não sei quantos metros cúbicos de água no Alqueva, mas se não houve reposição esses metros cúbicos gastam-se.

Investigadora: Sim. Sim.

Engenheira: E as pessoas agora começam a ter essa noção que já são dois anos seguidos de que chove cada vez menos. Não é por terem aqui a água que pode gastar. As pessoas começam a ter essa consciência. Apesar de ser muita é muita, mas também é para muita gente.

Investigadora: Sim.

Engenheira: E estar para ser usada para a rega e também para o abastecimento. Tem essas duas funções.

Investigadora: Sim.

Engenheira: Portanto, as pessoas começam a ter mais ou menos uma consciência é muita, mas também é para muita gente.

Investigadora: o Alqueva tem reserva para três anos de seca...

Engenheira: Três anos de seca, né. Exatamente. Há algumas pessoas que podem estar mais sensíveis a esses assuntos, alguns técnicos, que pode dar para três anos, mas não podemos só pensar nisso, que dá para três anos.

Investigadora: Sim. Está bem.

Engenheira: Pode não ser muita coisa, não é?

Investigadora: Sim.

Engenheira: É que além dessa albufeira há não sei mais quantos para baixo, que precisa dessa.

Investigadora: tem essa aqui e depois, como você disse, em Mourão se constroem outra também puxam água...

Engenheira: Exatamente.

Investigadora: perde esse controle de quantidade...

Engenheira: Exatamente. Não é só essa que se vê aqui. Há muito mais. E está a gastar a água que tem dessa. Essa é a mãe.

Investigadora: Sim. É verdade. Alqueva é a mãe...

Engenheira: Tem muitas filhas.

Investigadora: E com relação ao saneamento da Luz? Como está? Não sei se você estava na inauguração da exposição?

Engenheira: Não. Não. Não fui.

Investigadora: Está bem. Não vou falar agora para não influenciar na sua resposta, mas como você vê o saneamento da Luz? Se puder falar um pouco...

Engenheira: A nível de quê? Construção?

Investigadora: De construção, e depois tem também uma estação de tratamento?

Engenheira: Tem. É de tudo o que corre melhor. É a estação de tratamento. Porque a nível de infraestrutura na aldeia é péssimo. Temos muitos problemas de entupimento, falta de escoamento, falta de ligações. Há muitos problemas. Mesmo da construção. Foi um pouco por causa da má construção. [...] A nível das cotas e de inclinação dos efluentes.

Investigadora: Antes de eu vir e vi uma notícia da Rádio Campanário, no site, e a presidente da Câmara de Mourão, Dr.^a Maria Clara falando sobre o saneamento e, eu falei que não queria falar, porque na inauguração da exposição ela mencionou: uma aldeia de 17 anos, praticamente 17 anos com problema de saneamento...

Engenheira: e de abastecimento...

Investigadora: Ah de abastecimento também!

Engenheira: Pois.

Investigadora: Ah por conta dos furos.

Engenheira: A cena do abastecimento é as ruturas.

Investigadora: Ruturas, está bem.

Engenheira: As ruturas que são constantes. As ruturas são constantes. E o saneamento, pronto, é mais uma situação muito...muito delicada. Até por que se for com algum cuidado a aldeia da Luz foi construída mal

Investigadora: Ah sério! A Sara comentou algo que eu não reparei: que na caminhada você deve ter visto que há buracos ao longo da aldeia.

Engenheira: Da aldeia. Sim. São ruturas...

Investigadora: Eu confesso que não reparei, nesse dia eu também...

Engenheira: Sim. Isso são as ruturas. Essa parte é do abastecimento. E de saneamento depois além disso há outra situação grave que é aqui no Largo o esgoto está há muitos metros de profundidade. Porque como... está no início da aldeia o esgoto vem todo até aqui depois vai para a ETAR. A rua está a subir. Então, o esgoto está sempre a descer. Então, para vir a descer tem que vim escavando a rua. Isso no início pode ser em três metros, mas depois a rua vai subindo e o esgoto tem que descer para conseguir a compensar o desnível da rua. Aqui tem 12 metros de profundidade. Se houve um problema imagina o buraco que tem que fazer para conseguir chegar. Isso foi tudo uma questão de planeamento. De perceber onde que era mais alto mais baixo e de fazerem o esgoto o abastecimento de acordo com as condições que tinha. Por exemplo, há casas imagina construíram a casa e o esgoto, e esqueceram de ligar o esgoto da casa com o esgoto principal da rua. Isto é mais uma situação. A outra tem sido na rua de uma lado da rua o esgoto vai para baixo vai para lá tem que fazer uma volta e depois vem para cima. Portanto, há ruas pouco habitadas. Aquilo que vai para o esgoto é pouco portanto o efluente vai ficando num...

Investigadora: Parado no cano, porque não tem vazão.

Engenheira: Exatamente. Como sai pouco cada vez. Há ruas menos habitadas. Há umas que são uma ou duas casas na rua. Portanto, sai muito pouco. Cada vez que há as descargas que há são muito poucas. E vai ficando parado.

Investigadora: e assim se eu fizer a comparação da casa, eu estou ali naquela casa do museu talvez nem sempre esteja habitada semanalmente...

Engenheira: Exatamente. Exatamente.

Investigadora: Agora usa um pouco e depois fica parada. Que nem essa a Marta me comentou, sabe o número de casas vazias?

Engenheira: Não sei...

Investigadora: Na caminhada ela comentou...

Engenheira: Não sei, mas o nosso saneamento é muito mal. O melhor é a ETAR. É o melhor o que temos aqui.

Investigadora: E da ETAR. Vai para a ETAR e depois de tratado vai para a albufeira?

Engenheira: Sim. Sim. Eu vi e não autorizam. A empresa mesmo só autorizam só visitas na ETA^[51] do Monte Novo, que é grande e na ETAR de Évora. Eles aqui não tem condições de segurança.

Investigadora: Está bem.

Engenheira: Essa aqui da lagoa isso vai ser difícil. Por algum problema se alguma pessoa cair então não

Investigadora: Não autorizam...

Engenheira: Não. Não autorizam.

Investigadora: Eu gostava de ver mesmo. Aquela torre é a torre de água?

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: Está bem.

Engenheira: Reservatório de água ali, mas é muito pequenino. É só tamanho o reservatório em si é para aí dois metros só.

Investigadora: É sério?

Engenheira: Sim. É muito pequenino.

Investigadora: mas a água também vem de lá? Aquele reservatório é só de abastecimento assim no caso dos furos....

Engenheira: Não. Não. A água dos furos vai para daquele reservatório. Depois dali é que vem para a aldeia.

Investigadora: Ah tá, está bem. Ela até comentou se gostava de visitar...

Engenheira: Não. Não.

Investigadora: Ah está bem.

Engenheira: Nós podemos porque [...] só mesmo em Évora.

Investigadora: Ah está bem. Eu achei que dessa vez eu pensei que fosse conhecer. Eu não conheço.

Engenheira: Não.

^[51] Estação de Tratamento de Água

Investigadora: Eu não tive a oportunidade de conhecer com a faculdade, não fizeram. Eu queria perguntar sobre o preço da água que a população paga? Não é muito cara para a rega.

Engenheira: A água da rega, mas a água do abastecimento é.

Investigadora: É cara?

Engenheira: É. É cara, mas eu não sei eu não me sinto a vontade. Se eu não me engano [...] com situações que é do concelho. Porque se o concelho tiver [...] tem a ver com encargos [...] a nível de empréstimos bancários.

Investigadora: Entendi.

Engenheira: Mourão tem uma das águas mais caras. [...] mas tem tudo a ver com a parte... não sei se é público, mas é mesmo obrigado a ter as que ter as despesas para conseguir fazer parte...as receitas que o município ganha para fazer parte das despesas que tem.

Investigadora: Está bem.

Engenheira: É mais ou menos

Investigadora: Está bem...

Engenheira: Por aí. Mas se sucedeu agora há pouco tempo uma medalha de qualidade Mourão só, que é abastecido com a água que vem do Alqueva.

Investigadora: Ah está bem

Engenheira: Aqui é furos, mas a qualidade é boa. A qualidade é boa.

Investigadora: Pode-se beber água da torneira?

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: Eu vi que tem um quadro de qualidade da água.

Engenheira: Sim. Sim. É boa. Não temos problemas com nenhum parâmetro. Tem estado tudo bem.

Investigadora: É mais ou menos isso. Eu não sei se você quer adicionar mais alguma coisa que acha importante até para falar e também queria fazer o questionário. Não é identificável.

Engenheira: Sim.

Investigadora: Não sei se quer que eu faça ou você vai fazendo e respondendo

Engenheira: Pode ir fazendo e vou respondendo.

Investigadora: Então como eu falei já são baseado nos três tripes abastecimento, rega e lazer. E como se eu não soube também nenhuma das coisas que você falou...

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: Vamos começar do zero. A água da albufeira de Alqueva é usada para o abastecimento doméstico da aldeia da Luz?

Engenheira: Não

Investigadora: Sim. Não.

Engenheira: Isso não sei se isso as pessoas conseguem saber.

Investigadora: Pois, então. Eu ainda só conversei com algumas pessoas. Eu não estou conseguindo. Também sou um pouco tímida eu não consigo perguntar porque eu sei que é muito doloroso para vocês...

Engenheira: Sim.

Investigadora: Falarem e eu deixo desde do início claro quando eu falei sobre o museu a minha dissertação é aldeia da Luz pós Alqueva a relação da população com a albufeira sob o ponto de vista da água. Não quero mexer muito, sabe...

Engenheira: Sim. Pode até ter pessoas que pensem que a água vem do Alqueva.

Investigadora: Sim. Isso é interessante.

Engenheira: Sim. Pode haver pessoas que não tem o conhecimento que é por furos.

Investigadora: Sim o lago está aqui vem de lá. Faz sentido.

Engenheira: Sim. Podem pensar...

Investigadora: É isso que eu quero saber. Eu não fiz o questionário com a Sara, mas mostrei as perguntas e ela falou isso as pessoas podem pensar que sim.

Engenheira: Para o abastecimento é não.

Investigadora: É não. Por quê? Porque é por furos.

Engenheira: Porque é por furos.

Investigadora: Então se a resposta fosse sim, seria a questão para saber sobre como consideram a qualidade da água e os usos que eles fazem.

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: A água da albufeira de Alqueva é usada para a rega agrícola da aldeia da Luz?

Engenheira: Sim. Sim. Sim.

Investigadora: Você faz uso desta água para a rega?

Engenheira: Sim.

Investigadora: Como considera a qualidade da água para a rega? Muito ruim, ruim, média, boa, excelente, não sei opinar.

Engenheira: Boa.

Investigadora: Para o recreio. A água da albufeira de Alqueva é usada para atividades de recreio pelos habitantes da aldeia da Luz?

Engenheira: Sim.

Investigadora: Você faz uso desta água para atividades de recreio?

Engenheira: Sim.

Investigadora: Quais destas atividades você pratica na albufeira? Natação, caiaque, pesca recreativa, ando de barco a vela / pequena embarcação, faço mergulho, uso para o recreio / relaxar...

Engenheira: por ser essa, não é natação nem mergulho subaquático. Mergulho.

Investigadora: Posso por mergulho? Não? Como você? Ou outro específico?

Engenheira: Mas para a parte do recreio.

Investigadora: Com que frequência você usa para esta finalidade? Todos os dias, só nos fins-de-semana...

Engenheira: Sempre que posso

Investigadora: Sempre que posso

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: E sobre saneamento. A aldeia da Luz possui uma estação de tratamento...

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: Para onde vai o esgoto da aldeia da Luz? Vai direto para a albufeira...

Engenheira: Vai para a ETAR e depois para albufeira.

Investigadora: Agora do Alqueva para a Luz. Quais os benefícios que Alqueva trouxe para a população da Luz sob o ponto de vista da água? Nenhum, agora temos água para rega, temos água para o abastecimento doméstico, podemos usar a albufeira para o recreio e antes as nossas condições quanto a rega, abastecimento e recreio, sob o ponto de vista da água eram melhores.

Engenheira: Posso numerá-las estas e estas

Investigadora: As três? Para o abastecimento doméstico também?

Engenheira: Não para a Luz, pois aqui é para a Luz. Não não. E agora podemos usar. Portanto, continua podíamos ter recreio...

Investigadora: o rio era usado bastante?

Engenheira: Sim.

Investigadora: A Sara até comentou que deva para atravessar o rio a pé...

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: Como era essa relação com o rio? Era mais próxima a relação com o rio?

Engenheira: Era. Era. Até porque com o rio tínhamos muitas árvores e sombra e então passávamos o dia no rio. Almoçar, passar o dia no rio. E aqui é muito difícil, porque não há. Então não há condições para passar uma tarde junto na albufeira.

Investigadora: Era para fazer piquenique...

Engenheira: Sim. Sim. No rio [...] no verão fazíamos refeições

Investigadora: ah

Engenheira: Serviam refeições e isso tudo. E então com o rio essa situação mudou com a albufeira nem há condições para isso.

Investigadora: Está bem.

Engenheira: Se além quiser ir para junto da albufeira ou é em alguns pontos muito estratégicos. Tem que levar algum [...] a albufeira não...dá...

Investigadora: não dá...está bem.... Você acha que antes as condições para a rega eram melhores? Ou...

Engenheira: Não. Também não vou...

Investigadora: Não vai apontar...

Engenheira: Não para a rega não. É impensável. Porque com o rio não tinha rega, para o abastecimento também não. Aqui no recreio havia mais tradições associadas ao rio do que a albufeira. Aí sim.

Investigadora: Então talvez a gente possa responder para cá. Informe um pouco sobre estes benefícios ou não que Alqueva trouxe para a população do ponto de vista da água? Aqui é mais para escrever o que está me dizendo...

Engenheira: A nível de rega valorizou muito a rega.

Investigadora: Mas aí você acha que do recreio...

Engenheira: De recreio há mais barcos, algum turismo associado, mas que vem de fora, que vem de fora, porque a população em geral da Luz ia mais ao rio do que agora a albufeira. Agora vê-se muito mais na albufeira alguém com caiaque, tudo isso, mas havia muito mais tradições no rio, do que pessoas agora com a albufeira. Assim com o passar do tempo começa a haver uma relação, mas no início tudo é revolta.

Investigadora: Sim.

Engenheira: Não é? Não percebe nada de bom. Tudo quando não está contente nada era bom, né. Agora as pessoas começam a ver que tem que viver com o que tem. Então, tem que começar a mudar um bocadinho vida com condições com aquilo que há. Fazia uma tarde com o que fazia no rio. Então começaram pouco a pouco as pessoas a realidade, mas eu acho ainda assim que o rio tinha mais vida, porque as pessoas juntavam-se mais a volta do rio do que agora. Agora [...] tem mais mergulho, pescam, por aí, ou barco a motor, algumas pessoas na Luz já compraram barco. [...] um barco a motor no rio. Mas acho que o rio conseguia captar mais, captar mais, tinha mais ambiente.

Investigadora: Quando eu fiz a inscrição para me candidatar a residência do Museu tinha uma parte que era assim qual que é o nome da sua intervenção...

Engenheira: Sim. Sim.

Investigadora: É mais artístico, mas o meu é de investigação, né, e eu fiz a proposta assim Minha aldeia pós Alqueva, como eu segui o nome da minha dissertação que é Aldeia da Luz pós Alqueva do ponto de vista dos habitantes, de vocês, Minha aldeia pós Alqueva um pensamento, uma frase, para você é... agora a sua aldeia pós Alqueva...

Engenheira: Pois, pois. Agora eu acho que pouco a pouco as pessoas começam a perceber como sendo a deles, né ainda porque é o mesmo que sentir...as pessoas não se sintam bem. Porque tinham muitas memórias da antiga, mas já se passaram 16, 17 anos pouco a pouco as pessoas mudando, vão se acostumando vão vivendo com o que tem não podem viver para sempre [...] como era as pessoas não vão para frente. Então, assim também os novos também já começaram a viver aqui. Agora a vinda e já começa a viver já viveu sempre aqui. As pessoas agora começaram um bocadinho a viver outra vez. E a ver um bocadinho a aldeia como nossa. Ver essa aldeia como [...]. Eu vivi na aldeia velha e morava com os meus pais. Eu vim para cá e tenho uma casa minha. Ao ter uma casa nossa começa também a muda um bocadinho. Começa a mudar. O espaço a ser dela e há pensar que está na antiga.

Investigadora: Para a Rute, o que a Rute responde Minha aldeia pós Alqueva no seu ponto de vista. Eu sei que você deu essa visão da população, mas para você? Como pessoa a Minha aldeia pós Alqueva é o que numa palavra, o que você...

Engenheira: Eu sempre digo que casa há muitas. Se fosse viver para Évora tinha uma, tinha outra, mas aquilo que eu acho que se perdeu e ainda não se conseguiu encontrar foi...não é a

aldeia em si, era o rio... Para eu considerar essa aldeia como sendo minha fazia falta o rio. Mesmo tendo muita água.

Investigadora: é eu sinto...

Engenheira: Mesmo tendo muita água. Fazia falta o rio, o castelo...

Investigadora: Ah o castelo...

Engenheira: o castelo e terreno...mato, esterva, terreno nosso, porque aqui está tudo muito limpo, tudo muito vazio, tudo muito... sinto falta de campo mesmo, de campo silvestre mesmo.

Investigadora: Muito obrigada Rute.

Autorização de utilização de fotografia, imagem, som e nome

Eu, Rute Isabel Sentene Viçigal
com o Cartão de Cidadão nº. _____, declaro que autorizo a utilização de fotografias, imagens e som, bem como do meu nome para o estudo etnográfico de Marianne Lopes de Moraes, aluna no Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais (MGPA) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade NOVA de Lisboa (UNL) e reservando a ela o direito de utilização destes conteúdos. Declaro ainda que renuncio a quaisquer direitos ou compensações que desta utilização possa eventualmente resultar.

Por ser verdade, e por nada haver a obstar, esta declaração vai ser assinada por mim,

Luz, 07 de maio de 2019

Assinatura: Rute Isabel Sentene Viçigal



Anexo E – Questionário aplicado com a população da Luz

Foco em três eixos: abastecimento, rega, recreio

1. Abastecimento

1.1. A água da albufeira de Alqueva é usada para o abastecimento doméstico da aldeia da Luz?

() Sim () Não. Por
quê? _____

() Não sei. Por quê?

Se a resposta for sim.

1.1.1. Como considera a qualidade desta água?

() Muito ruim () Ruim () Média () Boa () Excelente () Não
sei opinar

1.1.2. Usa esta água para beber?

() Sim () Não. Por
quê? _____

1.1.3. Qual outro uso tem esta água?

- () Uso para cozinhar, mas não para beber
- () Uso para lavar roupa e áreas comuns
- () Uso para a rega do jardim e pequena horta
- () Uso para a rega na agricultura
- () Uso para o gado
- () Uso para atividades de recreio
- () Não uso a água da albufeira

2. Rega

2.1. A água da albufeira de Alqueva é usada para a rega agrícola na aldeia da Luz?

() Sim () Não. Por
quê? _____

() Não sei. Por quê?

Se a resposta for sim.

2.1.1. Você faz uso desta água para a rega?

() Sim
() Não tenho propriedade agrícola
() Não. Uso a água de outro lugar. De onde? _____
Por
quê? _____

2.1.2. Como considera a qualidade desta água para a rega?

() Muito ruim () Ruim () Média () Boa () Excelente () Não
sei opinar

3. Lazer

3.1. A água da albufeira de Alqueva é usada para atividades de recreio pelos habitantes da aldeia da Luz?

() Sim () Não. Por quê? _____

() Não sei. Por
quê? _____

Se a resposta for sim.

3.1.1. Você faz uso desta água para atividades de recreio?

() Sim () Não. Por
quê? _____

Se a resposta for sim.

3.1.2. Quais destas atividades você pratica na albufeira?

() Natação () Caiaque () Pesca recreativa () Faço
mergulho

() Ando de barco a vela / pequena embarcação () Uso para o recreio
/ relaxar () Outros. Quais: _____

3.1.3. Com que frequência usa para esta finalidade?

() Todos os dias
() Só nos fins de semana
() Uma vez por semana
() Sempre que posso
() Somente no verão
() Raramente
() Nunca usei

4. Saneamento básico

4.1. A aldeia da Luz possui uma Estação de Tratamento de Águas
Residuais (ETAR)?

() Sim () Não. Por quê? _____
() Não sei. Por quê? _____

4.2. Para onde vai o esgoto da aldeia da Luz?

() Direto para a albufeira
() Vai para a ETAR e depois de tratado vai para a albufeira
() Não sei

5. Alqueva para a Luz

5.1. Quais os benefícios que Alqueva trouxe para a população da Luz
sob o ponto de vista da água?

() Nenhum
() Agora temos água para rega
() Agora temos água para o abastecimento doméstico
() Agora podemos usar a albufeira para o recreio
() Antes as nossas condições quanto a rega, abastecimento e
recreio, sob o ponto de vista da água eram melhores. Por quê?

Informe um pouco sobre estes benefícios ou não que Alqueva
trouxe para a população da Luz sob o ponto de vista da água?
Resp.: _____

6. Minha Aldeia pós Alqueva...

Anexo F – Citações dos participantes do questionário para o tópico V – Alqueva para a Luz.

“antes não tinha ruturas, antes tínhamos condições boas” “não trouxe muitos benefícios para outras coisas, mais para a rega. Podia ter mais turismo, uma marinha para fazer canoagem, pesca desportiva, só mesmo para a rega. Para outras atividades não. Antes tínhamos o moinho era bom. Íamos no fim-de-semana, as vezes fazíamos refeições. Lavávamos a roupa, tomávamos banho no rio. Agora não se sabe o que há lá. Ficou muita coisa debaixo d'água, buracos, arames”, “acho bom. Facilita para a agricultura de vinhas e oliveiras”, “as culturas aumentaram”, “água para olival e vinha”, “água para a rega”, “poder utilizar a água é sempre um benefício para a agricultura e os animais”, “nenhum benefício. Trabalhador jovens não há, cada vez tem menos”, “benefício para a agricultura do olival e da vinha, para o regadio é muito bom”, “a agricultura desenvolveu-se um pouco. Esperava-se mais, mas desenvolveu um pouco. Alguns postos de trabalho foram criados por conta da agricultura”, “nada! Gostava de estar na outra. Nem todas as pessoas foram tratadas da mesma maneira”, “Não trouxe benefícios nenhum. Disseram que teria trabalho. No início teve algum turismo. Antes vinham aos cafés”, “pouco benefício teve. Parou no tempo. Não há turismo relacionado com a água”, “A agricultura é tudo diferente agora com o Alqueva. Temos menos lazer do que tínhamos. Tenho saudades do rio Guadiana. O rio a correr. Passávamos o tempo a ver o Guadiana. Ver o rio correr”, “Trouxe turismo, mas cada vez há menos. Há mais condições em termos de habitação. Foi uma aldeia construída de novo”, “não vejo benefícios nenhum do ponto de vista da água para a rega. Ruturas”, “vertente agrícola, fornecimento de energia e turismo”, “o principal benefício foi a agricultura de regadio, principalmente o olival e a vinha”, “caixas de rega nas casas das pessoas”, “tínhamos o rio, mas foi para a rega. Sustento para a agricultura. A rega é grande. Poderia haver o turismo de canoa”, “A nível da rega valorizou muito. Há um turismo, mas vem de fora. Havia muito mais condições com o rio. O rio tinha mais vida. O rio conseguia captar mais as pessoas tinha mais ambiente”, “temos muita água agora, mas gostava da outra aldeia”, “agricultura”, “mais para a rega, porque não havia. Só que tinha um poço no quintal”, “rega da barragem para a agricultura”, “rega, agricultura”, “além da rega não traz nenhum benefício. Parque de campismo não é permitido. Único benefício foi para a agricultura”, “alguns, deveria ter havido mais desporto. Tanta água para ter mais vida. Seria mais atrativo para as pessoas, viriam mais turistas”, “não. Antes a gente lavava a roupa no Guadiana”.

Anexo G - Apresentação na escola da Luz sobre: A importância da água em nossas vidas.

A importância da água em nossas vidas

Marianne Lopes de Moraes
Universidade NOVA de Lisboa
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais

Distribuição da água no planeta Terra

Fonte: Museu da Água, Lisboa, por Marianne L. Moraes, 03/01/2018

As civilizações antigas

- Acadiana e suméria – Rios Tigre e Eufrates
- Egípcia – Rio Nilo
- Chinesa – Rios Amarelo e Yangtzé
- Indiana – Rio Indo

Barragens

- Centrais hidroelétricas
- “Utilizam a força da água das barragens para fazer girar turbinas ligadas a geradores que produzem eletricidade.”
(Lima, L., Barrigas, N., Pedrono, N., Rocha, N. Alão. - *Temas do Meio* 4, 4º ano, p. 134. Editora Porto)

Fonte: Barragem do Alqueva, Marianne L. Moraes, 03/03/2019

Barragens

- Centrais hidroelétricas
- A energia hidroelétrica
 - É fonte de energia renovável (não se esgota)
- Não poluente
- Alteram o meio ambiente

Quantas barragens há em Portugal?

250 grandes barragens

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Barragem de Alqueva

- Rio Guadiana
 - Nascente: Ciudad Real – Espanha
 - Foz: Vila Real de Santo António – Portugal
- Maior lago artificial da Europa
 - Área: 250 Km²
 - Extensão: 83 km

Fonte: Rio Guadiana, Alqueva, Marianne L. Moraes 03/03/2019

Barragem de Alqueva

- Objetivos:
 - Rega agrícola
 - Aumentar o turismo da região do Alentejo
 - Abastecimento doméstico da população
 - Produção de energia elétrica – fonte de energia limpa – centrais hidroelétricas

Barragem de Alqueva

- Impactos:
 - Ambientais
 - Perda do habitat de espécies
 - Desmatamento de milhares de árvores



Foto: Cegonha-branca, Aldeia da Luz, Marianne L. Moraes - 05/05/2019

Barragem de Alqueva

- Impactos:
 - Sociais
 - Deslocamento da população da Luz da sua área de residência
- Cultural
 - Arqueologia



Foto: Aldeia da Luz, Marianne L. Moraes 05/05/2019



Foto: Ruínas Jônicas 2, Aldeia da Luz, Marianne L. Moraes 08/05/2019

Aldeia da Luz e o seu ciclo de água

- A água da albufeira de Alqueva abastece a população da aldeia da Luz?

Resp.:

- A água da albufeira de Alqueva é utilizada para a rega agrícola da aldeia da Luz?

Resp.:

Aldeia da Luz e o seu ciclo de água

- Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)
 - "As águas devem ser tratadas antes de serem lançadas nos cursos de água" (Rodrigues, A., Pereira, C., Borges, I., Azevedo, L. Paula Magalhães - Estudo do Meio, 3ª 2000, p.171. Areal Editores)

- A aldeia da Luz tem uma ETAR?

Resp.:

- Quem usa a água da albufeira do Alqueva para o lazer?



Foto: Aldeia da Luz, Marianne L. Moraes 08/05/2019

O que me contaram...

- Faça um desenho sobre o que me contaram do Alqueva e a aldeia da Luz